

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Chefe do Departamento de Psicologia

Cândida Maria Bezerra Dantas

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

Isabel Fernandes de Oliveira

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 26, Número 2, 2021

EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

Arrilton Araújo e Izabel Hazin

Psicologia Social do Trabalho:

Fellipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina

Cavalcanti Barros

Temas em políticas sociais:

Assistência social e sistema de garantia de direitos

Tatiana Minchoni e Renata Monteiro

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos

Contextos socioambientais:

Fernanda Fernandes Gurgel e Tadeu Mattos Farias

GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva: *Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dôgo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramírez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi*

Psicologia Social do Trabalho: *Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Lívia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbini, Thiago Drummond de Moraes*

Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos: *Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Luciana Souza Borges, Manuella Castelo Branco Pessoa, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo*

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais: *Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batel*

PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso>

CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Aline Maya | Tikinet

APOIO EDITORIAL

Danielle da Silva Dantas

REVISÃO

Cláudia Maria de Farias Nóbrega

AValiação DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria Geral, com base nas recomendações de consultores ad hoc, Comissão Editorial e/ou Conselho Científico. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Complutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEXPSI (CFP/PUCCAMP). Disponível, em versão de texto integral, no portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)



Revista associada à ABEC



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) – A1

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: revpsi@cchla.ufrn.br - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Acervo de artigos em texto integral:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 26, n. 2 (abril a junho 2021) - . - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Trimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

Sumário

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva

Bem-estar psicológico e covid-19: impactos psicológicos da quarentena na população brasileira

Mariana Malvezzi (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Flávia Feitosa Santana (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Cléber da Costa Figueiredo (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP e Fundação Getúlio Vargas) 117

Covid-19 e saúde mental: um estudo de representações sociais com universitários

Jaqueline Gomes Cavalcanti (Centro Universitário UNIESP), Fabrycianne Gonçalves Costa (Centro Universitário UNIESP), Maria da Penha de Lima Coutinho (Centro Universitário UNIESP), Adrielle Vieira de Lima Pinto (Centro Universitário UNIESP), Karla Costa Silva (Instituto Federal de Pernambuco)..... 128

Psicologia Social do Trabalho

As representações profissionais e suas especificidades teóricas: uma ferramenta de análise das práticas profissionais

Elisângela Bastos de Mélo Espíndola (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Licia de Souza Leão Maia (Universidade Federal de Pernambuco) 139

Questionário de Condições de Trabalho: evidências de validade para trabalhadores de equipes de saúde

Valéria Maria da Conceição Mota (Centro Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais), Livia de Oliveira Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)..... 148

A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica

Juliana C. Pasqualini (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Fernando Ramalho Martins (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Antonio Euzébio Filho (Universidade de São Paulo) 161

Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos

O Iluminismo tardio no cemitério dos vivos: o manicômio judiciário na fronteira da reforma psiquiátrica brasileira

Waldecir Gomes Confessor Junior (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte), Magda Dimenstein (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 174

O fatalismo no cotidiano da pobreza: do individualismo forjado ao horizonte coletivo

Mariana de Almeida Pinto (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 185

Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais

Sexting em tempos de COVID-19: devemos nos preocupar?

Silvia Renata Lordello (Universidade de Brasília), Isadora Deamici da Silveira (Universidade Federal do Rio Grande), Simone dos Santos Paludo (Universidade Federal do Rio Grande), Lara Souza (Universidade de Brasília) 197

Psicologia Social Comunitária e Saúde Mental

Boatos em forma de fake news na pandemia da Covid-19: teorias da conspiração, verdades alternativas e conselhos bondosos

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter (Universidade Federal do Espírito Santo), Flaviane da Costa Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo), Álvaro Rafael Santana Peixoto (Universidade Federal do Espírito Santo), Thiago Rafael Santin (Universidade Federal do Espírito Santo), Antonio Marcos Tosoli Gomes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Julia Ott Dutra (Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde), Ana Clara Lopes Oliveira Reis (Universidade Federal do Espírito Santo), Heloisa Maria Silva e Silva Pinto (Universidade Federal do Espírito Santo) 207

Relato de uma intervenção em Saúde Mental na Pandemia de Covid-19: intervenção em Saúde Mental baseada na internet

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira (Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN), Pedro Obede Medeiros Costa (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), Jucélia França da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Anne Louyse Gomes de Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Eliane Pereira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 219

Contents

Psychobiology and Cognitive Psychology

- Psychological well-being and covid-19: Psychological impacts of quarantine on the brazilian population*
Mariana Malvezzi (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Flávia Feitosa Santana (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Cléber da Costa Figueiredo (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP) e Fundação Getúlio Vargas)..... 117
- Covid-19 and mental health: A study of social representations with university students*
Jaqueline Gomes Cavalcanti (Centro Universitário UNIESP), Fabrycianne Gonçalves Costa (Centro Universitário UNIESP), Maria da Penha de Lima Coutinho (Centro Universitário UNIESP), Adriele Vieira de Lima Pinto (Centro Universitário UNIESP), Karla Costa Silva (Instituto Federal de Pernambuco)..... 128

Social Work Psychology

- Professional representations and their specialties theoretical: A tool for analyzing professional practices*
Elisângela Bastos de Mélo Espíndola (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Licia de Souza Leão Maia (Universidade Federal de Pernambuco) 139
- Working conditions questionnaire: Evidences of validity for health care workers*
Valéria Maria da Conceição Mota (Centro Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais), Livia de Oliveira Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)..... 148
- Kurt Lewin's Group Dynamics: propositions, context and critique*
Juliana C. Pasqualini (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Fernando Ramalho Martins (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Antonio Euzébios Filho (Universidade de São Paulo) 161

Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights

- The late enlightenment in the cemetery of the living: The judicial asylum on the border of the Brazilian psychiatric reform*
Waldecir Gomes Confessor Junior (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte), Magda Dimenstein (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 174
- Fatalism in poverty's daily life: from a forged individualism to a collective horizon*
Mariana de Almeida Pinto (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 185

Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts

- Sexting in Covid-19 times: should we care?*
Silvia Renata Lordello (Universidade de Brasília), Isadora Deamici da Silveira (Universidade Federal do Rio Grande), Simone dos Santos Paludo (Universidade Federal do Rio Grande), Lara Souza (Universidade de Brasília)..... 197

Social and Community Psychology and Mental Health

- Fake news in the Covid-19 pandemic: Conspiracy theories, alternative truths, and benevolent advice*
Rafael Moura Coelho Pecky Wolter (Universidade Federal do Espírito Santo), Flaviane da Costa Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo), Álvaro Rafael Santana Peixoto (Universidade Federal do Espírito Santo), Thiago Rafael Santin (Universidade Federal do Espírito Santo), Antonio Marcos Tosoli Gomes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Julia Ott Dutra (Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde), Ana Clara Lopes Oliveira Reis (Universidade Federal do Espírito Santo), Heloisa Maria Silva e Silva Pinto (Universidade Federal do Espírito Santo) 207
- Report of a Mental Health Intervention in the Covid-19 Pandemic through the Internet*
Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira (Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN), Pedro Obede Medeiros Costa (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), Jucélia França da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Anne Louyse Gomes de Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Eliane Pereira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 219

Contenido

Psicobiología y Psicología Cognitiva

- Bienestar psicológico y covid-19: impactos psicológicos de la cuarentena en la población brasileña*
Mariana Malvezzi (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Flávia Feitosa Santana (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP), Cléber da Costa Figueiredo (Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP e Fundação Getúlio Vargas) 117
- Covid-19 y salud mental: un estudio de representaciones sociales con estudiantes universitarios*
Jaqueline Gomes Cavalcanti (Centro Universitário UNIESP), Fabrycianne Gonçalves Costa (Centro Universitário UNIESP), Maria da Penha de Lima Coutinho (Centro Universitário UNIESP), Adriele Vieira de Lima Pinto (Centro Universitário UNIESP), Karla Costa Silva (Instituto Federal de Pernambuco)..... 128

Psicología Social del Trabajo

- Las representaciones profesionales y sus especificidades teóricas: una herramienta de análisis para las prácticas profesionales*
Elisângela Bastos de Mélo Espíndola (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Licia de Souza Leão Maia (Universidade Federal de Pernambuco) 139
- Cuestionario de condiciones de trabajo (cct): evidencias de validez para trabajadores de la salud*
Valéria Maria da Conceição Mota (Centro Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais), Livia de Oliveira Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)..... 148
- La “Dinámica de Grupos” de Kurt Lewin: proposiciones, contexto y crítica*
Juliana C. Pasqualini (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Fernando Ramalho Martins (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Antonio Euzébios Filho (Universidade de São Paulo) 161

Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos

- El Iluminismo tardío en el cementerio de los vivos: el manicomio judicial en la frontera de la reforma psiquiátrica brasileña*
Waldecí Gomes Confessor Junior (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte), Magda Dimenstein (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 174
- Fatalismo en la vida cotidiana de la pobreza: del individualismo forjado al horizonte colectivo*
Mariana de Almeida Pinto (Universidade Federal de Juiz de Fora), Fernando Santana de Paiva (Universidade Federal de Juiz de Fora)..... 185

Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales

- Sexting en COVID-19: ¿deberíamos preocuparnos?*
Silvia Renata Lordello (Universidade de Brasília), Isadora Deamici da Silveira (Universidade Federal do Rio Grande), Simone dos Santos Paludo (Universidade Federal do Rio Grande), Lara Souza (Universidade de Brasília) 197

Psicología Social y Comunitaria y Salud Mental

- Rumores en forma de fake news en la pandemia de Covid-19: teorías de conspiración, verdades alternativas y buenos consejos*
Rafael Moura Coelho Peclly Wolter (Universidade Federal do Espírito Santo), Flaviane da Costa Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo), Álvaro Rafael Santana Peixoto (Universidade Federal do Espírito Santo), Thiago Rafael Santin (Universidade Federal do Espírito Santo), Antonio Marcos Tosoli Gomes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Julia Ott Dutra (Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde), Ana Clara Lopes Oliveira Reis (Universidade Federal do Espírito Santo), Heloísa Maria Silva e Silva Pinto (Universidade Federal do Espírito Santo)..... 207
- Informe sobre una Intervención de Salud Mental en la Pandemia de Covid-19 Basada en la Internet*
Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante (Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Giselda Trigueiro), Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira (Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN), Pedro Obede Medeiros Costa (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), Jucélia França da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Anne Louyse Gomes de Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Eliane Pereira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário Onofre Lopes), Eulália Maria Chaves Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) 219

Psychological well-being and covid-19: Psychological impacts of quarantine on the Brazilian population

Mariana Malvezzi. Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP

Flávia Feitosa Santana. Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP

Cléber da Costa Figueiredo. Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP. Fundação Getúlio Vargas

Abstract

The Covid-19 pandemic had several impacts, both social and psychological ones. Based on Ryff's (1995) Psychological Well-Being (PWB) concept, this work considers health as a whole – not as the absence of disease, but as physical, mental, and social well-being, together with the ability to face challenges in six dimensions: self-acceptance; positive relationships with others; autonomy; environmental mastery; purpose in life; and personal growth. Our main objective was to assess PWB among the quarantined Brazilian population. A second aim was to verify differences in PWB in relation to the following demographics: gender, education, income, and age. A quantitative survey was conducted using Ryff's scale (1995) with a stratified sample proportional to the number of deaths in each region of Brazil as reported by the government on May 3, 2020. The data were collected between May 4 and 10, 2020. The lowest PWB score was found in the low-education, low-income group, whereas the highest PWB score was in found the elderly group.

Keywords: mental health; health promotion; human development; applied psychology.

Resumo

Bem-estar psicológico e covid-19: impactos psicológicos da quarentena na população brasileira. A Covid-19 trouxe transformações e impactos sociais, entre eles, efeitos psicológicos. Considerando o conceito de Bem-estar Psicológico (BEP) de Ryff (1995), este trabalho apoiou-se em uma visão abrangente da saúde – não a ausência de enfermidade, mas o bem-estar físico, mental, social e capacidade de enfrentar desafios a partir de seis dimensões: autoaceitação; relações positivas com os demais; autonomia; domínio do ambiente; propósito de vida; crescimento pessoal. O objetivo geral é verificar o BEP da população brasileira em quarentena; o secundário, averiguar diferenças no BEP nos estratos: sexo, escolaridade, renda e idade. Fez-se uma pesquisa quantitativa com a escala de Ryff (1995) a partir de amostragem estratificada proporcional à quantidade de óbitos divulgada pelo Governo em 3 de maio de 2020. A coleta de dados ocorreu de 4 a 10 de maio do mesmo ano. Verificou-se menor BEP para baixa escolaridade e renda e maior BEP para idosos.

Palavras-chave: saúde mental; promoção à saúde; desenvolvimento humano; psicologia aplicada.

Resumen

Bienestar psicológico y covid-19: impactos psicológicos de la cuarentena en la población brasileña. La llegada del Covid-19 trajo cambios e impacto social, incluyendo sus efectos psicológicos. Considerando el concepto de RYFF de Bienestar Psicológico (BEP) (1995), este trabajo está respaldado por una visión integral de la salud incluyendo bienestar físico, mental, social y la capacidad de enfrentar desafíos en seis dimensiones: autoaceptación; relaciones positivas; autonomía; dominio del medioambiente; propósito de vida; crecimiento personal. El objetivo general fue verificar el BEP en la población brasileña durante la cuarentena. El objetivo secundario fue averiguar el promedio del BEP de los siguientes estratos sociales: sexo, educación, renta y edad. Una investigación cuantitativa fue hecha, utilizando la escala RYFF, fundamentada en una visualización estratificada proporcional al número de muertes reportadas por el gobierno en el 3 de mayo de 2020. La recolección de datos ocurrió entre el 4 y 10 de mayo. Se registró un BEP más bajo para la escolaridad y menor renta y un BEP más alto entre los ancianos.

Palabras claves: salud mental; promoción de la salud; desarrollo humano; psicología aplicada.

The Covid-19 pandemic, which started in December 2019, caused relevant transformation and social impact in the world, adding to already existing concerns about Psychological Well-Being (PWB). Such concerns include: potential psychological effects (Brooks et al., 2020; Mihashi et al., 2009) for populations with stress symptoms (DiGiovanni, Conley, Chiu, & Zaborski, 2004); emotional burnout (Marjanovic, Greenglass, & Coffey, 2007); fear (Caleo, et al., 2018; DiGiovanni et al., 2004; Pan, Chang, & Yu, 2005; Pellicchia, Crestani, Decroo, Van den Bergh, & Al-Kourdi, 2015); paresthesia (DiGiovanni et al., 2004; Pan et al., 2005); confusion (Braunack-Mayer, Tooher, Collins, Street, & Marshall, 2013; DiGiovanni et al., 2004; Lee, Chan, Chau, Kwok, & Kleinman, 2005; Pan et al., 2005); depression (Hawryluc et al., 2004); and anger (Caleo et al., 2018; DiGiovanni et al., 2004; Pan et al., 2005).

Quarantine, the isolation and restriction of movement for people who may have been exposed to a certain virus – the coronavirus in this case – and may contaminate others (Brooks et al., 2020), is a measure to prevent contagion adopted in most countries, including Brazil. During the quarantine period the Brazilian population was submitted to not only isolation, but to a daily overload of news about the spread of the disease and the number of deaths, not to mention the loss of family members and acquaintances.

The current need for a quarantine on a global basis was unprecedented, but there is a series of studies showing quarantine as a challenging experience, one that can dramatically affect PWB and even lead to suicide in extreme cases (Barbisch, Koenig, & Shih, 2015). These studies compare quarantined and unquarantined populations in the same location and give evidence of different impacts depending on demographics and social class.

Taylor et al. (2008) relate negative effects of the quarantine experience, especially among young people aged 16 to 24, people with lower educational levels, and women, mostly those with only one child. Some studies do not indicate an association of factors, such as marital status, age, education, parenthood, and living with other adults, to an aggravated psychological state (Hawryluc et al., 2004). Some works aimed to study the vulnerability of healthcare workers and people with a psychiatric history (Brooks et al., 2020). The stress factors are manifold: duration of the quarantine, fear of infection, fear of lacking sufficient

resources, frustration, lack of information, financial difficulty (Brooks et al., 2020).

The fact is that the quarantine experience may become a worldwide challenge not only in economic, but in public health terms, with a potential effect on psychological health. Investigating its impacts on different populations may bring important information for healthcare, public administration, society at large, and professionals who need to be prepared to deal with quarantine consequences.

Brazil – the seventh country in the world with the highest inequality index (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2019) – faced several economic crises in the last decade and is suffering from political instability and rivalry. The country's Human Development Index (HDI) has stagnated in recent years (PNUD, 2019). Well-being has worsened with consequences from the pandemic and isolation: loss of family members, friends and acquaintances; economic losses and unemployment; changes in working conditions; changes in social and family life, such as homeschooling, elderly care and cohabiting.

To understand these problems we chose the humanist, positive outlook of the PWB model (Ryff, 1995) with its six determinants: self-acceptance, positive relations with others, autonomy, environmental mastery, purpose in life, and personal growth.

The aim of this paper is to investigate the Brazilian population's PWB in the face of the pandemic and quarantine and to fulfill the following objectives: a) to investigate differences in PWB in distinct segments of the Brazilian population; b) to compare female and male PWB; c) to verify whether education is a determinant of PWB; d) to verify whether income is a determinant of PWB; e) to compare well-being of individuals in different age ranges: young (18 – 29); adult (30 – 64); and elderly (65 and over); f) to investigate whether the number of people living in the same household influences PWB; aspiring to contribute with the discussion required to face the pandemic.

The relevance of the present investigation is justified by possible consequences of the quarantine and the spread of Covid-19 among the Brazilian population's PWB. It is also justified by the country's current situation and social inequality, which has different impacts on different social classes. We also aim to contribute to research on quarantine experiences by generating data and information about populations in greater need of assistance.

Psychological well-being and its dimensions

Concepts and reflections on PWB demand a comprehensive understanding of health beyond the biophysical sphere. According to the World Health Organization (WHO), health is a state of “complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity.” (WHO, 2020). Health transcends physical well-being and the absence of disease to include broad relationships between individuals and environments in a multiplicity of aspects (family and social life, living conditions, transportation). Seen as a broad subject, health is the product of an articulation between social structures and its functioning, as it derives from an organization of the environment, which raises problems but also offers resources. Health is an intervention on the environment, a social construction evidenced by the different activities involved in its production (Calveti, Muller, & Nunes, 2007; Maggi, 2006).

Health may be dealt with in several ways, which are generally organized in three distinct levels of intervention: primary, secondary, and tertiary prevention (Andrade, Morais, & Andrade, 2012; Martin, 1986). The first two levels are the target of public health; the third one is assigned to curative medicine.

Primary prevention refers to activities aimed to prevent disease – procedures and actions in the social environment intended to control the determinants of diseases and suffering. Such actions are of a sanitary and educational nature (Andrade et al., 2012; Martin, 1986). WHO defines them as “actions aimed at avoiding the manifestation of a certain disease, reducing the risk of new cases” (WHO, 2020).

Secondary prevention aims to deter a pathological process as soon as possible. Preventive activities aim to quickly detect physical and psychological deficiencies not avoided in primary prevention to apply an early-stage treatment (Andrade et al., 2012; Martin, 1986). WHO defines secondary prevention as “actions aimed at diminishing the prevalence of a disease among a population, reducing its progression and duration” (WHO, 2020).

Tertiary prevention seeks to prevent relapses and to reduce complications or sequelae through adequate treatment (Andrade et al., 2012; Martin, 1986). Tertiary prevention involves “actions aimed at reducing the prevalence of chronic disabilities in a population,

minimizing functional disabilities as a consequence of disease” (WHO, 2020). Although the three types of prevention are distinct, they do not constitute alternative or antagonistic actions, but aspects of the same process encompassing individual, collective, social, environmental, psychological, and medical issues. This can currently be seen in the search for coordinated actions to combat Covid-19 in the primary, secondary, and tertiary prevention spheres. Social isolation as well as measures to reinforce hygiene and individual protection is part of primary prevention. Secondary prevention reinforces aspects such as early detection of symptoms, care and treatment of the disease. In tertiary prevention curative measures are applied to those with moderate or severe symptoms.

The importance of conceiving health in its historical-social dimension is evident, as well the interdependence of actions aimed at improving it. Our research seeks to inform necessary actions in the Covid-19 pandemic scenario through an assessment of PWB and its importance for health as one of its comprising elements.

This reflection leads to understanding health promotion as every action aimed at improving life quality and society organization, which are conditioning factors for the relationship between individuals and the environment, determinants of pleasure or suffering. Promoting health is thus an activity that should take into consideration a population, its environment, and its history. Those who promote health are the ones entitled to it, for health is gained through the struggle to conquest it (Calveti et al., 2007). Therefore, health requires the population and its government’s awareness of the risks present in the social environment, and participation of all in managing individual and collective health (Coelho, 2002; Martin, 1986).

In relation to the concept of health, the psychological meaning of PWB is a vast, multidisciplinary theme encompassing four areas: physical, functional, emotional, and social, involving clinical, social and organizational psychology, as well as developmental and health psychology.

As a recent concept, PWB is understood as a positive dimension of health, despite being already present in the Illuminist ideals. Its theoretical cornerstone are studies from the 1950s and 1960s. From these sets of investigations, the concept of well-being connected to a set of resources (welfare) began to be seen in a global sense, involving subjective aspects. In the following decades the concept and its applications were further

developed. In the 1970s the concept acquired a biopsychosocial bias; the 1980s brought a view of PWB as something distinct from subjective well-being (SWB) (Galinha & Ribeiro, 2005; Woyciekoski, Stenert, & Hutz, 2012). Since then, the concepts of PWB and SWB have been largely developed, but there is still no consensus.

The definition of PWB, which is the subject of this research, was introduced by Diener in 1984, being further developed after that. As a theoretical research area, PWB appeared as a criticism of the SWB perspective, which neglected the positive functioning of individuals and did not include in its formulation the ability to face challenges posed by life (Siqueira & Padovam, 2008).

PWB may be understood in three aspects: satisfaction with life, high level of positive affection, and low

level of negative affection, considering a series of elements that include levels of emotional responses and judgement of satisfaction with one's life (Machado & Bandeira, 2012). It is based on the eudaemonic perspective, according to which reaching one's life potential should prevail in relation to self-realization, purpose in life, and overcoming challenges (Fave, Brda, Freire, & et al., 2011; Ryff & Keyes, 1995; Santana & Godim, 2016).

In the 1980s Ryff presented a PWB model based on positive psychology, erected upon several humanistic theories of psychology. Ryff (1995) developed her PWB model drawing from studies in developmental psychology, clinical psychology and mental health to propose its factors, which include: self-acceptance, positive relations with others, autonomy, environmental mastery, purpose in life, and personal growth (Figure 1).

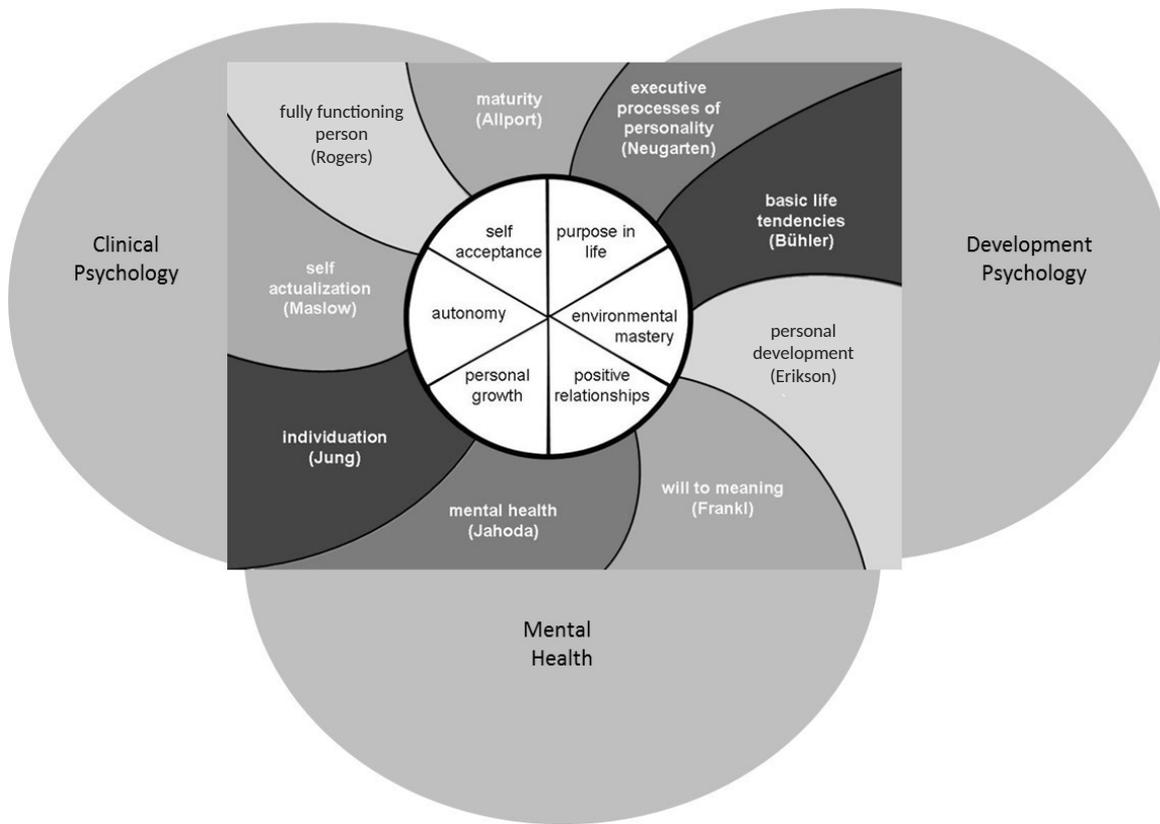


Figure 1. PWB model adapted by the authors from Ryff (1995).

The dimensions comprising PWB may be described as: (a) Self-acceptance: “positive attitude toward self, acknowledges and accepts multiple aspects of self, including good and bad qualities; feels positive about past life” (p. 101); (b) Positive relations with others: “warm, satisfying, trusting relationships with others;

is concerned about the welfare of others; is capable of strong empathy, affection, and intimacy” (p. 101); (c) Autonomy: “is able to resist social pressures to think and act in certain ways; regulates behavior from within; evaluates self by personal standards” (p. 101); (d) Purpose in life: “has goals in life and a sense of

directedness". The individual "feels there is a connection between the current present and past life; holds beliefs that give life purpose; has aims and objectives for living" (p. 101); (e) Environmental mastery: "has a sense of mastery and competence in managing the environment; controls complex array of external activities; makes effective use of surrounding opportunities" (p. 101); (f) Personal growth: "has feeling of continued development; sees self as growing and expanding; has sense of realizing his or her potential; sees improvement in self and behavior over time" (p. 101).

Studies carried out to validate the PWB model indicated variations that should be considered in future applications. Comparative studies on age differences showed that environmental mastery and autonomy tend to increase with age, whereas purpose in life and personal growth decrease with maturity. Studies on the differences between males and females demonstrated that women evaluate themselves as better in positive relationships with others and personal growth. In terms of cultural differences, model validation studies show differences between Western and Eastern countries (Ryff, 1995). There are several studies referring PWB; their results and validity can be applied to diverse contexts, such as: 1) age (Pereira, Lopes, Gonçalves, & Vasconcelos-Raposo, 2017; Queros & Neri, 2005; Vijai, 2004); 2) religion (Barnes & Meyer, 2012; Kathleen & Elliott, 2009; Ryff, Singer, & Palmersheim, 2004); 3) gender (Cleary, Zaborski, & Ayanian, 2004; Kertzner, Meyer, Frost, & Stirratt, 2009; Li, Kao & Wu, 2015); 4) nationality (Gloria, Castellanos, & Orozco, 2005; Moradi & Risco, 2006); and 5) social class (Marmot & Furher, 2004; Miner-Rubino, Winter, & Stewart, 2004).

Based on the aforementioned, our investigation intends to verify the following assumptions: 1) women's perceived PWB is lower than men's; this condition may be aggravated with the number of persons living in the same household; 2) young and elderly people, as well as groups at higher risk for Covid-19 complications, show lower perceived PWB than adults at no risk for complications; 3) lower levels of income and education produce lower perceived PWB.

Method

Data collection was carried out between May 4 and 10, 2020. Facebook Ads Manager was used with a set of rules regarding race, education, income, and Brazilian state of residence in order to reach a respondent profile

that was closer to the actual demographic structure of the Brazilian population. Using this tool to reach the diversified Brazilian population may be justified by the difficulty to access people offline and by the emergency character of the survey to reach the target audience – around 45 days after the start of the quarantine and with a rising number of deaths in the country –. Via stratified random sampling, Ads Manager was efficient in providing a representative sample of respondents about the psychological effects on well-being. The number of respondents from each Brazilian macroregion is proportional to the number of deaths officially reported by the Federal Government on May 3 (the Sunday before the survey started). Facebook Ads Manager allowed to capture the media effect of death, pain and fear provoked by the pandemic, which had already killed 85 people (1 percent) in the Mid-West; 963 people (14 percent) in the North; 1,918 in the Northeast; 210 people (3 percent) in the South and 3,849 (55 percent) in the Southeast, in a total of 7,025 deaths.

At first, we sought to illustrate the weight of deaths by Brazilian macroregion and, in each Brazilian macroregion, the impact of informing the quantity of deaths by state. According to classical sampling theory (Cochran, 1977), proportionate stratified random sampling is proportional to the population size of the entire population of strata and seeks to describe the population in small groups (Bolfarine & Bussab, 2005).

By the end of the survey, 1,732 answers were obtained. To ensure proportionality in each stratum, a simple random sampling was conducted in the dataset for each state by Brazilian geographic macroregion. For the North and Northeast, we used all the collected data due to the difficulty in getting responses from those regions. The final sample comprised 400 valid responses (3% from MW; 14% from N, 24% from NE, 5% from S, and 54% from SE).

PWB was measured using the six factors' model developed by Ryff et al. (2010) and Ryff e Keyes (1995) with the dimensions: autonomy, environmental mastery, personal growth, positive relations with others, purpose in life, and self-acceptance. The 18-item scale was used despite its lower internal consistency even in English (Seifert, 2021), because data collection via internet, as well the sample size and diversity of Brazilian population required a simpler scale with fewer items. Although there is a validated PWB scale in Portuguese (Machado, Bandeira, & Pawlowski, 2013), this scale was applied to university students only, and does not

warrant goodness-of-fit for the sample in the current investigation.

Based on the assumption that validity is superior than internal reliability of the scale (Costa, 2011), we decided to use content validity. Therefore, the items were translated to Portuguese and the content validation was undertaken by three specialists after a pretest. The items order and the seven-point Likert scale were kept according to the original tool. To formulate each dimension, reverse order items were transcribed to direct order. Each dimension was obtained through the arithmetic mean of its items.

Due to a lack of normality in the measures obtained, we used nonparametric tests to identify PWB nuances between: gender (female = 69%; male = 31%); age (young, 18 to 29 = 18 %; adult, 30 to 64 = 73%; elderly, over 65 = 9%); educational level (graduate = 64%; lower educational level = 36%); income (E (up to R\$ 2,090.00) = 21%; D (R\$ 2,090.00 to R\$ 3,135.00) = 12%; C (R\$ 3,135.00 to R\$ 10,450.00) = 39%; B (R\$ 10,450.00 to R\$ 20,900) = 19%; A (above R\$ 20,900.00) = 10%); and the number of persons living with the respondent in the same household. The variables race (self-reported: White = 56%; Multiracial = 31%; Black = 7.5%; Asian = 3.25%; Indigenous = 0.25%; and no self-classification = 2%) and religion (Catholic = 40%; Not religious = 27%; Protestant = 13%; Spiritism = 10%; African Diasporic Religion = 3%; Other = 7%) were used as baseline and helped characterize the sample and

define the representativeness of these population features in the sample.

In order to compare PWB differences for variables with more than two categories we used the Kruskal-Wallis test (Conover, 1999), in which the null hypothesis postulates that there is no psychological effect related to the different categories of a variable. For dimensions where this null hypothesis was rejected, multiple comparisons were run through the Wilcoxon-Mann-Whitney test (Conover, 1999).

Results

Data analysis was carried out using R language in the integrated development environment RStudio Cloud. Statistically significant differences between some of the variables under consideration were revealed. These results may be better understood in the analysis of each variable, as follows.

Age

The preliminary descriptive analysis did not show differences in the dimension perceived personal growth between the three age ranges. Environmental mastery and self-acceptance seemed to be best perceived by the elderly (Figure 2). The Kruskal-Wallis test yielded no evidence of differences between the medians of the personal growth ($p = 0.50$) and purpose in life ($p = 0.17$) dimensions for the three age groups.

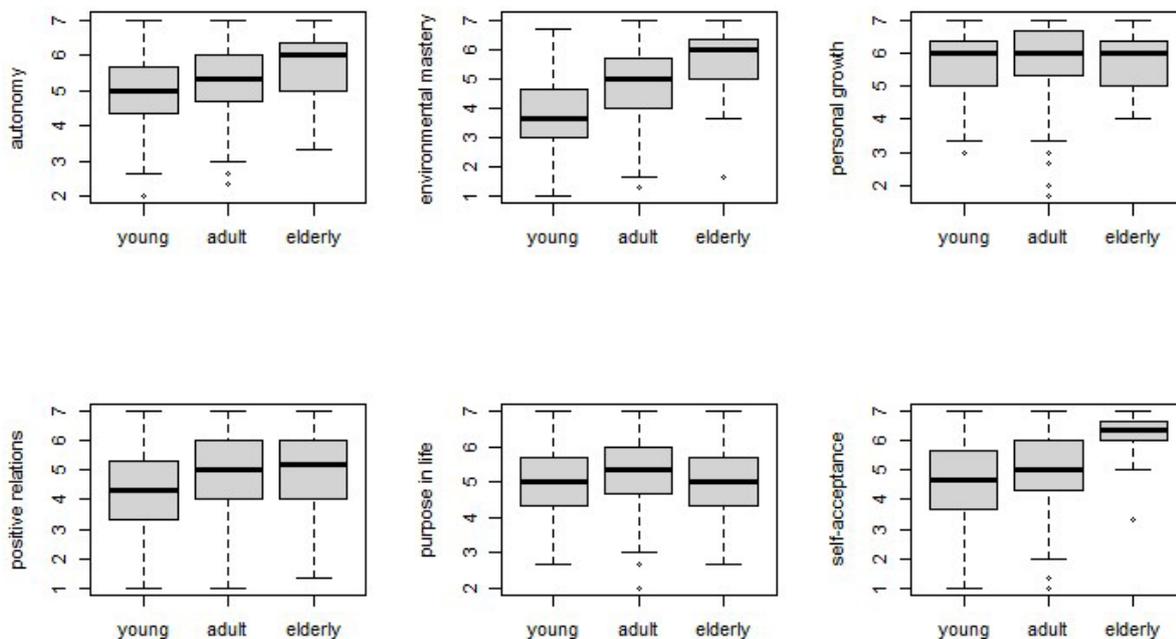


Figure 2. Age range versus PWB dimensions

However, statistically significant differences appeared between the dimensions: autonomy ($p < 0.01$), environmental mastery ($p < 0.01$), positive relations with others ($p = 0.01$), and self-acceptance ($p < 0.01$). Pairwise comparisons were undertaken for these dimensions across the three age groups using the Wilcoxon-Mann-Whitney (WMW) test to detect specific statistically significant differences between them.

The only statistically non-significant median comparison (Table 1) was obtained in the positive relations with others dimension between adults and elderly ($p = 0.40$). In the remaining dimensions there were a growing statistically significant difference between the age groups – from young to elderly – demonstrating higher autonomy, environmental mastery, and self-acceptance in the elderly group (Figure 2).

Table 1. WMW test results for age range

	Autonomy		Environmental mastery	
	young	adult	young	adult
adult	0.02	-	adult	0.00
elderly	0.00	0.00	elderly	0.00
positive relations			self-acceptance	
	young	adult	young	adult
adult	0.02	-	adult	0.00
elderly	0.02	0.40	elderly	0.00

Income

A descriptive analysis of the income variable (Figure 3) shows there was no graphic difference in the autonomy dimension between the different income levels. Regarding personal growth, some income brackets did not seem descriptively distinct. The wealthier social groups seemed to have higher environmental mastery, positive relations with others, purpose in life, and self-acceptance. In order to confirm the descriptive analysis based on graphic visualization, the same above-mentioned tests were run.

As a matter of fact, the results showed that there was no statistically significant difference in the autonomy dimension between the different income levels ($p = 0.77$). In the other dimensions, at least one income range differed from the others (p -values < 0.05). Pairwise comparisons between the classes yielded no evidence of statistical differences in environmental mastery among individuals from classes A and B, and among individuals from classes D and E. However, the cluster of individuals from classes A and B showed higher environmental mastery as compared to individuals from classes D and E (Figure 3).

Test results showed that classes A, B and C comprise a cohesive group in relation to the personal growth dimension (Table 2). On the other hand, individuals from classes D and E did not differ in this dimension and showed lower personal growth than individuals from classes A, B and C.

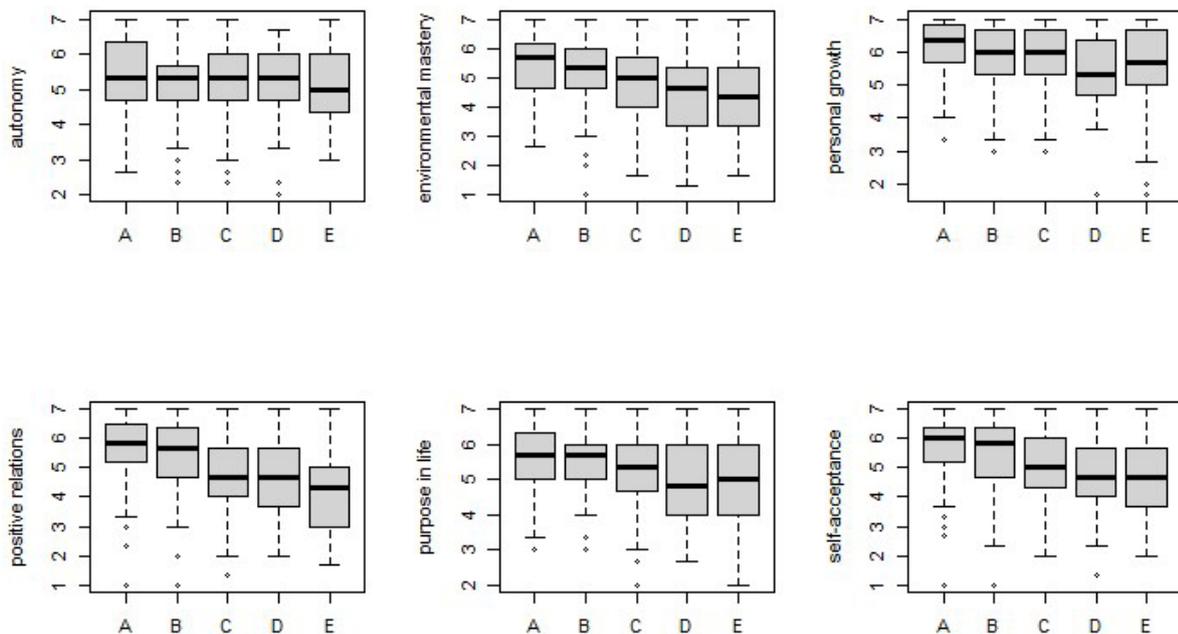


Figure 3. Social class versus PWB dimensions.

Table 2. WMW test results for social class

	Environmental mastery					Personal growth			
	A	B	C	D		A	B	C	D
B	0.22	-	-	-	B	0.54	-	-	-
C	0.01	0.09	-	-	C	0.58	0.67	-	-
D	0.00	0.01	0.11	-	D	0.01	0.03	0.01	-
E	0.00	0.00	0.05	0.96	E	0.03	0.10	0.02	0.30
positive relations					purpose in life				
	A	B	C	D		A	B	C	D
B	0.20	-	-	-	B	0.65	-	-	-
C	0.00	0.00	-	-	C	0.08	0.08	-	-
D	0.00	0.01	0.42	-	D	0.03	0.03	0.10	-
E	0.00	0.00	0.00	0.09	E	0.03	0.03	0.17	0.67
self-acceptance									
	A	B	C	D		A	B	C	D
B	0.32	-	-	-					
C	0.01	0.05	-	-					
D	0.00	0.00	0.01	-					
E	0.00	0.00	0.00	0.97					

As for the dimensions: positive relations with others, purpose in life, and self-acceptance, no evidence was found to affirm that individuals from classes A and B differed. Nevertheless, there were differences between the other classes, except for class C, which was not different to class D in purpose in life and self-acceptance. No evidence was found to affirm that individuals from classes D and E differed in any of the dimensions under study.

Education

Except for the autonomy dimension ($p = 0.68$), all the other dimensions showed statistically significant differences (p -values < 0.05) in relation to the educational level: individuals with no college education showed lower environmental mastery, personal growth, positive relations with others, purpose in life, and self-acceptance.

Gender

The analysis of the psychological dimensions by gender applied two filters in order to evaluate the assumption that women had lower perceived PWB than men – a condition that could have worsened due to the number of persons living in the same household –. The

first filter was sexual orientation. Only individuals who declared themselves heterosexual were analyzed, since different gender identities could bring to the analysis other sources of variations that were not in the scope of this study. The second filter eliminated individuals who lived with six or more persons in the same household, once there was a lower percentage of male respondents in these conditions; a scenario that prevented comparison of potential worsening of PWB for both genders.

After applying the filters, 343 respondents remained. The tests showed no evidence of statistical differences between genders in the dimensions: autonomy ($p = 0.30$), personal growth ($p = 0.61$), positive relations with others ($p = 0.24$), purpose in life ($p = 0.78$), and self-acceptance ($p = 0.85$). The only statistically significant difference appeared in environmental mastery ($p = 0.01$): women had a lower median ($p < 0.05$) in this comparison only.

In terms of the number of people living in the same household (excluding the respondent), the test yielded no evidence to affirm that there were significant differences in PWB related to the number of persons living with the respondent (p -values > 0.05 for all dimensions). Therefore, the assumption that PWB

worsens as the number of individuals living under the same roof increases was not statistically sustained.

Results discussion

Our data analysis evaluated Brazilians' PWB during the Covid-19 quarantine, thus contributing to investigations on the psychological effects of social isolation among distinct social and demographic strata. In terms of gender, we could not confirm that women have lower perceived PWB than men. Thus, our research does not corroborate results by Taylor et al (2008), but it does support Hawryluck et al. (2004), which shows that the experience of quarantine does not affect men and women differently. Likewise, no difference in PWB was verified according to the number of individuals living in the same household.

However, differences were found in relation to income, age, and education. The analysis of results from the income perspective demonstrates lower PWB levels in the personal growth dimension for individuals in classes D and E; among classes A, B and C, this dimension showed no statistically significant difference. This fact seems to indicate that there is a minimum of access to products and services that may sustain activities linked to personal growth. Something similar has been seen in the environmental mastery dimension, with higher results among classes A and B. Income inequality and its health-related consequences are considerably referred to the literature (Marmot & Furher, 2004; Pickett & Wilkinson, 2015). It should be noted that class C is closer to classes A and B in the personal growth dimension. However, class C is closer to class D in purpose in life and self-acceptance (Pickett & Wilkinson, 2015).

The collected data evidenced higher PWB in environmental mastery, autonomy, and self-acceptance in the elderly population, which reinforces the extant literature reporting this population as "seeing themselves as well-adjusted, or as individuals with positive development, who possess high levels of socioemotional competencies" (Queroz & Neri, 2005, p. 6). By understanding maturity as the search for fulfilling one's potential, Ryff (1995) demonstrates the existence of high standards of social adequacy in the PWB construction. This aspect may help explain the subjective sense of PWB which, according to our collected data, seemed to grow from youth to maturity.

Regarding education, we verified that the higher the level of education (graduate or undergraduate), the

higher the PWB in all dimensions, except autonomy, thus corroborating Taylor's (2008) findings that people with lower educational levels tend to suffer more negative effects from the quarantine experience.

Concluding remarks

This research fulfilled its aim to present an initial contribution for investigations on PWB and the psychological effects of the Covid-19 quarantine in Brazil, since there are not studies with a deeper understanding of Brazilians' PWB during the pandemic. These findings may guide new analyses and publications around the theme, for example, discussing PWB differences between genders according to social class, age or educational level. There is enough material to compare data from Brazil and from the state of São Paulo, the country's financial heart and initial epicenter of the Covid-19 outbreak.

Moreover, either the surveyed dataset may be useful for further comparisons inside the same population when the Covid-19 pandemic slows down; or may also be undertaken comparisons of our results to results from other countries.

This research has limitations, especially related to the use of the reduced 18-item scale with lower reliability in the six dimensions (even in its English version) when compared to other variants with more items. Therefore, it may be difficult to compare our results to other studies in the Brazilian context using a PWB scale with different numbers of items.

The study's contributions are the opportunity to draw a PWB profile for the Brazilian population during the pandemic, which could be used in future comparisons with local and international data still to be published. Our data also highlights that the country's evident social and economic inequality was reflected in the PWB results, especially concerning to income, stressing the need to support low-income populations. This is a complex aspect that reinforces understanding health in its plural nature, as well as a social construction, a product of individuals and their relationships in the political and social spheres.

References

- Andrade, L. D. F., Morais, S. R. S., & Andrade, A. N. (2012). Profissionais da saúde em campo: revisão integrativa das práticas de educação em saúde na atenção pública primária, secundária e terciária. *Revista de Educação do Vale do São Francisco - REVASF*, 2(3).

- Retrieved from <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/325>
- Barbisch, D., Koenig, K. L., & Shih, F. Y. (2015). Is there a case for quarantine? Perspectives from SARS to Ebola. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, 9, 547-553. doi: 10.1017/dmp.2015.38
- Barnes, D. M., & Meyer, I. H. (2012). Religious affiliation, internalized homophobia, and mental health in lesbians, gay men, and bisexuals. *American Journal of Orthopsychiatry*, 82(4), 505-515. doi: 10.1111/j.1939-0025.2012.01185.x
- Bolfarine, H., & Bussab, W. O. (2005). *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgar Blücher.
- Braunack-Mayer, A., Tooher, R., Collins, J. E., Street, J. M., & Marshall, H. (2013). Understanding the school community's response to school closures during the H1N1 2009 influenza pandemic. *BMC Public Health*, 13, 344. doi: 10.1186/1471-2458-13-344
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *Lancet*, 395, 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Caleo, G., Duncombe, J., Jephcott, F., Lokuge, K., Mills C., Looijen, E., ... Greig, J. (2018). The factors affecting household transmission dynamics and community compliance with Ebola control measures: A mixed-methods study in a rural village in Sierra Leone. *BMC Public Health*, 18, 248. doi: 10.1186/s12889-018-5158-6
- Calvetti, P. U., Muller, M. C., & Nunes, M. L. T. (2007). Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4). doi: 10.1590/S1414-98932007000400011
- Cleary, P., Zaborski, L., & Ayanian, J. (2004). Sex differences in health over the course of midlife. In O. Brim, C. Ryff, & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 37-63). Chicago: University of Chicago Press.
- Cochran, W. G. (1977). *Sampling techniques* (3rd. ed.). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Coelho, M. (2002). Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 9(2), 315-333. doi: 10.1590/S0104-59702002000200005
- Conover, W. J. (1999). *Practical nonparametric statistics* (3rd. ed.). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Costa, F. J. (2011). *Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- DiGiovanni, C., Conley, J., Chiu, D., & Zaborski, J. (2004). Factors influencing compliance with quarantine in Toronto during the 2003 SARS outbreak. *Biosecurity and Bioterrorism*, 2, 265-272. doi: 10.1089/bsp.2004.2.265
- Fave, A. D., Brdar, I., Freire, T., Vella-Brodrick, D., & Wissing, M. P. (2011). The eudaimonic and hedonic components of happiness: qualitative and quantitative findings. *Social Indicators Research*, 100(2), 185-207. doi: 10.1007/s11205-010-9632-5
- Galinha, I., & Ribeiro, J. (2005). História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 6(2), 203-214. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/37650194_Historia_e_Evolucao_do_Conceito_de_Bem-Estar_Subjetivo
- Gloria, A., Castellanos, J., & Orozco, V. (2005). Perceived educational barriers, cultural fit, coping responses, and psychological well-being of latina undergraduates. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, 27(2), 161-183. doi: 10.1177/0739986305275097
- Hawryluck, L., Gold, W. L., Robinson, S., Pogorski, S., Galea, S., & Styra, R. (2004). SARS control and psychological effects of quarantine. *Emerging Infectious Diseases*, 10, 1206-1212. doi: 10.3201/eid1007.030703
- Kathleen, A., & Elliott, J. (2009). The role of religious activity and spirituality in the health and well-being of older adults. *Journal of Health Psychology*, 14(1), 43-52. doi: 10.1177/1359105308097944
- Kertzner, R., Meyer, I., Frost, D., & Stirratt, M. (2009). Social and psychological well being in lesbians, gay men, and bisexuals: The effects of race, gender, age, and sexual identity. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(4), 500-510. doi: 10.1037/a0016848
- Lee, S., Chan, L. Y., Chau, A. M., Kwok, K. P., & Kleinman, A. (2005). The experience of SARS-related stigma at Amoy Gardens. *Social Science & Medicine*, 61, 2038-2046. doi: 10.1016/j.socscimed.2005.04.010
- Li, R., Kao, C., & Wu, Y. (2015). Gender differences in psychological well-being: Tests of factorial invariance. *Quality of Life Research*, 24, 2577-2581. doi: 10.1007/s11136-015-0999-2
- Machado, W., & Bandeira, D. (2012). Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 587-595. Retrieved from <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n4/v29n4a13.pdf>
- Machado, W., Bandeira, D., & J. Pawlowski. (2013). Validação da Psychological Well-being Scale em uma amostra de estudantes universitários. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 263-272. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200017
- Maggi, B. (2006). Bem-estar. *Laboreal*, 2(1), 62-63. Retrieved from http://laboreal.up.pt/files/articles/2006_07/pt/62-63pt.pdf
- Marjanovic, Z., Greenglass, E. R., & Coffey, S. (2007). The relevance of psychosocial variables and working conditions in predicting nurses' coping strategies during the SARS crisis: An online questionnaire survey. *International Journal of Nursing Studies*, 44, 991-998. doi: 10.1016/j.ijnurstu.2006.02.012
- Marmot, M., & Furher, R. (2004). Socioeconomic position and health across midlife. In O. Brim, C. Ryff, & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 64-89). Chicago: University of Chicago Press
- Martin, H. S. (1986). *Manual de salud pública y medicina preventiva*. Paris: Masson.
- Mihashi, M., Otsubo, Y., Yinjuan, X., Nagatomi, K., Hoshiko, M., & Ishitake, T. (2009). Predictive factors of psychological disorder development during recovery following SARS outbreak. *Health Psychology*, 28(1), 91-100. doi: 10.1037/a0013674
- Miner-Rubino, K., Winter, D., & Stewart, A. (2004). Gender, social class, and the subjective experience of aging: Self-perceived personality change from early adulthood to late midlife. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 30(12), 1599-1610. doi: 10.1177/0146167204271178
- Moradi, B., & Risco, C. (2006). Perceived discrimination experiences and mental health of Latina/o American persons. *Journal of Counseling Psychology*, 53(4), 411-421. doi: 10.1037/0022-0167.53.4.411
- Pan, P. J. D., Chang, S. H., & Yu, Y. Y. (2005). A support group for home-quarantined college students exposed to SARS: Learning from practice. *The Journal for Specialists in Group Work*, 30, 363-374. doi: 10.1080/01933920500186951

- Pellecchia, U., Crestani, R., Decroo, T., Van den Bergh, R., & Al-Kourdi, Y. (2015). Social consequences of Ebola containment measures in Liberia. *PLOS ONE*, *10*(12). doi: 10.1371/journal.pone.0143036
- Pereira, H. P., Lopes, D. G., Gonçalves, M. C., & Vasconcelos-Raposo, J. J. (2017). Bem-estar psicológico e autoestima em estudantes universitários. *Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte*, *12*(2), 297-305. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/3111/311151242013.pdf>
- Pickett, K., & Wilkinson, R. (2015). Income inequality and health: A causal review. *Social Science and Medicine Journal*, *128*, 316-326. doi: 10.1016/j.socscimed.2014.12.031
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. New York, USA: Author. Retrieved from http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf
- Queroz, N., & Neri, A. (2005). Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *18*(2), 292-299. doi: 10.1590/S0102-79722005000200018
- Ryff, C. (1995). Psychological well-being in adult life. *Current Directions in Psychological Science*, *4*(4), 99-104. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/20182342?origin=JSTOR-pdf&seq=1>
- Ryff, C. D., Almeida, D. M., Ayanian, J. Z., Carr, D. S., Cleary, P. D., Coe, C., ... Williams, D. R. (2010). *Midlife in the United States (MIDUS 2), 2004-2006*. Inter-university Consortium for Political and Social Research [distributor]. doi: 10.3886/ICPSR04652.v8
- Ryff, C. D., & Keyes, C. L. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, *69*(4), 719-727. Retrieved from <http://midus.wisc.edu/findings/pdfs/830.pdf>
- Ryff, C. D., Singer, B., & Palmersheim, K. (2004). Social inequalities in health and well-being: the role relational and religious protective factors. In O. Brim, C. D. Ryff, & R. Kessler (Eds.), *How healthy are we? A national study of well-being at midlife* (pp. 90-123). Chicago: University of Chicago Press.
- Santana, V., & Godim, S. (2016). Regulação emocional, bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *21*(1), 58-68. doi: 10.5935/1678-4669.20160007
- Seifert, T. (2021). *The Ryff scales of psychological well-being*. Retrieved from <https://centerofinquiry.org/uncategorized/ryff-scales-of-psychological-well-being/>
- Siqueira, M., & Padovam, V. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *24*(2). doi: 10.1590/S0102-37722008000200010
- Taylor, M. R., Agho, K. E., Stevens, G. J., & Raphael, B. (2008). Factors influencing psychological distress during a disease epidemic: Data from Australia's first outbreak of equine influenza. *BMC Public Health*, *8*: 347. doi: 10.1186/1471-2458-8-347
- Vijai, C. (2004). *Estudo exploratório das relações entre avós e netos e o bem-estar psicológico na velhice* (Master's thesis, Universidade de Lisboa). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10451/29727>
- World Health Organization. (2020). *Constitution*. Geneva, SWI. Retrieved from <https://www.who.int/about/governance/constitution>
- Woyciekoski, C., Stenert, F., & Hutz, S. (2012). Determinantes do bem-estar subjetivo. *Revista Eletrônica PUC-RS*, *43*(3). Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8263>

Mariana Malvezzi, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é Professora Adjunta I da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Endereço para correspondência: Rua Coronel Oscar Porto, 795, apt.101, CEP 04.003-004. São Paulo – SP. Email: mariana.malvezzi@hotmail.com

Flávia Feitosa Santana, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Adjunta da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Email: flavia.feitosa@espm.br

Cléber da Costa Figueiredo, Doutor em Estatística pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), é Professor Adjunto II da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e Professor Horista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Email: cleber.data.scientist@gmail.com

Received in 31.may.20
 Revised in 23.mar.21
 Accepted in 01.jun.21

Covid-19 and mental health: A study of social representations with university students

Jaqueline Gomes Cavalcanti. Centro Universitário UNIESP
Fabrycianne Gonçalves Costa. Centro Universitário UNIESP
Maria da Penha de Lima Coutinho. Centro Universitário UNIESP
Adriele Vieira de Lima Pinto. Centro Universitário UNIESP
Karla Costa Silva. Instituto Federal de Pernambuco

Abstract

The objective was to apprehend the Social Representations (SR) of university students from a private Institution about Covid-19 and mental health. There were 294 participants, between 18 to 59 years old ($M = 27.43$; $SD = 6.05$). These participants submitted to a sociodemographic questionnaire and the Free Word Association Technique (stimuli: coronavirus and health mental), applied online. Process the data using the TRIDEUX-MOTS software through the Factor Analysis of Correspondence. The results pointed to consensualities between the “coronavirus” and “mental health” stimuli anchored in the psycho-emotional sphere, aimed at anxiety, fear, anguish, and sadness. These stimuli also share other nuclei of a meaning of SR, anchored in protective elements of mental health, faith, health, care, and family. Thus, understanding how SR from different groups in the face of this new phenomenon can help preventive actions to face the disease and preserve mental health.

Keywords: mental health; university students; social representation; pandemic.

Resumo

Covid-19 e saúde mental: um estudo de representações sociais com universitários. Objetivou-se apreender as Representações Sociais (RS) de estudantes universitários de uma instituição privada sobre Covid-19 e saúde mental. Contou-se com a participação de 294 participantes, entre 18 a 59 anos ($M = 27,43$; $DP = 6,05$), os quais foram submetidos a um questionário sociodemográfico e à Técnica de Associação Livre de Palavras (estímulos: coronavírus e saúde mental), aplicados de forma online. Processou-se os dados pelo software TRIDEUX-MOTS, por meio da Análise Fatorial de Correspondência. Os resultados apontaram para consensualidades entre os estímulos “coronavírus” e “saúde mental” ancorados na esfera psicoemocional, objetivadas por: ansiedade, medo, angústia e tristeza. Esses estímulos também compartilharam outros núcleos de sentido das RS, ancorados em elementos protetivos da saúde mental, sendo eles: fé, saúde, cuidado e família. Assim, compreender as RS de diferentes grupos diante deste novo fenômeno pode auxiliar ações preventivas de enfrentamento da doença e preservação da saúde mental.

Palavras-chave: saúde mental; estudantes universitários; representação social; pandemia.

Resumen

Covid-19 y salud mental: un estudio de representaciones sociales con estudiantes universitarios. El objetivo era apreender a las Representaciones Sociales (RS) de estudiantes universitarios de una institución privada sobre Covid-19 y salud mental. Póngase en contacto con la participación de 294 participantes, entre 18 y 59 años ($M = 27.43$; $SD = 6.05$), cuáles son los requisitos para el cuestionario sociodemográfico y la técnica de asociación de palabras libres (estímulos: coronavirus y salud mental), aplicaciones en línea. Procese los datos usando el software TRIDEUX-MOTS, a través del Análisis de Correspondencia de Factor. Los resultados mostraron consensualidades entre el “coronavirus” y los estímulos de “salud mental” anclados en la esfera psicoemocional, con el objetivo de: ansiedad, miedo, angustia y tristeza. Estos estímulos también comparten otros núcleos de significado SR, anclados en elementos protectores de la salud mental, son: fe, salud, cuidado y familia. Por lo tanto, comprender cómo la RS de diferentes grupos frente a este nuevo fenómeno puede ayudar a las acciones preventivas para enfrentar la enfermedad y preservar la salud mental.

Palabras clave: salud mental; estudiantes universitarios; representación social; pandemia.

At the international level, the disease Covid-19, caused by the new coronavirus, has been spreading globally and acquiring a pandemic character due to the damage it causes to the public health system, as well as the economic, social, and psychological impacts at global levels, being considered as the most significant public health emergency of international concern in recent years. In this regard, the World Health Organization (WHO) has declared the Covid-19 outbreak a public health emergency of international concern - the organization's highest level of alert, as outlined in the International Health Regulations, and characterized as a pandemic (WHO, 2020).

In this way, the daily life of various social groups has undergone numerous changes due to the primary measures recommended by the competent bodies to reduce the contagion speed, namely: isolation of the population at home; physical distance between people; wear masks; frequent hand washing, use of portable hand sanitizer, and avoidance of hand-to-face contact (Casella, Rainik, Cuomo, Dulebohn, & Di Napoli, 2020; Duan & Zuh, 2020; WHO, 2020).

The first cases of Covid-19 reported in China dated December 2019 (Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva, & Demenech, 2020; Xiao, 2020; Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020), becoming a highly prevalent phenomenon in many countries around the world. According to WHO data, until May 29, 2020, 5,701,337 cases of the disease were registered in the world, with 107,740 new cases registered to the previous day, 357,688 deaths, and 4,354 new cases (WHO, 2020). According to the Brazilian context, until May 30, 2020, there were 465,166 registered cases of the disease, 26,928 new concerning the previous day, and 27,878 deaths, 1,124 new to the previous day (Ministério da Saúde, 2020). However, these numbers have increased significantly, as the June 29, 2021 summary from *Ministério da Saúde* (Ministry of health) (2021) points out, which indicates several 18,513,305 cumulative confirmed cases in the country and 515,985 cumulative deaths.

The disease caused by the new coronavirus is characterized by a picture similar to influenza syndromes, with symptoms such as fever and dry cough frequently associated and may evolve to respiratory distress (Q. Li, et al., 2020). The severe manifestations lead to a sudden and unexpected worsening of clinical conditions, especially in the elderly, immunocompromised patients or, who have associated chronic diseases (Villegas-Chiroque, 2020). Regarding Covid-19, it progresses to a level of a respiratory syndrome and can manifest in

mild forms, moderate to severe pneumonia, and severe acute respiratory syndrome (SARS). It can lead to sepsis and death (Casella et al., 2020).

Those who survive coronavirus can be identified, depending on the degree of severity manifested at the peak of the disease, by symptoms such as breathlessness, fatigue, loss of smell and taste, memory compromise. In addition, there are also psychological risks, similar to the various historical contexts surrounding the outbreak of infectious diseases (Torales, O'Higgins, Castaldelli-Maia, & Ventriglio, 2020).

Negative psychological repercussions can be present before, during, and after the illness; in this regard, WHO warned that the worsening due to the virus of the society's mental health could be related to the uncertainties caused by the disease, the risks of contamination, and the obligation of home isolation (Chatterjee, Malathesh, & Mukherjee, 2020). In the same direction, the UN has pointed to an emerging global mental illness crisis, as millions of people worldwide are surrounded by death and illness - and are still forced into isolation, poverty, and anxiety due to the Covid-19 pandemic.

In addition, there is already recent scientific evidence for this warning, for example, the study developed by Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al. (2020) with 1210 interviewees from 194 cities in China in January and February 2020. The data pointed out that 54% of interviewees rated the psychological impact of the Covid-19 outbreak as moderate or severe; 29% reported moderate to severe anxiety symptoms, and 17% reported moderate to severe depressive symptoms. In the same direction, Huang and Zhao (2020) pointed out that approximately 603 Chinese (18.1%) reported depressive symptoms. For these authors, the association with depressive symptoms may relate to the fear of being infected and the difficulty controlling the disease.

Using another study design, Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al. (2020) conducted a longitudinal study considering two moments: during the initial outbreak and the epidemic's peaks, four weeks later. The survey included 1738 participants from 190 Chinese cities (1210 participated in the first round, 861 in the second round, and 333 participated). The results indicated moderate to severe stress regarding anxiety and depression in 8.1%, 28.8%, and 16.5%, respectively.

These data do not restrict to the Chinese context, and there are also mental health implications for Indians, as pointed out in the study proposed by Roy et al. (2020), which aimed to find out the perception of

anxiety about the Covid-19 pandemic, with 662 interviewees. The results showed that more than 80% of the participants were concerned with the ongoing pandemic, 40% paranoid at the thought of contracting the new coronavirus infection, 72% worried about themselves and their relatives; 12% had sleeping problems; 41% claimed to feel afraid when someone in their social circle got sick. In addition, approximately 1/3 of the participants reported having bad social behavior due to the fear of contracting the virus, and a little more than half felt panic with the Covid-19 pandemic reports in print and electronic media in the previous week.

When considering the population of university students, the evidence of adverse psychological effects draws attention, for example, in the study developed by Maia and Dias (2020), with two samples of university students: the first composed of 460 subjects with a mean age of 20.14 years, and the other with 159 subjects with a mean age of 20.40 years. This research had as objective to explore the levels of anxiety, depression, and stress in Portuguese university students, comparing two distinct moments, that is, a regular period (2018 and 2019) and the pandemic period (between the suspension of classes and the decree of a state of emergency in Portugal). The results indicated that students who joined the study in the pandemic period had significantly higher levels of depression, anxiety, and stress when compared to those who joined the study in the average period.

In the same direction, Cao et al. (2020), to assess the mental situation of Chinese university students during the pandemic, surveyed a sample of 7,143 participants and found that 24.9% of university students were suffering from anxiety due to the Covid-19 outbreak. Of those, 0.9% experienced severe anxiety, 2.7% moderate, and 21.3% mild anxiety two weeks before the survey.

These findings reinforce the results of Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, McIntyre et al. (2020b). According to these authors, being a student at Covid-19 times increases the chances of having symptoms of anxiety and depression. To Cao et al. (2020), the losses in the student's mental health are explained by some contextual issues such as academic adjustments and family, social isolation, postponement of lessons, insertion of remote learning methods, or even concern with future employment, reduction of interpersonal communication.

When considering the sample of university students in the private network, there is also the

aggravating economic factor since a significant number had a reduction in their income caused by unemployment. Therefore, they need to look for alternatives to afford the tuition fees or even cancel their course. In this way, the need for more empirical studies on this population is recognized, especially regarding the perspective of these social actors.

Thus, the present study is based on the Theory of Social Representations (TSR) as an analytical basis of knowledge shared by social actors (Moscovici, 2012). The TSR was developed by Serge Moscovici (1961) on his studies on Psychoanalysis presented in *La Psychoanalysis*. For this author, social representation is "*uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos...*" (modality of a particular knowledge that is responsible for the development of behaviors and communication among individuals) (Moscovici, 2012). To be considered a form of practical knowledge, the RS was inserted in the study field of common sense knowledge (Spink & Carron, 1993).

This contribution was chosen. After all, it allows studying the relational complexity of particular situations through their social, psychological, and historical context because it highlights the importance of communication and social discourse. Thus, the TSR can contribute to the CORONAVIRUS study, allowing us to know how social representations affect social practices. Such evidence may subsidize the scientific knowledge and any educational and health actions directed to this population (Doise, 2001; Moscovici, 2012).

Based on these considerations, this study aimed to apprehend the Social Representations (SR) of university students from a private institution about Covid-19 and mental health. More specifically, it proposed to know the sociodemographic profile of the participants; to recognize the associative networks of the evoked contents, concerning to the stimuli "gender", "age", "schooling", "if you had Covid-19", and "if you know someone who had Covid-19"; and know the inter and intra-group consensual universe shared by participants regarding Covid-19 and mental health.

Method

Type of Study

It is a mixed quantitative and qualitative research, with an exploratory-descriptive approach, cross-sectional and non-probabilistic sample, taken by convenience.

Participants

This study included 294 university students from a private institution of the state of Paraíba, aged between 18 and 59 years ($M = 27.43$; $SD = 6.05$), the majority being women (79.9%). Of these, 99% said they were not affected by Covid-19; 84.4% said they had some relative with covid-19, and 54.8% pointed out they knew a close person who has had the disease. Furthermore, most of the interviewees highlighted that they had their routine completely changed (61.9%) and found it challenging to maintain a study routine (82.7%).

Instruments

We used the Free Association of Words Technique (TALP), improved by Jung in 1905 (Anzieu, 1979), and adapted to Social Psychology by Di Giacomo (1981). It is a projective technique that enables the recognition of the latent dimensions of social representations through the configuration of the constituent elements of the associative networks of the evoked contents concerning each stimulus or inductive word. Thus, this tool allows us to check implicit elements that would be unattainable or masked by the discursive productions of social actors (Abric, 1994).

In the present study, the inductive stimuli “coronavirus” and “mental health” were used.

Additionally, the university students answered a sociodemographic questionnaire containing questions about age, gender, if they have already been diagnosed with Covid-19, if any relative has already been diagnosed, if they know someone close to it. Illness, if routine has changed, and as well as if it is having difficulty maintaining a study routine.

Ethical Procedures and Data Collection

This search followed all the ethics standards mentioned by the Brazilian National Health Council, under Resolutions 466/12 and 510/2016. Students were invited to respond to a questionnaire via electronic form (Google Docs). For this, sharing on social networks like Instagram and WhatsApp was used. Furthermore, when starting the research, the interviewee was informed about the questionnaire to fill it, its voluntary and confidential nature. If they agreed to respond, the instrument was made available to the participant. It should be emphasized that, in the data collection, the IP number of the electronic devices used to answer the questionnaire (internet protocol) was controlled, being limited to a response by identifier. It should be noted that the sampling happened in April 2020.

Data Analysis Procedures

The data from the sociodemographic questionnaire were analyzed with the support of SPSS (version 21.0) for descriptive analyses (mean, percentage, standard deviation). The answers related to the sociodemographic questionnaire and the Free Word Association Technique; were coded and processed by the Tri-Deux-Mots software (Cibois, 1995) and analyzed using Correspondence Factor Analysis (CFA). This analysis highlights axes or factors that explain response modalities, which allow us to graphically observe the attraction and distance between fixed variables, in this study (“gender,” “age,” “schooling,” “if they have had Covid-19,” and “if they know someone who has had Covid-19”), and the opinion variables, which correspond to the words evoked by the subjects in front of the inductive stimuli (“coronavirus” and “mental health”).

Results and discussion

Correspondence Factor Analysis

It was used to apprehend the Social Representations of university students from a private institution about Covid-19 and mental health. The results were obtained by Tri-Deux-Mots processing, from two inducing stimuli (“coronavirus” and “mental health”), associated with fixed variables (“gender”, “age”, “education”, “had Covid-19”). A total of 2,905 words related to inductive stimuli were processed; 294 were different, of which 49 constituted the factorial plan. The words got an average factorial load equal to 20.40, based on the sum of loads (1000) divided by the total number of words in the plan (49). Table 1 presents the most important words associated with the inductive terms.

Based on the inductive stimulus “coronavirus”, it was possible to understand that the representational construction of this phenomenon occurred from elements that reflect the experience of new psychosocial arrangements and the incorporation of technical-scientific terms to common sense. In this sense, the participants conceptualized the coronavirus from the following aspects: it is a virus that has taken a pandemic proportion (*pandemic*), requiring the adoption of measures to prevent its spread, including *quarantine* and, whenever it is necessary to go out, wear *masks*. Due to its damage, this global problem has generated more and more *anxiety*, *anguish*, and *sadness* in *families*. *Faith* seems to be a vital element in facing this moment of *uncertainty* and *insecurity*.

Table 1. Evocations associated to the stimuli with the highest contributions per factor

Inductive Stimulus	Evocation	CPF1	CPF2
Coronavirus	Virus	-	89
	Pandemic	-	57
	Fear	-	49
	Faith	-	43
	Mask	39	-
	Family	38	-
	Uncertainty	-	36
	Anxiety	29	-
	Anguish	-	27
	Danger	23	-
	Quarantine	23	-
	Insecurity	20	-
	Sadness	20	-
	Suffering	199	-
Mental health	Bad	-	83
	Anguish	-	79
	Faith	76	-
	Missing	76	-
	Care	-	65
	Meditation	57	-
	Depression	-	53
	Fear	-	53
	Important	51	-
	Loneliness	32	-
	Panic	31	-
	Difficult	29	-
	Boredom	27	-
	Stress	-	23

Note. The values highlighted demonstrate greater contribution to the indicated factor.

Concerning the inducing stimulus “mental health”, it represented from the perspective of the quarantine period, a measure requested by the WHO to combat the proliferation of the virus. Thus, spending more time at home and, in the same environment, performing different activities, whether they are working, academic or domestic, such as adapting to their children’s education through remote classes, among others. Thus, this context has been characterized as tedious, complex, bad, and stressful. For some people, it has triggered psychological distress, anguish, fear, symptoms of depression and anxiety, panic disorder. Missing relatives and friends was another critical factor

mentioned, and meditation and faith are considered coping strategies.

Given these data, the SR Correspondence Factorial Plan prepared by university students from a private educational institution was analyzed from reading the modalities, evoked words, or semantic fields, distributed oppositely on the two axes or factors (Factor 1 and Factor 2) presented in Picture 1. These factors reveal similarities and distinctions in the content and at the SR structure. According to the relative distribution of the words in the factorial space, the explanatory power was 75.2% of the total variance, being distributed between Factor 1, with 31.5% (eigenvalue = 0.014), and Factor 2, with 43.7% of explained variance (eigenvalue = 0.012) (Picture 1), demonstrating statistical parameters with internal consistency and reliability, considering the research conducted within the scope of SR (Nóbrega & Coutinho, 2011).

According to Picture 1, in the first axis (F1), in the horizontal line, to the left of the factorial plane, evocations of the participants of the female genre with Complete Higher Education were evidenced. For this group, the stimulus “coronavirus” was targeted by the terms *mask*, *quarantine*, *caution*, *danger*, *chaos*, *insecurity*, *cure*, and *hope*, which seem to be anchored in the experience of adverse realities imposed by the pandemic situation, as well as in beliefs in overcoming this reality.

Thus, this group uses the words *mask* and *quarantine* to mention the disease prevention measures, linking with the main strategies for reducing the contagion rate by coronaviruses identified in the literature (Casella et al., 2020; Duan & Zuh, 2020;). It is worth highlighting the SR objectification process, in which the group starts to appropriate new elements that were not previously part of the daily life (*mask*, *quarantine*), making it familiar, an object (*coronavirus*) that starts to integrate the representational repertoire (Moscovici, 2012).

In this way, it is worth noting that the access to accurate information contributes to the SR to guide adaptive behaviors regarding this reality. On this aspect, a study found that to be a woman, a student has symptoms suggestive of Covid-19, and health problems were associated with higher rates of anxiety and depression. On the other hand, the availability of accurate information and the use of preventive measures, such as washing the hands, appeared to mitigate these effects (X. Li, et al., 2020). However, the dissemination of conflicting and contradictory information, mainly caused by

the fake news phenomenon, contributes to the construction of dysfunctional SR (Do Bú, Alexandre, Bezerra, Sá-Serafim, & Coutinho, 2020), as well as the feeling of

uncertainty, the low adherence to preventive behaviors, and, consequently, to the aggravation of the adverse effects of the Covid-19 pandemic.

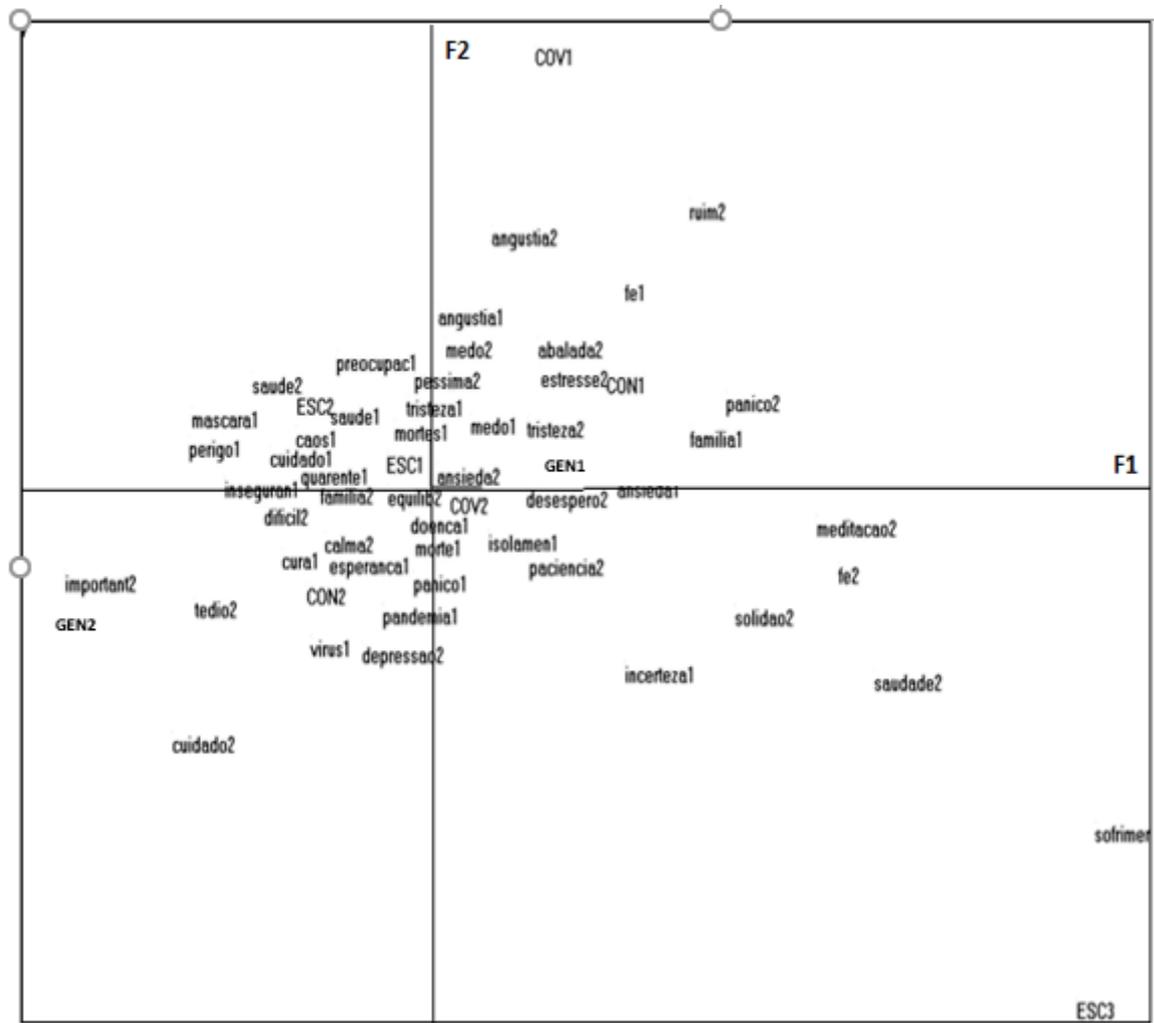


Figure 1. Factorial Correspondence Plan of the social representations of university students about coronavirus and mental health.

Note. Opinion Variables or Inductive Stimuli. The number at the end of each word means an association with: 1 = coronavirus; 2 = mental health; Fixed Variables (upper case): GEN1 (male); GEN2 (female); ESC1 (incomplete higher education); ESC2 (higher education); ESC3 (postgraduate); COV1 (had covid-19); COV2 (have not had covid-19); CON1 (knows who has had coronavirus); CON2 (don't know who has had coronavirus).

It is worth highlighting the terms *danger* and *chaos*, which reveal the specific moment experienced, a complex and uncertain scenario regarding treatment and immunization. In this way, the perception of being vulnerable to numerous threats seems to be related to a sense of incapacity to act. Thus, the element *insecurity* would represent the risk perception (the cognitive component) associated with fear (affective component) of contamination, which leads to the adherence or not to protective measures (the behavioral component)

(Guedes, 2012). Even within the uncertainty scenario regarding the treatment of Covid-19, the appearance of the terms *hope* and *cure is noteworthy*, meaning the participants' belief in the possibility of positive results. In this regard, objectification fulfill the purpose of turning an abstract reality, such as the treatment of Covid-19, into something cognizable, at least from the perspective of hope (Do Bú et al., 2020; Moscovici, 2012)

Still on the F1 axis, on the left side of the factorial plane, the words evoked by the female group for

the stimulus “mental health” are possibly anchored in the cognitive and relational dimensions, as well as in the experiences lived due to home isolation. About the critical objectifications, health, balance, and calm, which are guided by everyday interactions in the pandemic context, it is possible to notice a favorable attitude of this group concerning mental health when considering it *necessary*. In turn, the balance and calm of the term seem to have emerged as a possibility to cope with the psychological effects caused by home isolation.

As for the term *family*, it represents the importance of affective interactions for mental health.

In this perspective, the literature suggests that family support helps to overcome moments of crisis. On the other hand, the family can operate as a stressor agent, contributing to the worsening of the mental health of its members (Souza, Baptista, & Baptista, 2010). In this way, the competent agencies must consider the impacts of family relationships on the population’s mental health, especially in this context, in which home isolation is a necessary measure.

In turn, the elements of *difficulty* and *boredom* represent the psychological effects of pandemic containment measures, especially home confinement. Despite this issue, one study pointed out that this measure is related to psychological effects such as post-traumatic stress, confusion, and anger (Brooks et al., 2020). These results are alarming because the impacts on the population’s mental health tend to be long-lasting and more prevalent than the Covid-19 disease (Ornell et al., 2020; Schmidt et al., 2020). In addition, they highlight the importance of developing public policies focused on mental health care both during and after a pandemic.

In contrast, on the right of F1, evocations of male gender participants were evidenced. For this group, the stimulus “coronavirus” was targeted by the terms *anxiety* and *family*, anchored in the psycho-organic and relational sphere. It may indicate that some needed to return to the family and, in turn, administer a new support routine, or even face implications of the pandemic in the family in the economic, labor, and structural spheres, which can have triggered anxiety symptoms (Ahorsu et al., 2020; Cao et al., 2020). The male gender group also evidenced objectification about “mental health”, which was associated with *suffering*, *anxiety*, *despair*, *panic*, *loneliness*, *missing*. These terms were primarily anchored in negative emotional and psychological aspects. Nevertheless, objectification is anchored in protective psychological and spiritual aspects from the elements of *faith*, *meditation*, and *patience*.

Regarding the elements that associate mental health with negative aspects, it is observed that they corroborate findings from recent studies, which indicate that the pandemic has led individuals to various psychological sufferings, such as anxiety, panic, causing feelings of loneliness due to social isolation, missing (Ahorsu et al., 2020; Cao et al., 2020). Anxiety, which emerges in both stimuli, is noteworthy, confirming empirical evidence that points to high rates of anxious symptoms affected by college students in this period (Cao et al., 2020; Maia & Dias, 2020). The emergence of this term is expected since anxiety refers to a vague and unpleasant feeling of fear that manifests itself as discomfort or tension due to the anticipation of danger, of something unknown (American Psychiatric Association, 2014), feelings experienced by students in this period of the pandemic.

While negative emotional aspects are highlighted, on the other hand, the objections of university students point to positive coping strategies, which involve spiritual, psychological, and emotional issues (*faith*, *meditation*, and *patience*). Here it should be noted that spirituality is understood in a broader perspective, addressing questions about life, its significance, the relationship with the sacred, and the transcendent, what may or may not lead to or originate religious rituals and formation of communities.

Faith as a coping mechanism in times of helplessness, catastrophe, and life difficulties has been reported by theories and empirical research, which mention it as a way to strengthen resilience and improve quality of life (Corrêa, Holanda, & Olandoski, 2017; Trevisan & Borin, 2018). Meditation, in turn, can also be anchored in the aspect of spirituality or can indicate a technique to deal with the current crisis, as it seeks to increase awareness in the present moment, allowing people to be less reactive to unpleasant experiences (Behan, 2020; Zheng, Yao, & Narayanan, 2020). Despite this, Zheng et al. (2020) found that the daily practice of mindfulness could help people better cope with quarantine, reducing anxiety and improving sleep.

Finally, when it comes to patience, it can also go through spiritual or psychological issues. From a spiritual perspective, it appears as a consequence of developing this virtue through transcendental connection. As for a more psychological approach, patience falls within the positive psychology approach, being described as an adaptive regulation of negative emotions, which involves tolerating unpleasant long-term or short-term

situations (Schnitker, Houlberg, Dyrness, & Redmond, 2017). In short, it is found that college students, when faced with the pandemic reality, which involves frustrations, fears, and insecurities, can rely on spiritual and psychological systems to reassess their suffering. In other words, faith, meditation, and patience emerge as buffers for negative emotions, leading to better emotional regulation.

Regarding the second axis (F2), it is demarcated by the vertical line of the plane, where there are the idiosyncrasies present in the SR of social objects. In the upper part were located the evocations of the social actors who had incomplete Higher Education, had the Covid-19 and knew people who were also affected by the virus. The "coronavirus" was represented by objectification: *worry, sadness, fear, death, faith, health*. The elements are anchored in the psycho-organic and spiritual aspects. In this scenario, characterized by people in close contact with the disease, the concern, and sadness from the life instability, it is observed accentuating the fear of death. On the other hand, spiritual support – in this case, the faith – was essential to assist them in the treatment and health recovery.

At the time of the research, there were still no vaccines, or more incisive aspects for the treatment of Covid-19 that would bring a cure for the disease, the concerns related to the fear of death were very evident. Allied to this aspect, the increase in the number of deaths due to the coronavirus had grown considerably, as pointed out, during the period of the research, by the Ministry of Health, which indicated 5,466 deaths, a number that placed Brazil, at that time, in the second country in several deaths in the world. Considering the current context in which this number exceeds 500,000 deaths, this concern may have increased, even though the parallel advance of vaccines has mitigated it.

To Pimentel and Silva (2020) and Cao et al. (2020), emotions such as fear, worry, sadness, panic, among others, may occur when facing the imagined or actual proximity of being affected by Covid-19. In the case of this study, it should be noted that this fear was real once the participants were affected by the disease. The findings are also consistent with the studies of Asmundson and Taylor (2020) and Carvalho et al. (2020) by pointing out that the fear of being infected by a potentially fatal virus, of rapid dissemination, whose origins, nature, and course are still little known, ends up interfering with the psychological aspect of individuals. Thus, symptoms of depression, anxiety, and stress before the pandemic

have been identified in the general population (Wang, Pan, Wan, Tan, Xu, Ho et al., 2020a).

On the other hand, these participants found spiritual support in faith to overcome this difficult moment. Such evidence corroborates a study conducted in Spain to check the psychological impact of the Covid-19 outbreak in the population, and the results revealed spiritual well-being as the more significant protective factor for depression, anxiety, and post-traumatic stress disorder (González-Sanguino et al., 2020). For this same group, "mental health" was associated with anguish, fear, sadness, stress, sour, upset, and terrible, showing psycho-emotional aspects that have interfered in the mental health of the participants; these data corroborate with other researches, which has pointed the Covid-19 and measures to contain the pandemic as risk factors for mental health (Brooks et al., 2020). Studies have pointed out suicide (Goyal, Chauhan, Chhikara, Gupta, & Singh, 2020; Jung & Jun 2020).

Still, on-axis F2, below, was distributed the objectification of the postgraduate students who did not have nor knew anyone affected by Covid-19. This group targeted the "coronavirus" like *disease, virus, pandemic, isolation, uncertainty, death*. These representational elements are, above all, aligned to scientific knowledge once they express terms propagated by media from the initial scientific knowledge that we had on this public health problem (Do Bú et al., 2020; WHO, 2020).

Associated with that *isolation* was addressed in this axis referring to one of the primary measures adopted worldwide, which has been used as a control and prevention strategy to reduce the spread of the virus, as well as to avoid overcrowding in health systems (Faro et al., 2020). This measure, although necessary, has impacted people's lives, reflecting mainly on financial harm, social life, family stress, housing quality, and mental health (Bezerra, Silva, Soares, & Silva, 2020). Furthermore, the alarming number of deaths has generated a sensation of uncertainty about the time of social distance due to the lack of immunization to deal with the virus and its rapid spread, thus indicating the seriousness of the problem that the world population has faced (Do Bú et al., 2020).

In turn, the stimulus "mental health" was represented by postgraduate participants, through the terms *depression* and *caution*, elements anchored in the psycho-emotional and health spheres. Like the damage caused by the coronavirus, the impact on mental health has been noted at various levels of intensity and spread

(Pancani, Marinucci, Aureli, & Riva, 2020). The quarantine effect itself, with the measures of social distancing and isolation, as well as the whole panorama experienced worldwide, triggers or enhances socio-affective derangements and pre-existing psychological disorders, among them, the most common: anxiety and depression (Do Bú et al., 2020).

In this sense, care actions in mental health, both for the general population and health professionals, play a central role regarding the demands of Covid-19. Thus, among the proposals and guidelines adopted in several countries, in line with the needs of the current context, there are psychological services performed through online platforms and by telephone contact (Wang, Pan, Wan, Tan, Xu et al., 2020a), psychoeducation through booklets and informational materials (Weide, Vicentini, Araújo, Machado, & Enumo, 2020), as well as the support and guidance to health professionals to help manage some situations (adherence to the treatment of infected patients, frustration with patient losses, distancing from family members, work overload) (Schmidt et al., 2020).

Final considerations

The present study aimed to understand the Social Representations (SR) of university students from a private institution about Covid-19 and mental health. This approach, subsidized by the Theory of Social Representations, made it possible to analyze the phenomenon from a multifaceted perspective, which led to the knowledge of inter-and intra-group consensuallities. In this way, practical knowledge, built based on the thoughts, beliefs, values, feelings, and perceptions of the belonging group, became evident.

One can see that the “coronavirus”, being anchored in the physical/organic spheres, such as contagion, pandemic, death, and flu, is also understood from a psycho-affective perspective (isolation, sadness, and fear). Regarding the “mental health” stimulus, it is observed that it relies on the psychological, affective, and emotional impacts generated by the virus (anxiety disorders, mood disorders, stress, anguish, sadness).

It is noteworthy that, in the different axes of the CFA, consensual points were identified regarding the evocations about the two stimuli in question; among them are the terms: *anxiety*, *fear*, *anguish*, and *sadness*. Furthermore, both stimuli shared other nuclei of meaning concerning SR, which presented objectification

anchored in protective elements to cope with the disease and in mental health preservation, being them: *faith*, *health*, *care*, and *family*.

More specifically, in Factor 2, superior, it was observed that the group of students who had already had covid-19 and knew who had already been infected associated the “coronavirus” stimulus to representational elements that more latently evidenced the psychological effects of the disease (*anguish*, *worry*, *fear*, *sadness*). In contrast, in the lower factor 2, for the “coronavirus” stimulus, but now in the group of students who did not have the covid -19 and did not even know who had the disease, the evocations were related to disseminated scientific knowledge, mainly by the social media (*virus*, *disease*, *pandemic*, *isolation*, *uncertainty*, *panic*). This fact reflects the differentiation in the perception different groups have about the meanings attributed to the phenomenon faced worldwide. To access these groups, knowing how they are organized and what practices are being shared socially can assist in more effective actions that converge mental health prevention and disease control in different settings.

Given these findings, it can be said that as the pandemic spreads, its associated effects will continue to impact the mental health and well-being of collegians profoundly, and such implications may take weeks or months to become fully apparent. In this way, it is understood that the management of these impacts should not be reduced to psychologists and other health professionals only but to the health and education system as a whole. It is also worth mentioning that the universities should make efforts dedicated to helping students thrive in this crisis, for example, online psychological care, which has proven to be an alternative virtual tool for the impossibility of face-to-face contact.

As it is peculiar to any scientific investigation, some limitations are evident, such as using a non-probabilistic sample, applying only one instrument to apprehend the SR, and the participants being linked to a single private institution. Thus, we suggest caution when comparing these results to the other authors. For future studies, we suggest expanding the sample to include institutions from the public school system and the application of other instruments, such as an interview. It is also worth mentioning that the data from the present research comes from the initial period of the pandemic in the country, so that the changes that occurred, such as the worsening of the infection, the appearance of the vaccine, and expressive increase

in deaths, and the appearance of variants, may have changed some representations. This aspect suggests new studies considering the new dynamic of the actual disease, with its new characteristics.

References

- Abric, J. C. (1994). *Práticas sociais y representaciones*. México: Ediciones Coyoacán.
- Ahorsu, D. K., Lin, C. Y., Imani, V., Saffari, M., Griffiths, M. D., & Pakpour, A. H. (2020). The fear of COVID-19 scale: development and initial validation. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 1-9. doi: 10.1007/s11469-020-00270-8
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Anzieu, D. (1979). The sound image of the self. *International Review of Psycho-Analysis*, 6, 23-36.
- Asmundson, G. J. G., & Taylor, S. (2020). Chronophobia: Fear and the 2019-nCoV outbreak. *Journal Anxiety Disord*, 70:102196. doi: 10.1016/j.janxdis.2020.102196
- Behan, C. (2020). The benefits of meditation and mindfulness practices during times of crisis, such as Covid-19. *Irish Journal of Psychological Medicine*, 1-8. doi:10.1017/ipm.2020.38
- Bezerra, A., Silva, C. E. M., Soares, F. R. G., & Silva, J. A. M. (2020). Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência e Saúde Coletiva [online]*. Retrieved from <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-ao-comportamento-da-populacao-durante-o-isolamento-social-na-pandemia-de-covid-19/17551?id=17551>
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Cao, W., Fang, Z., Hou, G., Han, M., Xu, X., Dong, J., & Zheng, J. (2020). The psychological impact of the COVID-19 epidemic on college students in China. *Psychiatry Research*, 112934. doi: 10.1016/j.psychres.2020.112934
- Carvalho, P. M. M., Moreira, M. M., Oliveira, M. N. A., Landim, J. M. M., & Rolim Neto, M. L. (2020). The psychiatric impact of the novel coronavirus outbreak. *Psychiatry Research*, 286, 112902. doi: 10.1016/j.psychres.2020.112902
- Cascella, M., Rajnik, M., Cuomo, A., Dulebohn, S. C., & Di Napoli, R. (2020). *Features, evaluation and treatment coronavirus (COVID-19)*. In StatPearls [Internet]. Treasure Island, FL: StatPearls Publishing. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554776/>
- Chatterjee, S. S., Malathesh, B. C., & Mukherjee, A. (2020). Impact of COVID-19 pandemic on pre-existing mental health problems. *Asian Journal of Psychiatry*, 51: 102071. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102071
- Cibois, P. (1995). Computers/Ordinateurs: Tri-Deux Version 2.2 (Janvier 1995). *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 46(1), 119-123. doi: 10.1177/075910639504600112
- Corrêa, C. V., Holanda, A. F., & Olandoski, G. P. (2017). Coping Religioso/Espiritual em profissionais da atenção à saúde mental do litoral do Paraná. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 6(2), 15-30. Retrieved from <https://www.revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/142/93>
- Do Bú, E. A., Alexandre, M. E. S. D., Bezerra, V. A. D. S., Sá-Serafim, R. C. D. N., & Coutinho, M. D. P. D. L. (2020). Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37. doi: 10.1590/1982-0275202037e200073
- Doise, W. (2001). *Droits de l'homme et forces des idées*. Paris: PUF.
- Duan, L., & Zhu, G. (2020). Psychological interventions for people affected by the COVID-19 epidemic. *The Lancet Psychiatry*, 7(4), 300-302. doi: 10.1016/S2215-0366(20)30073-0
- Faro, A., Bahiano, M. A., Nakano, T. C., Reis, C., Silva, B. F. P., & Vitti, L. S. (2020). COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37. doi: 10.1590/1982-0275202037e200074
- González-Sanguino, C., Ausín, B., Ángel Castellanos, M., Saiz, J., López-Gómez, A., Ugidos, C., & Muñoz, M. (2020). Mental health consequences during the initial stage of the 2020 Coronavirus Pandemic (COVID-19) in Spain. *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 172-176. doi: 10.1016/j.bbi.2020.05.040
- Goyal, K., Chauhan, P., Chhikara, K., Gupta, P., & Singh, M. P. (2020). Fear of COVID 2019: First suicidal case in India. *Asian Journal of Psychiatry*, 49, 101989. doi: 10.1016/j.ajp.2020.101989
- Guedes, I. (2012). *Sentimento de insegurança, personalidade e emoções disposicionais que relações?* (Master's Thesis, Universidade do Porto, Porto). Retrieved from <https://hdl.handle.net/10216/65082>
- Huang, Y., & Zhao, N. (2020). Generalized anxiety disorder, depressive symptoms and sleep quality during COVID-19 outbreak in China: a web-based cross-sectional survey. *Psychiatry Research*, 112954. doi: 10.1016/j.psychres.2020.112954
- Jung, S. J., & Jun, J. Y. (2020). Mental health and psychological intervention amid COVID-19 Outbreak: Perspectives from South Korea. *Yonsei Medical Journal*, 61(4), 271-272. doi: 10.3349/ymj.2020.61.4.271
- Li, Q., Guan, X., Wu, P., Wang, X., Zhou, L. ... Xiang, N. (2020). Early transmission dynamics in Wuhan, China, of novel Coronavirus-Infected Pneumonia. *The New England Journal of Medicine*, 382(13), 1199-1207. doi: 10.1056/NEJMOa2001316
- Li, X., Wang, L., Yan, S., Yang, F., Xiang, L., Zhu, J., ... Gong, Z. (2020). Clinical characteristics of 25 death cases with COVID-19: A retrospective review of medical records in a single medical center, Wuhan, China. *International Journal of Infectious Diseases*, 94, 128-132. doi: 10.1016/j.ijid.2020.03.053
- Maia, B. R., & Dias, P. C. (2020). Anxiety, depression, and stress in university students: the impact of COVID-19. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200067. doi: 10.1590/1982-0275202037e200067
- Ministério da Saúde. (2020). *Painel coronavírus*. Retrieved from <https://covid.saude.gov.br/>
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Ornell, F., Schuch, J. B., Sordi, A. O., & Kessler, F. H. P. (2020). "Pandemic fear" and COVID-19: Mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 22(3), 232-235. doi: 10.1590/1516-4446-2020-0008
- Pancani, L., Marinucci, M., Aureli, N., & Riva, P. (2020). Forced social isolation and mental health: A study on 1006 Italians under COVID-19 quarantine. *PsyArXiv*, 5, 1-11. doi: 10.31234/osf.io/uacjf

Covid-19 and mental health: A study of social representations with university students

- Pimentel, A. D. S. G. (2020). Psychic health in times of Corona Virus. *Research, Society and Development*, 9(7), 11973602. doi: 10.33448/rsd-v9i7.3602
- Roy, D., Tripathy, S., Kar, S. K., Sharma, N., Verma, S. K., & Kaushal, V. (2020). Study of knowledge, attitude, anxiety & perceived mental healthcare need in Indian population during COVID-19 pandemic. *Asian Journal of Psychiatry*, 51. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102083
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Impactos na saúde mental e intervenções psicológicas relacionadas à nova pandemia de coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200063. doi: 10.1590/1982-0275202037e200063
- Schnitker, S. A., Houtberg, B., Dyrness, W., & Redmond, N. (2017). The virtue of patience, spirituality, and suffering: Integrating lessons from positive psychology, religion, and Christian theology. *Psychology of Religion and Spirituality*, 9(3), 264. doi: 10.1037/rel0000099
- Souza, M. S., Baptista, A. S. D., & Baptista, M. N. (2010). Relação entre suporte familiar, saúde mental e comportamentos de risco em estudantes universitários. *Acta Colombiana de Psicología*, 13, 143-154. Retrieved from <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=798/79815637013>
- Spink, K. S., & Carron, A. V. (1993). The effects of team building on the adherence patterns of female exercise participants. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 15(1), 39-49. doi: 10.1123/jsep.15.1.39
- Torales, J., O'Higgins, M., Castaldelli-Maia, J. M., & Ventriglio, A. (2020). The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *International Journal of Social Psychiatry*, 1-4. doi: 10.1177/0020764020915212
- Trevisan, A. L., & Borin, L. C. (2018). A espiritualidade na formação de professores em tempos de catástrofes: considerações a partir de Viktor Frankl. *CONJECTURA: Filosofia e Educação*, 23(Spe.), 78-95. doi: 10.18226/21784612.v23.especial.3
- Villegas-Chiroque, M. (2020). Pandemia de COVID-19: pelea o huye. *Revista Experiencia En Medicina Del Hospital Regional Lambayeque*, 6(1). doi: 10.37065/rem.v6i1.424
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. doi: 10.3390/ijerph17051729
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., McIntyre, R. S., ... Ho, C. (2020). A longitudinal study on the mental health of the general population during the COVID-19 epidemic in China. *Brain, Behavior, and Immunity*, 17(6) 2032. doi: 10.1016/j.bbi.2020.04.028
- Weide, J. N., Vicentini, E. C. C., Araujo, M. F., Machado, W. L., & Enumo, S. R. F. (2020). *Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia*. Porto Alegre: PUCRS/ Campinas: PUC-Campinas. Trabalho gráfico: Gustavo Farinara Costa. Retrieved from <https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Cartilha-Psicovida.pdf>
- World Health Organization. (2020). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Retrieved from https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875
- Xiao, C. (2020). A novel approach of consultation on 2019 novel coronavirus (COVID-19) - related psychological and mental problems: Structured letter therapy. *Psychiatry Investigation*, 17(2), 175-176. doi: 10.30773/pi.2020.0047
- Zheng, M., Yao, J., & Narayanan, J. (2020). Mindfulness buffers the impact of COVID-19 outbreak information on sleep duration. *Frontiers in Psychology*, 11. doi: 10.31234/osf.io/wuh94

Jaqueline Gomes Cavalcanti, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professora do Centro Universitário UNIESP. Endereço para correspondência: Avenida Aragão e Melo, 861, Torre, João pessoa -PB - Brasil. Telefone: (83) 9 8866-4186. Email: gomes.jaqueline@gmail.com

Fabrycianne Gonçalves Costa, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professora do Centro Universitário UNIESP. Email: fabrycianne@gmail.com

Maria da Penha de Lima Coutinho, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP), é Coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIESP. Email: mpc Coutinho@gmail.com

Adrielle Vieira de Lima Pinto, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professora do Centro Universitário UNIESP. Email: adri.vlp8@gmail.com

Karla Costa Silva, Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Servidora Pública do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Email: karlacs18@gmail.com

Received in 31.may.20
Revised in 09.jun.21
Accepted in 30.jun.21

As representações profissionais e suas especificidades teóricas: uma ferramenta de análise das práticas profissionais

Elisângela Bastos de Mélo Espíndola. Universidade Federal Rural de Pernambuco
Lícia de Souza Leão Maia. Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Desde a década de 1990, as representações profissionais têm sido uma abordagem teórica que vem ganhando expressão, ao mesmo tempo em que são feitos questionamentos e estudos dos campos profissionais no âmbito da Psicologia Social. Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de representações profissionais, situando o leitor sobre elementos teóricos que as distinguem e que as aproximam das representações sociais. Para tanto, tomamos como principal referência as proposições teóricas desenvolvidas pela equipe de pesquisa *Représentations et Engagements professionnels, leurs Évolutions: Recherche et Expertise* da Universidade de Toulouse-Le Mirail na França. Dentre as contribuições deste trabalho, enseja-se a abertura de novos caminhos investigativos sobre o desvelamento dos processos e dos produtos da profissionalização e da profissionalidade de grupos profissionais de referência.

Palavras-chave: representações profissionais; representações socioprofissionais; representações sociais.

Abstract

Professional representations and their specialties theoretical: A tool for analyzing professional practices. The professional representations have been a theoretical approach since the nineties and have been getting expression on studies of the professional field, in the ambit of Social Psychology. This article aims to introduce an explanation about the professional representations, teaching the readers about the elements that distinguish and resemble the social representations. Therefore, we took as main reference the theoretical propositions developed by the research group *Représentations et Engagements professionnels, leurs Evolutions: Recherche et Expertise* from Toulouse University - La Mirail in France. Within the contributions of this work, it aims the opening of new investigative ways to the unveiling of processes and products of the professionalization and professionalism of professional groups of reference.

Keywords: professional representations; social professional representations; social representations.

Resumen

Las representaciones profesionales y sus especificidades teóricas: una herramienta de análisis para las prácticas profesionales. Las representaciones profesionales desde hace la década de los 90 han tenido un enfoque teórico en lo que están ganando expresividad los estudios de los campos profesionales, principalmente en lo ámbito de la Psicología Social. Este artículo tiene como el objetivo la presentación de una explicación sobre las dichas representaciones profesionales, situando la atención del lector sobre los elementos teóricos que todavía las distinguen, pero, al mismo tiempo que se las aproximan, en particular, en las representaciones sociales. Por tanto, hemos tomado como la principal referencia las proposiciones teóricas desarrolladas por el equipo de investigación *Représentations et Engagements professionnels, leurs Evolutions: Recherche et Expertise* de La Universidad de Toulouse - Le Mirail en Francia. Entre las muchas contribuciones en este trabajo, la más grande que tenemos, es nuestra motivación en la posibilidad de apertura de nuevos caminos investigativos, que puedan seguir hacia al desvelamiento de los procedimientos y de los productos de la profesionalización y de la profesionalidad de los grupos profesionales de referencia.

Palabras-claves: representaciones profesionales; representaciones profesionales y sociales; representaciones sociales.

Em sua origem, a noção de representação profissional é atribuída aos trabalhos de Michel Bataille (1972) com a publicação de sua tese: *Contribution à l'étude de la construction du projet professionnel: le choix de la psychologie*. No citado trabalho, já podiam ser encontradas “questões e preocupações ligadas ao desenvolvimento profissional, ao projeto profissional e às representações ainda não denominadas profissionais (as representações do ofício)” (Lac, Mias, Labbé, & Bataille, 2010, p. 134).

O contexto de desenvolvimento da noção de representações profissionais (RP) refere-se aos trabalhos da equipe de pesquisa *Représentations et Engagements professionnels, leurs Évolutions: Recherche et Expertise* (REPERE), inscrita no eixo “Processos de Profissionalização” do Centro de Pesquisa em Educação, Formação e Inserção de Toulouse (UTM, CREFI-T) na França¹. Bouyssières (2006, p. 3) atribui à equipe REPERE, dirigida pelo professor Michel Bataille, a emergência do conceito de «representação profissional» como categoria específica das representações sociais: “aquelas que ‘pessoas do ofício’, de um mesmo ofício elaboram nas interações profissionais, a partir e a propósito de suas atividades socioprofissionais”.

De acordo com Lac e Ratinaud (2005), seja a profissionalização abordada a partir dos sujeitos ou dos objetos, da construção de uma profissão ou da formação profissional, este processo pode ser estudado pelo ângulo das representações, na medida em que se considera que uma parte importante da profissionalidade se constrói pela experiência, isto é, no exercício concreto do trabalho, em interação com outros profissionais. Para Bataille, Blin, Mias, e Piasser (1997, p. 72), a profissionalidade “não pode ser separada do sentido que os profissionais atribuem a sua prática e a suas interações profissionais”. Ou seja, entende-se que a noção de profissionalidade interroga diretamente, por um lado, o campo do trabalho que se interessa pelas ações de desenvolvimento de competências; por outro, o campo da formação que tenta construir seus planos formativos a partir da análise de situações reais do exercício profissional.

Os estudos sobre as representações profissionais têm revelado a existência de grupos profissionais distintos em suas visões, levando-nos a refletir sobre a profissionalização, não somente em termos de formação, mas no quadro de um desenvolvimento profissional permanente e contextualizado. Como indica Blin (1997b), os indivíduos exercem geralmente suas atividades em

contextos institucionais (organizacionais). Estas atividades correspondem a uma construção que resulta de uma negociação permanente entre os atores coletivos. Os atores em situação profissional desenvolvem práticas para assegurar suas atividades, situando-as em relação às exigências, manobras, injunções nos limites de uma ética e deontologia profissionais.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de representações profissionais, situando o leitor sobre elementos teóricos que as distinguem e que as aproximam das representações sociais. Nesse sentido, inicialmente, discorreremos acerca das representações sociais e das representações socioprofissionais, para então, expormos as representações profissionais em suas especificidades e funções.

A referência na Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Moscovici (1961) a partir do estudo das representações do público em geral e de psicanalistas sobre a Psicanálise, para diversos autores, a exemplo de Jodelet (2011, p. 203), respondeu a um imperativo epistemológico: “superar a dicotomia entre as abordagens sociológicas e psicológicas do comportamento humano”. Deste modo, a análise e a compreensão das RS e seu funcionamento supõem sempre um esclarecimento sobre sua abordagem sociocognitiva.

Em seu componente cognitivo, a representação supõe “um sujeito ativo”, ela tem deste ponto de vista uma “textura psicológica”, ela é submissa às regras que regem os processos cognitivos. Em seu componente social, a prática dos processos cognitivos é diretamente determinada pelas condições sociais nas quais se elabora ou se transmite uma representação. E esta dimensão social gera regras que podem ser bem diferentes da lógica cognitiva (Abric, 1994, p. 14).

Realçamos que a noção de RS põe em relevo, ao mesmo tempo, a atividade do sujeito sobre o mundo e, reciprocamente, da ação do meio, empírico e social, sobre o indivíduo. Esse caráter sociocognitivo e a forma de conhecimento (senso comum) que a noção de RS enseja são recorrentes nas ideias sobre suas dimensões, condições de emergência e formação. Ao senso comum é atribuída “a forma como as pessoas cotidianamente formulam conceitos e proposições a partir

da observação dos fatos diários e das informações que recebem” (Almeida, 2005, p. 185).

Sobre as dimensões em que se configuram as RS - informação, campo de representação e atitude - respectivamente, essas se relacionam à: organização dos conhecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social; ideia de imagem, de modelo social, como conteúdo concreto e limitado das proposições que expressam um aspecto determinado do objeto da representação e orientação global em relação ao objeto, a tomada de posição (Moscovici, 1961).

A emergência das RS relaciona-se à defasagem e dispersão das informações, focalização e condições de pressão à inferência. Sobre defasagem e dispersão das informações, consideram-se não só a diversidade de “informações” disponíveis sobre um objeto, mas também as condições objetivas de acesso às informações, como, por exemplo, “obstáculos de transmissão, falta de tempo, barreiras educativas e até mesmo os efeitos de especialização” (Santos, 2005, p. 29). A respeito da focalização, ressaltam-se certos aspectos do objeto, dos interesses e da implicação dos sujeitos, uma vez que a intensidade das atitudes do sujeito e o modo pelo qual ele relaciona os dados da realidade dependem de seus hábitos lógicos e linguísticos, de tradições históricas, do acesso à informação e da estratificação de valores.

Uma informação sobre uma nova doença, por exemplo, será apreendida diferentemente por médicos, engenheiros, agricultores ou estudantes. Porém não se trata apenas do nível de escolaridade. Se o engenheiro ou agricultor é católico ou mulçumano, brasileiro ou asiático, sua formação religiosa e sua cultura terão também um papel importante na apropriação do novo conhecimento (Santos, 2005, p. 29).

As condições de pressão à inferência revelam que o sujeito busca constantemente o consenso com o seu grupo e que a ação o obriga a estimar, comunicar e responder às exigências da situação a cada momento; essas múltiplas pressões tendem a “influenciar a natureza dos julgamentos, preparando respostas pré-fabricadas e forçando um consenso de opinião para garantir a comunicação e assegurar a validade da representação” (Santos, 2005, p. 28).

Em relação à formação da RS, destacam-se os processos de objetivação e ancoragem, pelos quais se revela a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício. A objetivação explica a representação como construção seletiva,

esquemática estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um *status* de realidade objetiva (Jodelet, 2005). A ancoragem faz jus ao enraizamento social da representação, à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento pré-existente e às transformações decorrentes destes. Para Alves-Mazzotti (2000, p. 60), “não se trata mais, como na objetivação, da construção formal de um conhecimento, mas de sua inserção orgânica em um repertório de crenças já constituído”.

De acordo com Abric (1994, p. 13), podemos entender a RS “como uma visão funcional do mundo, que permite ao indivíduo ou a um grupo dar sentido a suas condutas e compreender a realidade, por meio de seu próprio sistema de referência”; levando-se em conta que o indivíduo não está nem isolado, nem inserido em um todo societal. Ele navega em um estado intermediário, que são os grupos “reais”.

É a partir de, e nesses grupos, que vão se construir (na relação comunicação e interação linguística em particular) os conhecimentos que permitem o indivíduo de compreender e de se mover no mundo que o cerca. Estas formas de conhecimento particular, por serem ingênuas e coletivamente produzidas, concernirão a objetos específicos, de onde uma de suas particularidades é a polissemia, e seu valor de manobra pelo grupo (Lac et al., 2010, p. 136).

Pelo exposto, começamos a adentrar o conceito de representações profissionais, considerando que essas contribuem para organizar a relação que o sujeito mantém com o conjunto do sistema social no qual está inserido um dado grupo profissional. Contudo, antes de apresentarmos as características específicas das RP, expomos duas proposições: a passagem das RS às RP por intermédio das representações socioprofissionais e outra, a coexistência das duas ordens de representações - sociais e profissionais.

Representações socioprofissionais: passagem e coexistência das representações sociais e representações profissionais

As representações socioprofissionais (RSP) são consideradas aquelas que se encontram no interstício

entre as RS e as RP. Piaser e Ratinaud (2010) explicam que as representações denominadas socioprofissionais não são unicamente “sociais”, porque portam um bom número de elementos técnicos pertencentes a uma profissão e elas não são ainda “profissionais”, pois são constituídas, insuficientemente, de elementos experienciais que relevam da memória do grupo profissional considerado.

A menção às RSP supõe, de uma parte, uma passagem transitória (Figura 1), pela qual os atores observados adquirem maior profissionalidade e, de outra parte, consagra-se a objetos cada vez mais técnicos.

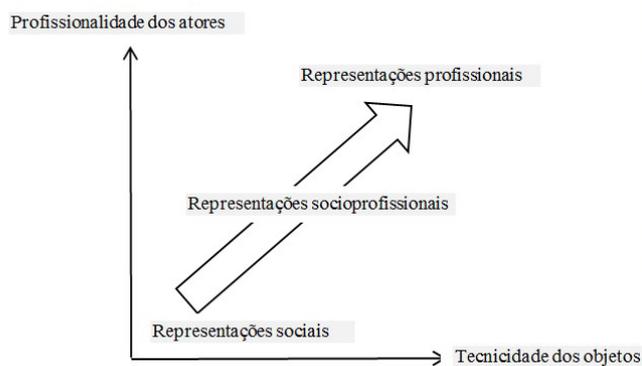


Figura 1. Passagem das representações sociais às representações profissionais.

Segundo Michalot e Siméone (2013), existe um consenso que as RSP se formam, em parte, no curso da formação ou da aprendizagem de uma dada atividade profissional. Essas se inscrevem no processo de profissionalização, no qual, alguém passa de um status de estudante ao de profissional. Isto é, transita-se de um modelo idealizado da profissão a um modelo prático baseado na experiência do real.

O conceito de RSP busca levar em conta o processo pelo qual os atores mobilizam representações sobre seu futuro ofício, mobilização esta que condiciona seu investimento na formação. Considera-se assim que as RSP evoluem e transformam-se pelos saberes, mas elas intervêm igualmente no processo de profissionalização. Ou seja, elas determinam os engajamentos na formação e são, ao mesmo tempo, determinadas pelos diferentes saberes em implementação no processo formativo.

Para Pardal, Gonçalves, Martins, Neto-Mendes, e Pedro (2011), o interesse em torno das RSP permitiu alertar para a existência de novos estados

representacionais que caracterizam aqueles sujeitos que, apesar de já terem efetuado as suas escolhas profissionais, ainda não estão a exercer uma profissão, encontrando-se a receber formação inicial (para tal). Estes autores explicam que:

Na verdade, não podemos afirmar que, ao longo de sua trajetória de formação, estes sujeitos são detentores de uma representação exclusivamente social (RS), na medida em que estão a ser (en) formados pelos elementos técnicos específicos e tipicamente associados a uma profissão, como também não podemos afirmar que são detentores de uma representação exclusivamente profissional (RP), dado que, não só ainda não começaram a exercer essa atividade profissional, como também lhes falta a memória da experiência significativa da mesma (Pardal et al. 2011, p. 66).

Consideramos poder assim sublinhar dois elementos relevantes nas RSP: a ideia de projeto profissional e o contexto da formação profissionalizante. Sobre o projeto profissional, este é estruturado por um conjunto de modelos, de valores, que criam tal ou tal aspiração. Quando uma escolha profissional se opera, ela se efetua à base de uma coleta e de um tratamento de informações. “Trata-se logo de uma atividade cognitiva, que é essencialmente uma atividade de comparação entre uma representação de si e a representação do mundo profissional, ambas provocadas pela interação social” (Frayse, 1998, p. 136). Em outros termos, a ideia de projeto profissional pode ter uma direção centrada sobre a pessoa, seus saberes adquiridos durante a sua escolaridade, que permite uma abertura sobre um ideal profissional por uma interpretação de sentido e de uma construção identitária.

De acordo com Fraysse (1998, p. 137), as RSP se definem “especificamente em um contexto de formação profissionalizante como um conjunto organizado de informações, comportando saberes teóricos e de ação”. As RSP se constituem no quadro de um duplo engajamento: saber e saber-fazer. Isto é, essas são situadas em “um processo dinâmico de interações sociais que precedem a ação profissional e exprimem reconstruções que o sujeito efetua a partir de elementos conhecidos no curso da formação” (idem).

Vale ressaltar que a transição das RS para as RP não é reconhecida como absolutamente linear, pois há uma certa complexidade ao nível da construção de várias significações a gerir entre as RS e as RP (Piaser & Bataille, 2011). Neste caso, leva-se em consideração a

coexistência de duas ordens de RS: aquelas dos grupos profissionais e a dos grupos não profissionais.

No caso da coexistência, ela concretiza a ideia de que existem inter-relações, interdependências, mas também especificidades entre RS e RP. Ou seja, a presença de um conjunto incluso no outro constitui uma maneira de ilustrar o fato de que as RP formam uma categoria particular das RS. Estas últimas apresentam sistematicamente um caráter mais englobante que as primeiras.

Podemos dizer que, de certa forma, uma situação de tensão parece estar presente em ambos os modelos teóricos. Se por um lado, os sujeitos de acordo com a proposição de transição, ainda não atingiram totalmente o equilíbrio das suas RP pelas variações e transformações que caracterizam a reconhecida transitoriedade; por outro lado, aqueles considerados no eixo da proposição de coexistência experienciam momentos de desequilíbrio constantes. Para Pardal et al. (2011, p. 67), “precisamente porque não existem fronteiras bem definidas em nível dessas representações”.

Tendo em vista o que apresentamos sobre as RS e as RSP, começamos a discutir a especificidade das RP e suas funções. Estas últimas entendidas como “representações (sociais) que constroem os atores de sua atividade profissional, diferentemente das representações sociais (não profissionais) que podem ter formado, desta atividade, os atores sociais que não são profissionais” (Bataille, 2000, p. 185).

A especificidade das representações profissionais

Conforme Bataille (2000, p. 181), as RP são específicas, porque “elas são construídas, no quadro das ações e das interações profissionais que as contextualizam, por atores que fundam suas identidades profissionais que correspondem a grupos de um campo profissional considerado, em relação a objetos salientes para eles neste campo”.

A origem da elaboração e do modelamento do conceito de RP está relacionada a uma preocupação com a compreensão das relações mantidas pelos profissionais em situação de trabalho, com seu(s) próprio(s) contexto(s) e/ou os objetos salientes de suas profissões ou ofícios respectivos. Esta visa compreender:

Os processos de profissionalização dos atores e das instituições ou organizações [...]. Trata-se de analisar os processos de transformação que

caracterizam a profissionalização dos atores e dos contextos a fim de permitir sua inteligibilidade, mas também, a fim de propor pistas de ação no contexto evolutivo do mundo do trabalho (Lac et al., 2010, p. 134).

Neste sentido, questiona-se, por exemplo, a utilização da mesma expressão para percebemos “a representação social de um artesão por quem utiliza seus serviços (todos nós) e a representação (social, também, que fique claro) que os artesãos têm do seu próprio ofício” (Bataille et al. 1997, p. 59). Como consequência, esses autores reforçam a ideia de que as RP são uma categoria específica das RS e que elas devem ser consideradas em sua especificidade.

Na construção do conceito de RP, autores, a exemplo de Lac et al. (2010), reconhecem que as RS são apresentadas por Moscovici e seus sucessores como conhecimento ingênuo ou do senso comum. No caso das RP, “a proximidade com o objeto, as importantes relações identitárias e a dimensão da prática engendram um conhecimento dos objetos em questão que ultrapassa largamente o quadro do senso comum, restando este ao domínio da representação *mais amplo*” (Lac et al., 2010, p. 137). Desta forma, as RP são consideradas:

Nem como saber científico, nem como saber do senso comum, elas são elaboradas na ação e interação profissionais, que as conceitualizam, pelos atores que fundam as identidades profissionais correspondentes ao grupo do campo profissional considerado, em relação aos objetos salientes por estes neste campo (Bataille et al., 1997, p. 63).

Assim, enquanto a RS é descrita como uma forma de conhecimento particular, coletivamente construída (um saber prático do senso comum) de um dado objeto, tendo por função a orientação, a organização e a regulação das condutas e das comunicações sociais; as RP exprimem-se na regularização do pensamento profissional pelo contexto social de sua existência e pela história dos grupos profissionais. Ou seja, “a compreensão das representações profissionais não pode ser feita fora das referências dos quadros sociais e institucionais dos quais elas evoluem” (Piaser & Ratinaud, 2010, p. 12). Conforme Blin (1997b), as RP são elaboradas na ação e comunicação profissional (interagir e inter-reagir) e são especificadas pelos contextos, atores que pertencem a grupos e objetos pertinentes e úteis para o exercício profissional.

A existência de uma representação profissional está condicionada a dois tipos de fatores: (1) Ser

emitida por atores profissionais que se identificam em um grupo de referência, a partir de sistemas de normas e de valores socialmente reconhecidos; (2) Portar sobre um objeto a propósito do qual ele é ao mesmo tempo necessário e de difícil acordo. Seu domínio constitui uma preocupação central dos atores profissionais e exige uma mutualização de seus objetivos. Este objeto, tomado em face de evoluções do meio sociocultural, material e humano, está submetido às prescrições institucionais de baixa intensidade, ou é isento de toda consideração deontológica. Ele necessita logo de ajustamentos sociocognitivos regulares, nas quais os resultados possibilitam reconhecer e balizar as funções profissionais (Bouysseries, 2006, p. 3).

Compreende-se que a tessitura nos contextos profissionais das redes de socialização profissionais ocorre em dois sentidos. Elas reúnem seus membros em relação a um dado campo profissional, mas elas também os diferenciam de outros grupos do mesmo campo. A implicação profissional é de natureza diferente em função do *status* dos atores em um campo e os contextos específicos ligados a este campo. O estudo diferencial das RP frente a inscrições sociais contextualizadas informa sobre o modo como os atores e os grupos constroem suas identidades múltiplas e forjam um saber prático que lhes propicia orientarem-se em suas interações profissionais.

As RP são construídas e alteradas por atores e grupos do mesmo campo profissional. Os atores portadores de RP têm a particularidade de serem percebidos pela sociedade como profissionais. Nesse sentido, as RP são reconhecidas como sociais, mas não possuem a característica, como já foi dito, de um saber do senso comum; pois os profissionais “têm uma relação com o conhecimento, ação e implicação com suas atividades profissionais que os diferenciam das outras categorias da população” (Blin, 1997b, p. 163).

A construção das RP é largamente dependente do estatuto profissional dos atores e de seu exercício, o que desencadeia uma ruptura com as RS da profissão. Isto é, o profissional tem uma representação de sua profissão inclusa no sistema de suas RP. Enquanto os outros possuem RS da profissão. Nesta direção, Bataille et al. (1997) chamam a atenção para a intersubjetividade (relação entre os indivíduos) e a intrasubjetividade (pluralidade das identidades para um mesmo indivíduo) que inscrevem os sujeitos como produtos e produtores de relações sociais diversificadas. Pois as atividades profissionais são entendidas como sendo ao mesmo tempo

construções históricas (representações anteriores) e construções cotidianas (transformação das representações no exercício das atividades) dos atores individuais e coletivos.

Uma RS de um objeto ocorre pela elaboração dos grupos sociais de um conhecimento partilhado por eles a propósito de objetos que lhes são salientes. Os objetos devem sua especificidade social às significações que os atores lhes atribuem em situações de ação e de comunicação. Neste sentido, tal como sucede nas RS, nem todos os objetos profissionais são passíveis de serem objetos de RP, se não cumprirem alguns critérios específicos que os determinam. Podemos dizer que os objetos profissionais têm de ser, em primeiro lugar, verdadeiramente significativos e, ainda, devem representar uma certa utilidade para os sujeitos em questão. Ademais apresentam as seguintes características:

A natureza poliforma do objeto (em que este adquire diferentes facetas no espaço de trabalho); o significado nocional e prático elevado que o objeto pode ter para os sujeitos a que se reporta; a estruturação e a configuração do grupo profissional que se estabelecem em torno desse(s) objeto(s) selecionado(s) e, por fim, a identificação (que une) os seus membros relativamente à imagem (percepção) produzida por esse objeto [...] (Pardal et al. 2011, p. 68).

Sublinhamos sobre a natureza poliforma das RS que, enquanto elas aparecem na sociedade sob diferentes formas e devem ser importantes aos olhos dos membros do grupo, no caso das RP, isto ocorre especificamente no espaço de trabalho. As RS são coletivamente produzidas e engendradas; logo, é necessário que os indivíduos se comuniquem entre eles. Assim a existência de um objeto de RP supõe a existência de um dado grupo profissional e, desta forma, o objeto pode ser partícipe da gênese do grupo (configuração estrutural) ou ele ocorre da dinâmica de um grupo constituído (configuração conjuntural) (Blin, 1997b).

De acordo com Pedro (2012, p. 67), o fato de o objeto e do lugar das RP ocorrerem num contexto profissional específico conduz à seguinte diferenciação: as RS referem-se a “um objeto desconhecido, demasiado amplo, fluido, polimorfo disseminado em toda a sociedade e sem que as suas representações estejam construídas ou estruturadas a partir do contexto de um grupo (profissional) determinado”. No caso das RP, elas aludem a um objeto específico, conhecido e partilhado por todos os membros de um grupo que exercem

a mesma atividade profissional, “utilizam uma linguagem técnica própria, têm um saber comum, partilham objetivos comuns, possuem um sistema de pensamento próprio, bem como métodos e um “saber-fazer” singulares” (idem).

Sobre o conteúdo de uma RS, um aspecto destacado por Flament (1994, p. 37) diz respeito a esse ser “um conjunto organizado de cognições relativas a um objeto, partilhado pelos membros de uma população homogênea em relação a esse objeto”². Essa ideia é refinada por Blin (1997a, p. 89) a respeito da RP; sempre específica a um contexto profissional, como: “um conjunto de cognições descritivas, prescritivas e avaliativas relativas a objetos significativos e úteis à atividade profissional e organizados num campo estruturado apresentando uma significação global”. Essa cognições se coadunam a três dimensões: a prática, o contexto e a identidade profissional. A dimensão prática (funcional) é relativa a objetos suscetíveis de serem ativados no exercício da atividade profissional; a dimensão contextual alude à: organização, instituição, quadros de atividades, estatuto, papéis, finalidades, ideologias e valores. Por sua vez, a dimensão identitária - diz respeito ao ideal profissional, a visão de si (missões, qualidades, competências e motivações profissionais).

Como toda RS, as RP desempenham várias funções. Para Battaille et al. (1997), Blin (1997a), Piasser e Ratinaud (2010), as RP chegam a ter igualmente as mesmas funções das RS: cognitiva, identitária, orientadora e justificadora. Sobre estas, discorreremos a seguir.

Funções das representações profissionais

Com base em Abric (1994), as RS abrigam quatro funções: compreender e explicar a realidade (função cognitiva); proteger a especificidade dos grupos (função identitária); orientar as condutas, antecipar as expectativas de ação, guiar as práticas (função orientadora) e justificar *a posteriori* as tomadas de posição (função de justificação). As RP asseguram essas mesmas funções; no entanto são aplicadas a um contexto profissional específico (Dernat & Siméone, 2014; Piasser & Ratinaud 2010).

A função cognitiva das RS faz referência ao saber prático do senso comum, proporcionando “aos atores sociais adquirir os conhecimentos e os integrar num quadro assimilável e compreensível para eles, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores

aos quais eles aderem” (Abric, 1994, p. 16). No caso das RP, essas participam com outras cognições na construção de um saber profissional que se define na realidade do contexto das práticas profissionais. Esse saber é diferente do saber científico e do saber do senso comum, na medida em que ele é produzido no contexto da atividade profissional, possibilitando aos atores compreender e agir sobre a realidade, segundo um princípio de economia cognitiva. Seu papel na atividade profissional evidencia um saber altamente prescritivo por determinar aos membros de um mesmo grupo profissional os conhecimentos que lhes são necessários e uma leitura comum da realidade de atuação profissional (Blin, 1997a, Dernat & Siméone, 2014).

Em sua função identitária, as RS definem a identidade e asseguram a salvaguarda da especificidade dos grupos; elas situam os indivíduos e os grupos no campo social, favorecendo a elaboração de uma identidade social e pessoal, ou seja, compatível com o sistema de normas e valores social e historicamente determinados. Quando nos referimos à função identitária das RP, levamos em conta a realidade do contexto das práticas profissionais e como as pessoas de uma mesma profissão partilham uma identidade comum.

De acordo com Blin (1997a, p. 94), as RP definem e regulam as identidades profissionais na medida em que “as identidades construídas pelo processo de socialização profissional salvam a especificidade e as vantagens de um grupo profissional em face de outros grupos suscetíveis de influenciar seu domínio”. No interior de um campo profissional, as RP marcam as ideologias, os territórios e fazem parte do jogo e das manobras institucionais em torno do reconhecimento do que é próprio ao grupo profissional concernente. Sobre tal aspecto, Netto (2011, p. 94) apregoa que “os membros de um grupo profissional pertencem a uma comunidade de práticas e de referências que os inscrevem no quadro de uma cultura comum”. De sorte que como a identidade individual, a identidade profissional desse grupo se distingue pela relação de identificação e de diferenciação com outros grupos profissionais.

No que concerne à função orientadora, o processo de orientação das condutas pelas RS resulta de três fatores essenciais: a definição da finalidade da situação; a produção de um sistema de antecipações e expectativas e, finalmente, a natureza das regras e dos laços sociais. O fato de a representação intervir diretamente na definição da finalidade da situação, segundo Abric (1994, p. 17), está ligado à ideia de que

“a representação de uma tarefa determina diretamente o tipo de investimento cognitivo adotado pelo grupo, assim como a maneira como ele se estrutura e comunica”. Sobre a RS produzir igualmente um sistema de antecipações e expectativas, destaca-se que a representação é uma ação sobre a realidade e, como tal, ela a precede e a determina. Quanto à natureza das regras e dos laços sociais, a RS é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social. Nesse sentido, as RP intervêm diretamente na definição e na finalidade da situação profissional, orientando as escolhas de procedimentos cognitivos para efetuar uma tarefa. As práticas dos profissionais são orientadas por um “saber como se comportar” (Dernat & Siméone, 2014). As ações sobre o meio profissional são em parte determinadas pelo conhecimento deste meio; refletindo as normas e as regras do contexto de trabalho, mas também do que está em jogo nestas regras, isto é, na autonomia institucional autorizada ao ator. Ou seja, as RP “são prescritivas de práticas instituídas, mas também instituintes” (Blin, 1997b, p. 169).

Finalmente, sobre a função de justificação, “uma vez que as representações são guias de conduta compartilhadas socialmente, elas são utilizadas ao mesmo tempo para justificar as condutas relativas a determinados objetivos” (Santos, 2005, pp. 34-35). Isto é, as RS permitem justificar *a posteriori* as práticas e as tomadas de posição; bem como, aos atores, explicar e justificar suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes. Nessa direção, as RP são utilizadas pelos profissionais para explicar ou validar suas ações (antecipadas ou retrospectivas às práticas profissionais). Elas explicam e legitimam, para o indivíduo, suas posições e suas “rotinas”, entendidas como um encaixe automatizado de condutas, aplicável a uma classe de situações. Na comunicação profissional, elas reforçam os pertencimentos grupais e mantêm as distâncias sociais entre os diferentes grupos do setor (Blin, 1997b).

Considerações finais

Buscou-se nesta breve explanação sobre as representações profissionais e suas especificidades, apresentar elementos que as distinguem e as aproximam das representações sociais no intento de que a análise da relação entre as RS e as RP, de certa forma, subsidie melhor compreender a produção e a transformação de práticas e identidades profissionais. Assim

como promover a explicitação da profissionalidade dos atores dos mais diversos campos profissionais.

Do ponto de vista das representações profissionais, o processo de profissionalização não é somente uma passagem de um estado representacional a outro, pois as fronteiras entre as RS e RP não são bem delimitadas. Desta forma, para o estudo dos sujeitos que se encontram numa fase de formação inicial, compreende-se que as suas representações não são nem unicamente sociais nem exclusivamente profissionais, sendo, portanto, de natureza socioprofissional.

De outro modo, para aqueles sujeitos que se encontram devidamente integrados na sua atividade profissional e que, por isso, lidam mais facilmente, quer com as RP, quer com as RS transitando entre estas, vale a pena contrastar o campo semântico dos objetos de representação, segundo o seu contexto. É coerente contrastar dentro de um mesmo campo profissional (Educação, Medicina, entre outros) o que seus membros representam sobre um dado objeto em virtude da diferença do *status* de suas funções. Estes, pois, são alguns dos caminhos que permitirão identificar as RP em sua especificidade: do contexto, do objeto e do grupo profissional.

Referências

- Abric, J-C. (1994). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J-C Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: Puf.
- Almeida, L. M. (2005). Representações sociais e prática pedagógica no processo de construção identitária. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp.165-200). Recife: Editora Universitária UFPE/EdUFAL.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2000). Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In V. M. Candau (Org), *Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender* (pp. 57-73). Rio de Janeiro: DP&A.
- Bataille, M. (2000). Représentations, implication, implication de représentations sociales aux représentations professionnelles. In C. Garnier & M-L. Rouquette (Orgs.), *Représentations sociales et éducation* (pp. 165-189). Montréal: Éditions Nouvelles.
- Bataille, M., Blin, J. F., Mias, C., & Piasser, A. (1997). Représentations sociales, représentations professionnelles, système des activités professionnelles. *L'Année de la Recherche en Sciences de l'Éducation*, 57-87. Paris: Puf. ISBN 2130484603.
- Blin, J-F. (1997a). *Représentations, pratiques et identités professionnelles*. Paris: l'Harmattan.
- Blin, J-F. (1997b). Les représentations professionnelles: un outil d'analyse du travail. *Éducation Permanente*, 132(3), 159-170. ISSN 0339-7513 -3
- Bouyssieres, P. (2006). *Usages des apprentissages collectifs en formation des adultes : étude psychosociale des représentations*

- professionnelles des formateurs. Coloqque Apprentissages et compétences collectifs: repenser la formation*. Rennes: France. Recuperado de <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00489346/document>
- Dernat, S., & Siméone, A. (2014). Représentations socio-professionnelles et choix de la spécialisation: le cas de la filière vétérinaire rurale. *Revue Internationale de Pédagogie de l'Enseignement Supérieur*, 30(2), 1-26. ISSN 2076-8427
- Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J-C. Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-58). Paris: Puf.
- Fraysse, B. (1998). Professionnalisation et représentation socioprofessionnelle. *Recherche et Formation*, 29, 127-142. doi: 10.3406/refor.1998.1531
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2011). A fecundidade múltipla da obra «A Psicanálise, sua imagem e seu público». In A. Almeida, M. Santos, & Z. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 199-223). Brasília: Technopolitik.
- Lac, M., Mias, C., Labbe, S., & Bataille, M. (2010). Les représentations professionnelles et l'implication professionnelle comme modèles d'intelligibilité des processus de professionnalisation. *Revue Les Dossiers des Sciences de l'Éducation*, 24, 133-145. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail. ISBN 978-2-8107-0128-5.
- Lac, M., & Ratinaud, P. (2005). La professionnalisation: approche d'un processus représentationnel. *Journal International sur les Représentations Sociales*, 2-1, 68-77. ISSN 1705-2513
- Michalot, T., & Siméone, A. (2013). Formation et évolution des représentations professionnelles: le cas des critères d'accueil de travailleurs sociaux en CHRS. *Recherche et Formation*, 72, 33-146. ISSN 1968-3936
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Puf.
- Netto, S. (2011). *Professionnalisation du métier d'enseignant et informatique à l'école élémentaire: une approche par la théorie des représentations sociales et professionnelles* (Tese de Doutorado, Université Toulouse 2 Le Mirail, Toulouse). Recuperado de <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00663516/document>
- Pardal, L., Gonçalves, M., Martins, A., Neto-Mendes, A., & Pedro, A. P. (2011). *Trabalho docente: representações e construção de identidade profissional*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Comissão Editorial Campus Universitário de Santiago.
- Pedro, A. (2012). Representações profissionais dos professores: uma abordagem tridimensional. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação*, 20(1), 65-82. ISSN 1138-1663
- Piaser, A., & Bataille, M. (2011). De l'usage contextualisé de "social" et "professionnel". In M. Chaïb, B. Danemark, & S. Selander (Orgs.), *Education, professionalization and social representations - on the transformation of social knowledge* (pp. 44-54). Nova Iorque, Oxon: Routledge.
- Piaser, A., & Ratinaud, P. (2010). Pensée sociale, pensée professionnelle: une approche singulière en Sciences de l'Éducation. *Les Dossiers des Sciences de l'Éducation*, 23, 7-14. ISBN 978-2-8107-0128-5
- Santos, M. F. S. (2005). A teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida, (Orgs.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp. 13-38). Recife: Editora Universitária UFPE/ EdUFAL.

¹O REPERE apresenta-se como um grupo de pesquisadores que trabalham sobre as representações sociais, as representações profissionais, implicações profissionais, além do mais, sobre o pensamento social e o pensamento profissional.

²Essas cognições se referem a diversos elementos, tais como: crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, dentre outros.

Elisângela Bastos de Mélo Espindola, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em cotutela com a Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL), é Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Endereço para correspondência: Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Educação, Bloco A. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900. Email: elisangela.melo@ufrpe.br

Licia de Souza Leão Maia, Doutora em Sciences de l'Éducation pela Université de Paris V (Sorbonne), é Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: limaia@ufpe.br

Recebido em 09.jul.19
Revisado em 31.mai.20
Aceito em 19.jun.21

Questionário de Condições de Trabalho: evidências de validade para trabalhadores de equipes de saúde

Valéria Maria da Conceição Mota. Centro Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais
Livia de Oliveira Borges. Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Consideramos as repetitivas queixas acerca das condições de trabalho no sistema público de saúde, bem como as necessidades de diagnósticos acurados que subsidiem ações de gestores, profissionais e usuários. Então, desenvolvemos pesquisa para avaliar a validade do Questionário de Condições de Trabalho (QCT) para trabalhadores das equipes atuantes na atenção primária e secundária do Sistema Único de Saúde (SUS). Participaram 434 trabalhadores de Belo Horizonte e de outros municípios de Minas Gerais. Aplicamos análises fatoriais exploratórias e confirmatórias na identificação dos fatores empíricos para as categorias das condições de trabalho. Os resultados atestaram que os fatores encontrados representam as categorias das condições de trabalho para tais participantes. Corroboraram a adequação do uso do QCT em pesquisas e diagnósticos ocupacionais no sistema de saúde. Eles poderão contribuir para a construção de versões reduzidas do QCT.

Palavras-chave: condições de trabalho; profissionais de saúde; avaliação psicológica.

Abstract

Working conditions questionnaire: Evidences of validity for health care workers. We consider the repetitive complaints to working conditions in the public health system, as well as the need for accurate diagnoses that support actions of managers, professionals and users. Then, we developed research to evaluate the validity of the Working Conditions Questionnaire (QCT) to workers in the teams, which act in basic and secondary attention of the Unified Health System (SUS). In the study, 434 workers from Belo Horizonte and other municipalities of Minas Gerais participated. We applied exploratory and confirmatory factor analyses for the categories of working conditions. The results attested that the found factors represent the categories of working conditions for such participants. They corroborated the suitable use of QCT for occupational research and diagnostics in the health system. The results can contribute to build of simplified version of QCT.

Keywords: working conditions; health professions; psychological evaluation.

Resumen

Cuestionario de condiciones de trabajo (cct): evidencias de validez para trabajadores de la salud. Consideramos las repetitivas quejas acerca de las condiciones de trabajo en el sistema público de salud, así como necesidad de diagnósticos precisos que respalden acciones de gerentes, profesionales y usuarios. Entonces, desarrollamos investigación para evaluar la validez del Cuestionario de Condiciones de Trabajo (CCT) para trabajadores de los equipos actuantes en atención primaria y secundaria del Sistema Único de Salud (SUS). Participaron 434 trabajadores de Belo Horizonte y otros municipios de Minas Gerais. Aplicamos análisis factoriales exploratorios y confirmatorios en la identificación de factores empíricos para las categorías de condiciones de trabajo. Los resultados atestiguaron que los factores encontrados representan las categorías de las condiciones de trabajo para tales participantes. Corroboraron la adecuación del uso de QCT en investigaciones y diagnósticos ocupacionales en el sistema de salud. Ellos podrán contribuir para la construcción de versiones reducidas del QCT.

Palabras claves: condiciones de trabajo; profesionales de salud; evaluación psicológica.

Identificar como os trabalhadores percebem as condições de trabalho é um esforço de compreensão inserido no desafio de conhecer como os seres humanos se relacionam entre si e os resultados de suas ações (Carreteiro & Barros, 2011; Lhuillier, 2014). Tal percepção deve ser considerada como um atributo decorrente das relações vividas no coletivo laboral e não apenas da experiência individual. As condições de trabalho são um conjunto de circunstâncias que englobam aspectos físicos, históricos, jurídicos e socio-organizacionais em que o trabalho se realiza, incidindo na experiência laborativa e na dinâmica das relações entre trabalhadores (Blanch, 2003; Borges et al., 2013; Ramos et al. 2002). As condições de trabalho são, entretanto, diversas e/ou complexas, sendo um problema metodológico abordá-las e mensurá-las de forma suficientemente abrangente (Pinto & Silva, 2016).

O Questionário de Condições de Trabalho, QCT (Borges et al., 2013), apreende a percepção do participante a respeito das condições de seu trabalho. Teve sua validade e consistência anteriormente avaliadas com professores do setor privado e trabalhadores que realizam atividades na atenção terciária em hospital público, conforme organização em rede da oferta de serviços definida no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando a importância e as necessidades de melhoria das condições de trabalho nos níveis de atenção primária (p. ex., unidades básicas de saúde) e secundária (p. ex., ambulatórios de especialidades) do SUS (Batista Júnior, 2016), planejamos pesquisar as evidências de validade do QCT para trabalhadores que atuam em equipe nesses níveis de atenção em saúde do SUS. Entendemos que o QCT poderá ser útil no diagnóstico de condições de trabalho atendendo os três níveis de atenção em saúde do SUS. Tal utilidade é relevante aos gestores, profissionais e usuários, como meio de melhoria na oferta de serviços em saúde tendo em vista a qualidade de vida no Brasil (Batista Júnior, 2016; Pinto & Silva, 2016).

Condições de trabalho

O interesse pelas condições de trabalho intensificou-se desde as últimas décadas do século XX em decorrência do desmoronamento da sociedade de bem-estar nos países capitalistas, da evolução das tecnologias de informação e comunicação e da adoção de novos modelos de gestão nas organizações (Blanch, 2003; Castel, 1995/2008). O empenho, em estudar as tendências de redução do emprego e aumento da precarização no trabalho (Antunes, 2018; Hewison, 2016; Kalleberg, 2016; Organização Internacional do Trabalho

[OIT], 2017; Standing, 2013) permanece atual com o avanço das mudanças conhecidas como quarta revolução industrial (Schwab, 2016) que também atingem as atividades em saúde (Susskind & Susskind, 2017).

O interesse pelo tema se expressa em iniciativas, como: elaboração do conceito de trabalho decente pela OIT (2009); implantação do Observatório das Condições de Trabalho pela European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions¹; tentativas de sistematização e síntese do conhecimento produzido (p. ex., Blanch, 2003; García López, 2017; Pietro, 1994; Ordaz Castillo & Ronda-Pérez, 2015; Ramos, Peiró, & Ripoll, 2002). Entretanto, Ramos et al. (2002) têm apontando o uso predominante da expressão, condições de trabalho, sem partir de uma conceituação clara. Destacaram as contribuições de Prieto (1994), quem chamou atenção para considerar os aspectos do entorno das tarefas e atividades (p. ex. calor, ruído e instalações) e os que caracterizam o fazer do trabalhador, abrangendo o conteúdo e organização da atividade. As condições de trabalho deveriam, então, ser compreendidas a partir de sua interseção com a situação do mercado de trabalho, uma vez que este regula os processos de produção e a relação existente entre as organizações e os trabalhadores. As condições de trabalho entrelaçam-se ao contexto de vida das pessoas.

Prieto (1994) e outros autores (p. ex., Blanch, 2003; Blanch, Sahagún, & Cervantes, 2010; Hewison, 2016; Kalleberg, 2016), em publicações mais recentes, atentaram também aos aspectos relacionados às condições jurídicas e contratuais, às oscilações entre oferta e escassez de postos de trabalho, à natureza das oportunidades de trabalho, aos critérios organizacionais de seleção e à regulação pelo mercado de trabalho sobre as vidas humanas. Para Ramos et al. (2002), aprofundar sobre as condições de trabalho pode esclarecer como afetam a conduta, a experiência e os resultados da atividade dos trabalhadores. Eles e Blanch (2003), entre outros autores, desenvolveram taxonomias sobre condições de trabalho, o que é um esforço complexo de sistematização pela abrangência das condições de trabalho. Borges, Rocha-Falcão, Alves Filho, e Costa (2015), contudo, sintetizaram as classificações anteriores em quatro categorias:

(i) Condições contratuais e jurídicas: conjunto de aspectos legais que regem os contratos, o sistema de remuneração, a jornada de trabalho, etc.

(ii) Condições físicas e materiais: dizem respeito às condições do espaço arquitetônico das instalações, da localização geográfica, das condições climáticas, das condições de segurança material, etc.

(iii) Processos e características da atividade: referentes ao conteúdo, organização, modo de execução e divisão das tarefas.

(iv) Condições do ambiente sociogerencial: referentes ao estilo das interações interpessoais e práticas sociais da gestão, conforme modo de inserção no mercado de trabalho (parcerias, redes de trabalho formais ou informais, etc.).

A partir do questionário desenvolvido pelo European Working Conditions Observatory² e da categorização sobre condições de trabalho citada, Borges et al. (2013) elaboraram o QCT e exploraram a variação das estruturas fatoriais desse instrumento conforme a ocupação focalizada. Para isso, realizaram *surveys* entre os quais um com 264 trabalhadores, sendo 145 professores de um

centro de educação superior de Minas Gerais (setor privado) e 119 profissionais de saúde de hospitais universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As questões referentes a três categorias – condições físicas e materiais, processos e características da atividade e condições do ambiente sociogerencial – previam alternativas de respostas em escala de frequência (de 1=nunca a 5=sempre). Aplicaram análise fatorial exploratória às respostas ao QCT por categorias citadas. Os fatores encontrados (Tabela 1) apresentaram coeficientes *alfa de Cronbach*, variando de 0,58 a 0,90. Consideramos que a heterogeneidade de docentes e profissionais de saúde da amostra do estudo antecedente pode ter contribuído para algumas fragilidades ali identificadas, como seis fatores com coeficientes alfa de Cronbach entre 0,58 a 0,75.

	Fatores	Conceitos
Condições físicas e materiais	Aspectos psicobiológicos (PVE= 0,22; α= 0,90)	Perceber riscos à saúde psíquica e física decorrente do ambiente. Itens (cargas) 19.19 (0,84); 19.22 (0,76); 19.20 (0,75); 19.21 (0,61); 19.10 (0,60); 19.7 (0,53); 19.28 (0,52); 19.23 (0,51) e 19.32 (0,43).
	Espaço de trabalho (PVE=0,10; α= 0,73)	Perceber especificidades da realização das atividades dentro e/ou fora das instalações da organização ou no espaço virtual. Itens (cargas): 19.42 (0,81); 19.37 (0,78); 19.41 (0,73); 19.38 (0,71); 19.39 (0,54); 19.11 (0,41); 19.12 (0,37), 19.13 (0,31); 19.21 (0,31), 19.28 (-0,31)
	Aspectos fisicoquímicos (PVE= 0,08; α=0,64)	Perceber características materiais do ambiente de trabalho, (vapores, fumaça e poeira; temperatura e iluminação). Itens (cargas): 19.12 (0,34); 19.6 (0,58); 19.5 (0,55); 19.3 (0,57); 19.14 (0,53); 19.15 (0,45); 19.43 (-0,43); 19.13 (0,53); 19.2 (0,34) e 19.9 (0,33).
	Exigências de esforço físico (PVE= 0,06; α=0,81)	Perceber exposição a atividades de trabalho que exigem uma execução mecânica e movimentos repetitivos, com uso de máquinas e equipamentos. Itens (cargas): 19.2 (0,33); 19.34 (0,84); 19.33 (0,78); 19.35 (0,73), 19.31 (0,39); 19.1 (0,37); 19.27 (0,36) e 19.30 (0,37).
	Riscos de acidentes (PVE=0,05; α=0,82)	Perceber riscos de acidentes incapacitantes e fatais. Itens (cargas): 19.23 (0,39); 19.17 (0,75); 19.24 (0,63); 19.16 (0,58); 19.29 (0,54); 19.30 (0,45) e 19.32 (0,32).
Processos e características da atividade	Espaço de Autonomia (PVE= 0,13; α= 0,81)	Perceber possibilidades de decisão autônoma pelos métodos, planejamento e ritmo do que se realiza. Espaço de ação. Itens (cargas): 24.2 (0,72); 25.11 (0,67); 27.6 (0,60); 24.3 (0,56); 25.10 (0,50); 24.1 (0,49); 25.3 (0,48); 25.9 (0,47); 20.5 (0,45); 26.1 (0,44).
	Complexidade, Responsabilidade e Rapidez (PVE=0,10; α= 0,75)	Perceber exigência de rapidez, responsabilidade na execução de tarefas complexas. Itens (cargas): 23.6 (0,67); 21.2 (0,60); 23.8 (0,54); 29.1 (0,54); 21.1 (0,53); 23.3 (0,51); 29.3 (0,45); 25.13 (0,45) e 23.4 (0,41).
	Organização do Tempo (PVE= 0,09; α=0,72)	Percepção da autonomia para organizar o próprio trabalho no tempo, planejar intervalos, folgas e férias. Itens (cargas): 25.5 (0,63); 20.1 (-0,54); 20.6 (0,51); 20.3 (0,49); 25.7 (0,48); 20.4 (0,47) e 25.4 (0,44).
	Estímulo à colaboração (PVE=0,05; α=0,63)	Percepção da colaboração dos pares e de poder desenvolver parcerias na atividade. Itens (cargas): 25.1 (0,66); 25.2 (0,55) e 27.5 (0,45).
Condições do ambiente sociogerencial	Organização das atividades (PVE= 0,27; α= 0,81)	Percepção sobre a natureza e distribuição das atividades no ambiente de trabalho e sobre o exercício da função gerencial organizativa. Itens (cargas): 32.10(0,74); 32.9(0,63) e 32.7(0,53).
	Infraestrutura e Pressão (PVE=0,11; α= 0,90)	Percepção sobre situações de escassez de equipamentos e material de trabalho e de exigências desproporcionais às condições de infraestrutura. Itens (cargas): 32.3 (0,90); 32.2 (0,89); 32.4 (0,82).
	Oferta de Informação de Saúde (PVE= 0,08; α=0,88)	Percepção sobre ações gerenciais de prevenção a acidentes de trabalho e a problemas de saúde ocupacional, informando o trabalhador sobre os riscos existentes. Itens (cargas): 31.5 (0,96); 31.6 (0,82)
	Discriminação Social (PVE= 0,07; α=0,58)	Refere-se à sujeição dos participantes a situações de discriminação baseadas em traços pessoais (por exemplo: idade, altura, cegueira, sexo). Alude, portanto, a percepção do participante acerca do gerenciamento na organização que minimize ações discriminatórias. Itens (cargas): 33.7 (0,71), 33.12 (0,52), 33.6 (0,49)
	Participação (PVE=0,05; α=0,63)	Itens referentes à percepção dos participantes sobre as práticas interativas de consulta sobre mudanças na organização do trabalho e de abertura ao diálogo em torno do desempenho no trabalho. Itens (cargas): 31.2 (-0,73), 31.1 (-0,64), 31.4 (-0,47), 32.7 (-0,45).
	Violência (PVE=0,05; α=0,80)	Perceber ameaças de violência física, agressões verbais, perseguições e preconceito. Referem-se, à amistosidade nas relações interpessoais. Itens (cargas): 33.2 (-0,83); 33.1 (-0,72), 33.4 (-0,67), 33.5 (-0,54)
	Ambiente Conflitante (PVE=0,04; α=0,80)	Percepção sobre possibilidades de ser envolvido em conflitos interpessoais e situações que divergem de seus valores pessoais. Itens (cargas): 32.5 (-0,72), 32.6 (-0,57)

Focalizaremos, então, exclusivamente profissionais de equipes de saúde que atuam em serviços de atenção primária e secundária no SUS. A literatura (p. ex., Blanch, 2003; Borges et al., 2013; Ordaz Castillo & Maqueda Blasco, 2014) apontou na direção de que a percepção das condições de trabalho são contingentes às ocupações e a seus aspectos conjunturais. Por isso, esperamos encontrar estrutura fatorial para o QCT distinta da anterior (Borges et al., 2013).

Método

Participantes

Participaram 452 trabalhadores de equipes multiprofissionais de saúde de Belo Horizonte (87,4% deles) e de outros municípios mineiros (Leopoldina, Manhuaçu, Jequitinhonha, Viçosa, Juiz de Fora, Itabirito, Ribeirão das Neves, Santo Antônio do Monte e Sete Lagoas). Desses participantes, 150 usaram formulário online e 302, formulário impresso.

Considerando a ocupação, os participantes eram: 18,1% enfermeiros; 15% médicos; 12,2% agentes comunitários de saúde; e 10% técnicos de enfermagem. Os demais se dispersaram entre ocupações, como: nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, bem como trabalhadores em funções administrativas.

Acerca do sexo, 78,5% dos participantes eram mulheres, 21%, homens e dois não indicaram o sexo. Sobre a educação formal, 46% da amostra cursou alguma pós-graduação. Concentraram-se mais na faixa de 31 a 40 anos de idade (37%) e no grupo que exercia o trabalho atual de 5 a 10 anos (49%). Os participantes recebiam diferentes remunerações: 35,4% deles, de R\$ 560,00 a R\$ 2.400,00; 32,1%, de R\$ 2.400,00 a R\$ 5.400,00; 26,1%, de R\$ 5.400,00 a R\$ 14.000,00; 4,0%, acima de R\$ 14.000,00 e 1,8%, omitiram-se.

Instrumentos

Utilizamos uma ficha sociodemográfica para caracterizar os participantes da pesquisa e o QCT para o qual temos o objetivo de explorar a estrutura fatorial das questões estruturadas prevendo resposta na seguinte escala: 1= nunca; 2= raramente; 3=algumas vezes; 4=muitas vezes; 5=sempre; 6= não se aplica. O QCT abrange questões referentes às quatro categorias das condições de trabalho especificadas. As questões referentes a três delas usam a citada escala, enquanto aquelas referentes às condições contratuais e jurídicas preveem alternativas nominais como respostas. São

as escalares que mensuram os fatores identificados na Tabela 1 (Borges et al., 2013). Nossas análises se restringirão a elas. Assim, contamos com: 44 itens referentes às condições físicas e materiais; 56, aos processos e características da atividade; e 32, às condições do ambiente sociogerencial. Totalizamos 132 itens.

Procedimentos de Campo

Obtivemos a anuência dos gestores da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e da Coordenadoria Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais, bem como dos Secretários de Saúde dos municípios que são sede de unidades do Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE). A aplicação dos questionários, subsequente à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ocorreu de Julho de 2017 a Fevereiro de 2018, através de formulário eletrônico, via internet, e no formato impresso.

Procedimentos de Análises das Respostas

Registramos as respostas aos questionários na forma de banco de dados do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), tendo em vista descrever a amostra, realizar análises preliminares e desenvolver análise fatorial exploratória. Consideramos o uso da alternativa “não se aplica” como respostas em branco e eliminamos os casos com mais de 50% de ausência de respostas. Em seguida, substituímos esses casos pela média das respostas de cada questão. Verificamos as situações em que havia 25 ou mais respostas concentradas em uma única pontuação da escala para que também fossem eliminados. Desse modo, o banco de dados final totalizou 434 participantes.

Examinamos a normalidade da distribuição das respostas por itens, considerando os gráficos de frequência disponíveis e os coeficientes de assimetria e curtoses, e eliminamos os itens que apresentavam um desses coeficientes maior que 2,00 (Damásio, 2012; Maroco, 2014). Acerca das *communalities*, identificamos os itens com valores abaixo de 0,30 e aqueles com valor maior que 0,70. Examinamos esses itens na matriz de correlações e, então, eliminamos aqueles que apresentavam coeficientes abaixo de 0,30 (itens outliers) com todos os demais itens ou com coeficientes superiores a 0,70 (multicolinearidade).

Adotamos a técnica dos eixos principais (Principal Axis Factoring, PAF). Definimos do número de fatores, conforme os seguintes critérios: a magnitude dos *eigenvalues*, o gráfico *scree plot*, a qualidade da solução

(parcimoniosamente viável) diante da literatura consultada. Na sequência, aplicamos, então, rotação oblíqua. Passamos para rotação ortogonal (Varimax), quando não observamos correlação a partir de 0,30 entre os fatores encontrados. Esse foi o caso da estrutura fatorial referente aos processos e características da atividade.

Posteriormente, transferimos o banco de dados ($n = 434$) para o software Linear Structural Relationships (LISREL) e realizamos análise fatorial confirmatória (AFC) para cada uma das categorias com respostas escalares. Devido ao tamanho da amostra, realizamos a AFC utilizando o mesmo banco de dados e considerando o referencial teórico para inclusão e a exclusão de variáveis na análise (Laros, 2005).

Resultados

Análise Fatorial Exploratória

Os resultados da AFE (Tabela 2) revelaram os fatores empíricos que compõem cada categoria das condições de trabalho para os profissionais de saúde, segundo o QCT. Entre os indicadores de consistência encontrados, há um fator com coeficiente alfa de Cronbach de 0,64 e todos os demais variam de 0,70 a 0,88. A análise da fatorabilidade realizada para a matriz de dados através do método Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) corroborou a adequação da AFE com relação a cada uma das três categorias abrangidas pelo QCT em foco na pesquisa.

Tabela 2. Síntese dos resultados nas análises fatoriais exploratórias

Fatores	Itens	α
Condições Físicas e Materiais (KMO=0,81)		
Riscos psicobiológicos PVE=23,62	Perceber-se exposto a riscos que o ambiente físico e material oferece e podem ter impacto à saúde física e psíquica (QCT19. 19, QCT 19.22, QCT19. 21, QCT 19.20 e QCT19.26)	0,80
Ambiente PVE=9,26	Perceber-se exposto às características do ambiente físico (QCT19. 44, QCT19.32, QCT19.4, QCT19.9 e QCT19.3)	0,64
Equipamentos e Materiais PVE=7,26	Perceber-se exposto às características dos equipamentos e à qualidade dos materiais utilizados na atividade. (QCT19. 1, QCT19.35, QCT19.2, QCT19.33, QCT19.10, QCT19.27, QCT19.43 e QCT19.31)	0,80
Processos e Características da Atividade (KMO=0,78)		
Desafios PVE=13,72	Perceber-se exposto a desafios intelectuais e afetivos na situação de trabalho (QCT25. 12, QCT25.13, QCT23.6, QCT25.14, QCT23.3, QCT23.7, QCT28.3)	0,76
Controle/ Prescrições PVE=8,64	Perceber-se submetido aos protocolos, normas e procedimentos para realização da atividade (QCT24. 2 QCT24.1 QCT24.3 QCT25.5 QCT25.11 QCT27.6)	0,76
Autonomia PVE=5,83	Perceber-se submetido ao monitoramento e às expectativas exercidos pela chefia, colegas de trabalho e clientela. Percepção do próprio espaço de ação (QCT22.5, QCT23.4, QCT23.5, QCT23.8, QCT22.3, QCT21.1, QCT27.3, QCT22.1, QCT22.4)	0,72
Parcerias/ colaboração PVE=5,12	Perceber oportunidades para estabelecer parcerias e trocas de conhecimento e experiências na situação de trabalho (QCT25.2, QCT27.5, QCT27.4, QCT26.2, QCT25.1, QCT25.3 e QCT25.9).	0,70
Ambiente Sociogerencial (KMO=0,88)		
Contradições PVE=31,56	Perceber-se exposto às contradições existentes entre as regras e prescrições para realização da tarefa e o contexto da atividade (QCT32. 9, QCT32.10, QCT32.6, QCT32.7, QCT32.8, QCT32.4, QCT32.5, QCT32.12 e QCT32.1)	0,88
Informações PVE=13,38	Perceber oportunidades para obter informações sobre riscos do contexto de trabalho (QCT31. 5 e QCT31.6)	0,86
Violência PVE=7,66	Perceber-se exposto a situações de violência no trabalho (QCT33.2, QCT33.4 e QCT33.1)	0,82
Oportunidade para Diálogo/ Protagonismo PVE=6,97	Perceber possibilidades de participação nas decisões sobre a organização do trabalho (QCT31. 4, QCT31.1 e QCT31.2)	0,70

Nota. PVE: percentual de variância explicada; α : Alfa de Cronbach.

Condições Físicas e Materiais

Nas análises preliminares, eliminamos itens referentes a esta categoria por carga inferior ao ponto de corte³ pelos coeficientes de assimetria e curtose, por ser *outliers* e por apresentarem multicolinearidade⁴. Obtivemos, na etapa subsequente de análise, um conjunto com três fatores que explicou um total de 40,3% da variância, sendo Riscos Psicobiológicos o fator responsável pelo maior percentual de variância (PVE) para essa categoria. Esse resultado evidencia a frequente exposição do trabalhador a agentes patogênicos e a exigências psíquicas que impactam na preservação de sua saúde. O fator Ambiente Físico agregou itens referentes à configuração do local onde a atividade é realizada, seja dentro dos centros de atendimento em saúde ou externamente a eles no caso de visitas domiciliares aos pacientes ou atendimento nas vias e albergues públicos. O fator Equipamentos e Materiais resume a percepção do trabalhador sobre as máquinas e instrumentos auxiliares na avaliação do estado de saúde do paciente. Esse fator apresentou correlação mais forte ($r = 0,47$) com o de Riscos Psicobiológicos, provavelmente porque equipamentos de proteção individual – tais como luvas de látex, máscaras respiratórias, aventais e toucas – são utilizados para execução de tarefas, considerando a frequente exposição dos trabalhadores da saúde a agentes patogênicos.

Processos e Características da Atividade

Preliminarmente, eliminamos alguns itens por cargas fatoriais abaixo do ponto de corte⁵, por apresentarem assimetria, curtose e por comportarem-se como *outliers*⁶. Situações de multicolinearidade não foram encontradas. A solução fatorial resultante está composta por quatro fatores, explicando 33% da variância total, sendo Desafios o fator com maior PVE. Controle também foi discriminado como fator. Autonomia e Parcerias tiveram valores próximos entre si considerando o PVE.

Condições do Ambiente Sociogerencial

A matriz fatorial da AFE obtida não apresentou itens com cargas fatoriais de valor inferior ao ponto de corte 0,35. Nas análises preliminares, itens foram eliminados por assimetria, por curtose e quando se apresentavam como *outliers* ou com multicolinearidade⁷. A solução resultante discriminou quatro fatores com 59,5% de explicação da variância total, sendo Contradições o fator com maior PVE para a categoria condições do ambiente sociogerencial (4,5 vezes maior que a PVE do

quarto fator). Os fatores Violência e Oportunidade para Diálogo/Protagonismo apresentaram semelhança entre os PVE e correlação ($r = 0,35$) entre si.

Análises Fatoriais Confirmatórias

Desenvolvemos AFC para testar as soluções encontradas nas AFEs apresentadas anteriormente. Para a categoria condições físicas e materiais, a AFC com os três fatores encontrados na AFE não apresentou um ajuste aceitável, por isso optamos por uma solução com dois fatores: Risco Psicobiológico e Ambiente (Figura 1). Com índices de ajuste adequados, o modelo identificado na AFC reduziu o resultado da AFE, ganhando mais parcimônia. O fator Risco Psicobiológico foi discriminado já que a presença de agentes físicos patogênicos no ambiente é inerente às atividades na área da saúde. Ambiente, também identificado como fator, evidencia a percepção do trabalhador sobre como as características da configuração física do local de trabalho determinam seu modo de agir, conforme realize a atividade no interior dos centros de saúde ou realize visitas domiciliares. Porém, o fator Equipamentos e Materiais, identificado na AFE, foi suprimido nos resultados da AFC. Na AFE, tal fator havia se apresentado correlacionado ao primeiro. O resultado da AFC revelou correlação ($\phi=0,49$) entre essas variáveis latentes, indicando adequada validade discriminante ($\phi \leq 0,60$ para Malhotra, Lopes, & Veiga, 2014). Os indicadores de ajustes de uma maneira geral indicaram adequação do modelo, apesar de que o coeficiente quiquadrado tenha sido significativo.

Os resultados da AFC para a categoria processos e características da atividade obteve bons índices de ajuste, distinguindo quatro fatores: Desafios, Autonomia, Controle e Parcerias (Figura 2). Esses resultados confirmaram os resultados da AFE uma vez que discriminou os quatro fatores previstos. A mais forte correlação foi identificada entre os fatores Desafios e Controle ($\phi=0,52$), mas não compromete a validade discriminante. No entanto, para obter a solução com adequado ajuste, excluímos itens previstos na AFE.

Para a categoria Condições do Ambiente Sociogerencial, a AFC corroborou a solução de quatro fatores: Contradições, Informações, Violência e Oportunidade para Diálogo (Figura 3), porém excluindo itens como ocorreu na categoria anterior. Os índices (Figura 3) confirmaram a adequação do modelo. A mais forte correlação ($\phi=0,52$) foi revelada entre os fatores Contradições e Violência.

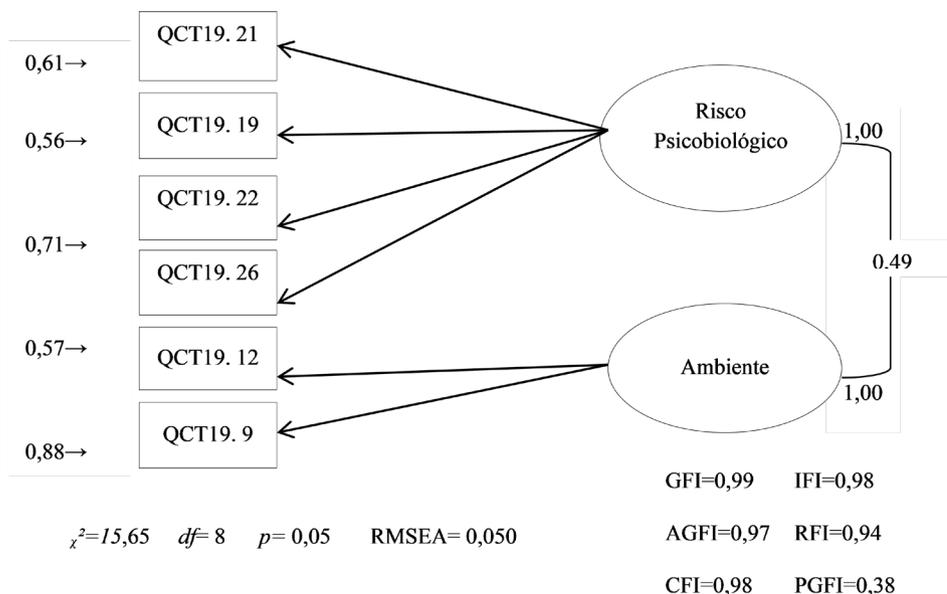


Figura 1. AFC condições físicas e materiais.

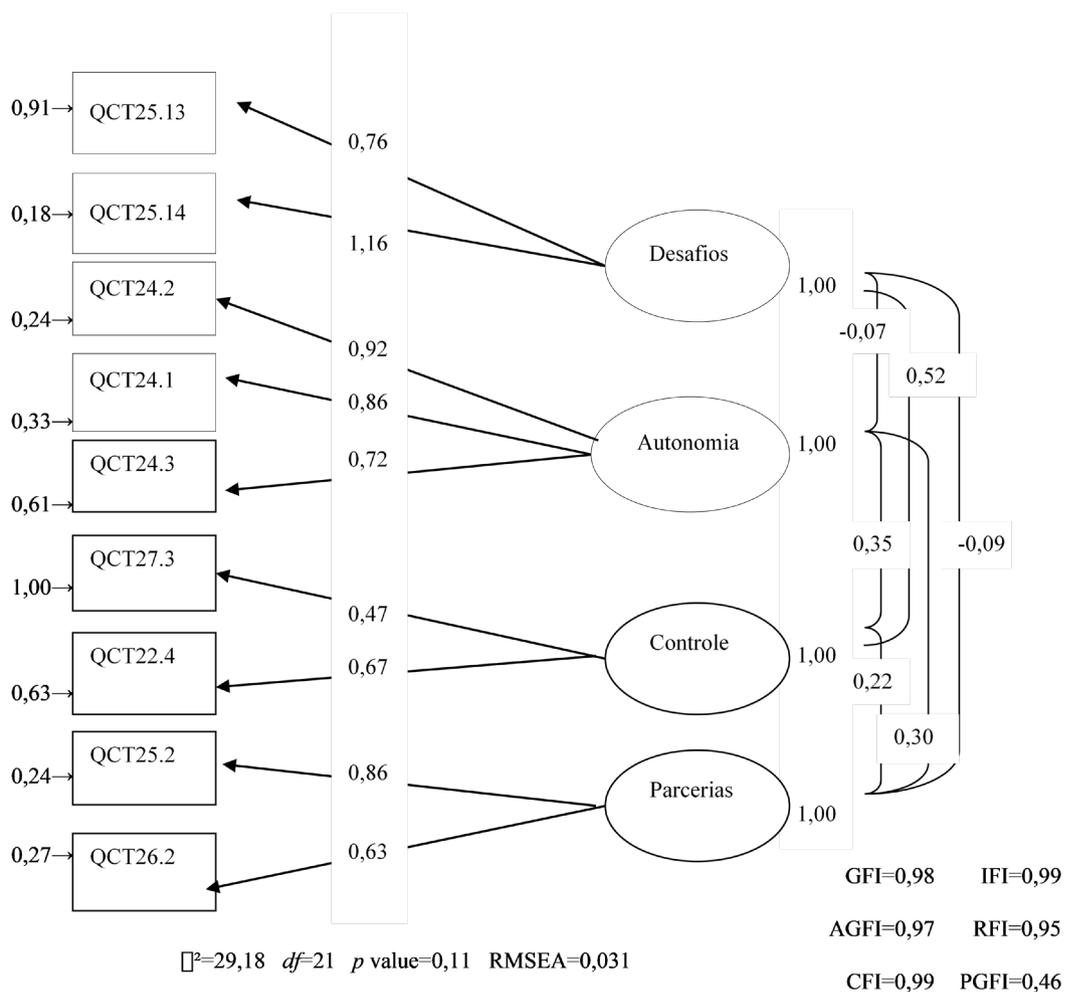


Figura 2. AFC processos e características da atividade.

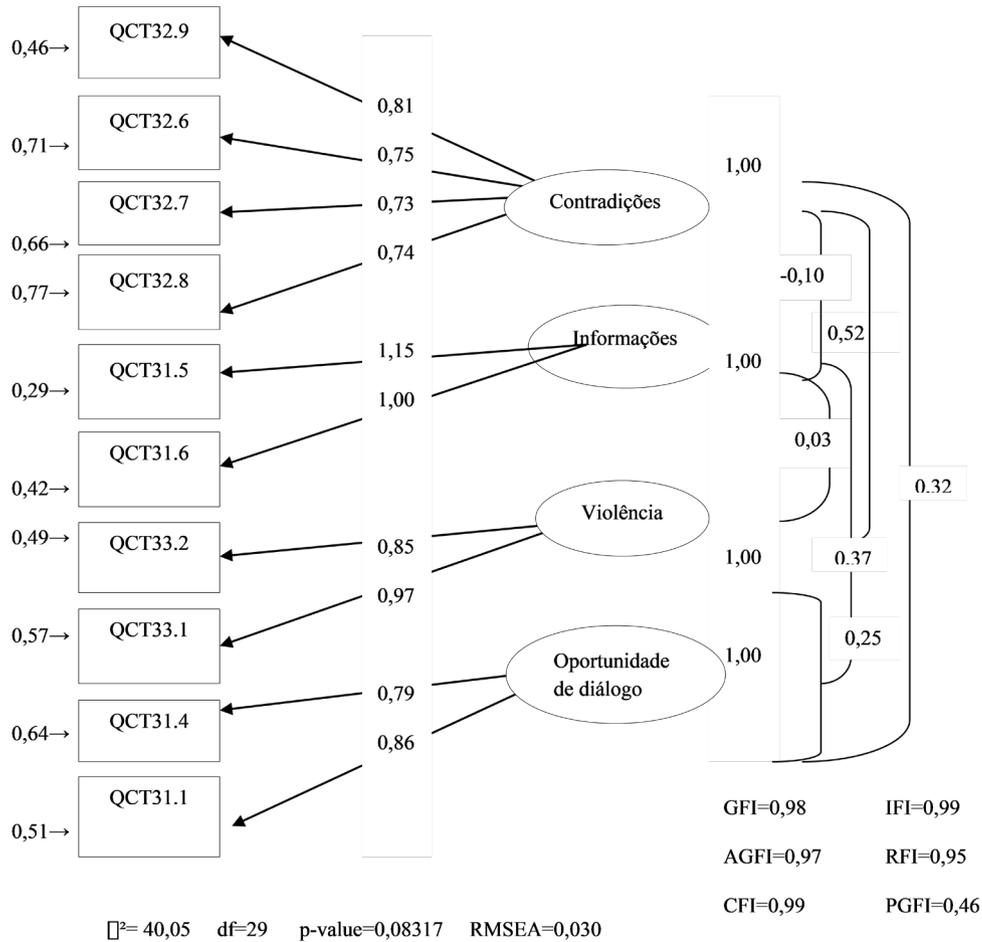


Figura 3. AFC condições do ambiente sociogerencial.

Discussão

Como esperado, encontramos diferenças entre a estrutura fatorial descrita por Borges et al. (2013) e os resultados das análises em nossa amostra, composta apenas por profissionais de saúde. Tais diferenças ratificaram o acerto da decisão de iniciar aplicando análise fatorial exploratória. As AFCs possibilitaram discriminar modelos (estruturas fatoriais) com coeficientes adequados de ajuste para cada uma das categorias das condições de trabalho.

Considerando a categoria Condições Físicas e Materiais, a AFE para trabalhadores da saúde discriminou os fatores Riscos Psicobiológicos, Ambiente Físico e Equipamentos e Materiais, enquanto a solução encontrada na análise de Borges et al. (2013) apresentou cinco fatores. Apesar de as estruturas fatoriais diferirem em relação ao número de itens, nos dois casos o fator

Riscos Psicobiológicos apresentou o maior percentual de variância (PVE) explicada dentre os demais. Esse aspecto pode ser compreendido, considerando a inclusão do trabalhador da saúde nas duas amostras. Além disso, um fator decorrente dos itens sobre a percepção dos trabalhadores em relação à configuração física do trabalho foi identificado em ambas as análises⁸, indicando a semelhança na composição das amostras nos dois estudos.

Nos resultados da AFC para amostra com trabalhadores da saúde, verificamos que a correlação ($\phi=0,49$) entre os fatores Riscos Psicobiológicos e Ambiente pode ser compreendida ao observarmos que as ações de proteção aos riscos, adotadas pelos trabalhadores, são mais viáveis de acordo com o ambiente físico em que atuam (se na unidade de saúde, na casa do paciente, etc.). Pinto e Silva (2016) mostraram que

condições precárias de infraestrutura que exigem maior esforço do trabalhador contribuem para ocorrer problemas físicos e osteomusculares e são identificadas como riscos à saúde do trabalhador.

A análise de Borges et al. (2013) também apresentou o fator Exigências de Esforço Físico que resultou dos itens que indagam sobre os custos físicos exigidos dos trabalhadores na utilização de máquinas e equipamentos. Para os trabalhadores da saúde, entretanto, a percepção sobre as características desses equipamentos não se resume a dimensionar a capacidade física que devem empregar em sua utilização. A execução das tarefas em saúde está relacionada à qualidade e precisão desses recursos que ajudam a avaliar e classificar o estado do paciente. Identificamos esse aspecto no fator Equipamentos e Materiais que foi discriminado na AFE na presente pesquisa. Apesar de perceberem a utilidade dos equipamentos e da tecnologia como parte da estrutura física do trabalho, os trabalhadores da saúde os identificam mais como recursos que são complementares à atividade clínica.

Para a categoria processos e características da atividade, Borges et al. (2013) encontraram estrutura com quatro fatores, em que Espaço de Autonomia explicou o maior percentual de variância, evidenciando que os trabalhadores da amostra percebem liberdade para administrar o ritmo de seu trabalho, podendo escolher os métodos que vão utilizar. As análises da presente pesquisa também apresentaram um modelo de quatro variáveis latentes. Entretanto, o fator com maior percentual de variância explicada foi Desafios, cujos itens estão relacionados à percepção da necessidade de se ter iniciativa e atitudes pró-ativas diante dos imprevistos que se apresentam na situação de trabalho em saúde. Segundo Pinto e Silva (2016), o acúmulo de atividades e o insuficiente contingente de trabalhadores na saúde contribuem para a percepção de ser continuamente desafiado em suas atividades em condições de sobrecarga física e emocional.

O fator Controle, discriminado na AFE e na AFC, elucidou a percepção do trabalhador a respeito das prescrições e protocolos para realização da atividade em saúde. As diretrizes do SUS norteiam a gestão dos processos de trabalho e são percebidas como perspectivas indissociáveis do fazer em saúde. Segundo Batista Júnior (2016), o SUS é marco definidor das ações em saúde e exige a participação de diversos atores para seu funcionamento e, assim, o trabalhador se percebe como parte dessa proposta. A AFE, realizada por Borges

et al. (2013), apresentou evidências da percepção do controle pelo trabalhador no fator Complexidade, Responsabilidade e Rapidez, discriminado nos itens que informam a respeito de exigências e expectativas que recaem no modo como deve realizar sua atividade.

Em nossas análises, o fator Autonomia também foi discriminado. Na área da saúde, o trabalhador se percebe submetido pelo monitoramento da gestão, pelas ações dos próprios colegas e pela expectativa dos usuários dos serviços. O processo de trabalho em saúde é dinâmico na proporção em que permite interatividade entre trabalhadores e usuários que também fazem parte de sua elaboração. Além disso, a percepção da autonomia e das possibilidades para ampliar o espaço de ação do trabalhador é afetada por aspectos de sua subjetividade (Souza, 2016). O objeto da atividade são as necessidades humanas em saúde e seus resultados decorrem das transformações mediadas pelo esforço feito para sua obtenção (Pinto & Silva, 2016). Desse modo, o empenho para cumprir as diversas expectativas decorrentes da atividade em saúde, ao mesmo tempo em que gera resultados, repercute no modo como o trabalhador desenvolve relações entre pares e estabelece trocas de experiências.

Entretanto, a AFC para os trabalhadores de saúde apresentou correlação positiva entre o fator Autonomia e Controle ($\phi=0,35$). Apesar de perceber-se submetido ao controle dos usuários, colegas e gestores, o trabalhador da saúde percebe que a autonomia para realizar sua atividade decorre justamente das parcerias estabelecidas no coletivo de trabalho. Outra evidência disso é a correlação ($\phi=0,30$) existente entre os fatores Autonomia e Parcerias.

Em nossas análises, o fator Parcerias resultou dos itens sobre a percepção do trabalhador da saúde em relação às oportunidades de troca de conhecimento e colaboração em grupo. Entretanto, a construção de um projeto de trabalho coletivo, preconizado conforme as diretrizes do SUS sofre interferência dos limites das possibilidades de interação e integração entre os trabalhadores, dificultando o desenvolvimento do trabalho em equipe de modo efetivo (Peduzzi, 2007; Silva & Trad, 2005). O esforço no desenvolvimento de parcerias funciona como estratégia para ampliação do espaço de ação do grupo de trabalhadores, promovendo também uma percepção de autonomia individual. É através das ações em equipe que o trabalhador da saúde percebe seu protagonismo na atividade, revelando o paradoxo dessa situação. A configuração apreendida

por este fator pode também ser compreendida como resultante dos esforços coletivos dos trabalhadores em operacionalizar o princípio da integralidade do SUS (Pinto & Silva, 2016). Os resultados das análises de Borges et al. (2013) para processos e características da atividade, em que o fator Estímulo à Colaboração foi encontrado a partir de itens sobre a percepção de circunstâncias favoráveis à cooperação e parceria entre os trabalhadores da amostra, também revelaram esse aspecto.

Considerando a categoria condições do ambiente sociogerencial, os resultados da AFE e da AFC apresentaram solução com quatro fatores, sendo Contradições o fator com maior poder de explicação da variância. Esse aspecto revela um contexto de trabalho que difere, parcialmente, daquele que é preconizado pelos princípios do SUS. O trabalhador identifica as divergências entre o que é esperado como resultado de suas ações e o que é possível realizar frente às condições presentes (Borges, Tamayo, & Alves Filho, 2005).

A análise realizada por Borges et al. (2013), que discriminou sete fatores para a categoria condições do ambiente sociogerencial, apresentou o fator Organização das Atividades com maior PVE. Os itens que definem esse fator oferecem informações sobre a percepção do trabalhador em relação ao estilo de organização do trabalho a que está submetido, através de questões que tratam de conflitos e contradições na situação de trabalho. Assim, há semelhança entre o fator Contradições identificado em nossas análises e o fator Organização das Atividades discriminado nos resultados de Borges et al. (2013). Ambos apresentaram o maior PVE para a categoria condições do ambiente sociogerencial.

Além disso, nos resultados de Borges et al. (2013) observamos que, para a categoria Condições do Ambiente Sociogerencial, a AFE discriminou o fator Oferta de Informação de Saúde. Em nossas análises, o fator Informações foi aferido através dos itens que informam sobre a percepção do trabalhador em relação ao acesso aos meios para obter segurança e preservar a própria saúde. Promoção em saúde e prevenção de doenças são temas frequentemente abordados em campanhas e orientações aos usuários da assistência sanitária. Essas práticas recomendam e motivam atitudes de vigilância em saúde entre os trabalhadores. Com base em sua formação profissional e experiência cotidiana, o trabalhador tem informações técnicas que o ajudam a identificar as condições insalubres presentes na situação de trabalho.

Entretanto, apenas conhecer os aspectos que podem causar danos à saúde não garante proteção em relação aos riscos presentes no contexto de trabalho. Os prejuízos ao bem-estar do trabalhador, além de resultarem da configuração do ambiente físico, estão também associados a equívocos decorrentes da organização dos processos de trabalho tais como precarização, verticalização das relações de trabalho, hierarquizações rígidas, ritmo extenuante, fragmentação das tarefas, pequena participação do trabalhador no desenvolvimento do processo de trabalho, entre outras situações que, mesmo potencialmente produtoras de adoecimento, nem sempre estão presentes nas informações veiculadas a respeito da proteção e prevenção dos agravos à saúde do trabalhador (Costa, Borges, & Barros, 2015; Pinto & Silva, 2016; Puente-Palácios, Silva, & Borba, 2015).

As análises de Borges et al. (2013) discriminaram o fator Ambiente Conflitante, dentre os fatores obtidos para a mesma categoria de condições de trabalho, a partir de itens que apontam divergências entre o que deve ser feito pelos trabalhadores e o que acreditam ser melhor fazer conforme seus valores e princípios. Também um fator que faz referência à presença ou não de relações interpessoais amistosas na situação de trabalho foi discriminado nas análises de Borges et al. (2013) e denominado pelos autores como Violência.

Discriminado em nossas análises para os trabalhadores da saúde, o fator Violência é percebido de modo específico. Os trabalhadores se percebem muito mais como alvo de agressões por parte do usuário do que por seus colegas. O usuário, por não ter conhecimento suficiente sobre os processos que envolvem a oferta de serviços no SUS, muitas vezes reage como se o trabalhador, representando o poder público, fosse responsável pela ineficiência do sistema de saúde. A exposição à violência é percebida mais frequentemente nos casos em que as atividades assistenciais são realizadas externamente aos muros da instituição e quando não há pessoal designado para cuidar da segurança nas unidades de saúde, conforme Pinto e Silva (2016). Entretanto, essas autoras ressaltaram que a violência nem sempre se apresenta de modo explícito, havendo indícios da existência de assédio moral e discriminação nos serviços de saúde, nem sempre identificados pelos trabalhadores.

Além disso, ainda considerando a categoria condições do ambiente sociogerencial, o fator Oportunidade para Diálogo foi discriminado na análise da amostra de trabalhadores da saúde, através de itens que tratam das possibilidades de sua participação

na organização e desenvolvimento das ações. O trabalhador percebe seu papel como mediador entre as políticas de atenção em saúde e as necessidades dos usuários. Entretanto, a participação no debate sobre mudanças dos modelos de gestão adotados pela administração pública é restrita, revelando que as políticas de saúde são formuladas e implantadas de cima para baixo. Essa situação interfere no modo como os trabalhadores avaliam as oportunidades de protagonismo na atividade, gerando insatisfação. Conforme Pinto e Silva (2016) outro motivo para isso é que, apesar de investimentos e iniciativas dos gestores para qualificação de pessoal, o trabalhador da saúde não percebe, nas condições de seu trabalho, oportunidades para uma realização pessoal e profissional compatível a avaliação de sua própria capacidade técnica.

Considerações finais

Os resultados estatísticos e a reflexão sobre eles apontam na direção da validade do QCT para estudos e diagnósticos a respeito das condições de trabalho na atenção primária e secundária do SUS. Em outras palavras, apresenta acurácia suficiente para distinguir diferenças nas condições de trabalho conforme ocupação, seja considerando as soluções encontradas pela aplicação da AFE, seja as da AFC.

Na AFE para trabalhadores de saúde, os fatores discriminados cumpriram o critério do índice de consistência adotado no Brasil pelo Conselho Federal de Psicologia ($\alpha \geq 0,60$) e do referencial teórico (Damásio, 2012), apresentando estrutura parcimoniosa para o QCT. Os resultados da AFC diferiram dos resultados da AFE, devido à eliminação de itens, necessária ao ajuste do modelo, representando aprimoramento da medida por apresentar, então, uma estrutura fatorial ainda mais parcimoniosa. Esse resultado evidencia a exequibilidade do diagnóstico de condições de trabalho com um formato mais simplificado do QCT.

Sugerimos a utilização do QCT em conjunto com outras técnicas de análise, como entrevistas semiestruturadas e observações de campo, para favorecer a apreensão das informações, principalmente quando se pretende realizar predições. Pesquisa com amostra mais ampla poderá contribuir no desenvolvimento do conceito de condições de trabalho na sua adequação para abranger todas as categorias aqui consideradas, especialmente implementando análise fatorial de segunda ordem.

Além disso, como as condições de trabalho variam conforme o contexto, recomendamos outras análises para obtenção de evidências de validade do QCT em

amostras com profissões de saúde em outras localidades, tendo em vista apreender diferenças regionais da percepção das condições de trabalho. Reconhecemos também como limitação o caráter transversal da pesquisa, já que as informações foram levantadas em único período. Desse modo, outros estudos sobre condições de trabalho levando em consideração a temporalidade podem ser relevantes para apresentar evidências da dimensão histórica do trabalho (Carreteiro & Barros, 2011; Lhuillier, 2014; Ramos et al., 2002).

O tamanho da amostra não possibilitou a realização da AFC em banco de dados diferente do banco utilizado para a AFE, embora haja autores que reconheçam a adequação do procedimento adotado como assinalamos na seção método (Laros, 2005). Desta forma, oferecemos subsídios para a construção do QCT em duas versões reduzidas.

Referências

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Batista Júnior, F. (2016). O SUS e as transformações do trabalho em saúde. In I. F. Braga, M. C. C. Velasques, & M. V. C. Morosini (Orgs.), *O trabalho no mundo contemporâneo: fundamentos e desafios para a saúde* (pp. 129-148). Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV.
- Blanch, J. M. (2003). Condiciones de trabajo. In J. M. Blanch, M. J. Espuny, C. Gala, & A. Martín (Orgs.), *Teoría de las relaciones laborales. Fundamentos* (pp. 42-44). Barcelona: Editorial UOC.
- Blanch, J. M., Sahagún, M., & Cervantes, G. (2010). Estructura factorial del cuestionario de condiciones de trabajo. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 26(3), 175-189. doi: 10.5093/tr2010v26n3a2
- Borges, L. O., Costa, M. T. P., Alves Filho, A., Souza, A. L. R., Rocha-Falcão, J. T. R., Leite, C. P. R. L. A., & Barros, S. C. (2013). Questionário de condições de trabalho: reelaboração e estruturas fatoriais em grupos. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 213-225. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Borges, L. O., Rocha-Falcão, J. T. R., Alves Filho, A., & Costa, M. T. P. (2015). Condições de trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Orgs.), *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações* (pp. 227-236). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Borges, L. O., Tamayo, A., & Alves-Filho, A. (2005). Significado do Trabalho entre os profissionais de saúde. In L. O. Borges (Org.), *O profissional de saúde e seu trabalho* (pp. 143-198). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carreteiro, T. C. O., & Barros, V. A. (2011). Clínicas do trabalho: contribuições da psicossociologia no Brasil. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 208-226). São Paulo: Atlas.
- Castel, R. (2008). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (I. D. Poleti, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes. (Obra original publicada em francês em 1995)
- Costa, M. T. P., Borges, L. O., & Barros, S. C. (2015). Condições de trabalho e saúde psíquica: um estudo em dois hospitais universitários.

- Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 15(1), 43-58. doi: 10.17652/rpot/2015.1.490
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>
- García López, V. (2017). III Encuesta Navarra de Salud y Condiciones de Trabajo. Principales hallazgos. *Archivos de Prevención de Riesgos Laborales*, 20(2), 102-110. doi: 10.12961/apr.2017.20.02.3
- Hewison, K. (2016). Precarious work. In S. Edgell, H. Gottfried, & E. Granter (Orgs.), *The SAGE handbook of sociology of work and employment* (pp. 1-47). Los Angeles: Sage Publications.
- Kalleberg, A. L. (2016). Good jobs, bad jobs. In S. Edgell, H. Gottfried, & E. Granter (Orgs.), *The sage handbook of sociology of work and employment* (pp. 1-34). Los Angeles: Sage Publications.
- Laros, J. A. (2005). O uso da Análise Fatorial: algumas diretrizes para pesquisadores. In L. Pasquali, (Org.), *Análise fatorial para pesquisadores* (pp. 163-184). Brasília: LabPAM/UnB.
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17, 5-20. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19
- Malhotra, N. K., Lopes, E. L., & Veiga, R. T. (2014). Modelagem de equações estruturais com LISREL: uma visão inicial. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), 28-43. doi: 10.5585/remark.v13i2.2698
- Maroco, J. (2014). *Análise de Equações Estruturais: fundamentos teóricos, software & Aplicações*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Ordaz Castillo, E., & Maqueda Blasco, J. (2014). Condiciones de trabajo en el transporte público por carretera. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 60(234), 90-98. doi: 10.4321/S0465-546X2014000100008
- Ordaz Castillo, E., & Ronda-Pérez, E. (2015). Salud y condiciones de trabajo en trabajadores mayores. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 61(240), 314-324. doi: 10.4321/S0465-546X2015000300002https://dx.doi.org/10.4321/S0465-546X2015000300002
- Organização Internacional do Trabalho. (2009). *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília/Genebra: Autor. Recuperado de <https://www.conjur.com.br/dl/perfil-trabalho-decente-brasil.pdf>
- Organização Internacional do Trabalho. (2017). *World employment and social outlook: Trends 2017*. Genebra: Autor. Recuperado de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf
- Peduzzi, M. (2007). Trabalho em equipe de saúde no horizonte normativo da integralidade, do cuidado e da democratização das relações de trabalho. In R. P. Pinheiro, M. E. Barros de Barros, & R. A. Mattos (Orgs.), *Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas* (pp. 161-177). Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO.
- Pietro, C. (1994). *Los Trabajadores y sus condiciones de trabajo*. Madrid: Ediciones HOAC.
- Pinto, I. C. M., & Silva, I. V. (2016). Condições de trabalho e sofrimento invisível dos trabalhadores da saúde. In I. F. Braga, M. C. C. Velasques, & M. V. C. Morosini (Orgs.), *O trabalho no mundo contemporâneo: fundamentos e desafios para a saúde* (pp. 183-199). Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV.
- Puente-Palácios, K. E., Silva, R. D., & Borba, A. C. P. (2015). Potência em equipes de trabalho. In K. Puente-Palácios & A. L. A. Peixoto (Orgs.), *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da Psicologia* (pp. 187-205). Porto Alegre: Artmed.
- Ramos, J., Peiró, J. M., & Ripoll, P. (2002). Condiciones de trabajo y clima organizacional. In J. M. Peiró & F. Prieto (Orgs.), *Tratado de Psicología del Trabajo: La actividad laboral en su contexto* (pp. 37-92). Madrid: Síntesis Psicología.
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro.
- Silva, I. Z. Q. J., & Trad, L. A. B. (2005). O trabalho em equipe no PSF: investigando a articulação técnica e a interação entre os profissionais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 9(16), 25-38. doi: 10.1590/S1414-32832005000100003
- Souza, M. A. S. L. (2016). Trabalho em saúde: como a lógica mercantil determina seu processo de precarização. In I. F. Braga, M. C. C. Velasques, & M. V. C. Morosini (Orgs.), *O trabalho no mundo contemporâneo: fundamentos e desafios para a saúde* (pp. 109-128). Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV.
- Standing, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Susskind, R., & Susskind, D. (2017). *The future of the professions. How technology will transform the work of human experts*. Oxford: Oxford University Press.

¹ Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) cuja missão é contribuir com investigações e obtenção de conhecimentos que auxiliem o planejamento e estabelecimento de melhores condições de vida e de trabalho na Europa. Conforme https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/eurofound_pt

² Observatório mantido pela European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (<http://www.eurofound.ie>).

³ Itens eliminados por não apresentarem carga suficiente: QCT19.14; QCT19.28; QCT19.36.

⁴ Itens eliminados por assimetria: QCT19.6, QCT19.8, QCT19.13, QCT19.15, QCT19.16, QCT 19.17, QCT19.24, QCT19.29, QCT19.30, QCT19.37; por curtose: QCT19.6, QCT19.8, QCT19.13, QCT19.15, QCT19.16, QCT19.17, QCT19.24, QCT19.29, QCT19.30, QCT19.37; por outliers: QCT19.18, QCT 19.25; e com multicolinearidade: QCT 19.34.

⁵ Itens eliminados por não apresentarem carga: QCT25.6, QCT20.3, QCT20.6, QCT21.2, QCT25.10, QCT27.2, QCT27.1, QCT26.1, QCT25.4.

⁶ Itens eliminados por apresentarem assimetria: QCT20. 4, QCT20.7, QCT23.1, QCT 25.8, QCT28.1, QCT29.2; por apresentarem curtose elevada: QCT20.4, QCT20.5, QCT20.7, QCT20.8, QCT23.1, QCT28.1, QCT29.2 e por representarem outliers: QCT20.2 QCT20.3 QCT 20.6, QCT22.1, QCT22.2 QCT22.3 QCT22.4 QCT22.5, QCT23.4 QCT 23.5 QCT23.7 QCT23.9 QCT25.4, QCT25.5, QCT25.6, QCT25.7, QCT25.10, QCT26.1, QCT27.1, QCT27.2, QCT27.3, QCT27.6, QCT27.7.

⁷ Itens eliminados tanto por assimetria e quanto por curtose elevada: QCT33. 3, QCT33.5, QCT33.6, QCT33.7, QCT33.8, QCT33.9, QCT33.10, QCT33.11, QCT33.12, QCT33.13, QCT33.14. Itens eliminados por representarem outliers: QCT31. 3 , QCT32.11 e por multicolinearidade: QCT32.3

⁸ Fator denominado Ambiente Físico em nossa AFE e Espaço de trabalho para AFE de Borges et al. (2013).

Valéria Maria da Conceição Mota, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Psicóloga da Prefeitura Municipal de Itabirito / MG, atuando no Centro Estadual de Atenção Especializada de Minas Gerais (CEAE/MG). Endereço para correspondência: Rua Sergipe nº 12 / Apto 1402, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.130-170. Telefone: (031) 99961-6229. Email: valeriamcmota@gmail.com

Livia de Oliveira Borges, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando voluntariamente no Programa de Pós-graduação de Psicologia (UFMG). Bolsista de produtividade pelo CNPq (PQ-1A). Email: liviaoliveira@gmail.com

Recebido em 24.set.19

Revisado em 18.jun.20

Aceito em 30.jun.21

A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica

Juliana C. Pasqualini. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Fernando Ramalho Martins. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Antonio Euzébios Filho. Universidade de São Paulo

Resumo

Nesse estudo teórico realiza-se revisão crítica do pensamento de Kurt Lewin sobre os grupos humanos, examinando a conjuntura histórica em que se formula a Dinâmica de Grupo, suas proposições teórico-práticas centrais e seu compromisso político-ideológico. Aponta-se como possíveis determinantes de sua ampla aceitação ainda hoje, no estágio atual do capitalismo, sua capacidade de instrumentalizar processos de mudança com baixo nível de tensão, mediante promoção de relações intersubjetivas de aparência democrática, aliada à centralidade afetiva e ênfase nos processos de comunicação, obnubilando relações de poder e determinações estruturais do processo grupal.

Palavras-chave: dinâmica de grupo; psicologia social; processos grupais.

Abstract

Kurt Lewin's Group Dynamics: propositions, context and critique. The aim of this paper is to present a critical review of Kurt Lewin's approach on human groups, examining: i. the historical context in which Group Dynamics was carried out; ii. his central theoretical-practical propositions; and, iii. his political-ideological commitment. As possible determinants of its contemporary wide acceptance we point out to capacity offered by his theorizations in order to instrumentalize processes of change with low levels of tension by promoting apparently democratic intersubjective relations; placing emphasis on communication processes and centrality of emotions; and obscuring power relations and structural determinations of the group processes.

Keywords: group dynamics; social psychology; group processes.

Resumen

La “Dinámica de Grupos” de Kurt Lewin: proposiciones, contexto y crítica. Se realiza en esta pesquisa teórica una revisión crítica del pensamiento de Kurt Lewin sobre los grupos humanos, examinando el contexto histórico en el que se formula la Dinámica de Grupos, sus proposiciones teórico-prácticas centrales y su compromiso político-ideológico. Señalamos como posibles determinantes de su amplia aceptación hasta hoy, en el contexto del capitalismo actual, su capacidad para instrumentalizar procesos de cambio con bajo nivel de tensión, promoviendo relaciones intersubjetivas de apariencia democrática, énfasis en procesos de comunicación y centralidad afectiva, oscureciendo las relaciones de poder y determinaciones estructurales del proceso grupal.

Palabras-clave: dinámica de grupos; psicologia social; procesos grupales.

O psicólogo Kurt T. Lewin foi quem introduziu o termo “dinâmica de grupo” nas ciências sociais e “deu nome e identidade definitivos para o estudo dos grupos” na Psicologia Social norte-americana (Martin-Baró, 2017, p. 141). Suas proposições têm importância histórica para a ciência psicológica e seu legado apresenta-se ainda hoje como referência para a formação de psicólogos e demais profissionais que lidam com o fenômeno da grupalidade.

Rose (2008, p. 159) situa a obra de Lewin como parte de um movimento que levou a psicologia, no período do *pré* ao *pós* Segunda Guerra, a “direcionar-se para os processos inerentes às coletividades humanas”, de modo a “pensá-las e conceituá-las a fim de administrar indivíduos e organizações”. Formuladas entre as décadas de 1930 e 1940, as proposições de Lewin que inauguram e lançam as bases fundamentais da Dinâmica de Grupo parecem ainda integrar as tecnologias de regulação (ou controle) social do processo produtivo no capitalismo contemporâneo, sobrevivendo à transição histórica do taylorismo-fordismo ao assim chamado pós-fordismo (ou modelo flexível) (Antunes, 2000; Tauile, 2001).

Em levantamento realizado na base de dados *Web of Science* com os descritores “Lewin”, “Lewin, K” e “Lewin, Kurt”, em fevereiro de 2021, trabalhos de sua autoria¹ aparecem como referência bibliográfica em 6.223 artigos da base consultada. Da virada do século XXI até o presente, observa-se significativa ascensão no total de citações por ano: partindo de 67 no ano 2000, o pico de 486 citações é atingido em 2017. No ano de 2020, registram-se 430 citações. As áreas em que o autor aparece como mais citado são a Psicologia, considerando-se suas diversas subáreas, com 30,08% do total de publicações, e Administração de Empresas e Negócios, com 20,01%².

Em que pese todo o desenvolvimento ulterior dos Estudos Organizacionais, observamos que a teoria da liderança de Kurt Lewin é ainda amplamente veiculada em manuais didáticos de Administração, a exemplo de Chiavenato (2020), e seu modelo de mudança e resistência à mudança tem destaque nas aulas de Comportamento Organizacional, como se observa na popular obra de Robbins, Judge, e Sobral (2010). No clássico *Understanding Organizations*, de Handy (1999), Lewin comparece como referência na discussão sobre o papel do grupo na motivação para o trabalho. Seus estudos relacionados à resolução de conflitos nas fábricas são considerados pioneiros e úteis para realização

de consultorias e análise do clima organizacional nas empresas (Bermudez, 2012), assim como para treinamento e desenvolvimento de “times” de trabalho, entre outras funcionalidades aplicadas ao mundo do trabalho contemporâneo (Coghlan & Brannick, 2003).

O presente manuscrito socializa os resultados de um estudo de natureza teórico-bibliográfica que teve como objetivo geral elaborar uma revisão crítica do pensamento de Lewin sobre os grupos humanos, articulando a investigação das condições históricas de sua formulação, a sistematização das principais proposições teóricas, e a reflexão em torno dos possíveis determinantes de sua ampla aceitação nos dias atuais.

Metodologicamente, a condução do estudo envolveu quatro momentos, delineados com base nas proposições de Lima e Miotto (2007) relativas à pesquisa teórico-bibliográfica:

(i) *levantamento e seleção do material*, com base em quatro fontes principais: (1) trabalhos que contribuem para delinear um mapeamento do campo da Dinâmica de Grupo (Andaló, 2006; Barreto, 2010; Fernández, 2006) e/ou iluminam a contribuição do pensamento de Lewin ao desenvolvimento histórico da psicologia social (Blanco, 1995; Cherry, 2009; Moscovici & Gabriel, 1983); (2) proposições de críticos históricos da obra de Lewin que se ocupam da explicitação dos fundamentos e implicações político-sociais de seu pensamento desde uma perspectiva crítica da psicologia e das ciências humanas: Kariel (1956), Lane (1994), Lapassade (1983) e Martin-Baró (2004, 2017); (3) formulações de colaboradores, continuadores e comentaristas cujas produções mantêm afinidade com o pensamento de Lewin e se firmaram historicamente como divulgadores e/ou continuadores de suas ideias: Allport (1948), Cartwright e Zander (1975), Mailhiot (1977) e Schutzenberger (1967)³; (4) elaborações originais do autor, resultando em uma seleção de textos publicados a partir de 1938, quando o autor passa a tomar a dinâmica dos grupos como objeto central de suas formulações (K. Lewin, 1944; 1948a; 1948b; 1948c; 1948d; 1965; K. Lewin & Lippitt, 1938)⁴.

(ii) *levantamento de informações a partir da leitura sistemática do material selecionado*, envolvendo a identificação, ordenamento e registro da problemática abordada e das principais teses e conceitos presentes em cada obra consultada.

(iii) *análise explicativa do particular objeto de investigação*, construída com base em eixos analíticos derivados da articulação entre o referencial teórico e

os objetivos da pesquisa, a saber: (1) contextualização histórica e biográfica das elaborações de Lewin; (2) sistematização de formulações teórico-práticas centrais de sua obra, notadamente referidos à Dinâmica de Grupo; (3) exame das implicações político-sociais e limites de seu pensamento.

(iv) *síntese integradora dos resultados*, elaborada com base no princípio materialista histórico-dialético do *método de exposição*, estruturando-se em três momentos – que correspondem à estrutura do presente artigo: (1) breve panorama da vida e obra do autor; (2) suas proposições teórico-práticas centrais; (3) contextualização da Dinâmica de Grupo na atualidade a instrumentalização de processos de mudança da conjuntura histórica na qual se formula a Dinâmica de Grupo e apreciação crítica de seu compromisso político-ideológico.

No esforço de síntese que objetivamos neste manuscrito, buscamos garantir o recurso a citações diretas e indiretas do autor em foco, como diferencial em relação a diversas publicações que apresentam e criticam a Dinâmica de Grupo sem proporcionar, efetivamente, o acesso do leitor às formulações originais do próprio autor. Buscamos, ainda, situar as proposições de Kurt Lewin endereçadas aos fenômenos do campo grupal no conjunto de sua obra. Por fim, acreditamos que o artigo apresenta contribuição potencialmente relevante também ao tecer um diálogo entre críticos de sua obra de diferentes tempos e contextos históricos (América Latina, Estados Unidos e Europa) e refletir sobre possíveis determinantes da presença ainda forte do pensamento do autor no universo *Business* - e de alguma forma ainda na própria psicologia - tantas décadas após sua formulação, destacando a instrumentalização de processos de mudança com baixo nível de tensão, mediante a promoção de relações intersubjetivas de aparência democrática, bem como a ênfase na comunicação e nas habilidades sócio-emocionais.

Vida e obra de Kurt Lewin: breve panorama

Kurt Lewin faleceu em 1947, aos 56 anos. Embora breve, sua vida foi deveras fecunda em termos do desenvolvimento e socialização de seu pensamento científico, como atestam dados biográficos sistematizados por Mailhiot (1977). Fez na Alemanha sua formação universitária, que incluiu Química, Física, Filosofia e finalmente Psicologia. Serviu o Exército durante toda a Primeira Guerra e tornou-se professor assistente do

Instituto de Psicologia da Universidade de Berlim em 1921, confirmando-se titular em 1926 e conservando suas funções até 1933, quando da tomada do poder pelos nazistas. Na condição de judeu, foi obrigado a deixar a Alemanha com sua família, sob pena de encarceramento em campo de concentração.

Conforme Fernández (2006, p. 64), Lewin "(...) trouxe os princípios da *Gestalttheorie* para o estudo da personalidade e posteriormente para o estudo dos grupos." No primeiro momento de sua produção científica, ainda radicado na Europa, focalizava a psicologia individual mas já apontando a importância do ambiente na determinação do comportamento. A partir de 1936, residindo nos Estados Unidos, seu interesse científico concentrou-se cada vez mais nos problemas de psicologia social e dinâmica de grupo.

Segundo Mailhiot (1977), "o primeiro problema social ao qual Lewin dedica sua atenção, após emigrar para os Estados Unidos, é a psicologia de seu próprio grupo étnico". As discriminações, injustiças e o ostracismo de que foi vítima nos últimos meses vividos na Alemanha "traumatizaram-no sob muitos aspectos" (p. 29). Na análise de Fernández (2006, p. 47), uma indagação a respeito da possibilidade histórica do nazismo subjaz os esforços de pesquisa do autor: "como foi possível que se produzisse, do ponto de vista psicológico, um fenômeno coletivo como o nazismo? Como é possível prevenir psicologicamente tais fenômenos?". Entre 1935 e 1941 publicou estudos sobre a *Psicologia dos judeus*, avançando em seguida na busca por elaborar uma *Psicologia dos grupos minoritários*. Ao longo da Segunda Guerra Mundial também o problema da transformação durável do comportamento e a resistência à mudança nos grupos ocuparam o autor e sua equipe, com foco, principalmente, em investigações sobre coesão grupal e fenômenos correlatos (Schutzberger, 1967).

Em 1944, já com um acúmulo de esforços pioneiros de investigação sobre a vida dos grupos, Lewin publicou o artigo "Fronteiras na Dinâmica de Grupo", no qual afirma a realidade ou "existência" do grupo como "entidade social" que deve ser tomada como objeto de estudo científico. Reivindica ao fenômeno social o mesmo grau de realidade do objeto físico, e contrapõe-se a cientistas que "tendem a considerar real somente os indivíduos e não parecem considerar uma 'atmosfera de grupo' como algo que é tão real e tão mensurável quanto, por exemplo, um campo de gravidade física." (K. Lewin, 1965, p. 216).

Ainda em 1944, foi convidado a organizar e dirigir o *Research Center of Group Dynamics* (Centro de Pesquisas de Dinâmica de Grupo) vinculado inicialmente ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Ali dirigiu um programa de pesquisa sobre a dinâmica dos pequenos grupos de grande importância teórica e empírica, desenvolvendo “um rico arsenal de conceitos, princípios e dados empíricos” e criando “notável entusiasmo entre seus discípulos, que continuaram seu trabalho” (Martin-Baró, 2017, p. 142).

Se a temática dos grupos sociais fora objeto da sociologia desde seus primórdios, partindo de antigas especulações filosóficas a respeito da natureza e características dos agrupamentos humanos, a pesquisa e teorização sobre os grupos à luz da psicologia são mais tardias, e decorrem principalmente dos empenhos de Kurt Lewin (Barreto, 2010; Blanco, 1995). O pesquisador considerava que o estudo dos grupos se constituía como trabalho investigativo na interface entre psicologia e sociologia. Na introdução do artigo “Experimentos com Espaço Social”, originalmente publicado em 1939, afirma que a psicologia social vinha demonstrando de modo cada vez mais convincente a extraordinária importância dos fatores sociais nos mais diversos tipos de comportamento, o que colocava a necessidade de que o psicólogo se ocupasse “dos problemas, ditos sociológicos, de grupos e da vida grupal.” (K. Lewin, 1948c, p. 88).

Cartwright e Zander (1975, p. 7) situam a Dinâmica de Grupo como fruto da *rebelião empírica* que marcou as ciências sociais norte-americanas a partir dos anos 1920. Lewin preocupava-se com a superação do que chamou de etapa pré-científica da Psicologia e defendia um *empirismo metodológico*, com ênfase na experimentação, advogando que “... o estudo de mudanças experimentalmente criadas oferece uma melhor perspectiva acerca da dinâmica vital do grupo” (K. Lewin, 1944, p. 195). Allport (1948, p. 9) destaca o caráter pioneiro de seus métodos: “problemas que poderiam parecer inteiramente inacessíveis à experimentação renderam-se à sua investida”, a exemplo do tema da liderança. Tal postura epistemológica, caracterizada, segundo Blanco (1995), pelo rigor na verificação empírica das interações entre indivíduo e grupo, foi o que permitiu que o legado de Lewin tivesse alcance em duas diferentes tradições da psicologia social: interacionista e psicossocial⁵.

A Dinâmica de Grupo pretendia ser a ciência experimental dos pequenos grupos: seu objeto era o

micro-grupo e seu método deveria ser experimental. A ênfase nos microgrupos era pensada como opção estratégica que levaria a que, pouco a pouco, se evidenciassem “certas constantes na formação e na evolução dos agrupamentos humanos” (Mailhiot, 1977, p. 23)⁶. Inicialmente, a Dinâmica de Grupo “constituiu-se como uma ciência experimental praticada em laboratório e sobre grupos artificialmente reunidos, para fins de experiência, com controle de variáveis, quantificação, etc.” (Andaló, 2006, p. 43). Em um segundo momento, as relações descobertas em laboratório passaram a ser estudadas em agrupamentos da vida cotidiana (escritórios, escolas, bairros, etc.), envolvendo os pesquisadores no trato com grupos reais, na solução de conflitos sociais (Blanco, 1995; Fernández, 2006).

Barreto (2010) afirma que a Dinâmica de Grupo desenvolveu-se historicamente consolidando-se como campo de pesquisas e também como campo de aplicação, relacionado a problemas e contextos diversos. Para além da dimensão teórico-técnica, Cartwright e Zander (1975) destacam que a Dinâmica de Grupo também tornou-se conhecida como uma espécie de ideologia política que acentua a importância da liderança democrática, da participação dos membros nas decisões na vida coletiva e das atividades cooperativas em grupos.

Proposições teórico-práticas da Dinâmica de Grupo

As proposições no campo da psicologia social e em particular da Dinâmica de Grupo constituem, em grande medida, uma transposição das posições básicas de Lewin no âmbito da psicologia individual, como aponta Martin-Baró (2004, p. 202): “O sistema conceitual desenvolvido por Lewin para analisar a conduta individual se prestava para analisar também a conduta do grupo”. Logo, embora postule que a psicologia dos grupos não é redutível à psicologia individual, investiga a dinâmica das relações interpessoais e intergrupais a partir das mesmas hipóteses e concepções que elaborará a respeito da dinâmica da vida intrapessoal.

Em sua *teoria de campo* o comportamento de uma pessoa é explicado como função da particular situação de *forças* em seu espaço vital, entendido este como totalidade dos fatos que determinam o comportamento de um indivíduo em um determinado momento. Para elucidar, diante da totalidade de eventos possíveis, *por que motivo este e unicamente este comportamento ocorre*, Lewin defendia ser preciso considerar

a estrutura do espaço de vida (psicologia topológica⁷) e, também, examiná-lo dinamicamente, isto é, como campo de forças (psicologia vetorial⁸). Destacamos duas ideias que se reapresentam em sua psicologia dos grupos: o comportamento é derivado da totalidade de fatos coexistentes e importa examinar o campo dinâmico atual e presente, analisando-se os sistemas de tensão que se produzem pelas forças em ação (atração, repulsa, coerção etc.).

Também a conduta do grupo seria “(...) a resultante do particular sistema de tensão entre os membros do grupo em um determinado momento.” (Martin-Baró, 2004, p. 202). O grupo é, portanto, conceituado como um *campo de forças*. Os conceitos de força e resultante de forças são tomados originalmente da Física – assim como o próprio conceito de dinâmica, como o oposto à estática (Schutzenberger, 1967). K. Lewin (1948d, p. 204) postula que “analiticamente, podem-se distinguir dois tipos de forças no tocante ao membro de qualquer grupo – um tipo de força o impele para o grupo e o conserva dentro dele, o outro tipo o afasta do grupo”, o que significa dizer que “se um grupo não for atraente o bastante para um número suficiente de indivíduos, ele desaparecerá”. Múltiplas forças podem fomentar atitudes de lealdade e pertencimento: “talvez o indivíduo se sinta atraído por outros membros do grupo, talvez os outros membros o arrastem, talvez ele esteja interessado no objetivo do grupo ou se sinta de acordo com a sua ideologia, ou talvez prefira esse grupo a estar só.” (K. Lewin, 1948d, p. 205). Para Lapassade (1983), atuam como forças ou fatores de coesão do grupo a pertinência das finalidades, a clareza compartilhadas das finalidades e a aceitação das finalidades pelos membros, ao passo que divergências no tocante às finalidades do grupo configuram forças de dissolução, que concorrem para o esfacelamento dos grupos. Estas podem, por sua vez, “ser o resultado de qualquer tipo de traços desagradáveis do próprio grupo, ou talvez sejam expressão da maior atratividade de um grupo exterior”. Fernández (2006) avalia que um dos problemas mais importantes para Lewin e seus colaboradores é a investigação da *unidade do grupo e sua permanência*.

Para Lewin, a chave explicativa dos fenômenos grupais está na *interdependência* entre os membros: “a essência de um grupo não é a semelhança ou a diferença entre seus membros, mas a sua interdependência” (K. Lewin, 1948a, p. 100). De acordo com Fernández (2006, pp. 66-67), tal postulado implica que “(...) o grupo é uma realidade irreduzível aos indivíduos que a

compõem, independentemente das similitudes ou diferenças de objetivos ou temperamentos que seus membros possam apresentar”, o que relativizava a noção de que o fator constitutivo de um grupo é a afinidade entre os integrantes⁹.

Tal compreensão está sintetizada na conceituação do grupo como *totalidade dinâmica*, que remete ao princípio gestaltista de que o todo é distinto da soma de suas partes: “qualquer todo dinâmico tem características próprias. O todo pode ser simétrico, embora as partes sejam assimétricas; um todo pode ser instável, embora suas partes sejam estáveis” (K. Lewin, 1948c, p. 89). Trata-se de compreender que o grupo possui propriedades específicas enquanto totalidade, não diretamente decorrentes das propriedades das partes em si: “hoje se reconhece amplamente que um grupo é mais que a soma de seus membros, ou, mais exatamente, é diferente dela. Tem estrutura própria, objetivos próprios e relações próprias com outros grupos” (K. Lewin, 1948a, p. 100). Em outras palavras, o grupo não é o resultado apenas das psicologias individuais, mas de um *conjunto de relações*.

Caracterizar o grupo como um todo dinâmico também “(...) significa que uma mudança no estado de qualquer subparte modifica o estado de todas as outras subpartes”. Para Lewin, o grupo é uma *realidade da qual o indivíduo faz parte*, de forma que a dinâmica de um grupo tem sempre um impacto social sobre os indivíduos que o constituem, o que implica que a cada vez que o grupo sofre modificações em suas estruturas ou em sua dinâmica, estes inescapavelmente se ressentem (Mailhiot, 1977, p. 55). O impacto da mudança no estado de uma parte sobre as demais depende do *grau de interdependência das subpartes*, que “varia desde a ‘massa’ amorfa a uma unidade compacta” e “depende, entre outros fatores, do tamanho, organização e intimidade do grupo” (K. Lewin, 1948a, p. 100).

Para K. Lewin (1948a, p. 102), “a mudança na situação de um indivíduo se deve, em grande parte, a uma mudança na situação do grupo a que pertence. (...) Como membro de um grupo, ele, habitualmente, tem os ideais e os objetivos do grupo”. Allport (1948) assim sintetiza a concepção do autor: “o grupo a que pertence o indivíduo constitui a base de suas percepções, ações e sentimentos” (p. 7) e “a menos que seja alterada a estrutura do grupo que os inclui, não é possível transformar fundamentalmente os indivíduos” (p. 11).

Isso confere ao grupo o estatuto de *dispositivo privilegiado para a mudança social*: “as experiências sobre treinamento de líderes, sobre mudança de hábitos de alimentação, produção, criminalidade, alcoolismo, preconceito – todas parecem indicar que é geralmente mais fácil mudar indivíduos num grupo do que mudar cada um separadamente” (K. Lewin, 1965, p. 256). Isso se explica pois os padrões do grupo a que pertence o indivíduo podem atuar como forças que inter põem resistência à mudança, razão pela qual K. Lewin (1965, p. 256) indica que é preciso intervir nos padrões grupais: “Se o próprio padrão do grupo é modificado, a resistência decorrente da relação entre indivíduo e padrão do grupo é eliminada.”

O problema da resistência à mudança é, em K. Lewin (1965, p.226), uma questão de grande relevância: “A tarefa prática da administração social, bem como a tarefa científica de compreender a dinâmica da vida do grupo, exige a compreensão do desejo para ou resistência à mudança específica”. O caminho para abordar essa questão é a análise do campo de forças em uma situação grupal. Forças de igual intensidade e direções opostas produzem, como resultante, uma situação de constância, um *equilíbrio quase-estacionário*, estado social de relativa estabilidade com flutuação ao redor de um nível médio de tensão. A mudança na situação grupal resulta de um enfraquecimento ou intensificação de determinadas forças, ou seja, uma modificação no campo dinâmico (Mailhiot, 1977, p. 58). Tem-se resistência à mudança quando a conduta do grupo se mantém essencialmente inalterada a despeito dos esforços de introdução de novas forças no campo grupal.

É bastante explícito, portanto, o propósito de elaborar instrumentos técnico-científicos para promover “mudanças desejadas” nos grupos, “quer somando forças na direção desejada quer diminuindo forças opostas” (K. Lewin, 1965, p. 244), preferencialmente evitando estados de tensão elevada, pois considera-se que “o aumento de tensão além de um determinado grau é acompanhado de maior fadiga, mais agressividade, mais emocionalidade, e baixa construtividade” (p. 245). Com o acúmulo de experimentos conduzidos por sua equipe, K. Lewin (1965) formula dois postulados. O primeiro refere-se aos três movimentos necessários para produzir a mudança desejada nos grupos, quais sejam: o “degelo” do nível presente de forças, o “movimento” para o novo nível desejado, e, por fim, o “congelamento” do novo padrão, de modo a prevenir um possível retorno ao nível anterior. O segundo

é a conclusão de que a *decisão de grupo* constitui um mecanismo facilitador da mudança: “(...) se consegue modificar os padrões do grupo, este mesmo campo de força tenderá a facilitar a mudança do indivíduo e tenderá a estabilizar a conduta do indivíduo no novo nível do grupo” (K. Lewin, 1965, pp. 260-2611). Trabalhos visando a mudança no padrão de consumo alimentar de grupos sociais, como a substituição do pão branco pelo pão integral, o aumento do consumo de leite em pó, ou o uso de determinada fórmula para alimentar bebês, são usados pelo autor para ilustrar a maior eficácia do procedimento de decisão de grupo: “o indivíduo parece atuar principalmente como ‘membro do grupo’” (K. Lewin, 1965, p. 262).

O fator determinante que tornaria possível a mudança social é o clima ou atmosfera de grupo, que por sua vez tem relação direta com o tipo de autoridade que nele se exerce. A atmosfera grupal pode ser entendida como o ânimo, disposição, tom emocional ou sentimento de bem-estar ou desconforto que se difunde no grupo. A Dinâmica de Grupo ensina que a atmosfera do grupo depende diretamente do tipo de liderança que nele se exerce: “modificar as atitudes coletivas ou produzir uma mudança social consiste, na quase totalidade dos casos, em introduzir um novo estilo de autoridade ou uma nova concepção do poder no interior da situação social que se quer fazer evoluir” (Mailhiot, 1977, p. 59). Referendados em resultados de pesquisas, Lewin e sua Escola advogam a superioridade da liderança democrática.

Em um dos estudos experimentais que viria a se tornar paradigmático no debate sobre liderança, K. Lewin e Lippitt (1938) conceberam um desenho de pesquisa que envolveu dois grupos de seis crianças em idade escolar, sendo uma designada como líder, tendo como tarefa a produção de máscaras. No primeiro grupo foi criada uma *atmosfera autoritária*: as decisões eram tomadas pelo mais forte; os modos de ação e a distribuição dos participantes nas tarefas eram ditados pela autoridade, que mantinha uma atitude impessoal em relação aos demais, e não participava diretamente do trabalho coletivo; as instruções eram dadas a cada novo momento, de modo que o grupo não poderia ter uma perspectiva de totalidade daquilo que seria realizado. No segundo grupo, foi criada uma *atmosfera democrática*: os membros eram livres para trabalhar com quem quisessem; a divisão das tarefas era decidida pelo próprio grupo; os passos gerais da atividade eram explicados no primeiro encontro; todas as políticas

eram derivadas da determinação grupal, sendo encorajadas e extraídas pelo líder, que tentava ser um membro do grupo “em espírito”, sem envolver-se no trabalho efetivo.

Os dados obtidos¹⁰ ao longo de 20 encontros permitiram constatar um alto grau de tensão na atmosfera do grupo autoritário e diversas outras vantagens da liderança democrática. Esta resultou em um maior esforço de cooperação; maior ocorrência de elogios, manifestações de amizade e sugestões construtivas; maior abertura à crítica (sem envolvimento pessoal), maior qualidade do produto, estrutura grupal mais estável e com maior tendência à unidade. Episódios de agressividade ocorreram duas vezes no grupo autoritário, e não foram registrados na atmosfera democrática. “O sentimento de ‘nós’ foi maior na democracia, e o de ‘eu’ foi maior no grupo autoritário” (K. Lewin & Lippitt, 1938, pp. 298-299). As vantagens do tipo democrático de liderança foram corroboradas em experimentos no ambiente industrial, evidenciando sua superioridade também no que toca à eficiência e eficácia dos grupos (K. Lewin, 1944). O modelo de liderança permissiva, ou *laissez-faire*, posteriormente incluída nos experimentos, mostrou-se também menos vantajosa.

Conforme Mailhiot (1997, p. 15), Lewin buscava elucidar uma questão fundamental: “que estruturas, que dinâmica profunda, que clima de grupo, que tipo de *leadership* permitem a um grupo humano atingir autenticidade em suas relações tanto intra-grupais quanto intergrupais, assim como a criatividade em suas atividades de grupo?”. Ao lado da temática da liderança, ou exercício da autoridade, a questão da comunicação e o aprendizado da autenticidade compoem os três problemas-chave vinculados a essa grande questão, os quais continuaram a ser investigados por seus seguidores.

Os processos de comunicação se mostram decisivos para compreender a dinâmica de um grupo pois correspondem, em última análise, ao problema das trocas no interior do grupo (Lapassade, 1983). Investigar o problema das comunicações nos grupos na perspectiva da Dinâmica de Grupo significa analisar a estrutura dos canais de comunicação e seu efeito sobre a circulação de informações, estruturação das ações, eficácia na solução de problemas e emergência de papéis. Isso se mostra relevante pois “essas estruturas de comunicações têm consequências para a vida do grupo, para seu ‘clima’” (Lapassade, 1983, p. 71). Num grupo, existem comunicações verbais e não-verbais, redes formais e

informais, e processos de comunicação que podem se estruturar de diferentes formas, com diferentes impactos em termos do rendimento e da satisfação dos membros do grupo.

As investigações conduzidas por Lewin e seu grupo o levaram a formular a hipótese de que “a integração não se realizará no interior de um grupo e, em consequência, sua criatividade não poderá ser duradoura, enquanto as relações interpessoais entre todos os membros do grupo não estiverem baseadas em comunicações abertas, confiantes e adequadas.” (Mailhiot, 1977, p. 89). Portanto, Lewin considerava que “a produtividade de um grupo e sua eficiência estão estreitamente relacionadas não somente com a competência de seus membros, mas sobretudo com a solidariedade de suas relações pessoais” (p. 66) e à capacidade de estabelecer comunicações abertas e autênticas.

Conjuntura histórica em que se formula a teoria da Dinâmica de Grupo e seu compromisso político-ideológico

No nascimento da sociedade industrial capitalista, no século XIX, localizam-se, para Lapassade (1983), formulações precursoras e condições necessárias à vinda emergência da Dinâmica de Grupo. Elaboram-se as primeiras grandes doutrinas sociológicas e políticas, e o trabalho parcelado e a organização hierárquica da produção no contexto da fábrica passam a requerer a coordenação das ações dos indivíduos na base de uma cooperação mecânica.

Com a intensificação da industrialização, o início do século XX é marcado pela burocratização das grandes empresas e por um distanciamento ainda maior entre trabalho manual e intelectual, acompanhados pela formulação teórica da Escola Clássica da Administração que exprime e justifica esses processos, tendo em Taylor e Fayol seus grandes expoentes. Pode-se dizer, com Lapassade (1983, p. 47), que o próprio ato do trabalho “torna-se ‘burocratizado’ pelo taylorismo: o movimento dos gestos produtores é calculado, medido, decidido em outro lugar, nos escritórios de estudos”.

O processo histórico de consolidação do modo de produção capitalista não se dá, evidentemente, isento de contradições. A burocracia, concebida como a racionalização da organização da empresa, começa a se mostrar ao mesmo tempo irracional, e vai ficando evidente que *a função implica disfunções*: “os inconvenientes e as insuficiências que o taylorismo acreditou poder sanar

mediante uma racionalização cada vez mais acentuada apareciam agora como ‘disfunções’ ligadas ao fator humano” (Fernández, 2006, p. 78). Aquilo que Taylor considerava como indolência do trabalhador começa a ser percebido como uma possível “resposta que o operário dirigia a um sistema de relações impessoais frustrantes” (p. 78). Assim é que a segunda década do século XX testemunha a emergência da crítica, nas ciências sociais, às burocracias industriais: nasce a sociologia industrial e a *psicossociologia*, na qual Lapassade (1983) situa a obra de Lewin. Os psicossociólogos passam a ser instados pelas organizações industriais a subsidiar a compreensão e manejo das dificuldades de comando, de comunicação, de funcionamento da burocracia organizacional, em suma, na busca de “uma terapêutica da rigidez burocrática” (Lapassade, 1983).

Destacam-se os experimentos de Hawthorne, realizados nas oficinas da *Western Electric Company*, em Chicago, que identificaram o grupo informal como um fator de rendimento no trabalho. O psicólogo Elton Mayo publica em 1933 o livro *The Human Problems of an Industrial Civilization*, divulgando as conclusões dos estudos ali conduzidos¹¹, reconhecendo “que os trabalhadores constituem espontaneamente entre si grupos informais, com vida e organização próprias e cujo código implícito determina a atitude deles para com o trabalho.” (Fernández, 2006, p. 62). Por trazer evidências que descortinam “(...) a vida social da equipe, com os seus jogos, os seus comportamentos na produção, as suas relações, os seus conflitos internos, seu sistema de papéis” (Lapassade, 1983, p. 49), a obra desse psicólogo configura um importante marco no estudo dos pequenos grupos, o que significa reconhecer, com Fernández (2006, p. 61), que “(...) o conjunto de conhecimentos cuja preocupação são os grupos humanos tem um de seus pontos de origem na imperiosa demanda proveniente da prática social empresarial, com particular localização nos Estados Unidos dos anos 20.” O grande apelo da obra de Mayo, cujo estatuto científico é questionado por Rose (1978), residiria em oferecer, aos gestores que enfrentavam dificuldades de comando, respostas ou soluções em aparente contraste com o controle autoritário da gerência taylorista.

Martin-Baró (2017) pondera que o estudo dos grupos era particularmente atrativo para os norte-americanos por razões diversas e complementares: a necessidade de integração dos indivíduos nas unidades militares, otimizando sua eficiência, problema que também estava colocado para a indústria; o problema da integração de diversos grupos de imigrantes, que

colocava, para aquele país, o desafio de assimilá-los à ordem estabelecida adaptando-os à cultura e estilo de vida dominantes. Para Fernández (2006, p. 83) é possível identificar três demandas ou imperativos sociais a que responde o dispositivo grupal inventado por Lewin e colaboradores: manter e melhorar o nível de produção da grande empresa; operar sobre o consumo; e reforçar os ideais liberais-democráticos.

Cartwright e Zander (1975, p. 11), discípulos de Lewin, reconhecem a Dinâmica de Grupo como “produto da sociedade específica em que surgiu”. Asseveram que “a época e o lugar do aparecimento da dinâmica de grupo não foram, naturalmente, acidentais, e que a sociedade americana da década de 30 fornecia o tipo de condições exigidas para a emergência desse movimento intelectual.” (p. 11). Os autores destacam, dentre diversos fatores, o investimento em ciência e tecnologia visando “a solução de problemas sociais”, o que, para K. Lewin (1965, p. 213), foi catalisado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial: “(...) exigindo para os problemas científicos soluções realistas e aplicáveis, a guerra muito acelerou a mudança das Ciências Sociais para um novo nível de desenvolvimento”. As preocupações e interesses que, em tal contexto, teriam mobilizado o trabalho de elaboração de uma teoria sobre os pequenos grupos são assim sintetizados por Cartwright e Zander (1975, p. 11): “Cada vez mais se reconhece, como um dos principais problemas da sociedade, o funcionamento e o mau funcionamento dos grupos”. O aumento da produtividade dos grupos e a redução de conflitos intergrupais “entre o trabalho e o capital, e entre grupos religiosos e étnicos” são mencionados pelos autores como questões de interesse daqueles comprometidos com o “bem-estar social”, e que se vinculam ao desenvolvimento da Dinâmica de Grupo.

Para os continuadores do trabalho de Kurt Lewin, o aperfeiçoamento da vida social esteve, portanto, no horizonte das pesquisas que originaram e consolidaram o campo, mas a natureza e direção político-ideológica da mudança almejada parece revestir-se de um caráter politicamente conservador, norteadas pela questão da produtividade e harmonização das relações sociais, o que também aparece no prefácio à coletânea *Problemas de Dinâmica de Grupo* (cujo título original, em língua inglesa, é *Resolving Social Conflicts*), em que G. W. Lewin (1948, p. 15) caracteriza o conjunto de textos de seu cônjuge como esforço de “análise da natureza e das causas dos conflitos sociais e a procura de técnicas de *impedi-los ou resolvê-los*” (grifo nosso).

É preciso primeiramente demarcar que a obra de Lewin mostrava-se avançada ante o pensamento psicológico norte-americano da época: distanciava-se do ideal do *self-made man* e postulava uma relação intrínseca ou orgânica, entre o indivíduo e o grupo social (Kariel, 1956). Estes avanços são reconhecidos entre importantes representantes de um modelo psicológico alternativo àquele que se praticava hegemonicamente nos EUA, com destaque a Serge Moscovici. Seu texto em parceria com Mugny Gabriel pondera que Lewin e seus estudos mais clássicos sobre o que denominou de grupos minoritários trouxeram aspectos importantes para a superação das noções hegemônicas de grupo na psicologia social, a exemplo da “obscura” noção de conformidade, de Solomon Asch (Moscovici & Gabriel, 1983, p. 50). Afirmam ainda os autores que a visão de Lewin sobre a situação dos judeus, no período do fascismo, indicava o fortalecimento de uma perspectiva que levasse em conta a relação dialética entre minorias e as estruturas da sociedade, rompendo com a visão isolada dos pequenos grupos, mesmo no interior do próprio cenário norte-americano.

Não obstante, é notável em suas proposições a ausência de uma teoria consistente de *sociedade*, ou, ainda, uma compreensão funcionalista da ordem social (Martin-Baró, 2004, p. 28), fundada em um consenso axiológico entre seus membros, donde “o conflito constitui uma situação anormal, que denota um mau funcionamento da ordem social”.

O artigo “A Solução de um Conflito Crônico na Indústria”, de 1944, nos parece paradigmático do significado que o *conflito* ganha na Dinâmica de Grupo de Lewin. O texto tem como mote a tese de que “é preciso satisfazer as exigências da produção de uma forma que concorde com a natureza da dinâmica de grupo” (K. Lewin, 1948b, p. 153), e nele Lewin advoga pelos benefícios da estratégia de “(...) eliminar certos conflitos dentro do grupo”, lançando mão de procedimentos que possam “(...) “criar uma atmosfera geral de cordialidade e cooperação” (p. 154). Na situação analisada no texto, apresenta-se um conflito entre o mecânico, a contra-mestra e as costureiras em uma fábrica, para cuja resolução o psicólogo da empresa utiliza-se de procedimentos que visam a “reduzir o nível geral de emotividade” (p. 155); despolarizar e despersonalizar o conflito, alterando a percepção dos indivíduos; e construir uma decisão de grupo, para que as pessoas não sintam que estão a obedecer uma decisão da autoridade. O psicólogo maneja as interações entre os diversos atores buscando conduzir os próprios

indivíduos às conclusões desejadas e utilizando-se do dispositivo da discussão em grupo para estabelecer regras e regulamentos consensuais, como um *modus operandi* que, para Lewin, é necessário “se se deseja obter plena cooperação” (p. 154).

Parece-nos relevante notar que a análise desenvolvida por Lewin se circunscreve ao universo interno da fábrica e sua dinâmica de relações interpessoais, tendo como desfecho a eliminação do conflito mediante ajustes nas interações entre os agentes da produção (ou, ainda, o ajuste dos canais de produção às pessoas), sem que se façam presentes na explicação do episódio quaisquer determinações de ordem macro-estrutural. Também vale observar que se trata de uma perspectiva cega à exploração econômica do trabalho¹², representativa do que Cherry (2009, p. 102) caracteriza como a marca dos trabalhos de pesquisa da década de 1930 nos Estados Unidos, que “(...) apresentam os trabalhadores como passivos e facilmente transformáveis em um time altamente cooperativo”, operando um ofuscamento da natureza essencialmente conflitiva da ordem social nas sociedades de classes.

Para Kariel (1956), é notório que ao longo de sua carreira Lewin expressou constante e genuína preocupação pelos direitos das minorias, e um persistente interesse pela derrota do autoritarismo. Não obstante, em sua análise, “as evidentes preocupações humanitárias de Lewin não guardam relação com sua metodologia” (p. 280), pois a perspectiva colocada é, em última instância, a de impedir e resolver conflitos sociais mediante um trabalho de *reeducação democrática* nos pequenos grupos.

Conforme Rose (2008), a referência à democracia é frequente na psicologia social que foi escrita nos anos 1930, 1940 e 1950. Se a noção de reeducação democrática e o ideal de fomentar relações democráticas nos pequenos grupos têm grande destaque nas obras de Lewin e seus continuadores, é preciso interrogar, como faz Fernández (2006, p. 79), “que ideia de democracia está em jogo nelas?”. A resposta da autora é deveras contundente: os ideais democráticos da Dinâmica de Grupo acabam reduzidos à “discussão democrática”, ou seja, toma-se “a democracia como livre discussão” (p. 79).

O ideal de democracia é assimilado na produção científica dessa Escola em um momento histórico em que a sociedade norte-americana se colocava como alternativa ao nazi-fascismo, o que sugere ser a democracia liberal a referência política central. Neste cenário,

Cherry (2009) considera o legado de Lewin para a pesquisa e ação social em psicologia circunscrito a *modelo liberal-democrata* a serviço da *reforma social*. No entanto, a problematização operada por Kariel (1956) nos leva além na análise crítica do compromisso político-ideológico jacente às ideias do autor, argumentando que suas proposições teórico-práticas não podem nem mesmo ser consideradas representativas da liberal-democracia, por duas razões principais: a) ofuscam-se as *instituições* sustentadas por essa tradição da teoria política, à medida que o critério do democrático resta situado no interior do micro-grupo e em sua atmosfera; b) assume-se uma perspectiva de identidade de interesses na sociedade, quando a democracia parte da premissa do pluralismo e da disputa, que serão devidamente canalizados e balanceados pelas instituições do regime democrático.

Kariel (1956) considera a Dinâmica de Grupo como uma ciência *de meios*, que instrumentaliza a modificação de padrões de comportamento de indivíduos e grupos à base da ideia de *participação*, supondo uma espécie de neutralidade dos fins perseguidos, assumidos como interesse universal. O argumento do autor parece consistente quando K. Lewin (1965, p. 219) caracteriza a experimentação com grupo como “uma forma de administração social”, e dedica-se à comparação entre “*procedimentos* individuais e de grupo para mudar a conduta social” (p. 256, grifo nosso). Vale lembrar, nessa direção, que as decisões coletivas na atmosfera democrática no experimento sobre liderança supracitado referiam-se a *como* organizarem-se intersubjetivamente no desenrolar da tarefa, mas ao que parece a tarefa em si em nenhum momento é colocada em questão: quem decide, afinal, qual o objetivo a ser perseguido? Questionamento semelhante pode ser estendido às tomadas de decisão relegadas aos trabalhadores nas células de produção no modelo flexível (Tauile, 2001), que supostamente levariam à superação da cisão entre planejamento e execução do trabalho: a decisão no âmbito dos *fins* permanece como prerrogativa da alta cúpula gerencial.

Ao não apontar para efetivas transformações de ordem estrutural, social e econômica e sem problematizar os pilares da produção, distribuição, troca e consumo capitalistas, as relações “democráticas” que a Dinâmica de Grupo pretende fomentar permanecem circunscritas à experiência de poder expressar-se de forma “autêntica” (sem coerções visíveis e imediatas) e atuar de forma colaborativa, sentindo-se integrado

com outras pessoas no (reduzido) espaço dos pequenos grupos. A “discussão democrática” se rebaixa ao papel de “recurso dos pequenos grupos para aliviar tensões” (Fernández, 2006, p. 79).

O destaque dado à causalidade dinâmica sistêmica, isto é, às forças em ação no *aqui-agora*, é central para se compreender os caminhos teóricos pelos quais a dimensão temporal acaba secundarizada, e com ela a própria historicidade dos fenômenos sociais. Em acordo com Martin-Baró (2004), Fernández (2006, p. 72) afirma que Lewin preservou, da Gestalt, “o esquecimento da perspectiva histórica”. Lane (1994, p. 79) avalia que, na Dinâmica de Grupo, “o grupo é visto como a-histórico numa sociedade também a-histórica. (...) A única perspectiva histórica se refere, no máximo, à história de aprendizagem de cada indivíduo com os outros que constituem o grupo”. O *caráter anistórico* da Dinâmica de Grupo implica, no limite, que os grupos são tratados em abstrato, sendo dispensadas da análise as circunstâncias concretas e o processo social que os configura. Esse encerramento no presente impede que se desvele o caráter ideológico das realidades grupais, de modo a “manter na invisibilidade os atravessamentos institucionais, políticos e ideológicos” (Fernández, 2006, p. 85).

Ocultar os aspectos estruturais da sociedade capitalista, ofuscando os processos econômicos e relações de classe, conduz, necessariamente, à despolitização da análise das dinâmicas grupais, e, a rigor, da própria noção de democracia. Martin-Baró (2017, p. 105) considera, assim, que o conceito de dinâmica de grupo é, em si, problemático, pois refere-se a “(...) forças e processos produzidos no interior do grupo, na interação dos membros, como se o pequeno grupo fosse uma entidade fechada e independente do mundo”. Desse modo, em que pese ter identificado regularidades que efetivamente constituem o processo grupal, tendo, portanto, um *núcleo válido* reconhecido por seus próprios críticos (Martin-Baró, 2004), a Dinâmica de Grupo nos apresenta, afinal, o grupo centrado no grupo, como um todo auto-regulado e autônomo, voltado para si mesmo, o “grupo-ilha” (Fernández, 2006).

Por fim, queremos focalizar a noção de *participação* como pedra angular da promoção do clima democrático nos grupos. Seu sustentáculo é a interação interpessoal sensível e tolerante, de tal sorte que “os que estão no poder podem criar um clima democrático independentemente das relações de poder efetivamente vigentes no contexto.” (Kariel, 1956, p.

287). Lewin demonstrara que criar situações em que os trabalhadores se sentem participando em atividade colaborativa é um mecanismo eficiente para reduzir a resistência à mudança, enfraquecendo a valência das barreiras que se interpõem ao objetivo de aumento da produtividade. É assim que “a liderança democrática cria uma atmosfera saudável e benéfica, sendo benéfico definido como o humor amável dos homens adaptados ao seu destino.” (Kariel, 1956, p. 286).

A mencionada ênfase na amabilidade, sensibilidade, tolerância e nas relações interpessoais marcadas pelo que se denomina de comunicação autêntica, indica a *centralidade do afetivo*, em detrimento da argumentação e análise racional. Conforme Schutzenberger (1967, p. 30), a Dinâmica de Grupo ensina que modificações reais e duráveis do comportamento produzem-se “somente quando a informação recebida pode ser aceita, após uma discussão livre de qualquer pressão, após expressão de sentimentos negativos e ambivalentes em relação à informação, ao informador e ao grupo”, enfim, “quando o que era intelectual vem a ser transformado pela vivência do grupo”. Tais diretrizes vinculam-se claramente ao intento de produzir mudança comportamental evitando estados de tensão elevada, e antecipam a ênfase na emocionalidade que viria a marcar as novas formas de gestão do trabalho a partir da década de 1970, com a reestruturação produtiva, que Antunes (2000) definiu como um fenômeno global caracterizado, dentre outros aspectos, pela intensificação da precarização do trabalho, explosão da informalidade, informatização e uma exigência cada vez maior nas habilidades cognitivas e sócio-emocionais dos trabalhadores.

Considerações finais

Neste artigo sistematizamos proposições teórico-práticas centrais de sua Dinâmica de Grupo, evidenciando o contexto histórico-social no qual se forja e se consolida a ciência experimental dos pequenos grupos. Com autores do campo crítico, concluímos que embora a produção teórica do autor se mostre engajada com os problemas sociais de sua época e sua concepção da relação indivíduo-sociedade tenha impulsionado um avanço histórico significativo no âmbito da psicologia social - apontando a necessidade histórica de derrota do Fascismo, seus pressupostos revelam-se, em última instância, anistóricos e explicitamente comprometidos com os ideais de produtividade, trazendo implícita a

perspectiva de harmonização, manutenção e ajustamento. Lewin e seu grupo descrevem processos e mecanismos grupais que têm importância teórica e validade, mas o fazem desde a “perspectiva de quem busca fazer com o que o grupo aceite metas convenientes para aqueles que possuem poder social” (Martin-Baró, 2017, p. 105).

A realização desse estudo foi motivada pelo constatar da permanência desse ferramental teórico-prático concebido em meados do século XX como referência para a formação de profissionais que se enfrentam diretamente com as contradições da contemporânea divisão social do trabalho, em um tempo histórico marcado pela intensificação da tendência de substituição de pessoas por máquinas e perda de direitos sociais historicamente conquistados. Concluímos que a capacidade de instrumentalizar processos de mudança com baixo nível de tensão, via estratégias de manejo dos grupos pautadas na minimização da resistência e despolitização da noção de democracia, aparecem como determinantes importantes dessa perenidade. Identificamos, em sua tecnologia da mudança, o recurso à promoção de relações sociais de aparência democrática, circunscritas fundamentalmente ao âmbito intersubjetivo das trocas comunicativas no interior do grupo. O recurso ao senso de participação, ao procedimento da decisão de grupo, e a expressão e aceitação de *sentimentos* significadas como experiência de *comunicação autêntica* mostraram-se, afinal, em plena sintonia com as demandas do capitalismo tardio.

Referências

- Allport, G. W. (1948). Introdução. In K. Lewin (Org.), *Problemas de Dinâmica de grupo* (pp. 7-14). São Paulo: Cultrix.
- Andaló, C. (2006). *Mediação grupal: uma leitura histórico-cultural*. São Paulo: Ágora.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Barreto, M. F. M. (2010). Dinâmica de grupo: breve histórico. In M. F. M. Barreto (Org.), *Dinâmica de grupo: história, prática e vivências* (pp. 31-54). Campinas, SP: Alínea.
- Bermudez, R. D. R. (2012). La consultoría de empresas en perspectiva. *Revista Universidad EAFIT*, 32(101), 71-85. Recuperado de <https://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/revista-universidad-eafit/article/view/1215>
- Blanco, A. (1995). La tradición lewiniana. In A. Blanco (Org.), *Cinco tradiciones en la psicología social* (pp. 223-277). Madrid: Morata.
- Cartwright, D., & Zander, A. (1975). *Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria*. São Paulo: Pedagógica e Universitária.

A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica

- Cherry, F. (2009). Social psychology and social change. In D. Fox, I. Prilleltensky, & S. Austin (Orgs.), *Critical psychology: An introduction* (pp. 93-109). Londres: SAGE Publications.
- Coghlan, D., & Brannick, T. (2003). Kurt Lewin: the practical theorist for the 21st century. *Irish Journal of Management*, 24(2), 31-37. Recuperado de <https://www.proquest.com/scholarly-journals/kurt-lewin-practical-theorist-21st-century/docview/207647113/se-2>
- Fernández, A. M. (2006). *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Handy, C. (1999). *Understanding organizations*. Londres: Penguin Books.
- Kariel, H. S. (1956). Democracy unlimited: Kurt Lewin's Field Theory. *American Journal of Sociology*, 62(3), 280-289. doi:10.1086/222005
- Lane, S. T. M. (1994). O processo grupal. In S. T. M Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lapassade, G. (1983). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lewin, G. W. (1948). Prefácio. In K. Lewin (Org.), *Problemas de dinâmica de grupo* (pp. 15-18). São Paulo: Cultrix.
- Lewin, K. (1944). The dynamics of group action. *Educational Leadership*, 4, 195-200. Recuperado de https://files.ascd.org/stat-icfiles/ascd/pdf/journals/ed_lead/el_194401_lewin.pdf
- Lewin, K. (1948a). A origem do conflito no casamento. In K. Lewin (Org.), *Problemas de Dinâmica de Grupo* (pp. 100-118). São Paulo: Cultrix.
- Lewin, K. (1948b). A situação de um conflito crônico na indústria. In K. Lewin (Org.), *Problemas de dinâmica de grupo* (pp. 141-156). São Paulo: Cultrix.
- Lewin, K. (1948c). Experimentos com espaço social. In K. Lewin (Org.), *Problemas de dinâmica de grupo* (pp. 87-99). São Paulo: Cultrix.
- Lewin, K. (1948d). O ódio a si mesmo entre os judeus. In K. Lewin (Org.), *Problemas de dinâmica de grupo* (pp. 200-214). São Paulo: Cultrix.
- Lewin, K. (1965). Fronteiras na Dinâmica de Grupo. In K. Lewin (Org.), *Teoria de campo em Ciência Social* (pp. 213-266). São Paulo: Livraria Pioneira.
- Lewin, K., & Lippitt, R. (1938). An experimental approach to the study of autocracy and democracy: a preliminary note. *Sociometry*, 1(3/4), 292-300. doi: 10.2307/2785585
- Lima, T. C. S. L., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10(spe.), 37-45. doi: 10.1590/S1414-49802007000300004
- Mailhiot, G. B. (1977). *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Martin-Baró, I. (2004). *Sistema, grupo y poder: Psicología social desde Centroamérica (II)*. El Salvador: UCA editores.
- Martin-Baró, I. (2017). Entre o indivíduo e a sociedade. In F. Lacerda (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp.101-161). Petrópolis-RJ: Vozes.
- Moscovici, S., & Gabriel, M. (1983). Minority influence. In P. B. Paulos (Org.), *Basic group process* (pp. 41-64). Nova Iorque, NY: Springer.
- Rose, M. (1978). The thought of Elton Mayo. In *Industrial behavior: theoretical development since Taylor* (pp. 113-124). Harmondsworth: Penguin.
- Robbins, S. P., Judge, T. A., & Sobral, F. (2010). *Comportamento organizacional*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. doi: 10.1590/S0102-71822008000200002
- Schutzenberger, A. A. (1967). Diversas abordagens para compreensão da dinâmica dos micro-grupos. In P. Weil, A. A. Schutzenberger, & C. Garcia (Orgs.), *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas* (pp. 23-61). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Tauile, J. R. (2001). *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto.

¹ Quarenta e duas obras de Kurt Lewin foram identificadas na coleção principal.

² Educação e Ciências Sociais são algumas das outras áreas em que o autor aparece como referência.

³ A leitura de autores já consagrados na literatura nacional e nas disciplinas de Psicologia Social, Dinâmica de Grupo, e afins, tais como, Ignacio Martín-Baró, Georges Lapassade, Sílvia Lane, Serge Moscovici etc., foi a chave para a identificação de autores e obras incorporados ao estudo, tendo em vista sua relevância e pertinência ao objeto de investigação, conforme acima exposto. De modo complementar às análises bibliométricas atuais, o caminho metodológico elegido nos parece garantir maior densidade e aprofundamento teórico. Trata-se, em certa medida, do movimento retratado no clássico “Como se faz uma tese”, de Umberto Eco, publicado originalmente em 1977 (1999, p. 87): “é puramente teórico pensar em formar primeiro a bibliografia para só então começar a leitura. De fato, após elaborar uma lista inicial, passa-se a ler os primeiros livros recolhidos. Outras vezes, ao contrário, começa-se por um livro, partindo-se daí para a formação da bibliografia inicial. De qualquer forma, à medida que livros e artigos vão sendo lidos as referências crescem e o fichário bibliográfico aumenta.”

⁴ A tradução para o português dos excertos retirados de obras em língua inglesa é de nossa responsabilidade.

⁵ Pelos limites deste manuscrito, não será possível focalizar a contribuição decisiva de Lewin na consolidação da pesquisa-ação como tradição na psicologia, em específico, e nas ciências sociais, de modo geral.

⁶ Segundo Mailhiot (1977, p. 39), o estudo da psicologia dos grupos minoritários indicou que a inteligência científica dos macro-grupos só se tornaria acessível após sistemáticas pesquisas sobre a psicologia dos pequenos grupos.

⁷ A topologia é um ramo da matemática que trata das relações espaciais que podem ser estabelecidas em termos de parte e todo. A psicologia topológica trata de descrever e especificar quais os eventos possíveis em um espaço de vida, elaborando uma representação espacial das situações psicológicas.

⁸ A psicologia vetorial busca a compreensão de qual o evento que ocorre dentre as diversas possibilidades dadas no espaço vital, tendo como objeto as forças psicológicas, conceito inspirado na Física.

⁹ Como fatores determinantes da gênese e dinâmica dos grupos, Lewin identifica o senso de interdependência do destino (reconhecimento por parte do indivíduo de que sua sorte ou destino depende do destino do grupo como um todo) e a interdependência da tarefa (fato de que os membros do grupo engajados em uma atividade dependem uns dos outros para que suas metas sejam atingidas). O segundo fator, em sua avaliação, tem maior potencial de produzir coesão grupal.

¹⁰ Relativos à interação social entre membros e líderes, estrutura do grupo e interesse na tarefa.

¹¹ Rose (1978) é categórico em afirmar que Mayo não conduziu os estudos de Hawthorne. Seu real papel foi o de possível conselheiro e divulgador, ou propagandista, das conclusões do trabalho. Alçá-lo à posição de celebridade, em uma espécie de mito fundador da Escola das Relações Humanas, é uma distorção de grande apelo no cenário da Grande Depressão.

¹² Ao comentar um estudo sobre os efeitos da transferência de postos de trabalho sobre a produtividade em uma fábrica, Lewin (1965) afirmou: “embora esses operários estejam familiarizados com as máquinas, sua velocidade melhora tão lentamente que é mais vantajoso para a fábrica admitir operários novos do que mudar de ocupação operários experientes” (p. 249).

Juliana C. Pasqualini, Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, é Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (UNESP Araraquara). Email: jupasqualini@uol.com.br

Fernando Ramalho Martins, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é Professor Assistente Doutor vinculado ao Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP Araraquara), docente do Mestrado Profissional em Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (UNESP Guaratinguetá). Email: fernando.martins@unesp.br

Antonio Euzébios Filho, Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas), é Professor Assistente Doutor no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e docente do programa de pós-graduação em psicologia social também na Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Av. Professor Mello de Moraes, 1721. Instituto de Psicologia. Sala 35. Butantã. São Paulo. Telefone: (11) 96590-2352. Email: antonioeuzebios@usp.br

Recebido em 02.jul.20
Revisado em 03.mar.21
Aceito em 13.jun.21

O Iluminismo tardio no cemitério dos vivos: o manicômio judiciário na fronteira da reforma psiquiátrica brasileira

Waldeci Gomes Confessor Junior. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Magda Dimenstein. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

O artigo objetiva analisar os saberes e práticas dos operadores do direito e da psiquiatria em relação à Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento e seu lugar no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira. Analisa os argumentos que fundamentam as medidas de internação do ponto de vista jurídico e psiquiátrico e as soluções viáveis para o problema do manicômio judiciário frente ao imperativo da desinstitucionalização trazido pelo novo paradigma de Atenção Psicossocial. A investigação, pautando-se nos postulados da Análise Institucional, detectou como esses saberes e práticas atravessam o espaço institucional, moldando-o como um conjunto molar enrijecido e praticamente indiferenciado de outras estruturas prisionais comuns, diante da falência completa de um projeto terapêutico direcionado ao louco infrator.

Palavras-chave: periculosidade; manicômio judiciário; reforma psiquiátrica; internação compulsória.

Abstract

The late enlightenment in the cemetery of the living: The judicial asylum on the border of the Brazilian psychiatric reform. The article's objective is to analyze the knowledge and practice of operators of laws and psychiatry in relation of Custody and Treatment Psychiatric Unit (UPCT in Brazilian Portuguese) and your place in the context of psychiatric Brazilian reform. It analyses the arguments that base the internment measures from the judiciary and psychiatric perspective, and the possible solutions to the judiciary asylum towards the mandatory of uninstitucionalization obliged from the new social attention paradigm. The research, based on Institutional analysis postulates, detected how this knowledge and practice pass through the institutional space, shaping it like a stiffened molar set and practically non different of the regular prison structures, faced with the total failure of the therapeutics projects directed to the insane transgressor.

Keywords: dangerousness; judiciary asylum; psychiatric reform; compulsory internment.

Resumen

El Iluminismo tardío en el cementerio de los vivos: el manicomio judicial en la frontera de la reforma psiquiátrica brasileña. El artículo objetiva analizar los saberes y las prácticas de los profesionales del derecho y de la psiquiatría en relación con la Unidad Psiquiátrica de Custodia y Tratamiento y su lugar en el contexto de la Reforma Psiquiátrica brasileña. Analiza los argumentos que fundamentan las medidas de internación del punto de vista jurídico y psiquiátrico y las soluciones viables para el problema del manicomio judicial frente al imperativo de la desinstitucionalización transmitido por el nuevo paradigma de Atención Psicossocial. La investigación, pautándose en los postulados del Análisis Institucional, detectó como esos saberes y prácticas cruzan el espacio institucional, moldeándolo como un conjunto molar endurecido y prácticamente indiferenciado de otras estructuras penitenciarias comunes, delante de la quiebra completa de un proyecto terapéutico direccionado al loco infractor.

Palabras-clave: peligrosidad; manicomio judicial; reforma psiquiátrica; internación compulsiva.

Os manicômios judiciários, estabelecimentos destinados à internação de portadores de sofrimento mental que cometeram crimes (Oliveira & Damas, 2016), constituem, em pleno século XXI, as portas de entrada para o asilo. Concebidos como espaços destinados a abrigar pessoas acometidas de transtornos mentais em conflito com a lei, representam os últimos redutos de asilamento que tangenciam o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira.

Essas instituições constituem a síntese do encontro entre o poder médico e o poder judiciário, configurando-se como o lugar no qual prisões e manicômios se articulam para instituir o *locus* próprio para a segregação daquilo que representa a radicalidade da diferença, simbolizado pelo louco infrator, promovendo uma “demarcação dicotômica entre doença e responsabilidade, entre causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, entre terapêutica e punição, entre medicina e penalidade, entre hospital e prisão” (Foucault, 2002a, p. 39). Os manicômios judiciários são, portanto, dispositivos que se configuram atualmente como verdadeiros desafios éticos diante das inovações introduzidas pela Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que estabeleceu um novo paradigma de atenção às demandas no campo da saúde mental. No Brasil, esses estabelecimentos sempre tiveram função eminentemente asilar, uma vez que idealizados para que neles se cumpra a medida de segurança de internação dos agentes em sofrimento mental e colhidos pelo aparato jurídico-penal. Desta maneira, representam ambientes nos quais ainda não se veem presentes os princípios iluministas que inspiraram o século XVIII, configurando-se como verdadeiros cemitérios dos vivos, na feliz definição de Lima Barreto (1956/1993) acerca da instituição psiquiátrica.

Nos últimos anos, os manicômios judiciários têm despertado maior interesse da comunidade científica, sobretudo após a realização de inspeções pelo Conselho Federal de Psicologia, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde, entre os meses de abril e junho de 2015, nas quais se descortinou, em todo o país, uma realidade bastante preocupante de afronta aos direitos e garantias fundamentais dos internos, à semelhança do que se verifica em outros estabelecimentos componentes do sistema de execução penal brasileiro.

Ao abordar o problema do aumento acelerado das prisões ocorrido na virada do século XX, Abramovay (2010) afirma que no curso da evolução de um modelo

liberal de Estado, o Direito Penal foi frequentemente convocado a ocupar o lugar de garantidor da estabilidade social e principal instrumento de política criminal. O vertiginoso processo de inflação legislativa em matéria penal verificada no Brasil, especialmente a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, demonstra claramente esse fenômeno. Parece bastante evidente que essas ações são parte da formação de uma cultura autoritária que naturalmente repercute na forma com que o Estado aplica o Direito. Contudo, é de se notar que, em meio ao cenário crítico em que se encontra o sistema prisional brasileiro, noticiada cotidianamente pelos meios de comunicação de massa, a discussão sobre os rumos do sistema penitenciário nacional parece desconsiderar o problema dos manicômios judiciários, atualmente denominados de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, a ponto de não se verificar a implementação de ações efetivas que impliquem modificação da realidade dos internos dessas instituições, o que nos sugere que a crise no sistema carcerário atual de alguma maneira acentua a invisibilidade dos internos, contribuindo para maior vulnerabilidade das pessoas inseridas nesse contexto.

Diante disso, esse artigo reflete acerca dos saberes e práticas dos operadores do direito e da psiquiatria em relação à Unidade Psiquiátrica de Custódia de uma das capitais do Nordeste brasileiro, única instituição dessa categoria no Estado, e sua posição no contexto Reforma Psiquiátrica, com ênfase na análise dos argumentos que fundamentam as medidas de internação, do ponto de vista jurídico e psiquiátrico, e nas soluções viáveis para o problema do manicômio judiciário frente ao imperativo da desinstitucionalização imposta pelo novo paradigma da Atenção Psicossocial.

Uma pedra no meio do caminho¹: o manicômio judiciário frente ao novo estatuto social do sujeito em sofrimento mental

A partir do final da Segunda Guerra Mundial e mais acentuadamente nos anos 1960, com a publicação dos trabalhos de autores que construíram uma crítica aguda em relação ao modelo de psiquiatria centrado no manicômio, tais como Ronald Laing (1960), Michel Foucault (1961), Thomas Szasz (1974) e Franco Basaglia (1968), os contornos do atual movimento de Reforma Psiquiátrica e de Luta Antimanicomial são delineados.

Nas últimas décadas do século XX, o movimento de Reforma Psiquiátrica apresenta um novo momento de crítica e controvérsia ao padrão de produção da verdade no campo da saúde mental, buscando não mais o aperfeiçoamento do sistema asilar, mas incidindo sobre os pressupostos e fundamentos da própria psiquiatria, concebida como instrumento violento de controle e normatização, que reconfigura o sofrimento mental em doença, para a qual se reserva sempre uma medicação para fazê-la cessar ou diminuir sua intensidade, embora sem compreendê-la totalmente (Rauter, 2010).

No Brasil, essa luta acontecerá concomitantemente ao movimento sanitário dos anos 1970 e estará estreitamente vinculada ao questionamento do sistema político. É, portanto, no ambiente da abertura do regime militar que surgem as primeiras manifestações no setor de saúde, “principalmente através da constituição, em 1976, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e do movimento de Renovação Médica (REME) enquanto espaços de discussão e produção do pensamento crítico na área” (Luchmann & Rodrigues, 2007, p. 402). Sua eclosão, portanto, se dá no contexto dos movimentos de restauração da normalidade democrática, constituindo um “processo histórico de formulação crítica e prática e que tem como objetivos e estratégias o questionamento e a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria” (Amarante, 1995, p. 87). Situado no plano de questionamento quanto ao paradigma então vigente e objetivando não ao seu ajuste, senão à sua superação, o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira vem alcançando resultados significativos relativamente à alteração da concepção de atendimento às demandas em saúde mental, com a introdução de serviços substitutivos ao confinamento manicomial como destino inevitável. Após a edição da lei de Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001), empreende-se um esforço no sentido de efetivar mudanças na política de saúde mental que signifiquem uma ruptura com as experiências consolidadas a partir lógica psiquiátrica historicamente estabelecida. O fechamento de hospitais psiquiátricos e a introdução de estratégias de cuidado a partir de serviços substitutivos e territoriais, articulados em uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e direcionados pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) tornam-se os propósitos de uma nova perspectiva que considera a humanização e a integralidade nas ações em saúde mental. A partir de então, observa-se um processo de redução progressiva de leitos psiquiátricos

no sistema de saúde do país, resultante das iniciativas para promoção de melhorias nas condições de tratamento das pessoas em sofrimento mental, levando ao descredenciamento de hospitais psiquiátricos por meio do Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares (PNASH), bem como a implantação de outras estratégias de Atenção Psicossocial, como os serviços territoriais, dos quais se destacam os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Em 2014, registrou-se a efetivação de 2.209 CAPS espalhados pelo país (Ministério da Saúde, 2015), apontando para a consolidação do serviço de atendimento às demandas em saúde mental alternativo à internação asilar.

A despeito dos avanços e conquistas do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, e mesmo diante do conjunto de etapas a superar para aprofundamento do movimento de reorientação de Atenção Psicossocial, o manicômio judiciário permanece como a face esquecida desse esforço de contestação do modelo segregativo. Alocada numa zona de impasse entre as políticas de segurança e de saúde pública, os internos do manicômio judiciário vivenciam as misérias do nosso sistema penitenciário e a ausência de práticas efetivas de atendimento das suas demandas na Rede de Atenção Psicossocial. O manicômio judiciário, enquanto estrutura atrelada ao sistema de execução penal, permanece eminentemente fundamentada na lógica de controle e confinamento, que é a mesma que norteia tanto o sistema penal, fundamentado na prisão, como a resposta psiquiátrica tradicional, ancorada prioritariamente na hospitalização.

Essas instituições, portanto, constituem o ponto fraco do processo de efetivação do novo paradigma da Atenção Psicossocial. Embora existam experiências de superação do modelo tradicional de tratamento do louco infrator, como Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), implantado pela ação conjunta do Ministério Público, entidades ligadas à saúde mental e o Estado de Goiás; o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), executado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e, no nível internacional, as Residências para Execução de Medidas de Segurança (REMS), implantadas na Itália, em caráter residual e a partir de práticas de atendimento alternativas, além da oferta de abrigo nos serviços territoriais de saúde mental (Venturini, 2016), o manicômio judiciário permanece como grande desafio à consolidação do processo de Reforma Psiquiátrica no país. Atualmente, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional

de Justiça (Ministério da Justiça, 2014), a vigência das novas diretrizes de Atenção Psicossocial está negada a 3.425 pessoas que habitam os 23 hospitais e unidades psiquiátricas de custódia em funcionamento em todo o território nacional. Recentemente, o Ministério da Saúde considerou o problema da destinação dos internos dos hospitais de custódia, ainda que superficialmente, ao versar sobre seu direcionamento prioritário aos serviços residenciais terapêuticos e a tratar da transferência de recursos federais para as ações do Sistema Único de Saúde, conforme constam das Portarias de Consolidação de números 03 e 06, de 28 de setembro de 2017.

Nessa perspectiva, o manicômio judiciário emerge, na contemporaneidade, como o ponto final no qual se aglomeram “toda a série de impasses dos discursos jurídico e psiquiátrico em sua abordagem específica do louco infrator e seu destino, destino funesto que se faz antever em um horizonte irremediavelmente perene” (Senra, 2011, p. 199). Do encontro entre o jurídico e o psiquiátrico, segundo Zimmer (2011), elabora-se um campo de forças que fabrica lógicas aparentemente afinadas com o discurso do cuidado, da proteção e da garantia de direitos, mas que, em realidade, servem a uma lógica perversa, produtora de posturas segregacionistas, harmonizado com a economia do biopoder, que deixa morrer os diferentes e, como consequência, a própria diferença, em nome da estratégia de controle sobre a vida (Foucault, 2005).

Método

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo de natureza qualitativa, interessada em compreender sentidos e acontecimentos da vida, isto é, perseguir “o mundo social através das interpretações dos fenômenos, buscando as vivências, as experiências e a cotidianidade” (Romagnoli, 2009, p. 167). Teórica e metodologicamente, a investigação se fundamentou nos pressupostos da Análise Institucional, buscando construir um campo de problematização em que o manicômio judiciário emergiu como uma “dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo” (Lourau, 1993, p. 11). Mais que isso, a Análise Institucional permitiu visualizar o manicômio judiciário como o instituído, atuando como um jogo de forças violento, produtor de imobilidade (Lourau, 1993). Tal perspectiva favoreceu o descortino dos mecanismos que atuam nesse espaço, com ênfase sobre a sua

funcionalidade social, bem como nas possibilidades de que uma dimensão instituinte e transformadora possa ocupar esse lugar do instituído (Bravo, 2007).

Dessa forma, objetivando analisar a articulação entre duas ordens de discursos produtores de políticas que atuam na conservação da lógica manicomial, a exemplo do discurso jurídico e psiquiátrico, concebeu-se a pesquisa em três etapas. O primeiro momento foi caracterizado pelo contato com o manicômio judiciário e pela observação do ambiente hospitalar e prisional. Como ferramenta, o diário de campo foi utilizado, tanto para a documentação do cotidiano, quanto para o registro das sensações, emoções e afetos que o ambiente despertava. Contudo, essa etapa foi afetada pela eclosão da maior crise do sistema penitenciário da história do Estado, cuja repercussão foi amplamente divulgada em nível nacional pelos veículos de comunicação. Isso frustrou a execução da primeira fase na extensão originalmente planejada. As sucessivas rebeliões no interior dos estabelecimentos prisionais e a disputa entre facções pelo controle dos presídios acarretaram a completa perda da gestão penitenciária e mobilizou diversos setores vinculados à área da segurança pública, inclusive a atuação da Força Nacional, além da mobilização constante dos agentes penitenciários estaduais. Houve, assim, um retardamento da etapa de campo, que somado ao hermetismo característico da instituição, inviabilizou uma imersão mais demorada no espaço asilar. Apesar disso, foi possível coletar dados acerca da instituição, de maneira a compor um panorama atualizado da Unidade de Custódia e Tratamento, de seu funcionamento e de sua posição no contexto das políticas de segurança pública.

A segunda etapa da pesquisa envolveu o exame dos argumentos utilizados pelos operadores do Direito e da Psiquiatria para o estabelecimento da medida de internação institucional ao paciente judiciário, constantes dos autos processuais relacionados aos internos da unidade e em tramitação perante a Vara de Execuções Penais da capital. Foi a etapa mais descritiva da investigação e abrangeu a verificação das sentenças judiciais proferidas nos 38 processos de execução de medidas de internação, assim como dos primeiros laudos psiquiátricos produzidos, que concluíram pela inimputabilidade penal dos sujeitos. A análise focou nos seguintes aspectos: a) diagnóstico fixado no laudo psiquiátrico; b) descrição acerca das formas periciais utilizadas; c) indicações terapêuticas e sua adequação ao contexto da instituição. Quanto às sentenças proferidas nos

processos, a atenção recaiu sobre os seguintes pontos: a) prazo mínimo de cumprimento da medida de internação, comparado com o tempo de efetiva internação; b) eventual rejeição total ou parcial do laudo psiquiátrico pela autoridade judiciária. As informações foram registradas em diário, o que possibilitou o posterior exame dos analisadores que emergiram dos discursos, examinando o quanto “significam e se referem às práticas e jogos institucionais de poder” (Bravo, 2007).

Por fim, a terceira etapa da investigação foi constituída por entrevistas semiestruturadas com sete (07) juizes criminais da capital, que aceitaram participar da investigação, bem como com a única médica psiquiatra responsável pelo atendimento aos internos da instituição. Para a execução da etapa, os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, protocolo indispensável à garantia ética da pesquisa. Concebeu-se um roteiro de entrevista, contendo 13 questões, subdividido em três eixos, destinados a: 1. investigar os critérios e argumentos que fundamentam a aplicação das medidas de internação; 2. verificar possíveis efeitos da lei de Reforma Psiquiátrica no cotidiano da atividade profissional junto aos internos da instituição; e 3. avaliar a Unidade e a indicação de possíveis soluções para eventuais problemas apontados. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas. Esta última etapa não deixa de ser complementar à anterior, na medida em que a reflexão se direciona ao momento anterior à produção dos documentos responsáveis, em última instância, pela internação institucional.

O exame do conteúdo possibilitou identificar alguns analisadores que ensejaram a discussão, revelando dimensões institucionais ocultas, ao tempo em que tornou visível práticas institucionais com força suficiente para mantê-la distanciada de qualquer processo de mudança na lógica manicomial que lhe é inerente. A integração de dados extraídos de etapas tão distintas da investigação foi efetuada a partir da composição de um panorama acerca das forças que atravessam o espaço asilar fornecido pela verificação dos analisadores. Um analisador constitui um conceito-ferramenta “que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional” (Rossi, & Passos, 2014) e que, portanto, comporta a função tanto de denúncia da realidade, como evidencia a emergência de uma dimensão instituinte, transformadora desta realidade.

Resultados e discussões

A Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento

Fundada em 1997, possui disponibilidade para custodiar 52 internos, contando atualmente com 43, todos do sexo masculino, que são acomodados em celas coletivas, aos pares ou trios. Todos registravam longos períodos de permanência, sendo que um ali se encontrava desde a fundação da unidade. Não há vagas destinadas ao público feminino. As mulheres submetidas à medida de segurança permanecem em outros estabelecimentos componentes do sistema penitenciário estadual, em isolamento. Também não há disponibilidade de vagas para internação provisória. Sete internos foram transferidos para o estabelecimento por serem acometidos de transtorno mental de maneira superveniente à execução penal. Apesar de apresentar problemas muito similares àqueles encontrados no sistema penitenciário geral, não se verificou superlotação na unidade, pois, não obstante exista uma demanda bastante razoável de internação, já que se constitui na única instituição do Estado, a internação é controlada pelo juízo das execuções penais da capital, que decide, como última instância, quem deve ingressar no estabelecimento.

A infraestrutura da Unidade Psiquiátrica é bastante precária, semelhante ao que ocorre em outros estabelecimentos prisionais componentes do sistema penitenciário estadual. As alas de internação são constituídas por dois pavilhões, sendo o primeiro com 14 celas; e o segundo, com 12. Cada cela possui duas camas de alvenaria. Em geral, as celas são escuras, úmidas e pouco higienizadas. Há ainda um pequeno espaço sem gramado ou qualquer equipamento de lazer, utilizado como área de banho de sol. É o único ambiente onde os internos podem manter algum contato interpessoal mais próximo. Registra-se uma organização e uma rotina bastante semelhante àquelas próprias das cadeias públicas e penitenciárias. Na instituição observava-se a coexistência de um grupo de servidores vinculados à secretaria estadual de segurança pública, composto por 16 agentes penitenciários, ao lado da equipe de saúde, que inclui uma médica psiquiatra, uma assistente social, uma farmacêutica, dois enfermeiros e 16 técnicos de enfermagem.

Como a instituição necessita do apoio de outros órgãos públicos, é bastante frequente atrasos na realização de perícias e na entrega dos resultados. Há grande lentidão dos serviços relacionados aos internos, inexistindo obediência à periodicidade mínima anual

de realização dos exames para as pessoas internadas em cumprimento de medida de segurança. Como ocorre em outras instituições do país, não há quadros da Defensoria Pública ou qualquer outra instituição de assistência jurídica realizando o acompanhamento dos internos, o que é feito somente na vara de execuções penais, situada no Fórum central da capital.

Análise dos Processos de Execução de Medidas de Internação

Dentre os comportamentos tipificados na lei penal cometidos pelos internos, destacam-se os crimes contra a vida, os crimes contra o patrimônio, os crimes contra a dignidade sexual e os crimes contra a pessoa. Em menor número, registram-se crimes relacionados ao tráfico de drogas e porte ilegal de arma. A totalidade dos crimes contra a vida se refere ao crime de homicídio. Em relação aos crimes contra o patrimônio, a maior parte dos casos se refere ao cometimento de roubo. Há, no entanto, casos considerados menos graves, como furtos, estelionato e receptação.

Em todos os casos, o exame médico-legal que atesta a inimputabilidade do agente consistiu em uma única consulta psiquiátrica, realizada na sede do Instituto Técnico e Científico de Polícia da capital. É iniciada por uma etapa de anamnese, que se segue à coleta da versão dos fatos que ensejaram a instauração do incidente de insanidade mental. Realiza-se o exame mental, cuja conclusão estabelece o diagnóstico. Por fim, os peritos respondem aos quesitos remetidos pelo Ministério Público e pela defesa. É relevante registrar o descompasso com as prescrições legais estabelecidas na legislação processual penal, que estabelecem a prévia internação do periciando, caso esteja preso, e, em seguida, a submissão a exame, que não durará mais de 45 dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade.

Verificou-se ainda que condutas de diferentes potencialidades ofensivas são sancionadas de igual forma, com a aplicação da mesma medida de segurança detentiva e, assim, a natureza do crime não exerce influência em relação ao maior ou menor tempo de permanência do interno no ambiente manicomial. Os dados nos mostram a submissão a longos períodos de internação, que superam até mesmo o limite máximo de pena atribuída a determinados crimes. Em 12 processos, os laudos contêm indicações terapêuticas, sendo que apenas três registram a sugestão do tratamento ambulatorial. Em um desses processos, a autoridade judiciária rejeitou a sugestão médica, aplicando a

medida detentiva, o que é bastante revelador da crença no projeto punitivista como proposta de estabilização social, crença esta que se encontra imersa no sentimento partilhado pela maioria das pessoas de que o sistema de justiça penal é uma resposta razoável ao crime (Scheerer, 1997). No que se refere à situação clínica dos internos, é importante destacar que os diagnósticos convergem, na maioria das vezes, para esquizofrenia, e, por vezes, esses diagnósticos envolviam mais de um transtorno mental, em situação de comorbidade.

As Entrevistas

Os magistrados entrevistados apresentaram um critério predeterminado que sempre orienta a decisão de fixar a medida de segurança detentiva: o resultado do exame de sanidade mental que concluiu pela inimputabilidade penal do agente. O laudo psiquiátrico configura-se, assim, como o elemento essencial à aplicação da medida de segurança, que propicia o ingresso do louco infrator no sistema prisional. É, portanto, a peça que revela o engendramento do Direito com a Psiquiatria, desde que se expõe o contínuo perversão-perigo que o louco representa (Foucault, 2002b), compondo uma figura monstruosa que demanda a tutela estatal. Seu propósito, em realidade, não é propriamente clínico, mas jurídico, possibilitando o sancionamento da loucura e do mal-estar psíquico quando associado a uma infração da lei (Bravo, 2007). Para além de um papel meramente coadjuvante no processo, a psiquiatria efetivamente coloniza o direito para conceber uma estratégia de punição (Rauter, 2010), direcionada ao irresponsável.

Mediada pelo recurso ao ordenamento jurídico e restrita aos termos do tratamento que a lei penal confere ao problema do inimputável em conflito com a lei, a temática da periculosidade social do louco infrator emergiu em todas as entrevistas, o que evidentemente determina consequências na forma como o interno é visto durante todo o processo, confirmando sua configuração enquanto operador por excelência da internação institucional, desde que se sobrepõe à doença, negando a subjetividade do louco, negando sua identidade mediante o processo de objetivação da pessoa como objeto de saber (Amarante, 1996). Repete-se com o paciente psiquiátrico judiciário o mesmo monitoramento a partir do dispositivo da periculosidade que se realiza em relação a toda uma classe de criminosos, conforme bem assinalado por Reishoffer e Bicalho (2017).

Os discursos afinam-se às críticas direcionadas à gestão do sistema penitenciário estadual, desviando o problema do manicômio judiciário da lógica subjacente

ao seu funcionamento. Com isso, a principal solução apontada pelos juizes para o problema do manicômio judiciário enquanto projeto terapêutico voltado ao louco infrator, longe de ser a sua extinção e a aplicação das diretrizes traçadas pela Lei de Reforma Psiquiátrica brasileira, com a absorção da demanda nos serviços territoriais de saúde mental, centralizou-se na ideia de reestruturação e ampliação do hospital de custódia, isto é, no estabelecimento de um novo projeto manicomial institucional capaz de absorver a demanda e ofertar o tratamento psiquiátrico hospitalar aos custodiados. O discurso médico, por sua vez, pouco se diferenciou em relação ao discurso jurídico, partilhando da mesma crença no funcionamento da instituição manicomial. Indiscutivelmente é uma visão que reforça a ideia de loucura e de criminalidade como impureza social que precisa ser extirpada, como pontua Shecaira (1997) e que, por isso, reforça a convicção de “que o trajeto percorrido neste século deixou inalterado o sentido do castigo e da recompensa como formas de sociabilidade, pretendendo ajustá-los às novas conformações acerca da produção da vida” (Passeti, 1999, p. 56).

Em outras palavras, observou-se uma posição radicalmente refratária ao processo de Reforma Psiquiátrica e, ao mesmo tempo, a defesa do funcionamento da psiquiatria clássica, que se baseia na hospitalização do sujeito em sofrimento mental. É uma visão que despreza o poder político de que o movimento de Reforma Psiquiátrica se reveste e está na base do modo como o manicômio judiciário funciona, em que seus habitantes são abandonados em tratamentos que podem se estender por tempo indeterminado (Diniz, 2013). Desse modo, os internos vivenciam a contradição de estarem submetidos à precarização das condições de saúde em um espaço que, em tese, se presta a finalidade terapêutica.

Os dados construídos no curso da investigação acerca da Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento permitem concluir que apesar da denominação que carrega, o estabelecimento pouco se diferencia de qualquer unidade prisional componente do sistema carcerário estatal. Diante disso, verifica-se a completa falência da ideia de um projeto terapêutico direcionado ao louco infrator, articulado à Rede de Atenção Psicossocial, que poderia favorecer a integração da pessoa à sua família e à sua comunidade.

A exemplo do que se verifica na quase totalidade do país, não se identifica qualquer política pública voltada para a reorientação do modelo assistencial aos

internos. Inexiste vinculação da instituição ao Sistema Único de Saúde (SUS), de maneira que o Estado tem mantido os inimputáveis controlados sob segregação, deixando-os à margem das inovações no campo da saúde mental introduzidas no Brasil a partir da edição da Lei nº 10.216/2001. Ao contrário da experiência mineira do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) e da experiência goiana do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), que romperam com o modelo custodial de atenção ao louco infrator por direcionarem o atendimento à Rede de Atenção Psicossocial, verifica-se em relação à Unidade de Custódia e Tratamento uma total desconexão com essa ideia, negando ao paciente psiquiátrico judiciário aquilo que deveria ser o cerne da sua existência, que é o tratamento, na perspectiva delineada pela Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

A observação direta da instituição permite afirmar que se comporta como mais um dispositivo de controle, como uma especialização de cárcere onde se aglomeram as pessoas em um sistema penal que concebe o aprisionamento como projeto de solução principal de regulação da vida social e que, portanto, estabelece uma sociabilidade segregacionista, que opera a partir da negação do outro, ficando muito claro, pois, “que nossas prisões jamais foram inteiramente disciplinares, jamais nelas funcionou um verdadeiro panóptico, pois elas sempre foram, com grande facilidade, uma região de amontoados humanos, ainda que aqui e ali possam aparecer exceções” (Rauter, 2016, p. 48).

A Lei, a Ordem e a Vigilância

A análise dos dados indica a centralidade que a estrutura prisional continua mantendo em termos de resposta social à suposta periculosidade representada pelo louco infrator. Esse lugar de destaque que a prisão ocupa no interior do nosso sistema penal demonstra como a nossa sociedade foi forjada a partir de um processo civilizatório pouco tolerante para com a diferença, para com aquilo que, por ser diverso, pode representar um perigo. Por isso, contrariamente ao fim do hospital psiquiátrico judiciário, reivindica-se a sua reforma, através de um novo projeto manicomial institucional, diante da suposta necessidade de aprisionamento do inimputável em conflito com a lei, para resguardo da sociedade, fortemente turbada por seu comportamento desviante.

Discursivamente, essa lógica se evidencia ao se questionar acerca da possível extinção do manicômio judiciário. Todos os participantes da pesquisa

discordaram radicalmente dessa possibilidade, defendendo sua manutenção e reestruturação. Nessa perspectiva, afirmaram que “ele é mais uma medida de proteção para o próprio doente e a sociedade”; ou ainda que “talvez ele seja um mal necessário, como a prisão, ele é um mal necessário”. As palavras exprimem claramente a solução penal como a forma básica de controle social formal, exercido através do apego acrítico à letra da lei (que é sempre o produto de determinada ideologia dominante) e impõe a punição como meio de garantia do respeito à ordem.

No que se refere ao advento da sociedade disciplinar, Foucault (2002a), afirma que a partir da virada do século XVIII para o século XIX, operou-se uma redefinição do crime, que passou a ser considerado como algo capaz de ofender a sociedade, de danificá-la, abandonando sua vinculação com conceitos de ordem moral. Nesse contexto, o criminoso converte-se no inimigo social e o cárcere em sinônimo de defesa social. Ora, se a prisão é a garantia de manutenção da estabilidade social diante do evento criminoso, parece lógica uma solução semelhante para o louco criminoso: tutelá-lo na velha estrutura asilar, sob regime de prisão. É o discurso que possibilita a retirada do sujeito da cena social. O manicômio judiciário emerge como símbolo do projeto de sociabilidade moderna, efetivada à base da inculcação do dogma da pena, que faz funcionar os dispositivos de controle “por todo o corpo social com seus dois braços: medicalização e judiciarização” (Coimbra, 2010, p. 184).

A prevalência do discurso psiquiátrico sobre o jurídico, que ficou muito evidente ao longo da pesquisa e que está na base do apelo pela reestruturação do asilo de alienados na atualidade, eleva a psiquiatria, conforme assinalam Rauter e Peixoto (2009), à categoria de um poderoso dispositivo de controle contemporâneo, cuja principal característica é seu caráter global e abrangente.

Verificou-se o acolhimento integral das conclusões dos laudos periciais pelas autoridades judiciárias na totalidade dos casos. Nos 38 processos examinados, os juizes, ao elaborarem as suas sentenças, acolhiam integralmente o laudo psiquiátrico produzido ao final do exame de sanidade mental. Essa conclusão foi possível extrair mesmo daqueles processos em que os laudos estavam ausentes, porque as sentenças faziam referência ao diagnóstico de inimputabilidade do agente, quando do cometimento do crime, e que a aplicação de medida de segurança se baseava inteiramente nas conclusões da perícia psiquiátrica.

Essa adesão absoluta às conclusões médicas, que revela uma perfeita associação entre o discurso jurídico e o discurso psiquiátrico, legitima a posição do psiquiatra enquanto autoridade exclusiva no campo da saúde mental, estabelecendo um discurso de verdade que se vincula diretamente aos destinos do interno, demonstrando que efetivamente quando a doença entra em cena, o crime cede espaço, pois que com ele se incompatibiliza de maneira absoluta. Nesse sentido, a “periculosidade” atestada pelo perito emerge como um analisador que demonstra como o interno pode ser compulsoriamente atado a um tratamento baseado na restrição absoluta da liberdade, independentemente da gravidade social do crime que cometeu, pois, o diagnóstico psiquiátrico, independente da categoria nosográfica em que se enquadre, presume essa condição, que leva sempre à mesma consequência.

Baremlitt (1992) afirma que cada sociedade, em seus aspectos instituintes e organizantes, evidencia sempre uma utopia, uma orientação histórica de seus objetivos. Essa utopia frequentemente é desvirtuada ou comprometida, deformando-se na exploração de alguns homens por outros, na dominação e imposição da vontade de uns sobre outros, no desrespeito à vontade coletiva e, enfim, na administração arbitrária daquilo que se considera saber e verdade, substituindo-se por mentiras, enganos, ilusões e sonegação de informações. O autor vai além, ao demonstrar que as instituições desempenham funções que estão sempre a serviço das formas históricas de exploração e dominação.

Desse modo, a análise do material recolhido nos autoriza a perceber como, dentro da instituição manicomial, os argumentos jurídico e psiquiátrico instrumentalizam um sistema de poder que se expressa em práticas normatizadoras, que, por sua vez, acentuam a rigidez do dispositivo prisional e exprimem tecnologias de poder sobre o homem-corpo “doente”, somente possível em um ajuste biopolítico, como “uma estratégia do biopoder pretendendo o controle sobre a vida por meio da manipulação e adestramento dos corpos” (Severo & Dimenstein, 2009, p. 60). É que tais discursos reproduzem modelos que não permitem, como assinalam Guattari e Rolnik (1996), a criação de saídas para processos de singularização, atuando sempre na manutenção de equipamentos segregativos e na marginalização de determinados grupos. Portanto, as práticas dos operadores do direito, fundamentadas no estrito apego à norma penal, assim como a prática médica, mediada pela especialidade psiquiátrica, forjam uma práxis que,

na perspectiva de uma micropolítica, reproduz o sistema de produção de subjetividade dominante (Guattari & Rolnik, 1996). Mas, esses instituídos se exprimem como naturais e mesmo desejáveis (Baremlitt, 1992).

O manicômio judiciário mantém, com isso, uma função dentro do sistema de organização social que é conservativo: trabalha no nível da manutenção da ordem dominante. Compreende-se assim que o próprio funcionamento da unidade envolve a aplicação de um exercício de violência que não busca prevenir o evento criminoso, mas que é dirigido ao autor do fato. É essa identidade do louco infrator que o distingue como inimigo da sociedade, justificando um tratamento que não respeita garantias mínimas como, por exemplo, a limitação temporal da sanção penal imposta.

Nesse horizonte, parece claro que o manicômio judiciário não constitui uma instituição ultrapassada, desprovida de uma funcionalidade social. Em realidade, a instituição manicomial, concebida como um projeto de higienização do espaço urbano, permanece nos dias de hoje porque cumpre uma função específica dentro de determinada ordem econômico-social, que é aquela de se comportar como a “máquina mortífera” dos nossos dias (Brasil, 2012), como o “moinho de gastar gente”, na expressão que Ribeiro (1996), utilizava ao se referir a lógica autoritária, baseada no controle e punição que está na raiz de nossa sociabilidade, que consome os indesejáveis de nosso tempo, os homens infames que, como afirma Foucault (2003), não têm sido nada na história, não desempenham papéis de relevância nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes, mas, sobretudo que não têm (e nunca terão) existência fora daquilo que dizem os autos de um processo penal.

A instauração de um pensamento instituinte relacionado ao manicômio judiciário (aqui compreendido como um exemplar de um conjunto molar, de um dispositivo de poder atravessado por essas linhas de força que estabelecem a separação radical entre o normal e o patológico), e mediado pelo processo de Reforma Psiquiátrica, certamente passa pelo questionamento (e desconstrução) da sua justificativa tutelar, isto é, da necessidade de proteger o louco infrator de si, alienando-o dos direitos perante os demais, como afirmam Fonseca, Thomazoni, Costa, Souza, e Lockmann (2008), mas, sobretudo pelo esforço de desconstrução de determinada organização funcional que estrutura o imaginário social e que possibilita a sua permanência nos dias de hoje, ainda cumprindo uma função específica dentro da atual ordem econômico-social. A superação

do manicômio vincula-se, portanto, ao cultivo de uma crítica relacionada àquela sociabilidade segregacionista que nos condiciona e que está na base de nossos “desejos de manicômio”, aqui compreendidos como modos de subjetivação que “sabotam as forças vivas da vida, a potência do novo, do desconhecido, do inusitado, da diferença” (Dimenstein, 2006, p. 77).

Referências

- Abramovay, P., & Batista, V. M. (2010). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan.
- Amarante, P. (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Amarante, P. (1996). *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Baremlitt, G. F. (1992). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Barreto, A. H. L. (1993). *Diário do hospício; o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração. (Obra original publicada em 1956)
- Basaglia, F. (1968). *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Brasil, R. S. (2012). *Da maquinaria mortífera do manicômio judiciário à invenção da vida: saídas possíveis* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66658/000870928.pdf?sequence=1>
- Bravo, O. A. (2007). As prisões da loucura, a loucura das prisões. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 34-41. doi: 10.1590/S0102-71822007000200005
- Coimbra, C. M. B. (2010). Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In P. Abramovay & V. Malaguti (Orgs.), *Depois do grande encarceramento* (pp. 183-193). Rio de Janeiro: Revan.
- Dimenstein, M. (2006). O desafio da política de saúde mental: a (re) inserção social dos portadores de transtornos mentais. *Mental*, 4(6), 69-82. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000100007&lng=pt&tlng=pt
- Diniz, D. (2013). *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011*. Brasília: Letras Livres/Universidade de Brasília.
- Fonseca, T. M. G., Thomazoni, A. R., Costa, L. A., Souza, V. L. I., & Lockmann, V. S. (2008). Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, 20(2), 31-45. doi: 10.1590/S0103-56652008000200003
- Foucault, M. (1961). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2002a). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU.
- Foucault, M. (2002b). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In M. Foucault (Org.), *Estratégia, poder-saber ditos e escritos IV* (pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001, 6 de abril). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Lüchmann, L. H. H., & Rodrigues, J. (2007). O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 399-407. doi: 10.1590/S1413-81232007000200016
- Ministério da Justiça. (2014). *Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)*. Recuperado de <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>
- Ministério da Saúde. (2015). *Saúde mental em dados – 12, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Recuperado de https://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf
- Passetti, E. (1999). Sociedade de controle e abolição da punição. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 56-66. doi: 10.1590/S0102-88391999000300008
- Oliveira, W. F., & Damas, F. B. (2016). *Saúde e atenção psicossocial nas prisões: um olhar sobre o sistema prisional brasileiro com base em um estudo em Santa Catarina*. São Paulo: Hucitec.
- Portaria n. 3.088. (2011, 23 de dezembro). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Portaria nº 3. (2017, 28 de setembro). Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Portaria nº 6. (2017, 28 de setembro). Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Rauter, C. (2010). Os discursos e práticas Psi no contexto do grande encarceramento. In P. Abramovay & V. Malaguti (Orgs.), *Depois do grande encarceramento* (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Revan.
- Rauter, C. (2016). Por que o manicômio ainda existe? In E. Venturini, V. Mattos, & R. T. Oliveira (Orgs.), *Louco infrator e o estigma da periculosidade* (pp. 44-61). Brasília: CFP.
- Rauter, C., & Peixoto, P. T. C. (2009). Psiquiatria, saúde mental e biopoder: vida, controle e modulação no contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 267-275. doi: 10.1590/S1413-73722009000200007
- Reishoffer, J. C., & Bicalho, P. P. G. (2017). Exame criminológico e psicologia: crise e manutenção da disciplina carcerária. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(1), 34-44. doi: 10.22409/1984-0292/v29i1/1430
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173. doi: 10.1590/S0102-71822009000200003
- Rossi, A., & Passos, E. (2014). Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, 5(1), 156-181. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&lng=pt
- Scheerer, S. (1997). Um desafio para o abolicionismo. In E. Passetti & R. B. D. Silva (Orgs.), *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva* (pp. 219-235). São Paulo: IBCCrim.
- Senra, A. H. (2011). Inimputabilidade e loucura: os paradoxos da proteção e do tratamento. In G. J. C. Gauer & D. S. Machado (Orgs.), *Filhos do tempo da violência: a família, a criança e o adolescente* (pp. 199-212). Curitiba: Juruá.
- Severo, A. K. S., & Dimenstein, M. (2009). O diagnóstico psiquiátrico e a produção de vida em serviços de saúde mental. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 14(1), 59-67. doi: 10.1590/S1413-294X2009000100008
- Shecaira, S. S. (1997). Prisões do futuro? Prisões no futuro?. In E. Passetti & R. B. D. Silva (Orgs.), *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva* (pp. 171-175). São Paulo: IBCCrim.
- Szasz, T. S. (1974). A quien sirve la psiquiatria?. In F. Basaglia (Org.), *Los crimines de La Paz* (pp. 308-320). México: Siglo Veintiuno.
- Venturini, E. (2016). Manicômios judiciais: uma saída. In E. Venturini, V. Mattos, & R. T. Oliveira (Orgs.), *Louco infrator e o estigma da periculosidade* (pp. 13-43). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Zimmer, F. (2011). *Internação compulsória: uma nova porta de entrada legal para o asilo*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6733>

¹ Referência ao poema "No meio do caminho", de Carlos Drummond de Andrade, publicado originalmente no livro "Alguma Poesia", de 1930.

O Iluminismo tardio no cemitério dos vivos: o manicômio judiciário na fronteira da reforma psiquiátrica brasileira

Waldeci Gomes Confessor Junior, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é servidor público efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Endereço para correspondência: Fórum Miguel Seabra Fagundes, 6ª Vara Criminal - 1º andar, Rua dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.064-972. Telefone: 84 99927-6983. Email: waldeci_jr@hotmail.com

Magda Dimenstein, Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: mgdimenstein@gmail.com

Recebido em 26.set.19

Revisado em 12.set.20

Aceito em 07.jun.21

O fatalismo no cotidiano da pobreza: do individualismo forjado ao horizonte coletivo

Mariana de Almeida Pinto. Universidade Federal de Juiz de Fora
Fernando Santana de Paiva. Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar como o fatalismo se manifesta no cotidiano de sujeitos que vivenciam a condição de pobreza. Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com sujeitos atendidos em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do estado de Minas Gerais. Apoiando-se, sobretudo, nas elaborações de Ignacio Martín-Baró, refletimos sobre o modo como a predominante resignação fatalista se forja por meio das estruturas desiguais e das ideologias estabelecidas e aprofundadas no cotidiano da pobreza. Os processos de naturalização da realidade social reforçados pelo imediatismo e precariedade da vida cotidiana sufocam os sentimentos de revolta, indignação e coletividade que insurgem, sendo estes, no geral, canalizados pela lógica meritocrática, individualista e religiosa. Torna-se, assim, importante a adoção de uma perspectiva histórica e dialética para compreendermos as possibilidades de ruptura com o fatalismo no âmbito da sociedade brasileira, de modo a superar as mazelas subjetivas e materiais produzidas na e pela ordem social vigente.

Palavras-chave: fatalismo; ideologia; pobreza; realidade brasileira.

Abstract

Fatalism in poverty's daily life: from a forged individualism to a collective horizon. This paper aims to analyze how fatalism manifests itself in the daily life of those who live under poverty conditions. Ten semi-structured interviews were conducted with subjects who were attended at a Social Assistance Reference Center (CRAS) at a city in the Brazilian state of Minas Gerais. Based mainly on Ignacio Martín-Baró's elaborations, this study reflects on the way in which the predominant fatalistic resignation is forged through unequal structures and through ideologies established and deepened in poverty's daily life. Social reality's naturalization processes, reinforced by the immediacy and precariousness of everyday life, suppresses feelings of revolt, indignation and collectivity, which, in general, are channeled by a meritocratic, individualistic and religious logic. Thus, it is important to adopt a historical and dialectic perspective to understand the possibilities of breaking off with Brazilian society's fatalism, in order to overcome subjective and material problems produced in and by the current social order.

Keywords: fatalism; ideology; poverty; brazilian reality.

Resumen

Fatalismo en la vida cotidiana de la pobreza: del individualismo forjado al horizonte colectivo. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo se manifiesta el fatalismo en lo cotidiano de las personas que vivencian la condición de pobreza. Se realizaron 10 entrevistas semiestruturadas con sujetos atendidos en un Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de una ciudad del estado brasileño de Minas Gerais. Basados principalmente en las elaboraciones de Ignacio Martín-Baró, buscamos reflejar sobre la forma en que se presenta la resignación fatalista predominante mediante las estructuras e ideologías desiguales establecidas y profundizadas en lo cotidiano de la pobreza. Los procesos de naturalización de la realidad social están reforzados por la inmediatez y la precariedad de la vida cotidiana y impiden los sentimientos de revuelta, indignación y colectividad que emergen, en general, siendo canalizados por la lógica meritocrática, individualista y religiosa. Por lo tanto, es importante adoptar una perspectiva histórica y dialéctica para comprender las posibilidades de romper con el fatalismo en el contexto de la sociedad brasileña, buscando superar los problemas subjetivos y materiales producidos por la orden social actual.

Palabras clave: fatalismo; ideología; pobreza; realidad brasileña.

A condição de pauperismo que marca a constituição da realidade social brasileira apresenta diferentes facetas e dimensões, que se articulam no plano material e subjetivo. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (IBGE, 2018) referentes ao ano de 2017, mais de 15 milhões de pessoas enfrentam a condição de extrema pobreza - avaliada, aqui, com base nos parâmetros do Banco Mundial (renda *per capita* na faixa de R\$140,00 mensais). Somado a isso, o crescente índice de desemprego já superava, neste mesmo ano, a marca de 13 milhões de brasileiros(as), sendo a informalidade, fruto da precarização do trabalho, uma realidade imposta a mais de 40% da população ocupada (IBGE, 2018). Esse penoso quadro, cada vez mais intensificado, coloca o Brasil entre os países mais desiguais do mundo, tendo como marca sua elevada concentração de renda entre o 1% mais rico.

Conforme afirma Netto (2007), a despeito das inúmeras problemáticas em torno de sua mensuração, a pobreza e a desigualdade social se expressam por meio de aspectos pluridimensionais, podendo apresentar diferentes padrões e níveis de desenvolvimento, ainda que o entendimento de suas determinações econômicas torna-se fundamental para evitar a naturalização de tais fenômenos. Isso porque os estudos sobre a pobreza e a chamada “questão social” - expressão cunhada sob influência da visão positivista e, portanto, fragmentada para explicar os problemas sociais erigidos pelo capitalismo - são diversos e, muitas vezes, insatisfatórios.

Na tradição marxista à qual nos vinculamos, conforme discute ainda Siqueira (2014), a pobreza é compreendida não apenas como uma manifestação da “questão social”, mas como “resultado da relação de exploração entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista” (p. 246), constituindo-se, pois, no cerne de sua lei geral de acumulação. Adotar o pressuposto de que a pobreza é estrutural, portanto, necessária ao desenvolvimento do capitalismo implica em superar as explicações economicistas que sustentam a adoção de medidas paliativas como forma de “erradicar” a pobreza, sem, contudo, atingirem as raízes da desigualdade social, esta que se expressa nos países dependentes de maneira ainda mais complexa e maximizada (Netto, 2007). Nesse terreno, se inserem as políticas sociais que margeiam nosso estudo, em particular, a política de assistência social, ainda que não seja nosso foco, neste momento, adentrar nas contradições e problemáticas que as concernem.

Diante da discussão aqui proposta, portanto, consideramos que a visão marxista sobre a pobreza e a desigualdade social torna-se fundamental para contrapor teorizações que defendem, direta ou indiretamente, a responsabilização dos próprios sujeitos pela desigualdade e por sua condição de vida. As concepções individualizantes da realidade, bastante disseminadas pela ideologia (neo)liberal, são altamente funcionais para a manutenção das relações de exploração dominantes, o que se intensifica em tempos de crise econômica e acirramento das mazelas sociais (Euzébios Filho, 2010; Siqueira, 2014). Sobretudo porque tais discursos e práticas de dominação são, muitas vezes, introjetados e reproduzidos pelos próprios sujeitos, em especial, aqueles submetidos à batalha cotidiana contra a pobreza, forjando, por vezes, a predominância de subjetividades dominadas, subalternizadas e resignadas. Partindo desses direcionamentos, portanto, buscamos analisar como o fatalismo se manifesta no cotidiano de sujeitos que vivenciam a condição de pobreza.

Breves apontamentos sobre ideologia do fatalismo e pobreza

O estudo sobre a ideologia, por mais plurais que possam ser as perspectivas adotadas (Konder, 2002), ocupa um importante espaço na investigação das formas pelas quais os sujeitos se apropriam da realidade social, em especial, numa sociedade movida pela luta de classes. Ao estabelecer diálogos com a visão materialista histórico-dialética de sujeito e sociedade, o psicólogo espanhol Ignacio Martín-Baró desenvolveu importantes estudos centrados na realidade latino-americana e nos processos psicossociais que a atravessam, dando uma especial atenção à temática da ideologia e às formas através das quais permeia a ação humana, de modo a defender, assim, uma psicologia que se ocupe dessa questão e superasse as debilidades de perspectivas individualistas e reducionistas tradicionais do campo (Martín-Baró, 1990).

Conforme investigado por Mendonça, Souza, e Guzzo (2016), torna-se difícil buscar uma fundamentação e definição únicas de ideologia na vasta obra do autor. No entanto, em suas principais elaborações, ganha destaque uma das interpretações marxistas que conceitua ideologia como “falsa consciência”, em seu sentido negativo, sendo (re)produzida pelas estruturas dominantes de classe. Partindo dessa concepção é que

Martín-Baró (2017a) discorre sobre determinadas funções da ideologia exercidas na atualidade:

Oferece uma interpretação da realidade; fornece esquemas práticos de ação; justifica a ordem social existente; legitima essa ordem como válida para todos, isto é, converte em natural o que é histórico; efetiva uma relação de domínio existente; e reproduz o sistema social estabelecido (p. 119).

Inserido nesse melindroso debate, na medida em que as ideologias são compreendidas a partir das relações sociais concretas estabelecidas, o conceito de fatalismo é resgatado e aprofundado pelo autor na busca por entender a forma peculiar como os povos latino-americanos produzem sentidos e significados sobre o seu cotidiano, tendo em vista o percurso histórico marcado pela colonização violenta, pela dominação imperialista e pela experiência dos regimes ditatoriais no continente (Martín-Baró, 2017b). Conforme expõe Lacerda Jr. (2014), portanto, na concepção de psicologia social da qual parte Martín-Baró, o conceito de fatalismo não expressa “uma atitude individual nem um processo cognitivo interno, mas sim um produto das relações de poder” (p. 690).

Partindo desse pressuposto, Martín-Baró (2017b) descreve a ideologia fatalista a partir de três características, as quais estão, estritamente, articuladas: a) a ideacional, que corresponde à naturalização da realidade e à crença de que o destino da vida já está traçado e controlado por forças alheias, como Deus, e que, diante disso, nada pode ser feito para modificá-lo; b) a dimensão afetiva, relacionada à resignação, ao baixo envolvimento emocional com as circunstâncias da vida e à aceitação e adaptação frente aos fracassos e dificuldades enfrentados; c) e, por fim, “as tendências comportamentais”, relativas à predominância de posturas conformistas, submissas e passivas, bem como à tendência ao presentismo e à perda da memória histórica.

O próprio autor, nesse sentido, busca escapar de qualquer análise mecanicista da realidade social e dos processos de consciência e subjetividade ao afirmar que o fatalismo não pode ser encarado como um fenômeno dado e imutável, nem como homogêneo e absoluto, devendo ser considerado à luz das particularidades históricas e sociais. Blanco e Diaz (2007) já sinalizavam que em um cenário de avanço do culto ao individualismo posto sob o caráter cada vez mais destrutivo do capitalismo ao planeta - cujo aumento da exploração humana e da natureza, do desemprego, da violência e demais expressões da desigualdade imperante torna-se

escancarado -, o fatalismo, como mecanismo ideológico de controle, segue desenvolvendo-se e adquirindo novos contornos e manifestações.

Nesse sentido, entendendo as contradições e movimentos implicados nos processos psicossociais conformados em nossa sociedade, consideramos pertinentes os estudos a respeito do fatalismo para compreender nossa realidade brasileira, cuja expressiva desigualdade social, típica dos países periféricos do capitalismo, empurra milhares de pessoas para condições sub-humanas de sobrevivência. É, portanto, com foco na pobreza que buscamos refletir a partir dos estudos sobre fatalismo. Compreendemos que tal processo, como discute Martín-Baró (2017b), pode (ou não) se expressar de distintas maneiras, graus e intensidades no seio da população trabalhadora oprimida e explorada, o que acompanha, ainda, a dinâmica e a correlação de forças na disputa entre as classes e as relações sociais e econômicas em curso.

Dessa forma, conforme discorrem Martín-Baró (2017b) e Blanco e Diaz (2007), o contexto de pobreza, seja no campo ou na cidade, ganha um significativo destaque nas diferentes análises realizadas a respeito do fatalismo latino-americano. Ao vivenciar concreta e materialmente as facetas mais severas da desigualdade social capitalista, a população pauperizada enfrenta condições históricas e específicas que se intensificam nas e pelas ofensivas ideológicas.

A histórica individualização da “questão social” e a noção meritocrática e (neo)liberal recaem sob a construção de um ideário negativo e difamatório da figura do trabalhador pobre que o responsabiliza tanto pelas condições e “fracassos” vivenciados quanto por toda a (des)ordem social, pela violência e pelas desigualdades instauradas (Euzébios Filho, 2010). Os pobres são cada vez mais bombardeados com concepções que os incapacitam e os desvalorizam, rebaixando-os à condição de acomodados, marginais, criminosos, carentes e indolentes, o que, somado às reais barreiras sociais e econômicas impostas para a superação da condição subalterna, age no sentido de reforçar sentimentos e perspectivas de desesperança, submissão e resignação frente à realidade (Siqueira, 2014; Yazbek, 2012).

Em concordância com Martín-Baró (2017b), consideramos que tais fenômenos investigados, muitas vezes, sob a ótica da “cultura da pobreza” não podem ser reduzidos a um universo autônomo e isolado dos fenômenos que estruturam o complexo das relações sociais e econômicas dominantes. Os processos de

subalternização, precarização e pauperização do modo de vida de uma significativa parcela da classe trabalhadora - que pode, inclusive, refletir seu não reconhecimento como tal - são extremamente funcionais para o sistema que privilegia a manutenção da propriedade privada em detrimento da vida humana (Siqueira, 2014).

Nesses termos, podemos afirmar que o fatalismo e a cultura da pobreza estão fortemente imbricados na lógica da produção e reprodução das mazelas sociais. A realidade, no entanto, com seu dinamismo e particularidades históricas, se faz nas e pelas contradições. Frente a uma estrutura econômico-social desigual e alienante, torna-se igualmente necessário compreender (para impulsionar) os movimentos e possibilidades de fissuras; as “sementes de rebeldia” mencionadas por Martín-Baró (2017b) e que, por vezes, se fazem escamoteadas diante da imperante lógica de fatalização da vida e dos sujeitos.

Percurso metodológico

As reflexões contidas nesse trabalho, fruto de uma pesquisa de mestrado acadêmico, partem dos relatos de dez participantes construídos através de entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2009) realizadas entre fevereiro e maio de 2019, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um município do estado de Minas Gerais. As entrevistas foram realizadas, de maneira individual, com o público atendido no referido dispositivo durante o período em que a pesquisadora esteve inserida no campo de pesquisa. No que cabe à discussão destacada no presente artigo, as questões do roteiro direcionavam-se à compreensão/enfrentamento da desigualdade social e da pobreza, como: “Qual sua opinião sobre a desigualdade social no Brasil?”, “Por que a desigualdade existe, em sua opinião?”, “Como você a percebe em seu dia a dia?”, “Como você enfrenta a sua realidade de pobreza/dificuldades?”, “As pessoas costumam dizer que o povo brasileiro é um povo passivo. O que você pensa sobre isto?”.

O processo de seleção das(os) participantes ocorreu a partir do acompanhamento das atividades desenvolvidas no CRAS (grupos, atendimentos individuais, visitas domiciliares), contando com o apoio da equipe profissional na “escolha” e contato prévio com as(os) entrevistadas(os). A idade das(os) participantes varia de 29 a 51 anos, sendo que oito são mulheres e apenas

duas se declaram brancas, conforme informações apresentadas, sucintamente, na Tabela 1. Vale destacar que os nomes designados são todos fictícios.

Tabela 1. Dados dos(as) participantes da pesquisa

Nome	Idade	Raça/Etnia	Religião	Renda Familiar per capita
Rosa	45	Preta	Evangélica	R\$142,00
Clara	40	Branca	Evangélica	R\$150,00
Rodrigo	42	Preto	-	Ø
Ângela	31	Preta	Evangélica	Ø
Camila	36	Preta	Evangélica	R\$24,50
Célia	51	Parda	Católica	R\$66,00
Júlia	30	Branca	-	R\$74,50
Márcia	32	Preta	-	Ø
Joana	29	Preta	Católica	Ø
Luiz	51	Pardo	-	R\$97,50

Os dados da presente investigação foram analisados a partir da Análise de Conteúdo do tipo temática. De acordo com Gomes (2009), essa técnica permite estudar o conteúdo manifesto da comunicação humana, classificando a mensagem em categorias determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo, a partir do processo dialógico estabelecido com os sujeitos da pesquisa. Para o processo de análise, as entrevistas foram integralmente transcritas, sendo utilizado o Software Atlas.ti. (6.2) como auxílio na organização e tratamento dos dados. A construção das categoriais passou, portanto, pelas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, a inferência e interpretação dos pesquisadores.

Os resultados, aqui, expostos e discutidos foram abarcados nos seguintes eixos: I) Da vivência à (in)compreensão - O que é desigualdade social; II) Cotidiano da pobreza e seu enfrentamento; III) Entre o conformismo e a indignação: fatalismo, contradições e conjuntura.

Discutindo os resultados

Da Vivência à (In)Compreensão - O Que é Desigualdade Social?

A trajetória e a condição atual de vida dos(as) participantes de nossa pesquisa demonstram que a desigualdade social e a pobreza representam, nelas, uma marca comum, sendo não apenas manifestadas,

como, também, reconhecidas em diferentes âmbitos de suas vidas. Nas palavras do participante Rodrigo, a desigualdade social pode ser percebida “no bolso, na cor, na roupa, na casa” e complementa: “que nós hoje da minha cor escura (...) se eu passar ali agora e acontecer um, qualquer tipo de problema, passar um branco correndo e o preto tiver o contrário, a gente escura pega o fardo”, refletindo sobre as consequências da estrutura racista que engendra as relações sociais histórica e atualmente desenvolvidas e que, somada ao machismo também enraizado, perfazem a vida cotidiana - material e subjetiva - de nossas(os) entrevistadas(os).

Mesmo quando as dúvidas surgem como primeira reação ao questionamento sobre a desigualdade social - conforme exemplificado na fala de Luiz: “Desigualdade, esses negócio de racismo e essas coisas? O que que é desigualdade?” -, percebemos que a vivência concreta a partir de sua máxima expressão compromete as tentativas das classes dominantes de camuflar, por completo, a realidade (Iasi, 2011). A precarização no acesso a determinados direitos como no campo do trabalho e moradia, as desigualdades de renda, de poder de consumo, de raça e de gênero, o “estilo de vida”, a reprodução de preconceitos, bem como as formas de marginalização e criminalização da pobreza foram algumas das dimensões das relações sociais injustas consideradas pelos(as) participantes, seja na vivência particular, seja no âmbito societário e coletivo.

No entanto, entendemos que a importante percepção da realidade através da forma como ela se mostra se faz, por si só, insuficiente para a compreensão de suas raízes, indo além da superficialidade e do imediatismo que são atravessados e alimentados pelas ideologias (Konder, 2002). A perspectiva fatalista pautada na fragmentação e naturalização da vida social predominou nos relatos de nossos(as) entrevistados(as) ao refletirem sobre as condições e obstáculos vivenciados, sendo reproduzidos diferentes discursos de responsabilização dos sujeitos, sobretudo, os mais pobres (Accorssi & Scarparo, 2016; Siqueira, 2014). A seguinte fala de Rodrigo reflete essa questão:

Nós tem três pobrezas hoje (...) O pobre dos pobre é aqueles que ficam morando na rua. O pobre mais ou menos é aquele que tá correndo atrás de um serviço, correndo pra melhorar sua vida. E tem o pobre orgulhoso, tá passando necessidade, tá passando aperto, mas não pede arrego.

Nessa mesma direção, em diferentes momentos, pudemos observar como a noção fragmentada e ideológica da pobreza - que a desvincula das estruturas

econômicas produtoras da desigualdade social - atravessa a fala dos(as) entrevistados(as). Isso ocorre tanto no reconhecimento da pobreza a partir da (in)capacidade e poder de consumo, quanto, também, por concepções depreciativas e/ou moralizantes do pobre como necessitado, humilhado e acomodado (Yazbek, 2012).

O participante Luiz, por exemplo, se posiciona: “Pessoa pobre? Necessitada. Que não tem onde morar ou tendo que se humilhar, pedir pra comer, chega a dormir no banco de praça. É isso aí. Pobre eu considero isso”. A participante Camila, ao compreender a pobreza a partir de uma moral religiosa e espiritual, acaba por reproduzir uma lógica individualizante:

Porque tem pessoas que é pobre de espírito porque não tem Deus, não procura religião, não tem nada. Então essa pessoa é mais pobre ainda, porque aí já não tem nada. Tá vendo que a vida tá difícil e não quer procurar ninguém, não quer procurar uma ajuda.

A introjeção e reprodução da cultura da pobreza reflete, diretamente, processos de naturalização da realidade social que, vinculados à perspectiva fatalista provocada no cotidiano de extremas desigualdades, fortalecem, ainda, o apego e a busca por respostas através da religiosidade e transcendentalidade (Konder, 2002). Conforme afirma Martín-Baró (2017b), “o fatalismo supõe a mistificação das forças históricas como natureza ou como Deus” (p. 195).

Retomando a conversa com o participante Luiz, ao pedir que refletisse sobre as dificuldades, por ele, vivenciadas e as possíveis explicações para sua dura trajetória de vida, o mesmo foi bastante enfático: “Destino de Deus. Ninguém pede pra ser pobre, nem ser rico ou milionário. Então, é pelo que Deus falou. Isso aí a gente não pode fazer nada”.

As raízes históricas e econômicas da desigualdade social capitalista, dessa forma, ao serem naturalizadas, são concebidas ora como fruto da ação divina, ora como da ordem do mero acaso ou sorte, ora como consequência do esforço meritocrático e individual. Os relatos da participante Ângela são expressivos nesse sentido: “Deus dá o dom e a inteligência, o milagre quem faz é a gente. Existem pessoas que tem sorte de ter coisas melhores (...) Tem gente que não tem sorte de conseguir nada”. No entanto, ao ser questionada sobre a dimensão da “sorte”, ela reconsiderou ao afirmar que a dinâmica da vida real não se limita a essa questão: “não

é só sorte, mas empenho. Eu me esforço pra melhorar a minha vida, então, a vida vai melhorar”.

Outros relatos obtidos nas entrevistas contribuem nessa discussão. Conforme manifestou Clara, a constatada realidade injusta e desigual - reproduzindo seus dizeres - “é bem desleal. Mas é a realidade, né (...) tem gente que corre atrás, tem gente que não corre... Deixa por isso mesmo. Tem gente que não vai à luta”. A participante Camila, por sua vez, considerou que as desigualdades existem, em suas palavras, “por causa do governo mesmo, por causa do presidente, por causa de tudo”. Ao mesmo tempo, a justificativa, por ela, encontrada para o processo de ascensão social acompanha a sorte e o mérito pessoal, complementando: “(...) Eu falo com a minha filha todo dia que ela tem que trabalhar (...) porque pra ser rico a gente tem que conquistar isso”.

Até mesmo quando elementos da história aparecem como possíveis causas da desigualdade social que se escancara, de maneira particular, na realidade brasileira, a forma de se conceber fenômenos do passado que estruturam a “questão social” na atualidade é permeada por confusões ideológicas que os transformam em uma condição natural da humanidade diante da suposta inevitabilidade da vida (Martín-Baró, 2017b).

O participante Rodrigo explicita essa questão ao afirmar que a desigualdade: “faz parte desde a época da escravidão, desde meus ‘tatataravô’, só que vem mudando, assim, um pouco o estilo, só vem modernizando”. Em suas palavras, no entanto, a compreensão de tal fenômeno constitutivo de nossa realidade passa por questão de “geração mesmo e isso aí vem de linhagem” e, assim, declara: “Tá difícil de acabar, mas que sempre vai ter, vai. Acabar, acabar não vai, não (...) Enquanto eu tiver vida e tiver enxergando os ponto objetivo, não vai não. É que isso aí é do ser humano”.

Cotidiano da Pobreza e seu Enfrentamento

Vimos discutindo até aqui que a maneira como os sujeitos elaboram sentidos e significados sobre suas realidades se constitui, dialeticamente, a partir das circunstâncias concretas estabelecidas. A condição de pobreza, marcada pela negação de direitos e atendimento das necessidades humanas mais basilares, reforça um cotidiano cuja espontaneidade e imediatismo prevalecem nas posturas e ações dos sujeitos centralmente voltadas para a tentativa de sobrevivência.

As formas encontradas para lidar com as atividades diárias e exaustivas comprometem, muitas vezes, as condições objetivas e subjetivas que fomentem o

senso crítico e a reflexão nas decisões e ações tomadas frente às circunstâncias postas, o que tende a favorecer a reprodução das ideologias (Konder, 2002). Nesse contexto, produzido numa sociedade erguida sob valores individualistas e meritocráticos, portanto, o fatalismo encontra um terreno fértil para se manifestar.

Martín-Baró (2017b) discute o caráter ideológico e funcional do fatalismo a partir de suas contradições e dialeticidade: ao mesmo tempo em que representa uma forma de mistificação da realidade, ele se mostra verdadeiro ao se constituir nas e pelas bases reais da vida. Na medida em que os esforços - sejam eles individuais ou até mesmo por meio de fracassadas experiências coletivas e sociais - realizados para a mudança de sua situação social não vem acompanhados de resultados significativos, os processos de adaptação, resignação e conformismo, muitas vezes, se impõem nas formas a partir das quais os mais pauperizados buscam enfrentar suas realidades cotidianas.

A participante Clara, por exemplo, nos conta que enfrenta a pobreza e o desemprego através da busca constante por melhorias nas condições de vida e pontua: “A gente vai levando, né. Fazer o quê? Por que... Se for o melhor, é o melhor, né, se não for...”. Ao ser questionada sobre o significado de “ir levando”, Clara demonstrou seus sentimentos: “A... Sei lá... Se a gente parar pra pensar mesmo, a gente acaba ficando doida, né. Eu acabo surtando. Não tem como... Vai roubar? Não tem como roubar. Não tem como tirar (...)”. Nesse mesmo sentido, ao naturalizar essa dura realidade social e toda a sua trajetória de vida, Rodrigo expõe como lida com as dificuldades colocadas: “Suave. Tipo assim, no caso, passo aperto desde pequeno mesmo, se eu não conseguir hoje, eu vou conseguir amanhã... Tranquilo”.

A participante Célia, por sua vez, enfrenta um quadro de depressão desde o assassinato de seu filho no bairro onde moravam. Na entrevista, ela expôs a maneira como se afeta, com momentos de dor e sofrimento, ao encarar sua condição material precária de vida:

Às vezes, triste. Às vezes, não. Porque tô viva, né? Posso correr atrás. Eu fico triste quando meu neto pede as coisas, minha filha pede as coisas e eu não tenho. Mas fora disso... Tem gente que tá em cima de uma cama de hospital que não pode fazer nem isso. Quer dizer, enquanto eu tiver vida, posso correr atrás de ter oportunidade e ter.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as circunstâncias desiguais estabelecidas provocam

angústias, dores e emoções diversas, a predominante resignação fatalista se manifesta por meio da repressão (opressão) das possibilidades subjetivas e materiais de vida. O presentismo é, então, forjado por uma realidade desigual que, ao perdurar em suas trajetórias de vida, se mostra como natural e inevitável pois, em última instância, complementando com Martín-Baró (2017b), “o que importa na existência é aceitar o próprio destino com coragem e conduzi-lo com dignidade” (p. 176).

Como já mencionado, o autor resgata a construção histórica das sociedades latino-americanas, em especial, o papel de dominação das Igrejas cristãs, para refletir sobre como a noção fatalista de inevitabilidade e incontabilidade do destino está, fortemente, atrelada à dimensão religiosa que, frente à desalentadora realidade concretamente conformada, surge como forma de explicar, confortar e dar sentido à existência. A crença e esperança na intervenção de um ente superior e transcendental, nesse sentido, se coloca como um importante mecanismo para suportar e enfrentar às dificuldades vivenciadas no cotidiano.

Vou falar para você, para viver essa vida que eu vivo, só Jesus na minha vida mesmo. Se não fosse Jesus, acho que já teria morrido. Se não fosse Deus na minha vida, não aguentaria os baques, não (...) E de vez em quando eu passo um aperto, aí eu oro a Deus, peço a Deus pra me ajudar.

O desabafo de Camila reflete o sentido dialético constitutivo da religião que, como destacou Marx (1843/2010), representa “ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real” (p. 145, grifos do autor). Ainda que o debate sobre o papel da religião seja complexo (e, portanto, demasiado para esse artigo), ao situá-lo nas particularidades do presente momento histórico, cuja ascensão do fundamentalismo e conservadorismo religioso se reafirma como estratégia de poder (Martín-Baró, 1989; Almeida, 2017), percebemos como a perversa combinação entre o ideal individualista, a meritocracia e a religiosidade favorece o encobrimento das raízes da desigualdade social, “levando à passividade, à consolação, com esperança da recompensa celeste, ao conformismo e à resignação, que colabora com o *status quo* e legitima as condições inumanas existentes” (Chagas, 2017, p. 136).

Retomando as entrevistas de nossa pesquisa, os relatos do participante Luiz são sugestivos nesse sentido. Embora Luiz tenha declarado não possuir filiação religiosa, sua entrevista foi bastante atravessada pela dimensão da fé e esperança divina: “Eu tenho minha

própria fé em Deus”. É com essa fé que Luiz relata enfrentar as dificuldades vivenciadas: “Muita fé. E ‘ocê’ também trabalhando, né?!”. A aposta na fé e no próprio esforço reflete a descrença na humanidade diante das incertezas e injustiças que permeiam sua trajetória de vida. Ao refletir sobre as possibilidades de mudança e superação da desigualdade social, Luiz opinou:

A, posso falar uma coisa com você, acho que assim, o ser humano não tem capacidade pra isso mais não... Só Deus chegando mesmo. Só Deus. Acho que isso aí é igual a vida, você nasce, morre, sem saber de nada. Ou você nasce, você aprende, vira um especialista, por exemplo na minha área, em colocar um piso lindo de porcelanato, mas eu vou morrer sem saber de nada. Morri por quê? Por que que eu não fiquei mais, então? Acho que é isso aí. Sei lá. Só Deus mesmo.

Entre o Conformismo e a Indignação: Fatalismo, Contradições e Conjuntura

Pudemos observar, até o momento, a predominante imposição de ideologias individualistas, naturalizantes e fatalistas no modo como os sujeitos pesquisados refletem, agem e vivenciam suas realidades, o que se constitui por meio das contradições e conflitos próprios dos fenômenos sociais e subjetivos (Iasi, 2011). Retomando os ensinamentos de Martín-Baró (2017b), o fatalismo nunca se manifesta como definitivo; a predominância de processos como resignação e submissão se constituem por meio da docilização dos movimentos de indignação e contestação provocados pela própria (des) ordem social.

Costa e Mendes (2020) aprofundam nessa relação contraditória do fatalismo ao discutirem a dialética constitutiva dos movimentos de resignação e revolta, adentrando nas particularidades da formação social brasileira. Partindo dessas análises e em consonância, ainda, com o estudo de Euzébio Filho (2010), tensionamentos constantes foram percebidos a partir das falas dos(as) participantes de nossa pesquisa, sugerindo a transição dialética “entre os ascensos reivindicatórios e os descensos fatalistas, entre a ação coletiva e as soluções individuais” (p. 193).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que percebemos uma culpabilização e responsabilização do pobre e de si mesmos(as) pelas desigualdades vivenciadas, há indignação diante da “desassistência” social e da negação de direitos que ferem suas possibilidades. Ao mesmo tempo em que há descrença e resignação

diante das mazelas sociais, há desejo e esperança por alternativas mais igualitárias de vida e de sociabilidade. Ainda que a passividade e o conformismo prevaleçam diante da batalha exaustiva e, no geral, solitária contra a pobreza, a luta e organização coletiva, mesmo que não se efetivem em seus cotidianos, surgem como um horizonte necessário para a conquista de justiça e transformação social.

Eu acho que se tivesse um pouco mais de luta a gente viveria melhor (...) pelo menos, pela igualdade. Não viver em guerra, igual nos outros países, mas, pelo menos, se impor, colocar a opinião sobre aquilo que aceita ou não. (Joana)

A fala em destaque é reafirmada por Márcia ao considerar o brasileiro, no geral, “acomodado” diante das desigualdades: “porque se todo mundo se juntasse, fizesse uma passeata, um mutirão, com certeza as coisas ia mudar. Mas que que adianta, uns vai e outros não vai? Tem que ser todo mundo junto”. A participante Camila, também, se posicionou favorável à luta e organização coletiva como importante passo para a mudança social, e, nesse sentido, se colocou na posição de passividade: “Tô falando até de mim mesmo, a gente mesmo, fica parado. Ninguém faz nada pra ajudar, pra essa situação mudar, tendeu? Todo mundo fica parado”. Ela, contudo, demonstrou dúvidas de como e o que, exatamente, poderia ser feito ao reivindicar: “Não tenho ideia não. Acho que tinha que juntar o Brasil inteiro e fazer uma passeata pra poder tentar mudar. Tinha que juntar todo mundo e fazer uma passeata, passar até no jornal. A gente devia fazer isso”.

Ainda que os sentimentos de indignação e desejos de mudança tenham vindo à tona, no geral, as(os) entrevistadas(os) mostraram-se distantes dos relevantes e almejados processos de lutas sociais e organizações coletivas. As contradições constituintes dos processos de consciência, como discute Iasi (2011), expressam a complexidade da relação dialética entre a ideologia e o real, entre a subjetividade e a objetividade; assim como entre a resignação e revolta, seguindo a análise de Costa e Mendes (2020). Tomando a realidade social como ponto de partida, alguns apontamentos podem nos auxiliar em nossas reflexões sobre a dinâmica do fatalismo, aqui, evidenciada.

Já destacamos, anteriormente, e voltamos a reafirmar como o contexto de miserabilidade social se faz perpetrado pelas ideologias voltadas aos interesses da classe dominante e suas relações de poder e controle que fatalizam a vida social. Refletir sobre esse cenário

de pauperização e fatalismo em nossa realidade exige, ainda, um resgate da conformação histórica do Brasil, do qual cabe considerar as práticas de dominação exercidas desde o processo de colonização até acontecimentos recentes, como a transição complexa do regime ditatorial-militar para a instauração de nossa débil democracia nos moldes como a vivenciamos hoje (Duriguetto & Demier, 2017).

Ancorados nas experiências históricas de regimes políticos e governos favoráveis, em última instância, aos interesses econômicos das classes dominantes, podemos considerar que o fatalismo se expressa, ainda, como forma de desesperança, descrença e desilusão em alternativas reais de poder e sociabilidade pautados nas necessidades da classe trabalhadora. Conforme ressalta Martín-Baró (2017b), tal processo se reafirma por meio de ideologias conservadoras da ordem que visam o apagamento da memória e da condição histórica dos sujeitos como tal. A entrevistada Ângela, nesse sentido, ao refletir sobre a suposta passividade da população brasileira, afirmou: “E essa questão de dizer que não faz muita coisa pra mudar é por quê? Porque tá todo mundo com medo”.

Distantes de um passado aniquilado e situados em um presente derrotista, cuja pobreza se instaura como perpetuação do curso natural (e/ou celestial) da história humana, o fatalismo, como resignação, conformismo e submissão, se impõe como estratégia de sobrevivência nas estruturas desumanas, silenciando as vontades, inquietações e desejos de mudança (Blanco & Diaz, 2007; Costa & Mendes, 2020). Nesse sentido, a despeito da dinamicidade dos acontecimentos políticos e sociais recentes, não podemos ignorar, ainda, o contexto em que a pesquisa foi realizada, uma vez que os(as) próprios(as) participantes suscitaram diferentes elementos da conjuntura política brasileira que evidenciaram ainda mais essa problemática.

Ainda que não tenhamos condições de discorrer com detalhes e profundidade sobre todos os aspectos que emergiram, entendemos que a dinâmica do cenário brasileiro expressa a capilaridade de ideários reacionários e conservadores, desfavorecendo, ainda mais, processos de conscientização e organização classista dos setores explorados e pauperizados da sociedade, sendo estes, conforme ressaltou Martín-Baró (2017b), imprescindíveis para a ruptura com o fatalismo dominante. Braz (2017) analisa tal período nos marcos do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) ocorrido em 2016, evidenciando duas principais questões:

o caráter antidemocrático e reacionário do golpe parlamentar orquestrado por diferentes forças sociais em ascensão na disputa pelo poder; e a incontestabilidade dos limites e fragilidades da democracia brasileira e do fracasso do projeto de conciliação de classes petista.

Como desdobramento da evidente crise política, social e econômica brasileira (e, em termos gerais, mundial) em curso, acompanhamos, no ano de 2018, a eleição de um presidente caracterizado, sucintamente, por sua agenda econômica ultraneoliberal e seu posicionamento político e ideológico de extrema-direita, autoritarista e conservador, sendo abraçado e alavancado pelo fundamentalismo religioso. Jair Messias Bolsonaro, à época, mantinha uma significativa aprovação popular em distintos setores da sociedade - ainda que sinais de queda já se refletissem nas pesquisas de opinião publicadas. Dessa forma, nas entrevistas que realizamos, os(as) participantes demonstraram não estar alheios(as) a todo esse cenário, sendo que críticas e desconfiças foram direcionadas tanto ao Governo atual quanto aos anteriores, prevalecendo uma forte apatia à tradicional política institucional.

Márcia, por exemplo, ressaltou os impactos do corte de verbas na política de assistência social, os ataques aos direitos trabalhistas, como décimo terceiro e férias, e a Reforma da Previdência (em tramitação naquele momento): “negócio da aposentadoria... Imagina só, você vai trabalhar até quando você tiver na beira da morte?”, indagou-se. A participante, por considerar que as medidas anunciadas e aprofundadas pelo Governo Bolsonaro desfavorecem os mais pobres, revelou suas expectativas de futuro com relação à vida pessoal e da população em geral: “só afundar nesse governo (...) expectativa nenhuma”, “a minha [vida] eu tô tentando fazer o melhor, eu mesma, porque se depender do governo, dos outros... Eu mesmo tô tentando mudar ela”.

Frente ao cenário político brasileiro desenhado, sentimentos de desesperança e desolação apareceram, igual e novamente, nos relatos de Luiz. O participante não só levantou críticas às desigualdades legitimadas pelo atual presidente Bolsonaro, como, também, retomou um pouco de sua trajetória em São Bernardo do Campo (SP) para demonstrar sua desilusão com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT):

Porque no tempo que eu vendia cafezinho pro Lula, em São Bernardo do Campo, eu também achava que ele ia ser... e me envergonhou. (...) Meu pai tinha uma barraquinha lá, aí ele tava

sempre de calça preta, gordo, barrigão, fazia greve na Brastemp (...) E hoje tá aí preso, por causa de quê? Poxa... Um cara que lutou tanto, era até anal-fabeto, tinha uma postura tão bonita, né, pra chegar lá e ficar roubando.

A participante Ângela, por sua vez, entendendo que a sociedade se constitui pela *alta classe e a minoria*, afirma: “nesse Governo [Bolsonaro], eu tenho pra mim que a minoria sempre vai continuar embaixo”. Ela compreende que cada governo é bom pra uma classe, sendo Bolsonaro o representante do *povo fascista* e o ex-presidente Lula, do *povo da marmitinha* e prossegue em sua análise “(...) porque, querendo ou não, ele [Lula] contribuiu bastante com algumas coisas, mas também prejudicou bastante com algumas coisas, entendeu? O [Michel] Temer [MDB] é do bonde do não sei”.

Mesmo considerando as experiências de greves e lutas da classe trabalhadora como forma de reivindicar direitos, desiludida das instituições e ferramentas políticas hegemônicas, ela pontuou: “não adianta dez mil manifestação sendo que quem tá ali no poder, quem podia tá fazendo tudo, não quer fazer nada”. Nesse sentido, Ângela reafirma como o fatalismo, o conformismo e o presentismo, muitas vezes, se impõem no cotidiano da maioria da população brasileira:

Hoje em dia ninguém quer correr mais atrás, a grande maioria não quer correr mais atrás, porque tem alguém pra vir tomar. Quando não é o governo, é um ladrão. Quando não é ladrão, é uma doença. Quando não é doença, é efeitos naturais. Ontem, depois do negócio que eu vi de enchente, eu literalmente acho que todo mundo já tá desacreditado desse ano (...) porque todo mundo acha que esse ano vai ser a volta por cima, mas é tragédia atrás de tragédia.

Tais relatos, aqui, resgatados nos servem para refletir sobre a tendência da atual situação política brasileira em reforçar a dinâmica fatalista, historicamente, fomentada pelas estruturas desiguais capitalistas e que, nos marcos de sua crise estrutural e etapa neoliberal, configuram-se cada vez mais implacáveis na vida da população pauperizada. Percebemos, ao longo das opiniões e experiências narradas pelas(os) entrevistadas(os), que a indignação, a capacidade de crítica e os sentimentos de revolta não se fazem ausentes, sendo, portanto, constituintes da própria realidade social e do fatalismo dominante que, através de um movimento dialético e não-linear, os provoca e os assola (Iasi, 2011; Costa & Mendes, 2020).

Compreender essa complexa relação posta na historicidade dos acontecimentos nos serve como aporte para que possamos apreender os processos psicossociais vigentes em suas contradições e possibilidades, de modo a contrapor as ideologias investidas ora através da política do medo, descrença e resignação, ora por meio da convergência de discursos meritocráticos, religiosos e individualistas como mecanismo de enfrentamento/resignação da realidade. Trata-se, assim, de um incessante propósito de investigação que, longe de ser esgotado no presente estudo, envolve a construção de uma *práxis* atenta às contradições do presente, bem como e, sobretudo, às mediações táticas e necessidades estratégicas para a transformação radical e dialética da realidade.

Nessa esteira, consideramos que a atualidade e pertinência das elaborações de Martín-Baró, as quais, inclusive, extrapolam o *que fazer* da psicologia (ainda que sejam primordiais para o campo), permeiam não apenas seu necessário diagnóstico sobre o fatalismo latino-americano, mas, também, os caminhos certos traçados para a sua ruptura e superação. Nas palavras do psicólogo, em última instância, a superação do fatalismo das maiorias populares latino-americanas requer uma mudança revolucionária, isto é, uma mudança nas estruturas políticas e econômicas e, também, psicossociais sobre as quais está assentada um ordenamento que margiliza e dociliza, que fundamenta o bem-estar de alguns poucos na exploração opressiva de muitos (Martín-Baró, 2017b, p. 199).

Abraçar e efetivar esta gigante tarefa histórica, portanto, é tão imprescindível quanto desafiador, não cabendo direcionamentos fáceis e simplistas. Conforme corroboram as reflexões do presente estudo, esse complexo processo implica em compreender as contradições constituintes do próprio fatalismo dominante, de modo a canalizar as revoltas silenciosas/silenciadas e até mesmo a descrença no atual estado de coisas para a luta concreta por direitos efetivos e novas formas de sociabilidade; em que o inconformismo provocado possa emergir e deslocar-se de sua posição passiva e presentista em direção a uma consciência ativa e transformadora (Iasi, 2011; Martín-Baró, 2017b).

Consideramos, ainda nessa perspectiva, que as experiências históricas e particulares da realidade brasileira nos ensinam que a prática e organização dos setores explorados e oprimidos, quando estagnadas e contempladas às fissuras possibilitadas (mesmo que não efetivadas) ainda no interior da ordem social, limitam o

avanço da consciência de classe, podendo fazê-la refluir e buscar, inclusive, saídas em projetos políticos reacionários que se apresentam como falsa alternativa antisistêmica, de modo a corroborar com a engrenagem da “normalidade fatal” (Braz, 2017; Iasi, 2011; Martín-Baró, 2017b). Essa discussão torna-se ainda mais cara e urgente quando nos voltamos para a realidade massacrante vivenciada por uma grande massa de brasileiros e brasileiras e falamos em diálogo e conscientização com os setores populares cada vez mais expressivos e pauperizados.

Nesse sentido, implicados nesse constante desafio de compreender nossa realidade em sua concretude para transformá-la (e entendendo, ainda, que tal processo cabe, com suas especificidades e mediações, a diferentes sujeitos sociais), revela-se que as “possibilidades interessantes de resistência aos processos da ideologia” (Konder, 2002, p. 241) presentes na vivência e nas ações cotidianas contra a pobreza e a desigualdade social necessitam ser fomentadas numa perspectiva histórica, classista e revolucionária. Somente com a superação do modo de produção e sociabilidade capitalista, em seu movimento dialético, poderemos caminhar rumo à construção de uma sociedade pautada na real “universalização” dos direitos sociais e, eminentemente, humanos (nos referimos, aqui, à socialização dos meios de produção e subsistência), possibilitando, desse modo, o alcance pleno de um horizonte em que o “essencial”, por muitos ainda idealizado, possa se tornar rotineiro. Conforme nos revela o participante Rodrigo:

Eu tenho um sonho. Tenho um sonho de ter o meu sítio. Meus filhos não... Talvez o de três anos ainda consegue fazer isso, meu sonho. Eles mesmo pegar fruta no pé. Igual eu, na minha criação... Tendeu? Na minha criação, eu fiz isso muito. Pegava manga, cana, laranja, goiaba, pescava, via o peixe e puxava o peixe (...). É essa que eu falei, ver meus filhos pegando as coisas com a própria mão deles, ver eles pisando no barro, tomando banho de chuva, pulando uma poça d'água... É isso, pô, é isso.

Considerações finais

Observamos em nosso estudo, a partir das entrevistas realizadas, que a perspectiva fatalista predomina no modo de ser e agir dos sujeitos entrevistados diante de um cotidiano massacrado pela pobreza, cuja batalha pelas condições mais basilares de sobrevivência compele-se como objetivo último de suas vidas. A resignação

fatalista imposta deve ser, assim, compreendida em relação às circunstâncias concretas estabelecidas, o que implica considerar as contradições e dialeticidade próprias da realidade e dos processos psicossociais, objetivando superar o atual ordenamento social que nos assujeita e nos assola.

Nessa direção, consideramos indispensável para a psicologia brasileira que se pretenda crítica e engajada na transformação da realidade a adesão a um projeto ético-político que se atenha a historicidade dos fenômenos existentes e(m) sua relação com a dinâmica dos acontecimentos políticos e sociais recentes, compreendendo, ainda, as particularidades de nossa realidade brasileira. Colocar a psicologia em prol da ruptura com o fatalismo e as estruturas desiguais dominantes implica em uma atuação - seja frente aos limites das políticas públicas, seja em outros *lócus* de intervenção e produção de conhecimento - apoiada nas necessidades e vivências das classes exploradas e oprimidas, de modo a privilegiar a contribuição em processos de conscientização e organização popular que visem superar o imediatismo e a individualização fomentados, cada vez mais, pelas relações sociais capitalistas.

Referências

- Accorssi, A., & Scarparo, H. (2016). Representações sociais da pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Orgs.), *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp. 67-94). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Almeida, R. (2017). A onda quebrada - evangélicos e o conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50, e175001. doi: 10.1590/18094449201700500001
- Blanco, A., & Díaz, D. (2007). El rostro bifronte del fatalismo: Fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19(4), 552-558. Recuperado de <http://www.psicothema.com/pdf/3396.pdf>
- Braz, M. (2017). O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, 128, 85-103. doi: 10.1590/0101-6628.095
- Chagas, E. F. (2017). A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Marx. *Trans/Form/Ação*, 40(4), 133-154. doi: 10.1590/S0101-31732017000400008
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Dialética do fatalismo: do fatalismo dos indivíduos para o da Ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2. doi: 10.12957/epp.2020.52593
- Duriguetto, M. L., & Demier, F. (2017). Democracia blindada, contrarreforças e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argum*, 9(2), 8-19. doi: 10.18315/argum.v9i2.17066
- Euzébios Filho, A. (2010). *Sujeito e Consciência: entre a alienação e a emancipação* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas). Recuperado de <http://tede.biblioteca-digital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/427/1/Antonio%20Euzebios%20Filho.pdf>
- Gomes, R. (2009). A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (28ª ed., pp. 79-108,). Petrópolis: Vozes.
- Iasi, M. L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, 39. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>
- Konder, L. (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacerda Júnior, F. (2014). Fatalism, overview. In T. Teo (Org.), *Encyclopedia of Critical Psychology* (pp. 690-693). Nova Iorque: Springer.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sólo Dios salva: sentido político de la conversión religiosa*. Recuperado de <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1989-S%3c3%b3lo-Dios-salva.-sentido-pol%3c3%adico-de-la-conversi%3c3%b3n-religiosa.pdf>
- Martín-Baró, I. (1990). *Accion y ideología: Psicología desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (2017a). Entre o indivíduo e a sociedade. In I. Martín-Baró (F. Lacerda Jr., Org. e Trad.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017b). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino americano. In I. Martín-Baró (F. Lacerda Jr., Org. e Trad.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis: Vozes.
- Marx, K. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. (2ª ed., R. Enderle & L. Deus, Trans.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1843)
- Mendonça, G. S., Souza, V. L. T., & Guzzo, R. S. L. (2016). O conceito de Ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. *Psicologia Política*, 16(35), 17-33. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100002&lng=pt&tlng=pt
- Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (28ª ed., pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.
- Netto, J. P. (2007). Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista em Pauta*, 19, 135-170. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>
- Siqueira, L. S. (2014). A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. *Argumentum*, 6(1), 240-252. doi: 10.18315/argumentum.v6i1.6032
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-32. doi: 10.1590/S0101-66282012000200005

Mariana de Almeida Pinto, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, CEP 36.3011-60 - Juiz de Fora, MG - Brasil. Telefone: (32) 2102-3102. Email: dap.mariana@gmail.com

Fernando Santana de Paiva, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é Professor de graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

Recebido em 25.jul.20

Revisado em 29.out.20

Aceito em 19.jun.21

Sexting in Covid-19 times: should we care?

Silvia Renata Lordello. Universidade de Brasília
Isadora Deamici da Silveira. Universidade Federal do Rio Grande
Simone dos Santos Paludo. Universidade Federal do Rio Grande
Lara Souza. Universidade de Brasília

Abstract

This article aims to reflect on sexting in the context of COVID-19, given its recommendation as a legitimate way of expressing sexuality in times of social distance. A narrative review was carried out, and documents issued by different countries were analyzed, presenting contents that express concern about the avoidance of contagion in affective-sexual expressions and pointing out possible risks of this practice. The strategic guidelines clarify alternative forms for affective relationships that avoid physical contact, pointing to sexting as a viable strategy for sexuality associated with other online experiences. Although sexting is an experience already consolidated in a technological society, information was presented about the stereotypes that permeate it. It also dealt with the risks that these experiences may involve, warning about distinctions between sexting and pornography and actions that encompass the adolescent public. We concluded that sexting needs to be investigated in the cultural context, and future studies are suggested to follow possible resignifications in the post-pandemic period.

Keywords: sexting; COVID-19; sexuality; adults; adolescents.

Resumo

Sexting em tempos de COVID-19: devemos nos preocupar?. O objetivo deste artigo é refletir sobre o *sexting* no contexto da COVID-19, diante de sua recomendação como meio legítimo de expressão da sexualidade em tempos de distanciamento social. Foi realizada uma revisão narrativa e analisados documentos emitidos por diferentes países, apresentando conteúdos que expressam preocupação com a evitação do contágio nas expressões afetivo-sexuais e apontados possíveis riscos dessa prática. As orientações estratégicas esclarecem sobre formas alternativas para o relacionamento afetivo que evitem o contato físico, apontando o *sexting* como estratégia viável para o exercício da sexualidade, associado a outras práticas online. Embora o *sexting* seja uma prática já consolidada na sociedade tecnológica, foram apresentadas informações sobre os estereótipos que o permeiam. Tratou-se ainda dos riscos que podem envolver essas práticas, que alertam sobre distinções entre sexting e pornografia e ações que envolvem o público adolescente. Conclui-se que o *sexting* precisa ser investigado no contexto cultural e sugerem-se estudos futuros para acompanhar resignificações possíveis no período pós-pandemia

Palavras-chave: sexting; COVID-19; sexualidade; adults; adolescents.

Resumen

Sexting en COVID-19: ¿deberíamos preocuparnos?. El propósito de este artículo es reflexionar sobre *sexting* en el contexto de COVID-19, dada su recomendación como una forma legítima para expresar la sexualidad en cuarentena. Se realizó una revisión narrativa. Se analizaron documentos emitidos por diferentes países, presentando contenidos que expresan preocupación por evitar el contagio en expresiones afectivas-sexuales y señalando posibles riesgos de esta práctica. Las pautas estratégicas aclaran formas alternativas para relaciones afectivas que evitan contacto físico, señalando el *sexting* como una estrategia para el ejercicio de la sexualidad, asociada con otras prácticas online. Aunque el *sexting* es una práctica ya consolidada en la sociedad tecnológica, se presentó información sobre los estereotipos que lo impregnan. También fueron abordados los riesgos que pueden implicar estas prácticas, advirtiendo sobre las distinciones entre *sexting* y pornografía y acciones con adolescentes. Se concluye que el *sexting* necesita ser investigado en el contexto cultural y se sugieren estudios futuros para acompañar posibles resignificaciones posteriormente a la pandemia.

Palabras clave: sexting; COVID-19; sexualidad; adultos; adolescentes.

On March 11, 2020, The World Health Organization declared the COVID-19 pandemic given the notification of cases and deaths from the virus in countries on all continents (World Health Organization [WHO], 2020). COVID-19 is present in respiratory secretions and spreads through droplets of saliva, sneezing, coughing, phlegm, accompanied by contact through the mouth, nose, or eyes. Therefore, it should be avoided contact with infected people, contaminated objects, and surfaces. Considering also that many people can be asymptomatic, any proximity can be dangerous. In this scenario, measures related to daily care with hygiene and social distancing have been recommended, and although they are of paramount importance, one cannot deny its impact and interference in people's routines and relationships. Guidance to stay indoors, closing schools and universities, and distance from work activities end up reducing face-to-face interactions and the relevant relationships for maintaining social and affective bonds (Brooks et al., 2020). It is not yet clear how the pandemic affects human sexuality. However, with the advocacy of social distancing as a preventive measure, sexuality was one of the fields of most impact due to its association with physical contact and different expressions that, until then, involved the idea of physical intimacy.

The few studies investigating sexuality during the pandemic focus on investigating sexual behaviors and practices among couples who experience the pandemic together. Arafat, Alradie-Mohamed, Kar, Sharma, and Kabir (2020) conducted an online cross-sectional study of adults living in three Southeast Asian countries who lived with their spouses in April during the COVID-19 pandemic. The researchers found that although 45% of participants reported changes in their sex lives, no significant differences were found in the frequency of sexual activity before and during the lockdown. They also identified a 3.3% increase in sexual activity, suggesting that more time with the partner may reflect greater intimacy and even safety. On the other hand, the restrictions imposed by social distancing limit the maintenance of affective and sexual relationships, especially outside the home, reducing the opportunities for encounters and casual sex for those who do not have a partner or who do not cohabit. Therefore, it is relevant to discuss the manifestation of sexuality in times of pandemics.

According to the World Health Organization, sexuality is considered a central aspect of human beings which is not limited to sexual intercourse, expressing

itself through thoughts, fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviors, experiences, roles, and relationships (WHO, 2006). Although the way each person experiences their sexuality is absolutely idiosyncratic, as it is influenced by many contexts, social distancing has favored the experience of different forms of expression of sexuality, such as the expansion of the experience of sexting, auto-eroticism with different resources, access, and use of sexual accessories in search of pleasure. This article, a narrative review, aims to reflect on the re-signification of sexting in a pandemic context, assuming the status of being recommended as a legitimate means of expressing sexuality. For this, we identified strategic recommendations related to sexting in official documents issued by different countries to strengthen social distancing and health during the COVID-19 pandemics, and we also identified the possible risks from this experience.

Definition of sexting and its resignification in the context of the pandemic

Sexting is currently seen, with the increasing technological accessibility, as a resource present in affective-sexual relationships. The term sexting, which initially referred only to the exchange of messages with sexual content, nowadays encompasses different ways via electronic devices, whether text message, video, photo, or voice. The sexual contents considered sexting are the ones self-produced or produced with consent, without the use of coercion (Silva, Teixeira, Vasconcelos-Raposo, & Bessa, 2016). In Brazil, the phenomenon has become widespread as "nudes", a word referring to images of a naked or semi-naked person, being relevant to highlight that these images are not essential to characterize sexting.

Although there has been a recent increase in discussion on the subject, sexting is still permeated by preconceptions that characterize it as obscene and wrong, arguing that it should be avoided in any situation. There is still a taboo around the practice, which disregards it as a possible cultural phenomenon and builds moralistic stereotypes, associating it with something negative and considering its harmful and risky effects from mythical generalizations. Besides being classified as dangerous, the practice is still a characteristic of inconsequential people in casual relationships. Another common preconception of sexting

is that only young people do it. Online exchanges and interactions can be considered identity in adolescence but are not restricted to young people (Gamez-Guadix, Santisteban, & Resett, 2017; Manoel, Lordello, Souza, & Pessoa, 2020).

There is no fixed pattern of sexting practitioners, and different motivations and dynamics depend on the type of relationship of the people who exchange these messages (Weisskirch, Drouin, & Delevi, 2016). According to Drouin, Vogel, Surbey, and Stills (2013), the most common practice is via mobile phone through chat apps, but social networks can also be used for this purpose. The authors reveal that sexting is more common among couples in established relationships, but this is not an exclusive profile, and texting is the most frequent form of sexting. Motivations for the practice are also varied, but some of the most cited is 'starting a further sexual relationship', 'feeling sexy', 'getting the partner's attention or simply 'having fun' (Drouin et al., 2013; Madigan, Ly, Rash, Ouytsel, & Temple, 2018). Silva et al. (2016) add that sexting can be understood as part of the seduction process in establishing relationships or as a strategy to preserve the romantic connection by capturing the partner's interest or as an expression of the romantic interaction between partners. Thus, positive emotions may be associated with the exchange of messages and would come from the appreciation of people receiving these messages and images with sexual content and, on the other hand, those who produce sexually suggestive content may experience feelings of shame before sending or sharing (Silva et al., 2016). The researchers also point out that when the practice has mutually consented, it may be positively associated with sexual satisfaction and positive attitudes towards sex and is a possible predictor of sexual activity engagement compared to those who do not experience sexting.

Few studies are concerned with analyzing which psychological characteristics would be associated with individuals who engage in sexting practices. Drouin and Landgraff (2012) evaluated romantic relationships and found that individuals with anxious attachment strategies demonstrated intense desire for closeness, intense fear of abandonment, and a greater likelihood of seeking others approval, which leads one to believe that these individuals could use sexting as a way to elicit a response by seeking to ensure that their partner is emotionally involved, being afraid that they will lose interest.

These characteristics show sexting itself not as a risk but rather as a new way of expressing sexuality. Therefore, it is not intended to deny the associated risks, but it is necessary to differentiate the possibly dangerous aspects of healthy sexting. One of the factors associated with perceived risk in the practice of sexting is gender violence, whether concerning non-consensual exposure of messages or coercion for unwanted messages (Drouin, Ross, & Jenkins, 2015; Morelli, Bianchi, Baiocco, Pezzuti, & Chirumbolo, 2016). This coercion can lead women to experience feelings of violation or victimization, while men could see this type of experience representing their sexual desirability or virility (Drouin et al., 2015).

Age can also be a risk factor, when considering the vulnerability and impulsiveness of adolescents who, due to lack of guidance for safe practice, report more coercion and peer influence (Alonso-Ruido, Rodríguez-Castro, Pérez- André, & Magalhães, 2015). However, the literature on sexting points out that most adults and young adults understand the exchange of intimate messages as harmless and part of the current romantic relationship (Drouin et al., 2013; Hasinoff, 2017; Lee & Crofts, 2015; Mitchell, Finkelhor, Jones, & Wolak, 2012).

When dealing with sexting as an expression of sexuality in times of pandemic, it is also much relevant to differentiate between sexting and pornography, which is erroneously crossed by a mistaken discourse that treats them as synonyms. Pornography consumption has increased worldwide during the social detachment representing a risk for legitimizing in its content, acts of sexism, cultivating contempt, abuse, and violence, naturalizing paedophilic sex involving children and adolescents (Orte, Ballester, & Nevot-Caldentey, 2020). Identified a lot with gender violence, according to Silva et al. (2016), the major criticism is that through pornography women are transformed into sexual artifacts, and their objectification allows them to be dehumanized to the point where their role is to provide sexual pleasure to men. For this author, the most forceful criticism is that pornography represents the most relevant vehicle in the systemic reproduction of gender inequalities. In the case of children and adolescents, the situation is even more crucial. According to Safernet Brasil (2020), child pornography rose 108% compared to April 2019. Although it is classified as a crime, this did not inhibit the registration of 9995 cases in its whistle-blower channel in April 2020 only. The increase of Internet use in times of social distancing, associated

with the nefarious practices of sexual exploitation, can maximize these rates, requiring vigilance from all of society to report and combat this type of crime. Such risks have a worldwide proportion when several manuals and guides from important international agencies start to adopt this warning tone regarding pornography during the pandemic (United Nations Children's Fund [UNICEF] et al., 2020; WHO, 2020).

Baumel, Guerra, Silva, Garcia, and Trindade (2019), in their Brazilian study on the subject, point out that pornography has a powerful cultural component and has significant differences between men and women, and for, both it has positive and negative effects on relationships. The negative impacts portrayed in the study are related to excessive use, which can bring as a disadvantage the lower willingness of the partner to interact, use in secret considered as betrayal, excitement exclusive through this way, idealization of the pornographic setting increasing demands in true relationships, among others. Regarding advantages, they ranged from favoring monogamy to the role of resource for the couple's creativity, constituting an instrument to express and experience fantasies and increase the degree of complicity. These results corroborate the international literature (Elder, Morrow, & Brooks 2015; Fahs & Gonzalez, 2014; Grov, Gillespie, Royce, & Lever, 2011).

National literature has contributed to a contextualized look at sexting (Cardoso, Falcke, & Mossman, 2019; Lordello, Souza, & Coelho, 2019; Manoel et al., 2020). National and international authors warn that the phenomenon of sexting should not be seen as a problem to be faced because contextualized in a technological society, it is a practice that favors the constant revitalization of affection expressions as part of the sexuality exercise in a licit and private way (Drouin et al., 2013; Henderson & Morgan, 2011). As mentioned above, for people who experience sexting, the motivations are related to the strengthening of intimacy, excitement, fantasies, and seduction for the sexual act, among others.

As the adoption of social distancing is the principal measure to minimize the contagion of the coronavirus and combat infection by COVID-19, the impacts on the manifestations in affective life and affective-sexual relationships are significant. Even between confined people in the same space, there is concern about infecting the partner or being asymptomatic and passing the disease on to the other. Regarding people who are not

socially distant from their peers, the contact manifestations are exhaustively oriented as not recommended. For those who had no peers, new encounters should not be accompanied by dating or physical contact. In this panorama, an alternative scenario of affective and sexual manifestation that moves into the virtual field emerges. There is a possibility of sexting being revised concerning prejudices since images, photos, and messages may be important vehicles for this new time.

Strategic recommendations in the face of the pandemic

Studies carried out at the beginning of the COVID-19 pandemic have called attention to interventions that consider sexual health as a protective factor for good physical and mental health during the period of social distance. Rosenberg, Luetke, Hensel, Kianersi, and Herbenick (2020) surveyed data on sexual and reproductive health during COVID-19 for American adults between April 10-20 and found that those who had personal, social, and sexual connections had a lower prevalence of depression and loneliness, indicating that human relationships, when healthy and in person, are related to better results in mental health and well-being. Sexual behavior was also the focus of a study by Jacob et al. (2020). The researchers accessed a sample of adults, aged between 25 and 34, living in the United Kingdom, 17 days after the first case of COVID-19 identified in the country. Among the 868 participants, 39.9% said they were engaged in several sexual activities at least once a week. The authors identified that being male, younger, being married or in a cohabiting relationship, and having longer social distance are some variables associated with sexual activity, highlighting that intervention actions should consider sexual health as a promoter of physical and mental health during the pandemic and need to be focused on women, people living alone and those who are older.

It is in this direction that several initiatives have been identified seeking to mitigate the effects of social distancing on the population well-being and, at the same time, encouraging control of the spread of the virus and keep people within their own homes. A search on the main research platforms was prioritized to find out contents from official guidelines, including guides, protocols, and notes, as well as recommendations for the general population or health professionals. The question that guided the material survey was: what are

the available recommendations regarding the practice of sexting during social distancing? We chose to use the keywords *sexting* and similarly those that referred to other sexual experiences at a distance, as these recommendations do not necessarily appear with this specific descriptor, together with the words *pandemic*, *quarantine/social distancing*, and *COVID-19*. Contents available in full and in Portuguese, English, and Spanish were considered. The documents found are presented in Table 1.

The technical guidelines on sexual health and pandemic published on the World Health Organization's digital platform were used as initial references. After reading the available materials, a manual search was conducted on government websites that used these references to prepare documents

on the topic. It was decided to select all texts that were recommendations of the local Ministry of Health and that were disclosed as guidance for the population. The New York City guide seeks to guide how to minimize contact between people and answer questions about how the virus is spread and what care is needed when relating to other people. Concerning long-distance relationships, they suggest masturbation as a way to explore sexuality safely. In addition, recommendations aimed at people who know their sex partners online or sex workers are to temporarily avoid live dating and try sexting with video dating or chat rooms. The Ministry of Health of Colombia in Latin America released a newsletter with the translation and adaptation of the New York City guide.

Table 1. Official guidelines regarding sexting during the pandemic

Country	Sexting Orientation	Type of orientation	Link
USA- New York	If you usually meet your sex partners online or make a living by having sex, consider taking a break from in-person dates. Video dates, sexting or chat rooms may be options for you.	Guide	https://www1.nyc.gov/assets/doh/downloads/pdf/imm/covid-sex-guidance.pdf
United Kingdom	If you usually meet your sex partners online or make a living by having sex, take a break from in-person dates. Video dates, sexting or chat rooms may be options for you.	Free and confidential counseling service recommendation	https://www.yorsexualhealth.org.uk/coronavirus-corvid-19-information/sexual-health-and-COVID-19-advice/#
Colômbia	Si generalmente conoce a sus parejas sexuales en línea o se gana la vida teniendo relaciones sexuales, considere posponer las citas en persona. Las citas virtuales pueden ser una opción.	Informative report	https://www.minsalud.gov.co/Paginas/ABC-sobre-las-relaciones-sexuales-y-las-enfermedades-por-coronavirus-(COVID-19).aspx
Argentina	“si bien hay un montón de aplicaciones online que usamos para conocer personas y podemos seguir usándolas, la realidad es que por el momento lo mejor es evitar conocer personas cara a cara”.	Health authority recommendation	https://www.argentina.gob.ar/noticias/recomendaciones-para-el-ejercicio-de-una-sexualidad-segura-en-el-contexto-de-COVID-19/ https://www.youtube.com/watch?v=yZk0r9Yed2l
Ireland	Taking a break from physical and face-to face interactions is worth considering, especially if you usually meet your sex partners online or make a living by having sex. Consider using video dates, sexting or chat rooms. Make sure to disinfect keyboards and touch screens that you share with others.	National Sexual Health and Wellness Program Recommendations.	https://www.sexualwellbeing.ie/sexual-health/sex-and-coronavirus/
Unicef and partners	Online risk-taking behavior. A lack of in-person interaction with friends and partners may lead older children to engage in riskier behaviour online, for example, through sexting or the sharing of self-generated sexualized content, which may expose them to risks of extortion, harassment and humiliation	Technical note	https://www.unicef.org/documents/COVID-19-and-implications-protecting-children-online

The government of Argentina also made similar recommendations in its daily newsletter. Given the lack of unanimity regarding the means of coronavirus transmission, the recommendation is to avoid face-to-face meetings, especially for users of online app used to meet new people. So that the sexual and affective life is maintained, they suggest sexting use through video calls and virtual sex.

The Irish government has a national sexual health program called the Sexual Health and Crisis Pregnancy Program. The program provides a range of information on sexual health, unwanted pregnancy, also content targeted at young people, parents, and professionals. Concerning sex life and COVID-19, as well as previous recommendations, suggests that people temporarily avoid physical or close interactions, especially for those who know their sexual partners online or work as sex workers. They also indicate sexting experiences via video or chat rooms and are concerned with reinforcing the importance of disinfecting keyboards and screens shared with others. Another site concerned with disseminating information regarding sexual practices and COVID-19 was YorSexualHealth (YSH), a website providing free and confidential counseling services for people living in North Yorkshire and York in the UK who want support about different aspects of sexual health. This service is related to York Teaching Hospital NHS Foundation Trust (York School Hospital/York Foundation Trust of the National Health Service) - institutions created to ensure the quality of care and efficiency in hospital expenses.

UNICEF and other partners have produced a technical note with some key points and recommendations to reduce risks and promote a more positive online experience for children understanding that at this time they may be very exposed to cybercrime, sexual exploitation, and with greater access to inappropriate content for their age. Regarding sexting experience, the note is concerned that, with the lack of personal interactions with friends, older children engage in the practice, sharing self-produced sexualized content, which may expose them to various risks. After that, importantly, the note calls for the government, schools, and parents to work together to help children have more positive and safer online experiences, especially in the context of COVID-19.

It cannot be denied that social, affective, and sexual relationships are very relevant for people and, even in the face of a pandemic, such issues cannot be

neglected. There are still no specific data or measures that evidence the use of sexting during the pandemic, but it is already possible to see that people continue to seek alternatives to experience their sexuality with the tools they have at their disposal. In line with what has been suggested in the recommendations of different countries, other internet pages have been responsible for raising information about the use and access to websites and applications. The online dating platform Tinder has reported an increase in messaging, especially among users under 30, reaching 15% in Brazil (Dubey, 2020). A survey of over a thousand users of the Happn application identified that 31% of Brazilian users had sexting since the early social distancing, with 16% involving text messaging, 10% sending photos, and 5% sending videos (Huffpostbrasil, 2020). An interesting fact is that almost half of users said they had engaged in sexting for the first time during the pandemic, indicating people's willingness to use online tools to stay connected, connect and perhaps engage in new relationships. Rosenberg et al. (2020) suggest that remote relationships may not be able to recreate human connections, where touch is a relevant factor; however, in a scenario of restrictions imposed by COVID-19, the search for innovative strategies capable of supporting interpersonal relations at a distance may be positive.

The main sexual content sites have identified an increase in searches during the pandemic, indicating that social distancing may have increased the use of social networks time used to experience sexuality. Pornhub, one of the most accessed pornography websites, reported higher access compared to accesses before the pandemic, reaching up to a 25% increase at its peak (Pornhub, 2020). Twitter has reported a rise in the hashtags use - when the use of a specific keyword preceded by the “#” symbol directs to all the people who are also talking about that subject and have used the same terms - with sexual content (Lapin, 2020). A study by Cocci et al. (2020) with adults during quarantine in Italy identified that more than 40% of the participants reported an increase in sexual desire in this period when compared to the pre-pandemic moment; however, it did not reflect a higher frequency of sexual intercourse, but a self-report of self-eroticism and use of pornography. The authors emphasize that pornography use may be associated with decreased sexual satisfaction, a fact that is widely accepted and discussed in the literature on the subject.

Mestre-Bach, Blycker, and Potenza (2020) bring an interesting discussion about the use of pornography during the pandemic. Researchers suggest that pornographic materials can help with the distraction, loneliness, anguish, and other negative emotions inherent in confinement and diminishing opportunities for dating and sex casual. At the same time, they draw attention to the need to assess whether behavioral changes reflect adaptations or indicate long-term patterns, considering the impact of this experience, especially in people with problematic use of pornography.

A site that became a *trend*, that is, that had an increase in searches and became a trend, in a short period, is OnlyFans (Google Trends, 2020), which is a platform similar to a social network used for users to buy material from those that follow. However, the site became known for being used for self-produced images sales, i.e., people produce their nude or semi-nude images, the so-called *nudes*, and are responsible for selling the material. It is an element that may be present in the practice of sexting, which suggests a possible growth of this experience.

Risks for teens: online life in the pandemic

Alonso-Ruido et al. (2015) point out that one should not assume an alarmist perspective concerning risks; but adolescents are still more vulnerable because most of them do not recognize that they are involved in sexting practices and indicate motivations that are based on peer influence, such as jokes, pressure from friends and partners or the desire to take risks. Teenagers were already using sexting even before COVID-19; after all, the exchange of text messages, internet communication, and the intense use of technology are characteristic of digital native teenagers. However, even though it is part of adolescents' daily lives, many are still unaware of the implications of sexting, especially considering the impacts of exposure for girls (Leal et al., 2017). Lenhart (2009) highlights that digital natives are more likely to send or receive sexually suggestive messages, considering this type of interaction is common in contemporary relationships. During the pandemic, with the fact that they are entirely at home and with little parental supervision online, behaviors associated with sexting that may pose risks can be exemplified by unauthorized exposures of images and scenes, reproduction of scenes or images sent by others, and excessive consumption of pornography, with risk for harmful approaches such

as grooming that trigger in abusive, harmful and fake virtual relationships.

When dealing with the risks, it is necessary to return to the difference between sexting and pornography and the damages that the latter can cause in the objectification of relationships. In Baumel et al.'s (2019) study, pornography seems to be the first source of sexual information, which promotes learning about the body and pleasure, parallel to the sexual accessories use, which stimulate sensory exploration and expand the universe of sexual practices. At the same time, it is relevant to pay attention to the content exposed in pornography. Orte et al. (2020) show an increase in access to pornographic material during the pandemic in Spain accounting for the highest growth in international Pornhub traffic reaches a peak of 61%, fifty points more than the highest peaks in other countries. The researchers draw attention to the categories with the highest number of videos, which are *amateur*, followed by *teenagers*, which may indicate a preference for those who use this material. Thus, the search for pornographic content with this matter needs to be seen as a real cause for concern, given that pornography mostly legitimizes gender violence and erotic models linked to a childish and pedophilic image, increasing the risks for adolescents. Furthermore, they highlight that this is a problem that can have repercussions on sex education since the content exposed in pornography can naturalize violent and misogynistic behavior. For researchers, adolescents may learn and believe that their bodies can constitute a highly valuable currency, exposing them to risky situations and even sexual exploitation.

At least one reflection is appropriate here. We have always lived with a society that educates its citizens based on differentiations built on the gender perspective. It is important to problematize this in the pandemic period because according to Petersen and Hyde (2010), in their research on gender differences in the exercise of sexuality, it was found that the biggest differences are related to autoerotic behaviors, such as masturbation and pornography use, and to casual sex and attitudes about it, in which men differ from women. Therefore, it is urgent to reflect on sexuality in adolescence and its repercussions not only in periods of crisis, as in COVID-19. Orte et al. (2020) recommend that pornography consumption should not be encouraged among adolescents; however, they suggest that sexuality is experienced through intrapersonal relationships and imagination. Personal satisfaction appears articulated and not limited to masturbation but as a tool for diversifying sexual practices (Chi, Yu,

& Winter 2012; Olmstead, Negash, Pasley, & Fincham, 2013), normalizing, and validating sexual desires and fantasies (Elder et al., 2015).

Amid the suspension of school activities due to COVID-19, Brazilian adolescents, especially those enrolled in private institutions, are receiving a range of distance learning activities. It implies greater exposure of this group to the Internet. The intensive use of networks, which is not always supervised by those responsible, can favor the action of online criminals. Europol (European Police Service) presented a report on noticing an increase in cybercrimes due to the pandemic, in which it shows data and elucidates different points. One of them was the increase in attempts by adults to contact children through social networks, which suggests, together with other indicators, a possible increase in sexual exploitation. Safernet Brazil (2020), in its whistle-blower channel, has been making these risks public through impressive data, such as the significant increase in child pornography during the pandemic period and offering educational approaches that are very necessary to warn about protective legislation, among several other actions.

However, Hasinoff (2017) warns that although technological resources are often blamed for the risks, adolescents have the total cognitive capacity to assess situations in the virtual environment. But for this, it would be necessary to insert this theme into the school and family, removing the taboo that prevents topics such as sexting and the exposure of intimate images from being discussed in contexts where they occur. This silencing collaborates so that violent sexualized behaviors are naturalized and socially accepted. There was no previous guidance or work regarding the unplanned confinement, which increases the risk of such conduct that differs from the healthy form of sexting being detected early and discussed or addressed with their potential harm.

Sexting itself is not considered a risky behavior or is necessarily risk-related. (Silva et al., 2016). However, it is relevant to be aware of adolescents engaging in non-consensual sexting. This type of sexting appears to be more prevalent with women, suggesting that they would be particularly susceptible to coercion for the practice even when it occurs within a relationship.

Final considerations

When analyzing recommendations from official documents and reports from different countries, we noted that distancing measures should not hinder the

complete exercise of sexuality. The WHO guidelines are implicitly inserted in the devices when two constant elements are observed: excessive hygiene with the environments, body, and objects that make up the apparatus of online sex and the possibility of replacing physical contact with caresses and touches mediated by the virtual context through sexting. The substitutive aspect present in this stimulation of a new form of interaction shows itself as a possibility of creating a post-pandemic culture. Physical contact, so revered by Brazilians, needs to be creatively expressed by ways in which affection is not suppressed, but gesturing should be re-signified.

Warnings about risks should not be ignored. When teenagers have more free time and are more immersed in the Internet, family supervision is essential. Orte et al. (2020) suggest active parental involvement in their children's sexual and affective education, including responding to problems that may emerge from online interactions. The warning during and after the pandemic is to monitor attitudes that may represent vulnerability on the part of those who do not know or understand the dangers that involve the Internet. Although sexting is a licit and recommended experience to nurture relationships, differentiating it from the production of pornographic material, the traps for exposing unauthorized intimate material and the different forms of violence against women, masked by the strategic grooming of exploiters, will be the great challenge so that the healthy expression of sexuality does not become a pathological disorder with indelible consequences for those who practice it.

In this sense, future studies are recommended, aiming to investigate the phenomenon of sexting after the pandemic, suggesting designs that contemplate different age groups and genders, bringing greater robustness to the understanding of the practices, their advantages, and possible risks. Studies that favor school interventions that deal with sexting and the cultivation of sexuality online are also recommended since before COVID-19. They were already necessary and scarce, and in the future, such initiatives will constitute relevant opportunities for clarifying and preventing violence and other problems that the lack of dialogue can provide.

The uncertainties surrounding COVID-19 promote impacts that are still unknown to us, which unequivocally confirms the provisional nature of knowledge. Given this panorama, we believe that the social relevance of this study lies in gathering consistent information to act in the current reality and that the analysis of the consulted material may help review concepts, prejudices, and

mainly, new postures that emerge in this context and its resignification processes in the future.

References

- Alonso-Ruido, P., Rodríguez-Castro, Y., Pérez- André, C., & Magalhães, M. J. (2015). Estudio cualitativo en un grupo de estudiantes ourensanos/as sobre el fenómeno del sexting. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (13), 58-62. doi:10.17979/reipe.2015.0.13.319
- Arafat, S., Alradie-Mohamed, A., Kar, S. K., Sharma, P., & Kabir, R. (2020). Does COVID-19 pandemic affect sexual behaviour? A cross-sectional, cross-national online survey. *Psychiatry Research*, 289, 113050. doi: 10.1016/j.psychres.2020.113050
- Baumel, C. P. C., Silva, P. D. O. M. D., Guerra, V. M., Garcia, A., & Trindade, Z. A. (2019). Atitudes de jovens frente à pornografia e suas consequências. *Psico USF*, 131-144. doi: 10.1590/1413-82712019240111
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Cardoso, A. T., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2019). Sexting: percepções de adolescentes sobre o fenômeno e acerca do papel das relações familiares. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 665-685. doi: 10.12957/epp.2019.46909
- Chi, X., Yu, L., & Winter, S. (2012). Prevalence and correlates of sexual behaviors among university students: A study in Hefei, China. *BMC Public Health*, 12(972). doi: 10.1186/1471-2458-12-972
- Cocci, A., Giunti, D., Tonioni, C., Cacciamani, G., Tellini, R., Polloni, G., ... Russo, G. I. (2020). Love at the time of the COVID-19 pandemic: preliminary results of an online survey conducted during the quarantine in Italy. *International Journal of Impotence Research*, 32, 556-557. doi: 10.1038/s41443-020-0305-x
- Drouin, M., & Landgraff, C. (2012). Texting, sexting, and attachment in college students' romantic relationships. *Computers in Human Behavior*, 28(2), 444-449. doi: 10.1016/j.chb.2011.10.015
- Drouin, M., Vogel, K. N., Surbey, A., & Stills, J. R. (2013). Let's talk about sexting, baby: Computer-mediated sexual behaviors among young adults. *Computers in Human Behavior*, 29, 25-30. doi: 10.1016/j.chb.2012.12.030
- Drouin, M., Ross, J., & Jenkins, E. (2015). Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?. *Computers in Human Behavior*, 50, 197-204. doi: 10.1016/j.chb.2015.04.001
- Dubey, S. (2020, March 31). *A message regarding the impact of covid-19 on dating and on our business. match group*. Retrieved from https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1575189/000157518920000023/match8-k20200331ex991.htm?mod=article_inline
- Elder, W. B., Morrow, S. L., & Brooks, G. R. (2015). Sexual self-schemas of gay men: A qualitative investigation. *The Counseling Psychologist*, 43(7), 942-969. doi: 10.1177/0011000015606222
- Europol (2020, April 03). *Catching the virus cybercrime, disinformation and the COVID-19 Pandemic*. Retrieved from <https://www.europol.europa.eu/publications-documents/catching-virus-cybercrime-disinformation-and-COVID-19-pandemic>
- Fahs, B., & Gonzalez, J. (2014). The front lines of the "back door": Navigating (dis)engagement, coercion, and pleasure in women's anal sex experiences. *Feminism and Psychology*, 24(4), 500-520. doi: 10.1177/0959353514539648
- Gamez-Guadix, M., Santisteban, P., & Resett, S. (2017). Sexting among Spanish adolescents: Prevalence and personality profiles. *Psicothema*, 29(1), 29-34. doi: 10.7334/psicothema2016.222
- Google Trends (2020, May 11). *Explore search term "Only Fans"*. Google. Retrieved from <https://trends.google.com/trends/explore?q=onlyfans>
- Grov, C., Gillespie, B. J., Royce, T., & Lever, J. (2011). Perceived consequences of casual online sexual activities on heterosexual relationships: A U.S. Online survey. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 429-39. doi: 10.1007/s10508-010-9598-z
- Hasinoff, A. A. (2017). Sexting and privacy violations: A case study of sympathy and blame. *International Journal of Cyber Criminology*, 11(2), 202-217. doi: 10.5281/zenodo.1037391
- Henderson, L., & Morgan, E. (2011). Sexting and sexual relationships among teens and young adults. *McNair Scholars Research Journal*, 7(1), 31-39. Retrieved from https://scholarworks.boisestate.edu/mcnair_journal/vol7/iss1/9
- Huffpostbrasil. (2020, May 13). *Coronavírus leva brasileiros a fazerem mais sexo por mensagens*. Retrieved from <https://www.facebook.com/page/683980444945546/search/?q=Coronav%C3%ADrus%20leva%20brasileiros%20a%20fazerem%20mais%20sexo%20por%20mensagens>
- Sexual Health and Crisis Pregnancy Programme. (2020). *Sex and coronavirus (COVID-19)*. Retrieved from <https://www.sexualwellbeing.ie/sexual-health/sex-and-coronavirus/>
- Jacob, L., Smith, L., Butler, L., Barnett, Y., Grabovac, I., Mcdermott, D., ... Tully, M. (2020). COVID-19 social distancing and sexual activity in a sample of the British Public. *Journal of Sexual Medicine*, 17(7), 1229-1236. doi: 10.1016/j.jsxm.2020.05.001
- Lapin, T. (2020, April 14). Thirsty tweets skyrocket amid coronavirus quarantine, study shows. *New York Post*. Retrieved from https://nypost.com/2020/04/14/thirsty-tweets-skyrocket-amid-coronavirus-isolation-study-shows/?utm_source=url_sitebuttons&utm_medium=site%20buttons&utm_campaign=site%20buttons
- Leal, L. N., Rodrigues, G., Silveira, I., Amaro, T., Santos, D., & Paludo, S. (2017). CEP em Selfie: Abordando sexting com adolescentes como forma de exposição virtual da sexualidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(1), 45-59. doi: 10.9771/cgd.v3i1.17605
- Lee, M., & Crofts, T. (2015). Gender, pressure, coercion and pleasure: untangling motivations for sexting between young people. *The British Journal of Criminology*, 55(3), 454-473. doi: 10.1093/bjc/azu075
- Lenhart, A. (2009). *Teens and sexting: How and why minor teens are sending sexually suggestive nude or nearly nude images via text messaging*. Pew Research Centre Report. Retrieved from http://www.ncdsv.org/images/pewinternet_teensandsexting_12-2009.pdf
- Lordello, S. R., Souza, L., & Coelho, L. A. M. (2019). Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem. *Nova Perspectiva Sistemica*, 28(65), 68-81. doi: 10.38034/nps.v28i65.538
- Madigan, S., Ly, A., Rash, C. L., Van Ouytsel, J., & Temple, J. R. (2018). Prevalence of multiple forms of sexting behavior among youth: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, 172(4), 327-335. doi: 10.1001/jamapediatrics.2017.5314
- Manoel, D. F., Lordello, S. R., Souza, L., & Pessoa, A. S. G. (2020). Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 37-50. Retrieved

Sexting in Covid-19 times: should we care?

- from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100004&lng=pt&tlng=pt
- Mestre-Bach, G., Blycker, G. R., & Potenza, M. N. (2020). Pornography use in the setting of the COVID-19 pandemic. *Journal of Behavioral Addictions, 9*(2), 181-183. doi: 10.1556/2006.2020.00015
- Ministerio de Salud - Argentina. (2020, April 17). *Recomendaciones para el ejercicio de una sexualidad segura en el contexto de COVID-19*. Retrieved from <https://www.argentina.gob.ar/noticias/recomendaciones-para-el-ejercicio-de-una-sexualidad-segura-en-el-contexto-de-COVID-19>
- Ministerio de Salud y Protección Social - Colômbia. (2020). *ABC sobre las relaciones sexuales y la enfermedad por Coronavirus (COVID-19)*. Retrieved from [https://www.minsalud.gov.co/Paginas/ABC-sobre-las-relaciones-sexuales-y-las-enfermedades-por-coronavirus-\(COVID-19\).aspx](https://www.minsalud.gov.co/Paginas/ABC-sobre-las-relaciones-sexuales-y-las-enfermedades-por-coronavirus-(COVID-19).aspx)
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2012). Prevalence and characteristics of youth sexting: A national study. *Pediatrics, 129*(1), 13-20. doi: 10.1542/peds.2011-1730
- Morelli, M., Bianchi, D., Baiocco, R., Pezzuti, L., & Chirumbolo, A. (2016). Not-allowed sharing of sexts and dating violence from the perpetrator's perspective: The moderation role of sexism. *Computers in Human Behavior, 56*, 163-169. doi: 10.1016/j.chb.2015.11.047
- NYC Health Department (2020). *Covid sex guidance*. Retrieved from <https://www1.nyc.gov/assets/doh/downloads/pdf/imm/covid-sex-guidance.pdf>
- Olmstead, S. B., Negash, S., Pasley, K., & Fincham, F.D. (2013). Emerging adults' expectations for pornography use in the context of future committed romantic relationships: A qualitative study. *Archives of Sexual Behavior, 42*(4), 625-635. doi: 10.1007/s10508-012-9986-7
- Orte, C., Brage, L., & Caldentey, L. (2020). *COVID-19 and pornography traffic in Spain: how to prevent the social effects of its consumption in families*. Unpublished manuscript. doi: 10.31124/advance.12326372.v1
- Petersen, J. L., & Hyde, J. S. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin, 136*(1), 21-38. doi: 10.1037/a0017504
- Pornhub Insights (2020, May 26). *Coronavirus Update – May 26*. Retrieved from <https://www.pornhub.com/insights/coronavirus-update-may-26>
- Rosenberg, M., Luetke, M., Hensel, D., Kianersi, S., & Herbenick, D. (2020). Depression and loneliness during COVID-19 restrictions in the United States, and their associations with frequency of social and sexual connections. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 56*, 1221-1232. doi: 10.1007/s00127-020-02002-8
- Safernet Brasil. (2020, May 18). *As denúncias de pornografia infantil na internet cresceram 108% durante a pandemia* (Status update). Facebook. Retrieved from <https://www.facebook.com/SafernetBR/posts/2956519977729210>
- Silva, R., Teixeira, C., Vasconcelos-Raposo, J., & Bessa, M. (2016). Sexting: Adaptation of sexual behavior to modern technologies. *Computers in Human Behavior, 64*, 747-753. doi: 10.1016/j.chb.2016.07.036
- United Nations Children's Fund and Partners (2020). *COVID-19 and its implications for protecting children online*. Retrieved from <https://www.unicef.org/media/67396/file/COVID-19%20and%20Its%20Implications%20for%20Protecting%20Children%20Online.pdf>
- Weisskirch, R. S., Drouin, M., & Delevi, R. (2016). Relational anxiety and sexting. *Journal of Sex Research, 54*(6), 685-693. doi: 10.1080/00224499.2016.1181147
- World Health Organization. (2006). *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health, 28-31 January 2002, Geneva*. Geneva: World Health Organization, Department of Reproductive Health and Research. Retrieved from https://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf?ua=1
- World Health Organization. (2020, April 27). *WHO Timeline - COVID-19*. Retrieved from <https://www.who.int/news-room/detail/27-04-2020-who-timeline---COVID-19>
- YorSexualHealth. (2020). *Sex during the coronavirus (COVID-19) pandemic*. Retrieved from <https://www.yorsexualhealth.org.uk/coronavirus-corvid-19-information/sexual-health-and-COVID-19-advice/#>

Silvia Renata Lordello, Doutora pela Universidade de Brasília (UnB), é docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: SMPW Quadra 16 conjunto 6 casa 2. Telefone: (61) 99984-0771. Email: srmlordello@gmail.com

Isadora Deamici da Silveira, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: idsilveira19@gmail.com

Simone dos Santos Paludo, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: simonepaludo@furg.br

Lara Souza, Mestra pela Universidade de Brasília (UnB). Email: larasouzafeitos@gmail.com

Received in 31.may.20
Revised in 06.jun.21
Accepted in 30.jun.21

Fake news in the Covid-19 pandemic: Conspiracy theories, alternative truths, and benevolent advice

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter. Universidade Federal do Espírito Santo
Flaviane da Costa Oliveira. Universidade Federal do Espírito Santo
Álvaro Rafael Santana Peixoto. Universidade Federal do Espírito Santo
Thiago Rafael Santin. Universidade Federal do Espírito Santo
Antonio Marcos Tosoli Gomes. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Julia Ott Dutra. Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde
Ana Clara Lopes Oliveira Reis. Universidade Federal do Espírito Santo
Heloisa Maria Silva e Silva Pinto. Universidade Federal do Espírito Santo

Abstract

The Covid-19 pandemic has created an informational tide in which rumors in the form of fake news disseminated by individual and official agency communications saturated people with sometimes contradictory messages. Grounded on the perspective of the social psychology of rumors, this study aimed to analyze the unique and differential characteristics of news proven to be fake news in order to obtain criteria for recognizing this phenomenon. We selected posts about Covid-19 shared on social networks by individuals ($n = 100$) and by official agencies ($n = 100$) verified as fake news on specialized sites ($n = 100$). A descending hierarchical classification was performed and fake news presented three singularities: emphasis on conspiracy theories, presentation of alternative truths to those of governments, and promotion of benevolent advice for the protection and cure of the disease. Such results allow the insertion of these characteristics into fake news search algorithms and the adaptation of the communication of official bodies, for the prevention of misinforming news.

Keywords: covid-19; fake news; rumors; social representations; social psychology.

Resumo

Boatos em forma de fake news na pandemia da Covid-19: teorias da conspiração, verdades alternativas e conselhos bondosos. A pandemia da Covid-19 criou uma maré informacional na qual boatos em forma de *fake news*, comunicações individuais e de órgãos oficiais saturam as pessoas com mensagens por vezes contraditórias. A partir da psicologia social dos boatos, objetiva-se estudar as características singulares e diferenciais de notícias comprovadas como *fake news*, para obter critérios para reconhecer esse fenômeno. Foram selecionadas mensagens sobre Covid-19 compartilhadas em redes sociais por indivíduos ($n = 100$), por órgãos oficiais ($n = 100$) e averiguadas como *fake news* em sites especializados ($n = 100$). Uma classificação hierárquica descendente foi realizada e as *fake news* apresentaram três singularidades: ênfase em teorias da conspiração, apresentação de verdades alternativas às dos governos e promoção de conselhos bondosos para proteger-se e curar-se da doença. Tais resultados permitem a inserção dessas características em algoritmos de busca de *fake news* e a adaptação da comunicação de órgãos oficiais, para prevenção de notícias que desinformam.

Palavras-chave: covid-19; fake news; boatos; Representações Sociais; Psicologia Social.

Resumen

Rumores en forma de fake news en la pandemia de Covid-19: teorías de conspiración, verdades alternativas y buenos consejos. La pandemia de Covid-19 creó una marea informativa en la que los rumores en forma de *fake news*, comunicaciones individuales y de organismos oficiales bombardean a las personas con mensajes a veces contradictorios. Basado en la psicología social de los rumores, el objetivo es estudiar las características singulares y diferenciales de las noticias comprobadas como *fake news*, con el fin de obtener criterios que permitan reconocer este fenómeno. Se seleccionaron mensajes sobre Covid-19 compartidos en las redes sociales por individuos ($n = 100$), por organismos oficiales ($n = 100$) y verificados como *fake news* en sitios especializados ($n = 100$). Se realizó una clasificación jerárquica descendente y las *fake news* mostraron tres singularidades: énfasis en teorías de conspiración, presentación de verdades alternativas a las de los gobiernos y difusión de consejos benéficos para protegerse y curarse de la enfermedad. Dichos resultados permiten la inserción de estas características en algoritmos de búsqueda de *fake news* y la adaptación de la comunicación de organismos oficiales, para evitar noticias que desinforman.

Palabras clave: covid-19; fake news; rumores; Representaciones Sociales; Psicología Social.

The recent circulation of the new coronavirus and the consequent respiratory syndrome pandemic have gained increasing space in the public sphere. Scientific research from different fields has sought to understand its clinical, subjective, social, and economic implications (Bezerra, Silva, Soares, & Silva, 2020; Villela, 2020). This international health emergency, as considered by the World Health Organization (WHO) (Bezerra et al., 2020), required intersectoral governmental decisions in different spheres and the need for changes in behaviors and habits in the micro space of the daily life of many Brazilians.

SARS-CoV-2 (also called HCoV-19) is a virus of the coronavirus family, the seventh of such type known to be able to infect humans and the cause of Covid-19 - short for Coronavirus Disease 2019 (Andersen, Rambaut, Lipkin, Holmes, & Garry, 2020). Human contagion by the virus was first reported on December 31, 2019, in the city of Wuhan, Hubei province, China. On January 30, 2020, the disease was declared a public health emergency of global concern and characterized as a global pandemic by the WHO on March 11, 2020 (WHO, 2020a, WHO, 2020b).

The high transmissibility of the virus becomes explicit in the number of confirmed cases in the world: in the third week of October 2021, there were 240,631,670 confirmed cases (WHO, 2021), data that may be higher due to lack of testing (Li et al., 2020) and the fact that part of the patients is asymptomatic (Black, Bailey, Przewrocka, Dijkstra, & Swanton, 2020). The lethality of the disease globally is also noteworthy, with a total of 4,903,911 deaths in the third week of October 2021 (WHO, 2021).

In Brazil, by the third week of October, there were 21,644,464 cases and 603,282 deaths (Ministério da Saúde, 2021), numbers that are probably lower than reality, also due to the underreporting of cases in the country (Alonso et al., 2020).

Besides being a major global public health problem, coronavirus also heavily impacts social and economic life (Nicola, 2020) in affected countries since one of the main measures to contain the disease is partial or total social isolation (Hellewell, 2020).

The coronavirus containment measures in Brazil have caused great debate in the social and political fields (Rodrigues & Azevedo, 2020), with groups that are either favorable or against the isolation measures, due to the most diverse arguments. This division of opinions caused fertile ground for the spread of diverse

and often contradictory information (Recuero & Soares, 2020) concerning the guidelines issued by official national and international bodies. It is in this context that the concept of fake news becomes relevant in the relationship of groups with the Covid-19.

This research falls within the scope of the social psychology of communication (Abric, 1996; Moscovici, 1961/2012; Rouquette, 1998), and focuses on how the new coronavirus was broadcasted in virtual social networks by people and government agencies, and news verified as false (fake news). We believe that the understanding and characterization of the messages circulating in the virtual environment become essential for planning communication strategies aimed at the prevention and mitigation of the virus circulation.

Fake news and the Covid-19 Pandemic

One of the distinguishing features of the Covid-19 pandemic is the distressing informational situation that accompanies it. Its level of misinformation or disinformation is so great that the director of the World Health Organization called it an "infodemic," a neologism, calling on governments, institutions, professionals, and citizens to combat it as well (Zarocostas, 2020). One part of this "infodemic" is the phenomenon called fake news.

This term became known when it was widely used in the 2016 presidential election dispute in the United States (Mukerji, 2018). Since then, its use has grown significantly in the public sphere, producing academic research and also public and private policies in the digital sphere to deal with its impacts, such as the development of automatic detection tools (Pérez-Rosas, Kleinberg, Lefevre, & Mihalea, 2017) and its use in virtual social networks. But, after all, what is fake news?

Epistemology, in general, analyzes knowledge in a veritistic way, that is, truth-oriented, by the content of news or messages. However, social epistemology brings into discussion the political character of knowledge and its use, producing mixed definitions, more or less rigorous or flexible in the criteria in each domain.

According to Gelfert (2018), fake news can be defined as a type of misinformation, with three characteristics: it is presented in a news format, usually leads to falsehoods, and is designed to be deliberately deceptive. For Jaster and Lanius (2018), fake news is news in which there is (a) a lack of truth and (b) a lack of veracity, that is, it is false or misleading and also propagated with

the intention to deceive. In this sense, we will associate the concept of rumors, from social psychology, with that of fake news, which has the virtual environment as its material support.

Beyond the theoretical-conceptual debate, there are applied researches on the fake news phenomenon that help the understanding of its contents. Schulz, Wirth, and Müller (2020) analyzed populist attitudes within the social identity approach in the European party political context, verifying how populist citizens attribute fake news to other social groups, depersonalizing its members. Thus, the empirical analysis of fake news can help us understand the “infodemic” and, consequently, the pandemic itself.

From a practical point of view, in the pandemic scenario, there are reports of the effects of fake news on inter-group relations, besides individual problems of adherence to prevention measures, due to misinformation or hostile perceptions of the information issued by official sources.

Regarding inter-group relations, in Japan there were reports of racism against the people of China due to information coming from fake news claiming that contaminated Chinese coming from Wuhan were bypassing health blockades, generating reactions of loathing and hatred (Shimizu, 2020).

Fake news in the Brazilian context is already the object of preliminary research in the health area. Neto et al. (2020) analyzed 70 items from the Ministry of Health’s fake news database, dividing them into five categories: health authorities’ speeches (40), therapeutic (17), prevention (9), prognostic (2), and vaccines (2). They point out individual losses, for those who follow the false recommendations, and collective, for the credibility of official and scientific institutions, reinforcing that health education is the way to overcome the problem.

Covid-19, a fertile ground for rumors

Faced with scenarios of risk exposure and emotional stress, individuals resort to simplified explanations of reality such as rumors (Allport & Postman, 1945), to the detriment of scientific and official communication (exaggerations, omissions, etc.), but these are not constructed by chance, since they reveal aspects of group belonging. Rumors can spread distorted or untrue information (fake news, in the virtual environment), amplifying the concern of health authorities and justifying

their investigation, due to the wide reach and the risk of exposing the population to risky prescriptions.

The pandemic that society is currently experiencing has psychosocial characteristics similar to the World War II since “(...) within a group the spread of rumors about a particular subject is in direct relation to the importance and ambiguous nature of the subject in the life of each member of the group” (Allport & Postman, 1947, p. 33). The pandemic is directly related to everyone’s life, and simultaneously there is a tide of sometimes contradictory information circulating. Such a situation, where there is fear of getting sick, for oneself and for those around, as well as the economic crisis, generates high levels of anxiety.

Anxiety is related to the implication that people adopt in front of the object of crisis and threat. For Rouquette (1988, 1997), three characteristics that form personal implication occur in situations of great rumor dissemination: (1)the object touches people individually (I am personally affected by the subject); (2)the object is valued (it is seen as important); (3)there is a need for control (the belief that one can influence the object).

Studies have shown that in crises situations the levels of personal involvement are increased and lead to more emotional and less cognitive ways of thinking (Gruev-Vintila & Rouquette, 2007). Given the magnitude of the current crisis (WHO, 2020a), levels of personal implication are likely to be high, which, coupled with the impossibility to verify and the ambiguity of much information, creates fertile ground for the spread of rumors.

More specifically, fake news circulating on social media can be expected to have characteristics of rumors (Rouquette, 1975, 1991), which are: (a) non-verifiability of the content during communication (source is usually attributed to someone competent, such as a scientific authority or a person in the social circle, neighbor, or friend of a friend); (b) content negativity; (c) implication of the individuals among whom the rumors circulate; (d) transformation of the content during communication.

Rumors and Their Social Logic of Thought

According to Rouquette (1973), social thinking is “social” in two aspects. First, because it focuses on the everyday situations of social groups, whose objects are issues of interest and relevance in people’s lives. Secondly, because the social insertion (social norms, position) of people is a crucial component of this form of thinking. In summary, social thinking is about how people’s knowledge and knowledge elaboration deals

with objects of relevance in their lives and stems from their respective social insertions.

According to Rouquette (1998), rumors circulate in a tripod format, by bringing group-acceptable knowledge (knowledge) transmitted (communication) into a network of social proximity (sociability). In his various researches, Rouquette (1994, 1998) demonstrates that social representations serve as a framework for the adaptation of rumors. In other terms, the way the group conceives different objects will be a guide to what content is acceptable and able to be passed on to other people in the group. This is demonstrated in empirical studies by Rouquette (1994, 1998), in which content that does not conform to the group's thinking is not passed on, but is omitted or transformed. Naturally, the transformation brings the content closer to what is thought by the group about the object (social representation).

Social representations have three dimensions (Rouquette & Rateau, 1998): functional (or practical), descriptive, and normative (or evaluative). The practical dimension (Abric, 1994; Guimelli, 2003) corresponds to the "instrumental relationship that individuals maintain with the object of representation. Indeed, this dimension can be considered directly related to the social practices that subjects develop in relation to the object" (Guimelli, 2003, p. 136). This dimension is closely linked to the concrete practices and actions exercised. The evaluative dimension, according to Guimelli (2003, p. 136), is "linked to values, norms or stereotypes strongly salient in the group; it allows the group to make judgments about the object. This dimension is probably marked by ideological and historical factors." Finally, the descriptive dimension concerns the activation of elements that define the object, such as events, characteristics, and facts related to it. (Wolter, Wachelke, & Naiff, 2016, p. 1146).

As described above, in Social Psychology studies, the current pandemic is a fertile ground for rumor circulation. The environment is ambiguous, with a high amount of unverifiable news, about a topic of high personal involvement (closeness, valuation, and control). It is also to be expected that rumors possess the three knowledge characteristics of social representations: prescription (functional dimension), description, and judgment.

The research objectives consist of: learning about the lexical classes present in virtual social media communications from individuals (popular communications),

from governments and official bodies, and news attested as false; establishing specific characteristics for the news attested as fake.

Method

Since this is an investigation of data obtained publicly through Internet access, this research followed Resolution No. 510/2016 (Resolução n. 510/2016) of the Brazilian National Health Council, dispensing with the approval of the Research Ethics Committee and guaranteeing anonymity to the senders of the analyzed messages.

Data Collection

The data source for this investigation were 300 posts related to the new coronavirus and Covid-19, publicly available in the virtual environment. The corpus was composed by convenience during the month of April 2020, including all publications accessed until 300 items were reached, without repetition of publications.

The sources comprise three groups taken from virtual social networks: (i) 100 posts from individual profiles; (ii) 100 posts from profiles of official agencies (at the municipal, state, federal and World Health Organization levels); (iii) 100 news items that have been verified as false by electronic verification sites and circulated as individuals' posts.

In group 1 (popular communication), the content posted by Internet users reveals information of interest spontaneously shared with their peers, and may reflect true or false information, whether official, personal opinion, or rumors without proof or undetermined source. It is, therefore, a source of public and open access to popular communication and to the elements that make up the social representations around the analyzed phenomenon. The profiles accessed were chosen by convenience, mostly from the same region as the researchers, who used their social networks for the collection of fixed publications in the profile (feed or timeline), including temporary Instagram posts (stories).

In group 2 (official communication), the official communications reveal intentionally disseminated aspects, as a form of information and prescription of practices against the risks of the pandemic. The publications were collected in institutional profiles of the city halls of the metropolitan region of Vitória, E.S. (Vitória, Cariacica, Guarapari, Serra, Viana and Vila Velha), of the State Government of Espírito Santo, of the Ministry of Health of Brazil, of the Federal Government of Brazil, and the World Health Organization (WHO).

Group 3 (fake news) presents publications certified as fake news by fact-checking agencies, but that were circulating in individual profiles on social networks. Therefore, the analyzed material was the original posts that circulated among Internet users, but collected from the sites of the verification agencies, being, therefore, necessarily attested as false, as opposed to publications of group 1.

Each of these data sets was presented individually and compared during the analysis. In all groups of posts we sought to collect proportionally on three social networks: Facebook, Instagram, and Twitter¹. Only in group 3 this distribution did not occur, with 14 (fourteen) cases where the social network could not be determined.

Data Analysis

This paper refers only to the results of the analysis of textual elements. The lexical analysis was performed with the help of IRaMuTeQ, created in 2009 by the French researcher Pierre Ratinaud. Among the statistical possibilities, we chose the Descending Hierarchical Classification (DHC), a procedure developed by Max Reinert (1990). Each text corpus, referring to the three groups of posts mentioned above, was submitted separately to the procedure.

The class hierarchy is expressed by a dendrogram, or tree diagram, which is based on the principle of the greatest homogeneity within each class of words and the greatest possible differentiation between classes. Along with the main words that characterize the text (highest frequency and co-occurrence), the main text segments related to the classes are also presented. Despite simplifying the analysis, the researcher needs to read the results, name the classes, and interpret the relations pointed out by the statistical procedures, through previous knowledge about the empirical and theoretical field about the object (Oliveira, Gomes, & Marques, 2005).

Results

All dendrograms contained descriptive and prescriptive classes, however, popular communications and fake news also contained an evaluative class. In turn, the lexical class of conspiracy theories occurs only in the DHC of fake news.

Popular Communication

Group 1 consists of popular communications and contains four classes. The corpus was composed of 100 texts, with 161 text segments, of which 111 (68.94%) were used, totaling 4,912 occurrences.

Class 2 (19/111, 17.1%), “what we should do”, has as main words “avoid, use, wash, hand”, bringing the specific aspect of the popular prescription regarding the pandemic, to actions that can be done here and now. Keeping social isolation, having good hygiene practices, avoiding contact, and being careful at work are ideas related to the popular messages.

Class 3 (35/111, 31.5%), “the pandemic here in Brazil”, has “Brazil, death, confirm, country” as the words with greater distribution. It centralizes the descriptive dimension of the popular communications posts, containing ideas and information about the pandemic in Brazil, contamination, number of cases, exams, the virus, and related public policies, such as emergency income and the situation of families.

Classes 2 and 3 are linked by the character of proximity, both for the specific practices that need to be taken in everyday life and for the situation of the pandemic in the local and national context.

Class 4 (22/111, 19.8%), “technical-scientific aspects of the pandemic”, is also descriptive, presenting the contents of the reified universe, using the official speeches, which are popularly reproduced, and associating with classes 2 and 3, by adding this type of ideas and information to the national context.

Class 1 (35/111, 31.5%), “stay at home, because it kills”, connects to the others and constitutes the evaluative dimension of the group, with the words “home, stay, people, die” having the largest distribution. It presents the ideas concerning adherence to the general prescription “stay at home”, motivated by the fear of death that the pandemic brings, constituting a negative judgment. Other terms that constitute the class concern the effects of the prescription, such as not being infected and lowering the curve, and the reasons for being afraid, such as the collapse of the health system, which occurred in Italy.

Official Communication

Group 2 consists of the official announcements from the federal government, the government of the state of Espírito Santo, and municipal governments of the metropolitan region of Vitória (Vitória, Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, and Vila Velha), as well as from the WHO and contains four classes. The corpus was composed of 100 texts, with 310 text segments, of which 217 (70.00%) were used, totaling 9,941 occurrences.

Dendrogram 1: POPULAR COMMUNICATION
(¹ for $p < 0.0001$ and ² for $p < 0.05$) (ranked by p value)

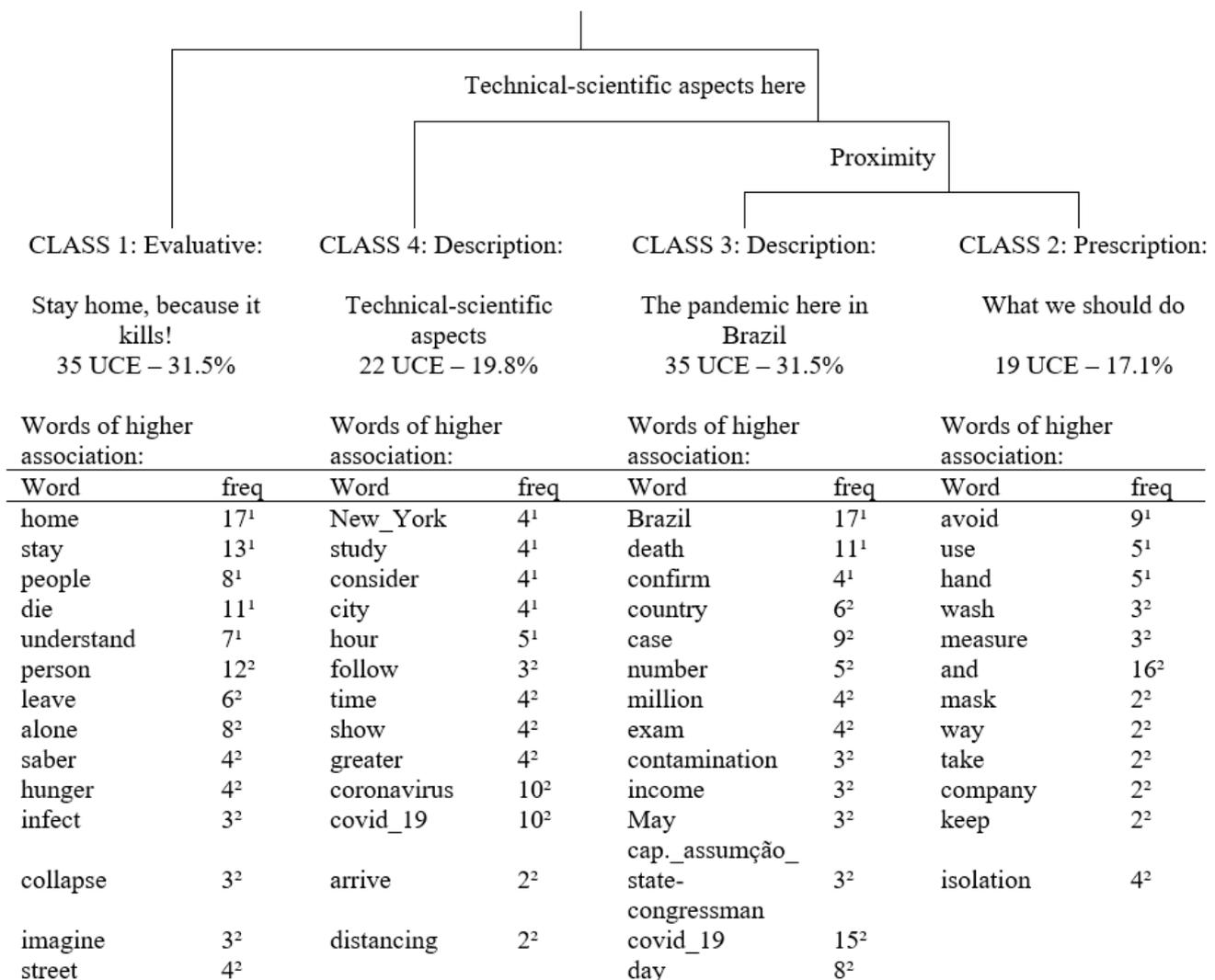


Figure 1. Results of Descending Hierarchical Classification on individual profile posts on social networks about Covid-19

Class 3 (34/217, 15.7%), “government justifications”, has as main words “https link, message, hygiene, and measure”, and constitutes the evaluative dimension of the official announcements. It recurrently brings links to official sites and pages outside the posts on social networks, indicating grounds for the content of the messages, generally of an admonitory nature concerning hygiene, isolation, and individual and collective care. Its function is to justify the public policies adopted and warn the population about the pandemic.

Class 1 (51/217, 23.5%), “the virus and the disease”, constitutes the descriptive dimension, with words such as “Covid-19, use, circulation.” These messages bring the identification of the official sources, also through reference to their websites outside the social networks, and contain information about the virus, the disease, the risk groups, the protocols adopted, the means and channels to seek more information about the health system, research and treatments available, and answer questions.

Dendrogram 2: OFFICIAL COMMUNICATION

(¹ for p.<0.0001 and ² for p.<0.05) (ordered by p. value)

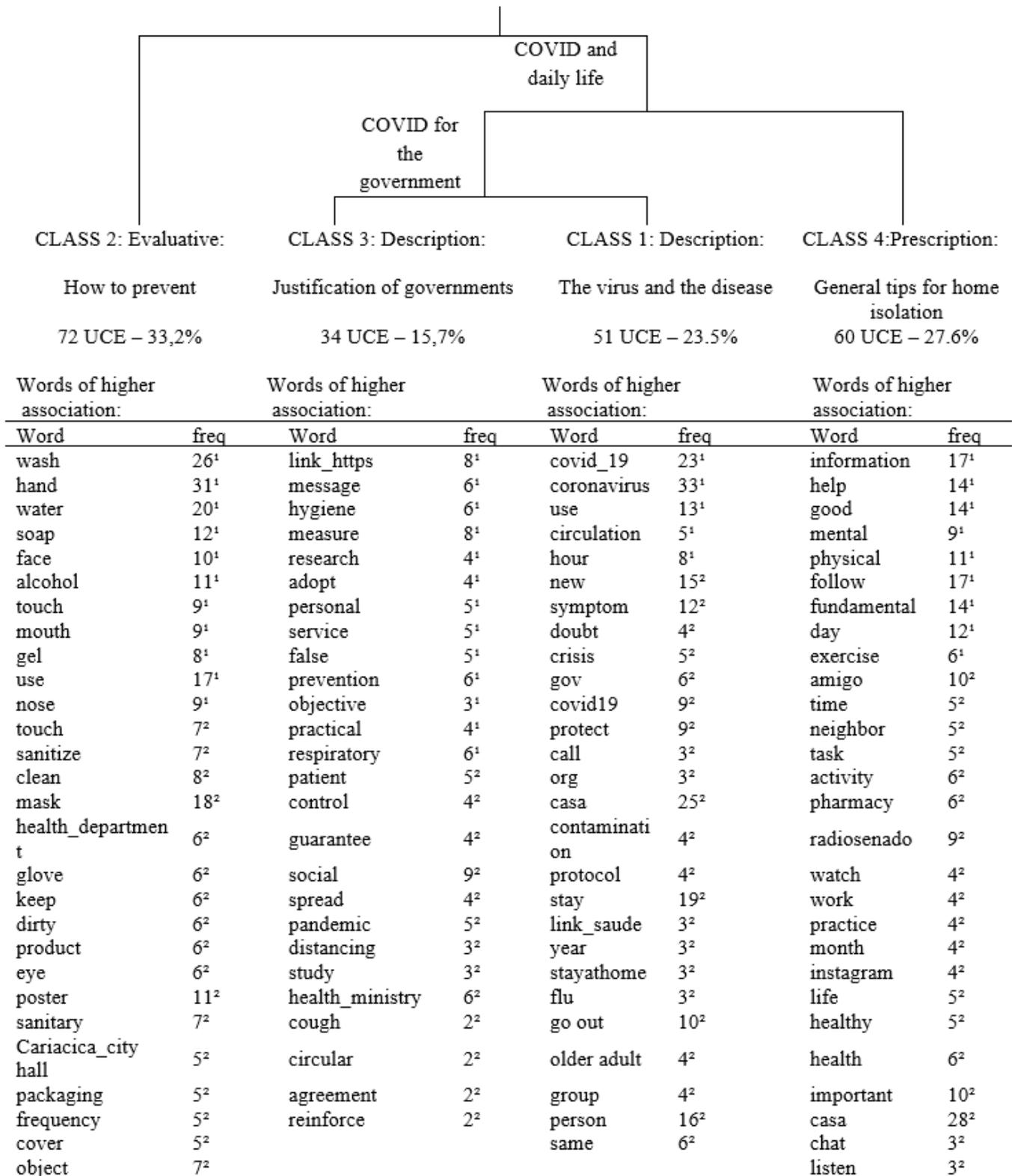


Figure 2. Results of Descending Hierarchical Classification on official profile posts on social networks about Covid-19

Classes 1 and 3 together form the governments' position and conception about the Covid-19 pandemic. They relate to class 4 (60/217, 27.6%), "tips for isolation at home", which is part of the prescriptive dimension, containing as words with the highest distribution "information, good, help, mental, physical". It is more general and suggestive, providing advice and information on health, with a biomedical technical-scientific nature, but also including social aspects. Physical and mental health care, such as exercise and habits to develop at home, are very frequent, as well as care and help for the elderly, neighbors, and people who are in risk groups or have greater difficulties.

Classes 1, 3, and 4 together were named "Covid-19 and daily life". Class 4 presents suggestive official

communication. Class 2, on the other hand, opposed to all the others, presents compulsory prescriptions.

Class 2 (72/217, 33.2%), "what we should do", is the specific part of the prescriptive dimension, determining concrete individual actions, as can be seen in the words "wash, hand, water, soap." Most of the ideas and information in the messages of group 2 are contained in this class, which circumscribes the others, indicating the regulatory character of the official communications about individual conducts.

Fake News

Group 3 consists of fake news checked by specialized electronic sites and also contains four classes. The corpus was composed of 100 texts, with 250 text segments, of which 178 (71.20%) were used, totaling 8,130 occurrences.

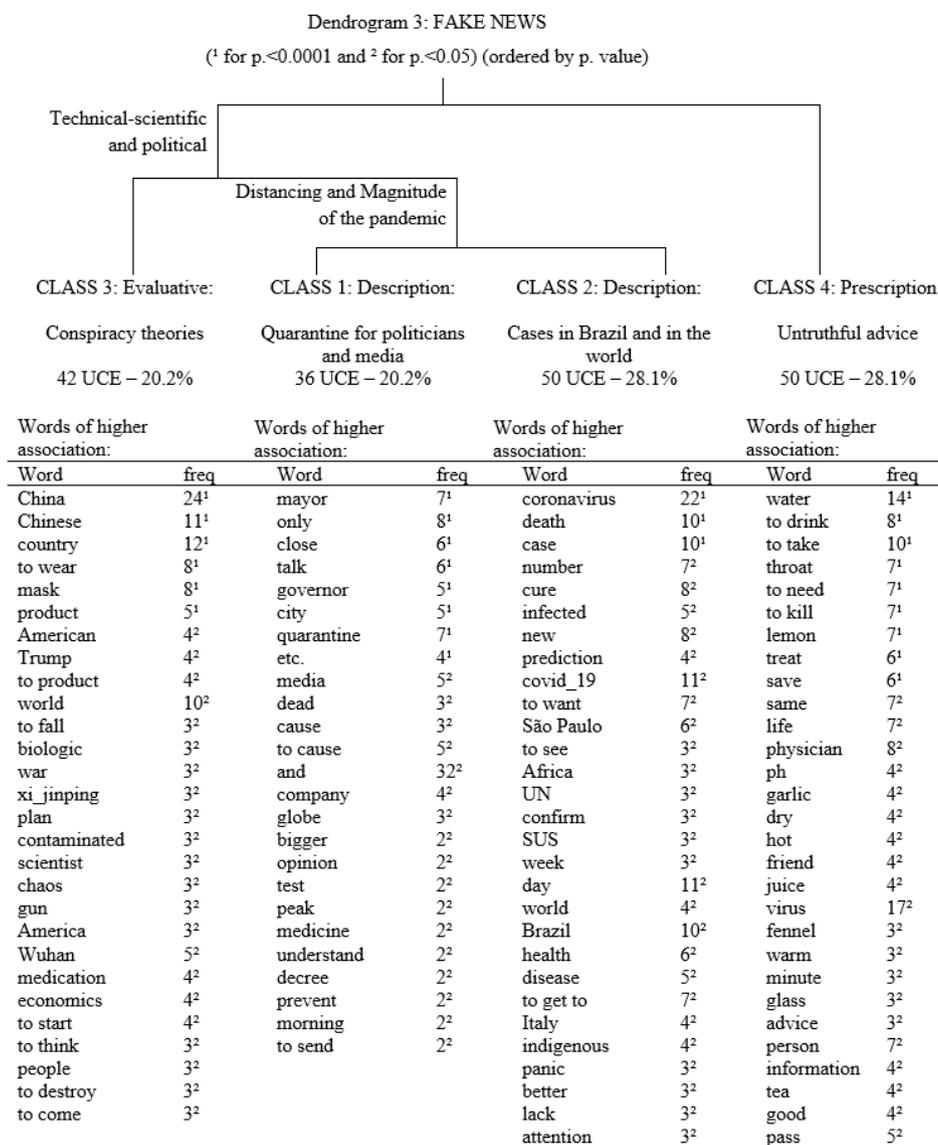


Figure 3. Result of Descending Hierarchical Classification of posts about Covid-19 verified as fake news on specialized sites

Class 1 (36/178, 20.2%), “quarantine for politicians and media,” strongly shows the evaluative dimension of the group. It has as most frequent words “mayor, close, speak, governor”, showing politicians and traditional media communicators as a preferential target of fake news. Many of the posts are of positions contrary or in favor of the quarantine, pointing to a supposed social category privileged for determining, disseminating, and encouraging, but not complying with the quarantine itself. There are also ideas about the closure of commerce, the situation of businesses, and the relations of the media with politicians.

Class 2 (50/178, 28.1%), “cases in Brazil and in the world”, brings the descriptive dimension of the group, presenting false or distorted information about “coronavirus, death, case, number, cure.” The deceitful character of fake news is easily seen in messages about the situation of cities and the country, comparisons with other countries, and disputed narratives about the statistical data and the characteristics of the disease.

Classes 1 and 2 are linked by the themes of social detachment and the magnitude of the pandemic. They connect to class 3, where fake news are interrelated and take the form of conspiracy theories.

Class 3 (42/178, 23.6%), “conspiracy theories,” brings the descriptive and evaluative dimensions, as it disputes with governments, traditional media, and official agencies for explanations about the pandemic, usually through the use of group identity and ideological alignment, us versus them. The most frequent words, “China, Chinese, country, use”, show that they attribute national origin, linked to a political-ideological regime, in a strategy that allows the delimitation of allies and adversaries in the “war on the truth of the pandemic.” Conspiratorial messages sometimes involve unverifiable elements and warn of great risk, not of the pandemic, but of political-ideological domination, for which the pandemic was created or is being used.

Class 4 (50/178, 28.1%), “untruthful advice”, circumscribes the others as it takes descriptions and evaluations as its basis and brings prescriptions. It has as main words “water, drink, take, throat”, and consists mainly of messages about protections and alternative cures, either from unrecognized medical sources or from popular and traditional knowledge that are within anyone’s reach. They vary in their relationships, pointing to a desire for healing, and minimization of the virus or the disease. Prescriptions are very specific and simple

and can be conducted easily, such as, for example, drinking plenty of water and teas.

Discussion

Fake news presented two singularities compared to the other two groups: singularity of lexical class and singularity of content. As for the first, it is important to note that only in fake news the conspiracy theories (Douglas, Sutton, & Cichocka, 2017) form a separate class, more specifically, messages convey issues of international politics (China and America) associated with intentionality, with terms like “plan” or “use”. Rumors, since the works of Allport and Postman (1945), have this characteristic of attributing the origin of crises to governments, groups seen as powerful, or foreign countries with dark objectives. In this point we can notice that fake news are, in many cases, new clothes for the old rumor processes studied by social psychology since the last century.

The singular content of fake news carries another truth. Its evaluative dimension (Abric, 1994; Rateau & Lo Monaco, 2016; Rouquette & Rateau, 1998) is directed towards hostile perceptions of politics and governments, in contrast to the evaluative dimension of group 1, which is directed towards the social norm of detachment. The messages bring about measures of governments, conveyed by the media, which are seen as erroneous and untrue. There is also a shift in the perception of the magnitude of the pandemic, either denying its existence or attributing it to a cataclysmic dimension. Content pushed to extremes is another characteristic of the rumors described by Allport and Postman (1945), as well as by Rouquette (1998). Finally, “benevolent advice” shows easy recipes with products available at home, with protective and healing abilities.

The DHC class and the unique contents that only appear in fake news have three general characteristics that distinguish them from popular communications in general and messages originating from governments: conspiracy theories, the presentation of an alternative truth, and a set of benevolent pieces of advice. All three categories have a cognitive consistency (Rouquette, 1990) with what is thought by the group. In other terms, what is presented falls within the field of possibilities of occurrence of facts within the set of social representations shared by the groups that adhere to rumors in the form of fake news.

Therefore, the rumors about Covid-19 present in fake news are organized ranging from the general (with global conspiracy theories) to the individual (with everyday protective and healing actions).

Table 1. Distinct characteristics of fake news about Covid-19

Conspiracy Theories	Alternative truth	Benevolent advice
Associated with world geopolitics (China and America)	Judgment of governments and media ("they" make mistakes and lie)	Easy-to-make recipes Products available at home
Intentionality in the pandemic	Push the magnitude of the pandemic to extremes (denying or increasing)	Protective measure Cure

Conceptually, these results lead us to believe that news attested as false is often presented in the format of rumors. This does not mean that this is always the case. Fake news can simply be fake news, for example, for a public person to promote himself or criticize an opponent. Such cases do not fall under rumor, as they are not in the spontaneous format of transmitting unverified information.

Finally, the three characteristics above can be included in different fake news search algorithms or inserted into announcements to the public about the characteristics of messages to be observed and have their sources verified.

References

Abric, J.-C. (1994). Représentations sociales: aspects théoriques. In J.-C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: PUF.

Abric, J.-C. (1996). *Psychologie de la communication: Méthodes et théories*. Paris: Colin.

Allport, G. W., & Postman, L. J. (1945). Section of psychology: The basic psychology of rumor. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 8(2 Series II), 61-81. doi: 10.1111/j.2164-0947.1945.tb00216.x

Allport, G. W., & Postman, L. J. (1947). *The psychology of rumor*. New York: Henry Holt.

Alonso, W. J., Schuck-Paim, C., Freitas, A. R. R., Kupek, E., Wuerzius, C. R., Negro-Calduch, ..., Pinheiro, S. F. (2020). Covid-19 em contexto: comparação com a mortalidade mensal por causas respiratórias nos estados brasileiros. *International Journal of Medicine and Health*, 3, 1-21. doi: 10.31005/iajmh.v3i0.93

Andersen, K. G., Rambaut, A., Lipkin, W. I., Holmes, E. C., & Garry, R. F. (2020). The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nature Medicine*, 26(4), 450-452. doi: 10.1038/s41591-020-0820-9

Bezerra, A., Silva, C. E. M., Soares, F. R. G., & Silva, J. A. M. (2020). Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência Saúde Coletiva*

(Internet). Recuperado de <http://www.cienciasaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-ao-comportamento-da-populacao-durante-o-isolamento-social-na-pandemia-de-covid19/17551>

Black, J. R., Bailey, C., Przewrocka, J., Dijkstra, K. K., & Swanton, C. (2020). COVID-19: the case for health-care worker screening to prevent hospital transmission. *The Lancet*, 395(10234), 1418-1420. doi: 10.1016/s0140-6736(20)30917-x

Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2017). The psychology of conspiracy theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26(6), 538-542. doi: 10.1177/0963721417718261

Gelfert, A. (2018). Fake news: A definition. *Informal Logic*, 38(1), 84-117. doi: 10.22329/il.v38i1.5068

Gruev-Vintila, A., & Rouquette, M.-L. (2007). Social thinking about collective risk: How do risk-related practice and personal involvement impact its social representations? *Journal of Risk Research*, 10(3-4), 555-581. doi: 10.1080/13669870701338064

Guimelli, C. (2003). Le modèle des schèmes cognitifs de base: Méthodes et applications. In J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 119-143). Ramonville Saint-Agne, France: Érès.

Hellewell, J., Abbott, S., Gimma, A., Bosse, N. I., Jarvis, C. I., Russell, T. W., ... Funk, S. (2020). Feasibility of controlling COVID-19 outbreaks by isolation of cases and contacts. *The Lancet Global Health*, 8(4), 488-496. doi: 10.1016/s2214-109x(20)30074-7

Jaster, R., & Lanius, D. (2018). What is fake news? *Versus: Quaderni di Studi Semiotici*, 2(127), 207-227. doi: 10.14649/91352

Li, R., Pei, S., Chen, B., Song, Y., Zhang, T., Yang, & W., Shaman, J. (2020). Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavirus (SARS-CoV-2). *Science*, 368(6490), 489-493. doi: 10.1126/science.abb3221

Ministério da Saúde. (2021, June 21). Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS). *Painel Coronavírus*. Retrieved from <https://covid.saude.gov.br>

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. (S. Fuhrmann, Trans.). Petrópolis: Vozes. (Original work published in 1961)

Mukerji, N. (2018) What is fake news? *Ergo*, 5(35), 923-946. doi: 10.3998/ergo.12405314.0005.035

Neto, M., Gomes, T., Porto, F., Rafael, R., Fonseca, M., & Nascimento, J. (2020). Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. *Cogitare Enfermagem*, 25: e72627. doi: 10.5380/ce.v25i0.72627

Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Iosifidis, C., ... Agha, R. (2020). The socio-economic implications of the Coronavirus and COVID-19 Pandemic: A review. *International Journal of Surgery*, 1-24. doi: 10.1016/j.ijssu.2020.04.018

Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. S. Menin & A. M. Shimizu (Eds.), *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-199). São Paulo: Casa do psicólogo.

Pérez-Rosas, V., Kleinberg, B., Lefevre, A., & Mihalcea, R. (2017). *Automatic detection of Fake News*. Retrieved from <https://arxiv.org/abs/1708.07104>

Rateau, P., & Lo Monaco, G. (2016). La théorie structurale ou l'horlogerie des nuages. In G. Lo Monaco, P. Rateau, & S. Delouée (Eds.), *Les représentations sociales: théories, méthodes et applications* (pp. 113-133). Louvain-la-Neuve: de Boeck.

- Recuero, R., & Soares, F. (2020). O discurso desinformativo sobre a cura do COVID-19 no twitter: estudo de caso. *Espaço e Economia*, 1-26. doi: 10.1590/scielopreprints.84
- Reinert, M. (1990). Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, 26(1), 24-54.
- Resolução n. 510 (2016, April 07). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Rodrigues, J. N., & Azevedo, D. A. (2020). Pandemia do Coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. *Espaço e Economia*, 18, 1-11. doi: 10.4000/espacoconomia.12282
- Rouquette, M.-L. (1973). La pensée sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale*, (pp. 299-327). Paris: Larousse.
- Rouquette, M.-L. (1975). *Les rumeurs*. Paris: PUF.
- Rouquette, M.-L. (1988). *La psychologie politique*. Paris: PUF.
- Rouquette, M. L. (1990). Le syndrome de rumeur. *Communications*, 52(1), 119-123. Retrieved from https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1990_num_52_1_1786
- Rouquette, M.-L. (1991). Rumeurs. In *Grand dictionnaire de la Psychologie* (pp. 683-684). Paris: Larousse.
- Rouquette, M.-L. (1994). *Chaînes magiques, les maillons de l'appartenance*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Rouquette, M.-L. (1997). *La chasse à l'immigré. Violence, mémoire et représentations*. Sprimont: Mardaga.
- Rouquette, M.-L. (1998). *La communication sociale*. Paris: Dunod.
- Rouquette, M.-L., & Rateau, P. (1998). *Introduction à l'étude des représentations sociales*. Grenoble, France: Presses Universitaires de Grenoble.
- Schulz, A., Wirth, W., & Müller, P. (2020). We are the people and you are fake news: A social identity approach to populist citizens' false consensus and hostile media perceptions. *Communication Research*, 47(2), 201-226. doi: 10.1177/0093650218794854
- Shimizu, K. (2020). 2019-nCoV, fake news, and racism. *The Lancet*, 395(10225), 685-686. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30357-3
- Villela, D. A. M. (2020). The value of mitigating epidemic peaks of COVID-19 for more effective public health responses. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 53. doi: 10.1590/0037-8682-0135-2020
- We Are Social & Hootsuite (2020a). *Digital 2020 April Global Statshot Report*. Retrieved from <https://datareportal.com/reports/digital-2020-april-global-statshot>
- We Are Social & Hootsuite (2020b). *Digital 2020 Brazil*. Retrieved from <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>
- World Health Organization (2020a). *Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19)*. Retrieved from <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen>
- World Health Organization (2020b, March). *Virtual press conference on COVID-19 - 11 March 2020*. Retrieved from https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-and-final-11mar2020.pdf?sfvrsn=cb432bb3_2_%20Acesso%20em:%2007%20maio%202020108.pdf?sfvrsn=44cc8ed8_2_%20Acesso%20em:%2007%20maio%202020
- World Health Organization (2021, June 15). *COVID-19 Weekly epidemiological update edition 44*. Retrieved from <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---15-june-2021>
- Wolter, R. P., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139-1152. doi: 10.9788/TP2016.3-18
- Zarocostas, J. (2020). How to fight an infodemic. *World Report. The Lancet*, 395 (10225), 676. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30461-X

¹ In April 2020, Facebook, Instagram, and Twitter were among the 14 most accessed social platforms worldwide, reaching about 3.8 billion people (We Are Social & Hootsuite, 2020a). In a January 2020 survey in Brazil, these virtual social networks were among the six most used (2nd, 4th and 6th, respectively). The most used, YouTube, was not included because we chose to exclude videos, WhatsApp (3rd), and Facebook Messenger (5th), because they are personal communication applications, making it impossible to collect public access posts (We Are Social & Hootsuite, 2020b).

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter, Doutor em Psicologia Social pela Université Paris Descartes, Paris V, é Professor Titular-Livre da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 - Vitória - ES, Brasil. Telefones: +55 27 4009-2501 / +55 (27) 3145-4571. Fax: +55 27 4009-2501. Email: rafaelpeclywolter@gmail.com

Flaviane da Costa Oliveira, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Email: flavianecoliveira@gmail.com

Álvaro Rafael Santana Peixoto, Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutorando e bolsista FAPES no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Email: alvaro-rafael.peixoto@gmail.com

Thiago Rafael Santin, Mestre em Epistemologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Doutorando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Email: santin.thiago@gmail.com

Antonio Marcos Tosoli Gomes, Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Procientista da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FAPERJ) e pesquisador 1D CNPq. Email: mtosoli@gmail.com

Julia Ott Dutra, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Residente no Programa de Saúde Mental do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi). Email: juliaott_dutra@hotmail.com

Ana Clara Lopes Oliveira Reis, Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Email: anaclaralor@hotmail.com

Heloisa Maria Silva e Silva Pinto, Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos de Práticas e Pensamento Social (PRAPS). Email: heloisamssp@gmail.com

Received in 22.may.20

Revised in 22.jun.21

Accepted in 30.jun.21

Report of a Mental Health Intervention in the Covid-19 Pandemic through the Internet

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante. Hospital Universitário Onofre Lopes. Hospital Giselda Trigueiro
Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira. Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN
Pedro Obede Medeiros Costa. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
Jucélia França da Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Anne Louyse Gomes de Medeiros. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Eliane Pereira da Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Hospital Universitário Onofre Lopes
Eulália Maria Chaves Maia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Abstract

This article aims to report the experience of conducting a mental health intervention against Covid-19 using the Internet to discuss issues about psychosocial factors arising from the pandemic. The intervention was directed to health professionals working in the Intensive Care Unit of a University Hospital. The proposal involved 113 employees, including coordinators, physicians, physiotherapists, nurses, nursing technicians, multiprofessional residents, technical level professionals and outsourced employees who perform administrative functions and in cleaning. Videos, posters, and texts were used to work on themes that go through the impacts of the new coronavirus pandemic. The intervention made it possible to access a different and empowering way to face the Covid-19 outbreak period.

Keywords: COVID-19; intensive care units; internet; mental health.

Resumo

Relato de uma intervenção em Saúde Mental na Pandemia de Covid-19: intervenção em Saúde Mental baseada na internet. Este artigo tem como objetivo relatar a experiência da condução de uma intervenção em saúde mental frente a Covid-19 utilizando a internet para discutir temáticas sobre os fatores psicossociais decorrentes da pandemia. A intervenção foi direcionada aos profissionais de saúde lotados na Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Universitário. Participaram da proposta 113 colaboradores, entre eles, coordenadores, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, residentes multiprofissionais, profissionais de nível técnico e colaboradores terceirizados que exercem funções administrativas e na higienização. Foram utilizados vídeos, cartazes e textos para trabalhar temas que atravessam os impactos da pandemia do novo coronavírus. A realização da intervenção possibilitou o acesso a uma forma diferente e potencializadora de enfrentar o período de surto da Covid-19.

Palavras-chave: COVID-19; unidades de terapia intensiva; Internet; saúde mental.

Resumen

Informe sobre una Intervención de Salud Mental en la Pandemia de Covid-19 Basada en la Internet. Este artículo tiene como objetivo informar de las experiencias en la realización de una capacitación en salud mental ante el COVID-19 utilizando la internet para discutir temas sobre los factores psicossociales resultantes de la pandemia. La intervención fue dirigido a profesionales de la salud asignados a la Unidad de Cuidados Intensivos de un Hospital Universitario. Participaron en la propuesta 113 profesionales, incluidos coordinadores, médicos, fisioterapeutas, enfermeras, técnicos de enfermería, residentes multiprofesionales, profesionales de nivel técnico y empleados externos que ejercen la función administrativas y de higienización. Se utilizaron videos, carteles y textos para trabajar en temas que atraviesan los impactos de la pandemia de COVID-19. La realización de la propuesta permitió el acceso a una forma distinta y poderosa de enfrentar el período de brote del nuevo coronavirus.

Palabras clave: COVID-19; unidades de cuidados intensivos; internet; salud mental.

In the last half year, the world population has gradually been hit by the impacts of the new coronavirus. In March of this year, the World Health Organization (WHO) raised the pandemic contamination status of Covid-19 due to the rapid geographical spread of the disease (Wang et al., 2020).

Covid-19 is the current public health emergency of international importance; it is characterized as a respiratory disease and its clinical picture can range from asymptomatic, or mild, to death. Due to its rapid spread, government authorities have taken a number of measures to contain human infection and mitigate the emergence of severe cases and deaths caused by the new Coronavirus (SARS-CoV-2) (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020).

In addition to the high transmissibility and the dizzying increase in deaths, the mental health status of the population has also been affected, which represents a challenge to mental health service systems, given the negative psychological reactions resulting from the outbreak (Zhang, Wu, Zhao, & Zhang, 2020). "It is estimated that between one-third and one-half of the population exposed to an epidemic may experience some psychopathological manifestation" (Melo, et al. 2020, p. 2).

The psychological implications may vary depending on people's sociodemographic data, physical symptoms in the past 14 days, history of contact with Covid-19, knowledge and concerns about the new coronavirus, and precautionary measures used against the disease (Wang et al., 2020). According to Qiu et al. (2020), women and individuals between the ages of 18 and 30, or older than 60, have a higher risk factor for experiencing psychological problems, given the higher scores on the scales that assess reactions to the pandemic. On the other hand, being under 18 years of age is considered a protective factor to the development of suffering, since the morbidity rate in this age group is relatively low (Qiu et al., 2020).

A study conducted in the early phase of the pandemic in China found that 35% of the population experienced psychological distress (Qiu et al., 2020). Another study conducted in the early phase of the disease identified that more than half of the respondents rated the psychological impact as moderate and severe. In addition, one-third reported moderate and severe anxiety (Wang et al., 2020).

Variables such as having higher education and working in the healthcare field is considered a higher risk factor to mental health impacts (Qiu et al., 2020). Those who are directly exposed to the risk of contamination, or who work in hospitals, are affected by

exhaustion, reduced empathy, anxiety, irritability, insomnia, and decline in cognitive functions and performance (Brooks, et al., 2020; Melo, et al., 2020).

A study conducted in China described that 70% of health care workers reported psychological distress, as well as symptoms of depression, anxiety, insomnia, and distress (Lai et al., 2020). Increased prevalence of Common Mental Disorders (CMD) is evident, especially fatigue and aggression, acute stress, panic episodes, which are (or may be) predictors of post-traumatic stress disorder (PTSD) (Chen et al., 2020).

Healthcare professionals are also victims of Covid-19 infection. An estimated 7,000 Brazilian health care workers were taken off work for respiratory symptoms, and of those tested, 1,400 tested positive for the disease and 18 died. Recent estimates reveal that up to 365,000 health care workers may be infected by the new coronavirus (Grabois, 2020).

In addition to the various stressful events experienced by health professionals on a daily basis in the hospital setting, other factors may negatively affect the psychological well-being of the staff, namely: a) worries about contracting the disease; b) concerns for their family's safety; c) isolation from family; d) witnessing the death of colleagues; e) isolation from colleagues; f) sense of loss of control; g) feeling underestimated; h) prolonged extension of the outbreak (Hall, Hall, & Chapman, 2008).

In this scenario, institutions that may be exposed to traumatic events should, to the extent possible, protect the mental health of their employees through measures that detect mental health problems at an early stage, as well as measures that promote psychological resilience and prepare staff for possible impact in the face of trauma exposure (United Kingdom Psychological Trauma Society, 2014).

It is important that hospitals launch evidence-based guidelines and strategies for planning surveillance policies and procedures, communication, education, personal training, as well as mental health support by implementing interventions to reduce adverse psychological impacts and symptoms of psychiatric illness during the pandemic; in addition to promoting the mental well-being of the professionals who are on the front line of Covid-19 patient care (Cowden, Crane, Lezotte, Glover, & Nyquist, 2010; Wang et al., 2020).

To this end, mental health professionals must actively participate in mental health support processes. After identifying the stress and emotions arising from this event, the psychological crisis interventions should

be flexible and adapted to the different stages of the pandemic: during and after the outbreak. During the outbreak, the intervention should focus on aspects such as fear of illness, and difficulties in adaptation. After the outbreak, psychosocial support should focus on people who are quarantined (Brooks, Dunn, Amlôt, Greemberg, & Rubin 2016; Melo et al., 2020; Zhang, et al., 2020).

It is suggested that interventions can happen via the Internet (Blake, Bermingham, Johnson, & Tabner, 2020; Wei, et al., 2020). Kang et al. (2020) proposes that a model of psychological counseling and guidance in print resources and media outreach can provide a level of protection for healthcare professionals, improving mental health and reducing the impacts of stress.

Among the factors that can reduce the psychological impacts, it is possible to mention the use of organizational approaches to increase resilience and reduce stress; as well as individual approaches to deal with and maintain resilience. In this aspect, the work described here aims to report the experience of conducting a mental health intervention against Covid-19 using the Internet to discuss themes about the psychosocial factors arising from the pandemic, namely: management of emotions and stress, coping mechanisms, media exposure, valuing support networks, among others.

Method

This is a descriptive study, experience report type, built from the experience of the authors as mental health professionals working in the Intensive Care Unit (ICU) of a University Hospital in northeastern Brazil, during the Covid-19 outbreak, from April 1 to 22 of this year, totaling a virtual learning package with 21 contents in different digital formats in order to discuss issues about psychosocial factors arising from the pandemic.

The intervention occurred early since there was still no record of admission of patients with suspected or confirmed cases of Covid-19. The first step was to train Psychology residents on the psychological impacts of disasters and pandemics by reading the evidence and recommendations already published, including from previous outbreaks of infectious and contagious diseases.

The data from the quick review of articles published in PubMed and Scopus databases that addressed mental health intervention recommendations were the guide for planning the virtual learning package and the themes and contents were programmed according to the expected reactions for each phase of an outbreak of infectious diseases (Zhang, et al., 2020).

Participated in the training 113 professionals working in the ICU, of both genders, who met the criteria of performing their professional activities in the ICU, acting as coordinators, physicians, physiotherapists, nurses, nursing technicians, multiprofessional residents, technical level professionals, and outsourced employees who perform administrative and cleaning functions.

The files of the servers were consulted in the administrative sector of the ICU to collect name, position, and telephone contact. It was defined that the means of communication and access of the professionals to the proposed virtual learning package would be the WhatsApp application. Thus, six distinct groups were created for content distribution, namely: (1) physicians, (2) physical therapists, (3) coordination and multiprofessional residents, (4) nurses, (5) technicians, and lastly, (6) technical level professionals and outsourced employees who perform administrative functions and in hygiene. Only the psychologist of the hospital institution was included in all the groups to manage the proposed contents.

All participants were included in the groups described and the invitation was made online via WhatsApp. Participation in the group was voluntary and viewing the material was a result of intention and private interest, and the server could opt out of the group at any time during the intervention.

Every day, content was posted that addressed issues relevant to the emotions experienced in the different stages of the pandemic with psychoeducational content, guidance and support, in order to strengthen personal resources to face the pandemic. The content was delivered to the participants in visual, auditory, audiovisual, and written formats through the WhatsApp application.

When the group was created, the objective of the action and the rules of coexistence were communicated, since the focus was exclusively to be a means of access to psychoeducation and support materials about the psychosocial factors resulting from the Covid-19 pandemic, avoiding as much as possible to make this space an environment that would cause information fatigue (Baseman et al., 2013).

Results

The intervention proposal was designed to meet the emerging emotional demands of health professionals working in an intensive care environment during the covid-19 pandemic period, mainly concerning fear of getting sick, stress, and anxiety. On the first day 113 participants were included in the activity. On the last day we recorded that

among the professionals included in the digital learning package, a total of 62 professionals remained in the group, which corresponds to 54.86% of the initial sample.

For the success of any group work, the planning stage is essential for the development of interventions. Thus, the whole process was directed to provide psychoeducation and support to health professionals working in the ICU, aiming to provide well-being and minimize psychological impacts.

As can be seen in Table 1, we considered that it was important to emphasize the need for health

professionals to ensure that basic needs were met, organizing time off for pleasurable activities and self-care. In the second moment, we observed that it was necessary to orient the staff about changes in mood, behavior, and the expected symptoms in pandemic situations, avoiding the onset of panic. Thus, we approached these issues by discussing the following topics: psychoeducation about emotions; self-awareness and management of emotions; intensity, frequency, and duration of emotions; and self-awareness of thoughts in the face of a pandemic.

Table 1. Description of themes and approaches taken

Theme	Approach
Project presentation and invitation	Explains that during the pandemic some people can organize coping strategies on their own and others will need help. Thus, informs that the psychology sector of the ICU is organizing educational material to distribute to the teams, and invites participation in the WhatsApp group to access the contents
Protect Your Mental Health: Time & Leisure Activity	Poster with the following message "Fill your time off for pleasurable activities. Seek quiet environments and divide the time for leisure and self-care.
Psychoeducation about emotions	Psychoeducation about the need to understand what emotions you are feeling in order to manage them.
Self-awareness and management of emotions	Psychoeducation about the acceptance and validation of feeling fear, seeking to understand which moments it arises, which tasks are not performed because of this emotion and which attitudes can be taken to reduce this fear
Emotion: Intensity, Frequency and Duration.	Explanation of what the criteria are: intensity, frequency and duration of emotions and when they indicate the need to seek professional help.
Unproductive concern x Productive concern	Explanation about the theme, orienting about its characteristics and the importance of focusing on the productive concern, since it enables actions, ending with the importance of taking care of oneself in order to take care of the other.
Self-awareness of thoughts in the face of a pandemic	Psychoeducation about what automatic thoughts are, how to validate them, and the result in changing emotions and behaviors.
Confrontation Mechanism	Clarifying what the coping mechanisms are and how they can help in the face of adversity and stress. Stimulating the search for the most effective resource for the development of resilience.
Avoid wrong ways of dealing with stress	It exposes behaviors and substances that increase stress levels and the importance of reinventing care and more adaptive and functional strategies for the pandemic period.
Time Organization	Guidance on how to organize, plan, and manage it in the various dimensions of life. Ending with the importance of each person respecting their own time.
Empathy and strengthening of support networks	We tried to explain what the practice of empathy is and how it can be done in the work context to strengthen the support networks of each member.
Coping with stress through breathing	Providing information on breathing and relaxation techniques that work to reduce stress.
Coping with stress through sleep regulation	Guidance on how to practice sleep hygiene.
Anxiety Handling	Psychoeducation about anxiety symptoms and exposure to ways to manage them in order to transform them into preventive and problem-solving behaviors.
Stress Handling	Psychoeducation about stress and providing tips on how to manage this stress.
Mental health and media exposure	Guidance on the negative mental health impacts of constantly searching for pandemic-related news and tips on how to search for information responsibly.
Meaning of Work	It emphasizes the value and responsibility of each member of the health care team.
Leadership and Team Motivation	Strengthening the importance of teamwork and the importance of the healthcare professional in the patient's life.
Skills in the face of chaos	Psychoeducation on the elements of resilience
Spirituality	It strengthens coping resources based on spirituality
Checklist for leaving duty	Reinforces the importance of social ties and support networks, of sharing experiences in the work environment
Psychological First Aid	It provides information about Psychological First Aid, how to perform it, clarifying the goals of this type of assistance and who can offer it.

We observed the importance of explaining the distinction between useful and useless concerns and transforming the concerns of health professionals into solutions; to understand which problems needed to be solved during the pandemic period and which were under the individual practitioner's governance, leading to concrete action for resolution. We also added content that aimed to increase insight into the dysfunctional thoughts of individuals associated with the pandemic moment. It was also important to expose which mechanisms could be useful to face the pandemic, stimulating the professionals to revisit and resume the resources used in other moments of crisis that contributed to a greater stability of the subjects.

It was useful to discuss the behaviors that increase the risk of adverse responses to the mental health of the health professional, so we focused on the need to avoid behaviors such as alcohol use, smoking, or other drugs to deal with the emotions arising from the pandemic moment.

Stimulating the organization of time and the maintenance of the social-affective network were also themes introduced in the contents, besides the orientation of exercises and actions that aimed to decrease the level of acute stress, such as meditation, reading, breathing exercises, and sleep hygiene practices.

Themes such as stress and anxiety were important, as well as the discussion of ways to manage them in daily life. Another issue that was highlighted and addressed in the content was the risks inherent to high exposure to media coverage and the need to reduce the time allotted to this activity, since frequent and repeated information can have negative effects on the worker's mental health.

It was also important to resume the meaning that work has in the life of each professional and the power of individual and collective action of the team, including motivational content for the health team. We also stimulated resilience, reinforced coping resources based on spirituality, and encouraged empathy, mutual support, and care among peers and, finally, we conducted orientations on psychological first aid as a way to provide mental health care to the professionals.

Discussion

Initial studies conducted with teams working on the Covid-19 pandemic have highlighted that healthcare professionals can develop mental health problems

(Greenberg, Docherty, Gnanapragasam, & Wessely, 2020; Khan et al., 2020; Lai et al., 2020) and the popularity of internet use has been enabling mental health professionals to provide services online (Liu, Yang, & Zhang, 2020).

A meta-analysis evaluating the effectiveness of Cognitive Behavioral Therapy offered over the internet found similar results to face-to-face treatments for symptoms of depression, social anxiety disorders, somatic disorders, and other disorders (Andersson, Cuijpers, Carlbring, Riper, & Hedman, 2014). Another study, conducted with patients with covid-19 identified that a web-based intervention focusing on relaxation, self-care, and increased feelings of safety, demonstrated good effects on mild to moderate depression and anxiety symptoms (Wei et al., 2020). Corroborating, the digital learning package described by Blake et al. (2020) was also a useful intervention for healthcare professionals and our intervention followed up on initiatives already undertaken.

Blake et al., (2020) developed in the first weeks after the Covid-19 outbreak, a digital learning package with guidance and support for all UK professionals. The content proposed by the authors was developed based on evidence related to psychological wellbeing and was found to be appropriate, meaningful and useful for the needs of UK healthcare professionals. The evaluation of the intervention conducted estimated the initial interest of the audience in the first 7 days after the launch of the package, determined the fidelity of the intervention by quantitatively assessing the practitioner experience, the relevance of the topics, in the usefulness and accessibility of the material. All the predefined success criteria in the UK were met within the first 7 days of launch.

Blake et al., (2020) observed that the content had 17,333 hits and over 50,000 exposures on social networks, demonstrating high engagement. As for implementation, 82% of participants said they had used the information at work or in other settings, and 100% said they would use it in the future. Many professionals reported changing their behavior and offering more support to colleagues and family members, as well as accessing applications and interactive parts included within the package offered in the UK. Our intervention followed the initiative proposed by Blake et al., (2020); however, we did not measure outcomes achieved and participant fidelity. We were only able to identify the percentage of permanence in the WhatsApp group, which was just over 50% of the initial population.

According to Maben and Bridges (2020), psychological well-being can be guaranteed with layered responses, that is, it is necessary to understand that each moment of a viral disease outbreak requires different strategies, given that the needs in the face of an unprecedented pandemic such as the one currently experienced will change over time. Corroborating this idea, Zhang et al., (2020) state that psychological interventions should be tailored to meet different stages of the epidemic. That is, during and after the outbreak, and that technology and internet platforms can be a facilitating medium in this pandemic context.

Therefore, the generating themes and sharing content for our intervention were defined according to the expected reactions for each phase of a pandemic, as attested by studies already conducted (Maben & Bridges, 2020; Zhang et al., 2020). According to Zhang et al. (2020), during the pandemic outbreak, interventions should target fear of the disease and difficulty adapting. It is understood that in the initial moments it is common to observe acute stress responses, which may present themselves in significant ways, but which are considered normal, not necessarily constituting a mental disorder and usually disappearing within a few weeks.

Moreover, psychological distress in health professionals is expected when they are experiencing crisis situations and great pressure when facing the demand of caring for a large number of potentially infectious patients (Kisely et al., 2020). Thus, psychological support can be used to assist with knowledge and the development of coping strategies (Brooks et al., 2016), emphasizing the importance of how these resources can assist in the face of adversity and stressors. It is necessary to use healthier ways of coping (Aiello et al., 2011), which includes avoiding maladaptive strategies such as the use of alcohol and tobacco or other drugs (Straub, 2014; WHO, 2020). In this regard, in our study, videos were released addressing this theme and another derived from it, such as: avoiding wrong ways of coping with stress.

Decreased psychological impacts are also influenced by good levels of social support as well as strengthened support networks (Aiello et al., 2011; Brooks et al., 2016). According to Straub (2014), social support is a protective factor that helps people cope with stressful situations more effectively. Added to this is the need to reduce reading or contact with news that can cause anxiety or stress (Aiello et al., 2011; Ho, Chee, & Ho, 2020); the need to maintain regular routines and tasks

by organizing time; as well as maintaining good sleep hygiene (Agudelo et al., 2020). Therefore, all of these themes figure as part of our intervention.

In addition, our interventions included organizational approaches to increase resilience and reduce stress. The themes were: meaning of work, motivation, leadership, and team, with the purpose of providing incentives and showing employees who were still working that their contributions and sacrifices are appreciated. The need to provide encouragement and recognition to the health care team was described in a previous study during the 1995 Ebola outbreak (Hall et al., 2008).

Coping with the pandemic requires a robust framework and flexible plan, and supporting the mental health of health care workers is a critical part of the public health response (Walton, Murray, & Christian, 2020). Corroborating, Banerjee (2020) points out that support can be provided through several practices: (a) educating about the adverse and common psychological consequences at this pandemic time; (b) encouraging health promotion behaviors; (c) integrating available mental health services; (d) encouraging perceived self-efficacy for problem solving; (e) empowering patients, families, and workers; and (f) sensitizing health workers to self-care.

Finally, Psychological First Aid (PFA) is another form of care that has been recommended as an alternative to psychological debriefing, usually performed after traumatic events. According to the Inter-Agency Committee (IASC), PFA should be offered to people affected by acute stress following exposure to a traumatic event. This is an intervention that involves practical assistance and help, based on three basic principles, among them: observing, listening and approaching. Training health professionals based on PFAs is an important initiative (PAHO, 2015) and our intervention included content with guidelines to help staff offer PFAs, encouraging professionals to self-care, care for co-workers and others in an adaptive manner to individual needs, as well as raising awareness of the importance of recognizing that in some specific situations, there is a need for specialized support.

Conclusion

This article aims to report the authors' experiences in conducting a mental health intervention against Covid-19, using the Internet to discuss issues about psychosocial factors arising from the pandemic. A digital

learning package with 21 contents was delivered in a virtual way, by WhatsApp application, to the professionals who performed their activities in an intensive care environment.

Initially, 113 professionals participated in the intervention, among them coordinators, physicians, physical therapists, nurses, nursing technicians, multi-professional residents, technical level professionals and outsourced employees who perform administrative and cleaning functions. At the end of the intervention, a total of 62 professionals remained in the activities, corresponding to 54.86% of the initial sample.

This intervention was a rapid response to Covid-19 to address the need to mitigate the mental health impacts of healthcare workers and followed recent recommendations that point to the benefit of web-based mental health intervention programs. The videos, texts, and posters produced provided access to a different and empowering way of coping with the outbreak period of the new coronavirus, and the description of the steps taken for the training can contribute to facilitate the work of mental health professionals who are interested in conducting similar interventions aimed at mitigating the psychological impacts of a pandemic on the mental health of professionals acting in pandemic situations, such as the one currently experienced.

Some limitations were identified. First, the intervention did not present the qualitative evaluation of the impacts on the mental health of the participants, as well as the comparison of the total number of participants at the beginning and end of the intervention was limited. In addition, it was not possible to monitor the amount of access to the content made available, making it impossible to detect the actual effects, so generalizations are not possible. We suggest that new mental health care initiatives be outlined and that qualitative and quantitative research be conducted in order to measure the impact that interventions using the internet and digital packages have at different times of the pandemic.

References

- Agudelo, H. A. M., Sacks, S., Almondes, K. M., Perez, G. J. T., Liparoti, P., & Rey, M. J. M. (2020). *Enfrentamento psicológico do Covid 19, documento consenso*. Federación Latinoamericana de Sociedades de Sueño. Retrieved from https://www.sbponline.org.br/arquivos/Consenso_COVID_19_portugu%C3%AAAs_Agudelo_et_al_2020.pdf
- Aiello, A., Young-Eun Khayeri, M., Raja, S., Peladeau, N., Romano, D., Leszcz, M., ... Moore, A. (2011). Resilience training for hospital workers in anticipation of an influenza pandemic. *Journal of Continuing Education in the Health Professions*, 31(1), 15-20. doi: 10.1002/chp.20096
- Andersson, G., Cuijpers, P., Carlbring, P., Riper, H., & Hedman, E. (2014). Guided Internet-based vs. face-to-face cognitive behavior therapy for psychiatric and somatic disorders: A systematic review and meta-analysis. *World Psychiatry*, 13(3), 288-95. doi: 10.1002/wps.20151
- Banerjee, D. (2020). The COVID-19 outbreak: Crucial role the psychiatrists can play. *Asian Journal of Psychiatry*, 50:102014. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102014
- Baseman, J. G., Revere, D., Painter, I., Toyoji, M., Thiede, H., & Duchin, J. (2013). Public health communications and alert fatigue. *BMC Health Services Research*, 13(295). doi: 10.1186/1472-6963-13-295
- Blake, H., Bermingham, F., Johnson, G., & Tabner, A. (2020). Mitigating the psychological impact of COVID-19 on healthcare workers: A digital learning package. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(9), 2997. doi: 10.3390/ijerph17092997
- Brooks, S. K., Dunn, R., Amlôt, R., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2016). Social and occupational factors associated with psychological distress and disorder among disaster responders: a systematic review. *BMC Psychology*, 26(4), 18. doi: 10.1186/s40359-016-0120-9
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, E. L., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395, 912-920. doi: 10.1016/s0140-6736(20)30460-8
- Chen, N., Zhou, M., Dong, X., Qu, J., Gong, F., Han, Y., ... Yu, T. (2020). Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: A descriptive study. *The Lancet*, 395(10223), 507-513. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30211-7
- Cowden, J., Crane, L., Lezotte, D., Glover, J., & Nyquist, A. C. (2010). Pre-pandemic planning survey of healthcare workers at a tertiary care children's hospital: Ethical and workforce issues. *Influenza and Other Respiratory Viruses*, 4(4), 213-222. doi: 10.1111/j.1750-2659.2010.00145.x
- Grabois, V. (2020). *Como reduzir o risco de contágio e morte dos profissionais de saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz. Retrieved from <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40999/2/Como%20reduzir%20o%20risco%20de%20cont%C3%A1gio%20e%20morte%20dos%20profissionais%20de%20sa%C3%BAde.pdf>
- Greenberg, N., Docherty, M., Gnanapragasam, S., & Wessely, S. (2020). Managing mental health challenges faced by healthcare workers during covid-19 pandemic. *BMJ*, 368: m1211. doi: 10.1136/bmj.m1211. PMID: 32217624
- Hall, R. C., Hall, R. C., & Chapman, M. J. (2008). The 1995 Kikwit Ebola outbreak: Lessons hospitals and physicians can apply to future viral epidemics. *General Hospital Psychiatry*, 30(5), 446-452. doi: 10.1016/j.genhosppsych.2008.05.003
- Ho, C. S., Chee, C. Y., & Ho, R. C. (2020). Mental health strategies to combat the psychological impact of COVID-19 beyond paranoia and panic. *Annals of the Academy of Medicine, Singapore*, 49(3), 155-160. doi: 10.47102/annals-acadmedsg.202043
- Kang, L., Li, Y., Hu, S., Chen, M., Yang, C., Yang, B. X., ... Liu, Z. (2020). The mental health of medical workers in Wuhan, China dealing with the 2019 novel coronavirus. *Lancet Psychiatry*, 7(3):e14. doi: 10.1016/S2215-0366(20)30047-X

Report of a Mental Health Intervention in the Covid-19 Pandemic through the Internet

- Khan, S., Siddique, R., Ali, A., Bai, Q., Li, Z., Li, H., ... Nabi, G. (2020). The spread of novel coronavirus has created an alarming situation worldwide. *Journal of Infection and Public Health*, 13(4):469-471. doi: 10.1016/j.jiph.2020.03.005
- Kisely, S., Warren, N., McMahon, L., Dalais, C., Henry, I., & Siskind, D. (2020). Occurrence, prevention, and management of the psychological effects of emerging virus outbreaks on healthcare workers: Rapid review and meta-analysis. *BMJ*, 369:m1642. doi: 10.1136/bmj.m1642
- Lai, J., Ma, S., Wang, Y., Cai, Z., Hu, J., Wei, N., ... Tan, H. (2020). Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. *JAMA Network Open*, 3(3), e203976-e203976. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.3976
- Liu, S., Yang, L., Zhang, C., Xiang, Y. T., Liu, Z., Hu, S., & Zhang, B. (2020). Online mental health services in China during the COVID-19 outbreak. *Lancet Psychiatry*, 7(4):e17-e18. doi: 10.1016/S2215-0366(20)30077-8
- Maben, J., & Bridges, J. (2020). Covid-19: Supporting nurses' psychological and mental health. *Journal of Clinical Nursing*, 29(15-16), 2742-2750. doi: 10.1111/jocn.15307
- Melo, B. D., Pereira, D. R., Serpeloni, F., Kabad, J. F., Souza, M. S., Rabelo, I. V. M., ... Freitas, C. M. D. (2020). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: recomendações gerais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Retrieved from <https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-gerais.pdf>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2015). *Primeiros cuidados psicológicos: guia para trabalhadores de campo*. Brasília, DF: Author.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2020). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Retrieved from https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875
- Qiu, J., Shen, B., Zhao, M., Wang, Z., Xie, B., & Xu, Y. (2020). A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: Implications and policy recommendations. *General Psychiatry*, 33(2). doi: 10.1136/gpsych-2020-100213
- Straub, R. O. (2014). *Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- United Kingdom Psychological Trauma Society. (2014). Traumatic stress management guidance: For organisations whose staff work in high risk environments. *United Kingdom Psychological Trauma Society*, 1-9, Retrieved from <http://www.ukpts.co.uk/>
- Walton, M., Murray, E., & Christian, M. D. (2020). Mental health care for medical staff and affiliated healthcare workers during the COVID-19 pandemic. *European Heart Journal: Acute Cardiovascular Care*; 9(3), 241-247. doi: 10.1177/2048872620922795
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. doi: 10.3390/ijerph17051729
- Wei, N., Huang, B-C., Lu, S-J., Hu, J-B, Xiao-Yi, Z., Chan-Chan, H., ... Shao-Hua, H. (2020). Efficacy of internet-based integrated intervention on depression and anxiety symptoms in patients with COVID-19. *Journal of Zhejiang University Science B*, 21(5):400-404. doi: 10.1631/jzus.B2010013
- World Health Organization. (2020). *Mental health and psychosocial considerations during COVID-19 Outbreak*. Retrieved from <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331490/WHO-2019-nCoV-MentalHealth-2020.1-eng.pdf>
- Zhang, J., Wu, W., Zhao, X., & Zhang, W. (2020). Recommended psychological crisis intervention response to the 2019 novel coronavirus pneumonia outbreak in China: A model of West China Hospital. *Precision Clinical Medicine*, 3(1), 3-8. doi: 10.1093/pcmedi/pbaa006

Fernanda Lúcia Nascimento Freire Cavalcante, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicóloga do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e Hospital Giselda Trigueiro (HGT). Endereço para correspondência: Avenida Nilo Peçanha, 301. Petrópolis, Natal/RN. CEP 59.012-300. Condomínio Floriano Cavalcante, Apto 1902. Telefone: (84) 99680-3647. Email: fernandalnfreireuti@gmail.com

Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicóloga da Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN. Email: millasthefany@gmail.com

Pedro Obede Medeiros Costa, Especialista em Psicologia da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Psicólogo Educacional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). Email: obedecostaa@gmail.com

Jucélia França da Silva, Pós-Graduada em Saúde Mental pela Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG), é Psicóloga residente do

Programa de Terapia Intensiva Adulto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: jucelia_franca@hotmail.com

Anne Louyse Gomes de Medeiros, Pós-Graduada em Cuidados Paliativos pela Faculdade UNYLEYA, é Psicóloga residente do Programa de Terapia Intensiva Adulto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: anne.louyse@icloud.com

Eliane Pereira da Silva, Mestre em Cardiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é Professora Assistente do Departamento de Medicina Clínica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Chefe da Unidade de Cuidados Intensivos e Semi Intensivos do Hospital Universitário Onofre Lopes (UFRN). Email: eliane.pereira@ufrn.br

Eulália Maria Chaves Maia, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Titular e bolsista de produtividade (CNPq) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: eulalia.maia@yahoo.com.br

Received in 29.may.20

Revised in 09.jun.21

Accepted in 30.jun.21